



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSO* EM  
GEOGRAFIA**

**AS LINHAS DA CAMPESINIDADE NA (IN)SUBORDINAÇÃO  
CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS/MS**

**REGINA CELIA CARVALHO DE SÁ MOTTA**

**DOURADOS-MS  
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSO* EM  
GEOGRAFIA**

**AS LINHAS DA CAMPESINIDADE NA (IN)SUBORDINAÇÃO  
CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de mestre em Geografia (Área de concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira).

Orientanda: Regina Celia Carvalho de Sá Motta  
Orientador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque

DOURADOS-MS  
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil**

M921L Motta, Regina Celia Carvalho de Sá.  
As linhas da campesinidade na (in) subordinação  
camponesa em Glória de Dourados, MS / Regina Celia  
Carvalho de Sá Motta. – Dourados, MS : UFGD, 2013.  
242 f.

Orientador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) –  
Universidade Federal da Grande Dourados.

I. Campesinato – Dourados. I. Nardoque, Sedeval.  
II. Título.

CDD: 910

REGINA CELIA CARVALHO DE SÁ MOTTA

**AS LINHAS DA CAMPESINIDADE NA (IN)SUBORDINAÇÃO  
CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS/MS**

Dissertação para obtenção do Título de Mestre

**Banca Examinadora**

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque (UFGD/UFMS)**

---

**2º Examinador:**

**Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki (UFGD)**

---

**3º Examinador:**

**Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)**

**Dourados, 29/novembro/ 2013.**

**Resultado: APROVADA**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe que me ensinou que para Deus nada é impossível porque o divino habita em nós!

A meu pai que me ensinou que de tudo que aprendemos nesta vida eis o que mais nos entristece: quando acertamos ninguém se lembra, quando erramos ninguém se esquece!

A meu tio Donato que me ensinou: escreva sua dissertação de maneira simples e coerente, preze pela simplicidade!

A minha neta Giovana e quem mais vier: a herança da campesinidade e a transmissão de geração a geração.

## AGRADECIMENTOS

Fazer o mestrado foi um sonho acalentado por mais de uma década que se tornou possível quando a roda viva me carregou de Maringá para Dourados trazendo a possibilidade do sonho se tornar realidade sob a orientação do Prof. Dr. Sedeval Nardoque, o que agradeço eternamente, primordialmente a conquista é nossa!

Ocupar, resistir e produzir foi um processo doloroso, por isso a conquista tem que ser comer-morada!

Também deve ser compartilhada com muitos:

Família: marido (Ivo), filhos (Gustavo, Daniel, João), carinhosamente norinhas (Jaque, Yumi, Bárbara), minha neta Giovana (minha válvula de escape dos momentos tenebrosos) e minha irmã Aurea, sem vocês, nada seria!

Companheiros de todas as horas: Odolina, Jaquerson, Dora, Bruno Moreno, Gilson e Bruno Campos.

A todos os companheiros de mestrado que na ciranda cósmica continuam geografiando.

Aos professores da banca da prova de mestrado em especial, Professor Guilherme: hás de ser duro sem perder a ternura!

Aos professores do curso de mestrado: Flaviana, Silvana, Sedeval, Lisandra e Márcia o mérito do embasamento teórico das disciplinas, alicerces na construção da dissertação e na contribuição de formação continuada para o exercício da profissão de professora da Rede Pública Estadual.

Aos professores da banca de qualificação: Lisandra e Márcia, em especial à Márcia Yukari Mizusaki, a disciplina de Geografia Agrária e as contribuições na banca de qualificação foram os divisores da água que jorrou nesta fonte!

À Maria Pereira de Souza, funcionária do Museu Histórico Municipal de Glória de Dourados;

A todos os entrevistados meus sinceros agradecimentos;

Honrosamente aos camponeses entrevistados, que Deus os abençoe, agora e sempre, AMÉM!

Em especial à Danila S. Neiva, “não tem riqueza neste mundo que te pague”.

“Para viver é preciso merecer viver. A vida é uma coisa extraordinária, é um dom. É preciso valorizá-la. E para isso, é preciso ter um ideal na vida para torná-la melhor, para ter uma sociedade melhor”.

Apolônio de Carvalho

SÁ MOTTA, Regina Celia Carvalho de. **As linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados/MS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

## **RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender a campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados como contradição sócio-territorial na monopolização do território pelo capital industrial. No entendimento deste movimento foi necessário contextualizar a atuação do Estado no processo histórico da construção deste território a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e as transformações sociais, econômicas e políticas das relações sociais decorrentes do processo de “modernização conservadora” no campo brasileiro iniciado na década de 1970, com destaque para o Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Glória de Dourados. Analisa-se, também, o processo de monopolização do território pelo capital e demonstra-se como ocorre a sujeição da renda fundiária ao capital na unidade camponesa de produção, tendo como fio suleador a reestruturação produtiva da atividade leiteira no município de Glória de Dourados, a partir de 1990. Deste modo, busca a compreensão da campesinidade, tendo como pano de fundo o Programa Municipal da Bovinocultura de Leite, enquanto ética camponesa constituída por uma ordem moral em que a terra é considerada patrimônio vinculada a valores objetivos e subjetivos, pertinentes ao modo de vida do camponês, conferindo-lhe ações estratégicas de permanência e de resistência frente a sujeição da renda da terra pelo capital visando assegurar seu bem mais precioso: a terra, patrimônio de família.

**Palavras-chave:** campesinidade, sujeição da renda da terra, “modernização conservadora”, monopolização do território, reestruturação produtiva da atividade leiteira.

SÁ MOTTA, Regina Celia Carvalho de. **The lines of campesinidade in peasant insubordination in Gloria de Dourados/MS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas/ Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

## **ABSTRACT**

This research has as its objective to generally understand the lines of campesinidade in peasant insubordination in Gloria de Dourados/MS to the Social-Territorial contradiction in monopolising the territory the industrial capitalism. It is thought that a movement was necessary to understand the actions of the State in its historical process in constituting the territory to create a “National Agricultural Dourados Colony” (CAND) and considering its social transformations; economical and political originated by social relations in the process of “conservative modernization” in the Brazilian farming program initiated in the 1970’s with its focus on the State of Mato Grosso do Sul and the city of Glory de Dourados. Also analysing of monopolization of the territory by the capital and italso demonstrates that the subjection of the agrarian income in relation to the capital at the farming production level, having as its starting point the restructure of the milking production activities of the city of Glory de Dourados since 1990. In this way the article searches the understanding of the Early Farmers, having as background the Municipal Programs of the cow milking activities, while ethical farming is consistent in a moral order where the land is considered a proposity linked to objective and subjective values which belong to livelihood of the peasants giving them an strategic actions edge for permanence and resistance in view of their subjection of income from the land by the capital aiming to assure their most precious treasure; Land, birthright.

**Key Words;** Campesinidade, Subject to land (farming) income, conservative modernization, territory monopolization, restructure of the milking production activity.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE QUADROS.....	xiv
INTRODUÇÃO .....	15
1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL MERIDIONAL SUL- MATO-GROSSENSE: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”	22
1.1 O conceito de território como suleador do processo de ocupação do espaço regional meridional sul-mato-grossense.....	23
1.2 O processo de ocupação do espaço regional meridional sul-mato-grossense.....	25
1.3 A Colônia Agrícola Nacional De Dourados (CAND) como recorte territorial do espaço regional meridional do atual Mato Grosso do Sul e a gênese da exploração capitalista neste território .....	29
1.4 A Sudeco como instrumento articulador do processo de modernização do campo na (re) construção do território capitalista.....	47
1.5 O desenvolvimento desigual e combinado do processo capitalista: o cerne da questão agrária brasileira.....	54
1.6 O processo de transformação na base técnica da agricultura	58
2. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS VOLTADAS À REPRODUÇÃO CAMPONESA DECORRENTE DO PROCESSO DE “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS.....	73
2.1 Abordagens teóricas a respeito do conceito de campesinato e sua matriz sócio-cultural: a campesinidade.....	74
2.2 A estrutura fundiária concentrada como representação do território brasileiro arcaico.....	83
2.3 Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul.....	93
2.4 O uso da terra em Mato Grosso do Sul, expansão do agronegócio e a resistência camponesa. ....	96
2.5 Utilização de tratores, estrutura fundiária, principais atividades agropecuárias, pessoal ocupado no campo em Glória de Dourados.....	101
3. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ATIVIDADE LEITEIRA NO TERRITÓRIO NACIONAL E O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS.....	117
3.1 O Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico de Glória de Dourados.....	123
3.2 A expansão da pecuária leiteira e o processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira no território brasileiro.....	133
3.3 A expansão da pecuária leiteira em território sul-mato-grossense.....	145

3.4	O processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira estadual.....	150
3.5	O Projeto de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite no contexto do processo de reestruturação produtiva das atividades agrárias em Glória de Dourados.....	155
4.	AS LINHAS DA CAMPESINIDADE NA (IN)SUBORDINAÇÃO CAMPONESA DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS.....	166
4.1	Considerações relevantes a respeito da monopolização territorial pelo capital industrial de Glória de Dourados.....	167
4.2	A campesinidade presente na atividade leiteira.....	174
4.3	A tradição como meio de sobrevivência.....	182
4.4	O “negócio do vizinho freteiro”: a materialidade do intermediário na subordinação da renda da terra pelo capital industrial.....	192
4.5	A reciprocidade e a solidariedade vicinal como estratégia de resistência ao “negócio do vizinho”.....	197
4.6	Liberdade, trabalho e cativo: “conflitualidade do herdeiro”	207
4.7	O arremate final das linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa de Glória de Dourados: O batismo das vacas.....	218
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
6.	REFERÊNCIAS.....	228
6.1	Bibliográficas.....	228
6.2	Sítios na Rede Mundial de Computadores.....	241

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Área de abrangência da Cia. Mate Laranjeira na porção austral de Mato Grosso do Sul.....	27
02	Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).....	33
03	Derrubada de árvores na 2ª Zona da CAND na década de 1950 .....	37
04	Construção da Casa de Saúde de Vila Glória – 1959.....	41
05	Preparo da terra com arado de tração animal.....	41
06	Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1950).....	43
07	As linhas da malha fundiária de Glória de Dourados.....	44
08	Município de Glória de Dourados-MS.....	45
09	Evolução do Índice de Gini.....	88
10	Participação da unidade familiar na produção de alimentos vegetais .....	91
11	Participação da unidade familiar na produção de alimentos de origem animal.....	91
12	Evolução da área colhida das principais culturas em Mato Grosso do Sul. ....	97
13	José Teles de Araújo e família em seu lote na 5ª linha – 1950.....	102
14	José Teles de Araújo e esposa na plantação de algodão em seu lote na 5ª linha em 1960. ....	103
15	Carga de algodão pronta para ser comercializada (1960).	103
16	Carga de amendoim – 1975.....	104
17	Camponeses semeando amendoim em área desmatada para o cultivo em 1970.....	111
18	A voçoroca que surpreendeu a comunidade glória douradense em 1972.....	111
19	Ação dos moradores para conter a voçoroca. Sem data .....	112
20	Efeitos da geada de 1975.....	112
21	Mato Grosso do Sul: área de cultivo da cana-de-açúcar (ha/ano).....	122
22	Volume de leite ordenhado na região Centro-Oeste (1970-2006).....	139
23	Saldo da balança comercial nas exportações/importações de lácteos....	143
24	Importações brasileiras de lácteos – Janeiro/2011 a Março/2012.....	143
25	Consumo anual de leite no Brasil por habitantes.....	144
26	Produção de leite (em Litros) ordenhado do rebanho dos respectivos estados do Centro-Oeste.....	148
27	Bacias Leiteiras do Mato Grosso do Sul.....	152
28	Produção das bacias leiteiras sul-mato-grossenses (2012).....	153
29	Visita de camponeses e técnicos ao Uruguai para compra de animais da raça holandesa – 1996.....	157
30	Glória de Dourados - plantio de milho para silagem com apoio de técnicos, máquinas e implementos da Prefeitura Municipal – 1999.....	158

Figura 31	Adaptação das instalações utilizadas no ordenamento do rebanho.....	158
32	Padrão fundiário das propriedades pesquisadas (ha).....	172
33	Idade dos produtores entrevistados.....	173
34	Escolaridade dos produtores entrevistados.....	174
35	Francisco Rigatto descarregando ração para o gado.....	180
36	Relação entre os familiares e os elementos da vida no campo.....	181
37	Francisco José Rigatto junto da esposa e do neto.....	182
38	Sítio Santa Rosa - Aduauto Pelle, junto com o neto Elvis, no barracão de ordenha das vacas leiteiras.....	182
39	Chácara Arco-Íris de Moisés José e seu meio de locomoção utilizado para na comercialização de leite na cidade – 7ª Linha – Km 7,5 – Nascente.....	184
40	Queijos armazenados, prontos para a comercialização.....	184
41	Chácara Arco-Íris - Moisés José mostrando a produção de alface.....	185
42	Sítio São Sebastião – Quarto de Danila S. Neiva -7ª Linha, Km 01 Poente.....	189
43	Sítio São Sebastião - Danila S. Neiva na ordenha do leite.....	189
44	Sítio São Sebastião - Família Neiva na colheita de feijão. ....	190
45	Sítio São Sebastião - Barracão de sericultura – criação dos casulos. .	190
46	Sítio São Sebastião - Dona Geralda alimentando a criação de aves.....	191
47	Sítio São Sebastião - Dona Geralda com frango caipira pronto para ser comercializado. ....	191
48	Sítio São Sebastião – tomate para ser comercializado na Feira Municipal de Glória de Dourados.....	192
49	Tambor de leite com amostra para ser analisada – 7ª Linha, Km 01 - Poente .....	195
50	Resfriadores de Leite da Indústria BRF – Brasil Foods no Sítio de Valdecir Clavico – 7ª Linha, Km 01 – Poente.....	195
51	Sítio de Valdecir Clavico – 7ª Linha, Km 01 – Poente.....	196
52	Sítio de Valdecir Clavico – 7ª Linha, Km 01 – Poente.....	196
53	Dona Elisa – 7ª Linha Km 1 – Nascente. ....	203
54	Senhor Gildo Vergu e sua esposa Dona Elisa – 7ª Linha Km 1 – Nascente. ....	204
55	Sítio de Francisco Leite Carvalho – 7ª Linha, Km 1 Nascente.....	207
56	Sítio Nova Esperança - Castração de bezerros -4ª Linha – Km 08 Poente.....	212
57	Sítio Nova Esperança- Mural de controle de reprodução do Programa Balde Cheio - 4ª Linha – Km 08 Poente.....	217
58	Sítio Nova Esperança - Herculano do Nascimento e Senhor Airton do Nascimento - 4ª Linha – Km 08 Poente.....	217
59	Chácara Vista Alegre – 7ª Linha, Km 06 .....	222
60	Chácara Vista Alegre de Pedro Batista – 7ª Linha, Km 06 – Nascente..	222

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Brasil: números de estabelecimentos – grupos de área – (ha).....	86
02	Brasil: área ocupada pelos estabelecimentos – grupos de área (ha).....	87
03	Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul: Nº de estabelecimentos por grupos de área total (ha).....	95
04	Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul: área ocupada pelos estabelecimentos grupos de área (ha) .....	95
05	Estabelecimentos por condição do produtor em Mato Grosso do Sul.....	96
06	Números de tratores - municípios com origem na CAND .....	106
07	Glória de Dourados: número de estabelecimentos – grupos de área – há.....	108
08	Glória de Dourados: área ocupada pelos estabelecimentos – 1970 a 2006 - grupos de área – há.....	108
09	Glória de Dourados: Condição do produtor – 1970 a 2006.....	113
10	Glória de Dourados - evolução da área (ha) colhida das principais culturas – 1970 a 2006.....	114
11	Glória de Dourados: estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras.....	115
12	Glória de Dourados - pessoal ocupado em atividades agropecuárias – 1970 a 2006.....	116
13	Mato Grosso do Sul: Produção de leite (Mil Litros) – 2006.....	150
14	Bacias leiteiras e distribuição de laticínios (2012).....	154
15	Glória de Dourados/MS: volume de produção de leite (mil litros)	164

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 01	Emancipações de municípios remanescentes da CAND por ordem cronológica. ....	46
02	Conflitos no Campo.....	89

## **INTRODUÇÃO**

Divulga-se frequentemente na mídia o sucesso obtido pelo agronegócio brasileiro. Comenta-se das safras recordes e de suas influências na balança comercial do país, da produção de riqueza, da geração de emprego e renda, além da contribuição à arrecadação para o Estado. No entanto, quando se divulgam as dificuldades dos camponeses, no tocante às relações de produção, como os altos custos na produção de leite, de suínos e aves, entre outros, como o aumento no preço da ração (cujos componentes principais são o farelo de soja e o milho), afetando diretamente suas rendas é como se este fato fosse algo isolado sem importância para a Soberania Alimentar, negligenciando, portanto, as desigualdades existentes entre as classes sociais e as contradições no campo brasileiro, alicerces da questão agrária brasileira: as disputas territoriais materializadas em regimes distintos de propriedade – terra de negócio *versus* terra de trabalho.

A contradição presente na questão agrária brasileira apresenta especificidades sendo necessário compreender a forma como ocorreu (e ocorre) a apropriação da terra e a sua manutenção como propriedade capitalista. O campo brasileiro é marcado pela industrialização da agricultura possibilitando aos proprietários de terra e aos capitalistas a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta. Portanto, para a compreensão da contradição é necessário compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo, unificando o que ele mesmo separou em seu processo inicial: a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 1994, p. 51).

Assevera o mesmo autor que o devir da agricultura brasileira está relacionado ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial, compreendido no movimento contraditório: “a lógica do capital em sua essência é internacional, porém a lógica que envolve a terra é essencialmente nacional”. Deste modo “o campo está marcado pelo processo de territorialização do capital (sobretudo dos monopólios)” e pelo processo de “monopolização do território”, fazendo com que o campo brasileiro seja *locus* “de relações capitalistas avançadas e também contraditoriamente *locus* de relações não-capitalistas de produção e de trabalho como as relações camponesas, peonagem etc” (OLIVEIRA, 2002, p. 75-76).

Neste contexto, cabe enfatizar a importância da classe camponesa, permanecendo e resistindo há séculos no Brasil, aos desmandos da classe latifundiária, tendo como fio suleador de sua longa existência a lógica estratégica

assentada na campesinidade (valores morais e culturais), pois a terra, primordialmente, para os camponeses, tem função de moradia e de produção de alimentos e não somente para o auto consumo, mas, sim, a alimentação dos brasileiros. Mesmo que para isto seja preciso labutar na beira da estrada, no solo degradado, no vale do rio assoreado, no morro, na várzea, no mangue, entre outras configurações territoriais.

As contradições presentes no campo brasileiro rebatem nos mais diferentes lugares e na Região Sul, do atual Mato Grosso do Sul, de forma mais intensa, principalmente pelo processo de apropriação capitalista da terra e seus desdobramentos nas contradições latentes na terra do agronegócio e na terra dos camponeses, além dos conflitos permanentes com os indígenas que lutam pela retomada de seus territórios (terra sagrada), outrora usurpados.

A estrutura fundiária do espaço regional meridional sul-mato-grossense teve sua origem no processo de ocupação do antigo Estado Mato Grosso e apresenta especificidades relacionadas às sucessivas (re)construções territoriais, a saber: a presença dos povos indígenas, desde milhares de anos; a atuação da Companhia Mate Laranjeira, que obteve concessão de terras do Estado brasileiro para a exploração da erva-mate, monopolizando, assim, uma área de aproximadamente 60.000 Km<sup>2</sup>, desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do XX; além dos interesses estatais e capitalistas na conversão da terra de trabalho e sagrada em terra de negócio, especialmente com o confinamento indígena e na titulação de imensas glebas de terras. Uma das justificativas para a “intervenção” estatal da União no espaço regional meridional do antigo Mato Grosso foi o desinteresse da Mate Laranjeira na ocupação das terras de forma efetiva<sup>1</sup>, com a cassação da concessão feita desde os fins do século XIX; a atuação estatal na colonização oficial via Colônia Agrícola Nacional de Dourados, estimulando a migração por meio da cessão de lotes de terras; a presença de mineiros, paulistas e sulistas, por meio da pecuária, vinculada à frente de expansão penetrando na região pelo planalto sul-mato-grossense e, também, pelos vales dos rios Miranda e Aquidauana (QUEIROZ, 2008, p. 56); a presença de compradores de terras e da atuação de companhias imobiliárias (fundação de cidades e venda de lotes rurais); a

---

<sup>1</sup> Segundo Gressler e Swensson (1988, p.29), a Companhia Mate Laranjeira exerceu moderada influência no povoamento da Região Meridional de Mato Grosso do Sul, “fato este que pode ser justificado devido à grande mobilidade espacial de seus trabalhadores e em virtude da função itinerante da exploração da erva-mate”.

atuação de sujeitos no processo de expansão de atividades ligadas ao agronegócio, desde seus tempos embrionários, via “modernização da agricultura”, a partir da segunda metade do século XX.

Na década de 1940, as estratégias governamentais de Getúlio Vargas, com a implantação de políticas de intensificação do povoamento das fronteiras e da “Marcha para o Oeste”, promoveram a criação do Território Federal de Ponta Porã e, posteriormente, a colonização dirigida via Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Estas ações propiciaram ao processo de ocupação com maior intensidade e ritmo, produzindo um espaço com conteúdo diferenciado, especialmente quanto à desconcentração fundiária em vários municípios de atuação da CAND.

A partir da segunda metade do século XX implantou-se, neste espaço, o processo de “modernização conservadora” da agricultura, favorecendo a expansão capitalista industrial e financeira mundial por meio de política estatal de subsídios (créditos rurais), iniciada pelo Estado, expansão das lavouras de exportação (principalmente soja); mecanização; agroindústrias; vias de transporte, etc. Os créditos beneficiavam as médias e, principalmente, as grandes propriedades, tendo como fio condutor a mudança da base técnica com o uso das tecnologias geradas pelo pacote da Revolução Verde.

As transformações decorrentes deste processo de “modernização conservadora” ocasionaram mudanças na forma de produzir e de trabalhar no campo e, também, neste recorte como fração territorial, as produções passaram a seguir a lógica do mercado. A unidade básica de produção familiar camponesa tornou-se subordinada ao capital e à tecnologia por meio da monopolização do território pelas grandes empresas, sujeitando a renda da terra, comprometendo, desta maneira, a permanência e a reprodução desta unidade enquanto classe social.

Sendo assim, o objetivo geral, desta dissertação, é compreender as linhas de campesinidade (valores morais e culturais) na (in)subordinação camponesa ao capital na fração territorial do município de Glória de Dourados, pertencente à Microrregião Geográfica de Dourados, sendo este uma fração do território da CAND. Para tanto, pretende-se compreender a forma de permanência e de resistência à (in)subordinação na manutenção da terra de trabalho da classe camponesa, utilizando como viés investigativo a reestruturação produtiva da atividade leiteira, a partir de 1990; da apropriação da renda da terra a partir da monopolização do

território pelo capital e os elementos de campesinidade que guiam os camponeses frente ao avanço do capital no campo.

Deste modo, o trabalho privilegia as visões críticas calcadas na revisão bibliográfica de autores que já estudaram a questão agrária brasileira, o processo de formação do espaço regional meridional sul-mato-grossense, além da “modernização conservadora” e suas contradições; de levantamento de dados nos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no trabalho de campo realizado por meio de várias entrevistas e de registro fotográfico.

No primeiro capítulo, resgata-se, brevemente, o processo de ocupação do espaço regional meridional sul-mato-grossense sob o contexto do recorte territorial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) levando-se, inicialmente, em consideração o movimento de expansão da fronteira pelo não índio, desmistificando a ideia construída de “espaços vazios”. Também, será analisado, neste primeiro capítulo, o contexto nacional/internacional após a Segunda Guerra Mundial e o avanço da internacionalização da economia que propiciou a (re)construção do território capitalista no Brasil, via planejamento estatal, com suas políticas desenvolvimentistas, culminando na criação das agências de intervenção estatal, como a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que atuou na região Centro-Oeste e, também, no espaço regional meridional sul-mato-grossense, com planos e programas, consolidando o processo de “modernização” e na integração deste espaço com as regiões Sudeste e Sul, permitindo, deste modo, o avanço da “modernização conservadora e dolorosa”, ocasionando mudanças na região.

Evidencia-se, nesta análise, não somente a transformação da base técnica da agricultura, imposta a partir da adoção das mudanças tecnológicas decorrentes da Revolução Verde, mas, principalmente, o papel gerenciador do Estado neste processo, agindo no espaço regional meridional sul-mato-grossense por meio da atuação da SUDECO com planos e programas de incentivos, via políticas de créditos e subsídios estatais.

No segundo capítulo, analisa-se, inicialmente, a configuração territorial do município de Glória de Dourados, como fração do território da CAND e suas contradições. Analisa também as transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da ação do Estado como mediador do processo “modernizador conservador”, subsidiando-o por meio de incentivos creditícios, facilitando a

reprodução ampliada do capital e possibilitando a (in)subordinação camponesa, mesmo em condição subalterna, contraditoriamente, permanece e se recria por meio de relações de produção não especificamente capitalista. Por meio de dados dos censos agropecuários é analisada a estrutura fundiária do país e o processo da “modernização conservadora”, a partir de meados do século XX, com a subordinação camponesa ao capital industrial.

No terceiro capítulo, analisam-se as mudanças territoriais do campo decorrente do processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira ocorrido no país a partir de 1990 e a criação do Programa Municipal de Diversificação da Agricultura, em Glória de Dourados. Por este programa, incentivou-se a implementação, via incentivos creditícios, a expansão de várias atividades produtivas, como a sericultura, a fruticultura, a mandiocultura, a avicultura, a suinocultura. Porém, focalizando, nesta análise, a atividade leiteira resultando na expansão da reprodução ampliada do capital industrial e, no entanto, paralelamente, em seu processo contraditório, produziu a reprodução de relações não-capitalistas, deste modo refletindo na estrutura fundiária do município que se apresenta menos concentrada em comparação aos outros municípios que tiveram sua origem relacionada ao processo de colonização da CAND.

No quarto capítulo busca-se compreender a camponêsidade na (in)subordinação camponesa de Glória de Dourados como uma contradição sócio-territorial na monopolização do território pelo capital industrial enquanto ética camponesa constituída por uma ordem moral em que a terra é considerada patrimônio vinculada a valores objetivos e subjetivos pertinentes ao modo de vida do camponês lhe conferindo ações estratégicas de permanência e de resistência frente a sujeição da renda da terra pelo capital industrial visando assegurar seu bem mais precioso: o patrimônio de família.

Na busca deste movimento o referencial teórico-metodológico foi centrado na análise de bibliografia pertinente ao tema no âmbito mais geral, regional e local, além de trabalho de campo baseado em entrevistas realizadas com 41 camponeses entre outros sujeitos sociais, políticos, técnicos, veterinários, fundamentais para o entendimento deste território

socialmente construído, expressando, portanto, as transformações decorrentes das apropriações e/ou das dominações territoriais materializadas em contradições/conflitos, como afirma Martins (1984, p. 05): “[...] é através do

princípio da contradição que se apreende o movimento da sociedade, a tensão entre o caráter social da produção e o caráter privado da sua apropriação”.

## **CAPÍTULO I**

### **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL MERIDIONAL SUL- MATO- GROSSENSE: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”**

### **1.1 O conceito de território como suleador<sup>2</sup> do processo de ocupação do espaço regional meridional sul-mato-grossense.**

Considera-se que o processo de mundialização do capital, que se convencionou chamar de globalização, como consequência material da integração dos mercados financeiros mundiais, o crescimento do comércio internacional, viabilizado pelo avanço das novas tecnologias, e, principalmente, o aumento da exploração das forças produtivas e, conseqüentemente, a avidez por matérias-primas de origem agropecuária, resultou na intensificação da apropriação territorial e da renda da terra no campo.

O campo, neste contexto, continua conforme Oliveira (2007) a ter a marca expressa da barbárie de outros tempos, mas o latifúndio foi transfigurado, mesmo parcialmente, em agronegócio. A exploração do trabalho, de forma arcaica, possibilita, contraditoriamente, a expansão de relações não-capitalistas, como a reprodução camponesa, pela manutenção de liames para subordinar a renda da terra, via sujeição, pela monopolização do território (OLIVEIRA, 2007).

Desta maneira, a investigação do campo pela abordagem territorial torna-se significativa por propiciar compreensão da relação espaço-tempo, considerando o caráter político do território produzido pelas relações de poder como enfatiza Raffestin (1993, p. 144):

[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Cabe considerar que para Haesbaert (2010, p. 132) o espaço também é constituído, não somente pelo processo de desterritorialização (Deleuze e Guattari, 1972), mas, primordialmente pela multiplicidade de tipos de territórios e de multiterritorialidade, inclusive multirregional<sup>3</sup>, por meio das diferentes relações de poder desencadeadas pelas mais distintas instituições e grupos sociais.

Segundo Haesbaert (2010, p. 137), há várias definições para território e, de acordo com o dicionário *Les mots de La Géographie*, uma das definições se refere à

---

<sup>2</sup> É de Freire (1997, p.128) o vocábulo suleador em contraposição a nortear devido a força ideológica dos termos.

<sup>3</sup> O autor considera multirregional as conexões em redes que favorecem temporalidades distintas e territórios distintos (HAESBAERT, 2004, p.173).

“malha de gestão de espaço”, de apropriação ainda não plenamente realizada; outra de “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”; uma terceira se refere à noção ao mesmo tempo “jurídica, social, cultural, e mesmo afetiva” aludindo ainda ao caráter inato ou “natural” da territorialidade humana; por fim, um sentido figurado, metafórico, e um sentido “fraco”, como sinônimo de espaço qualquer.

Para Haesbaert (2010, p. 138), o conceito de território apresenta três vertentes básicas: a) política (refere-se às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas); b) cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; c) econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão social–“territorial” do trabalho (HAESBAERT, 2010, p. 138).

No mesmo sentido, torna-se relevante a contribuição de Santos (2004, p. 22) a respeito da análise do processo atual do avanço do capitalismo – a globalização como resultado da relação lugar-mundo tendo como enfoque os atores e os agentes que produzem os espaços materializados em profundas transformações na reordenação territorial.

Para Santos (2004, p. 22), é importante considerar o uso do território enquanto prática social:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. A globalização amplia a utilização desse conceito. Em parte por causa da competitividade, cujo exercício, levando a uma busca desesperada de uma maior produtividade, depende de condições oferecidas nos lugares da produção, nos lugares da circulação, nos lugares do consumo (SANTOS, 2004, p. 22).

Desta maneira para Oliveira (2007, p. 74) a análise do campo brasileiro e, portanto, da questão agrária, pode ser pautada na compreensão da espacialização da luta pela terra no campo entendendo “o território como produto concreto da luta

de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2007, p. 74).

Deste modo, a partir destas abordagens conceituais do território, na multiplicidade das relações sociais, pode-se analisar o processo de ocupação do espaço meridional sul-mato-grossense na perspectiva de temporalidades e territorialidades distintas conjugadas simultaneamente ao movimento geral de expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista determinando, portanto, sua subordinação na divisão territorial do trabalho.

## **1.2 O processo de ocupação do espaço regional meridional sul-mato-grossense.**

O processo de ocupação do espaço regional meridional do atual Estado do Mato Grosso do Sul<sup>4</sup>, cuja área estadual compreende 358.158,70 Km<sup>2</sup>, ocorreu por povos indígenas por aproximadamente dois mil anos. Na colonização europeia, esta região foi disputada por espanhóis e portugueses e, posteriormente, entre brasileiros e paraguaios. Além da ocupação indígena, principalmente Guarani, também foi ocupada pelos não índios, resultante da frente de expansão. No final do século XIX e início do XX, a Companhia Mate Laranjeira obteve a concessão de terras do Estado brasileiro para a exploração da erva-mate, monopolizando, assim, uma área de aproximadamente 60 mil Km<sup>2</sup> e 5 milhões de hectares, justamente no espaço meridional do atual Mato Grosso do Sul (figura 01).

Sobre o monopólio da Companhia Mate Laranjeira escreveu Silva (2000, p. 78):

[...] A Companhia Mate Laranjeira, em 1895 arrendava mais de 5.000.000 hectares e usava sua influência junto ao Governo para impedir qualquer ocupação da área, tendo em vista preservar as extensões de mata e a extração da erva-mate, permitindo apenas a criação de gado nas regiões de campos limpos.

A Companhia que era controlada por capitais internacionais e empregava quase exclusivamente mão de obra estrangeira, passou a ser vista pelo Estado Novo como um empecilho para o avanço da “marcha”, empecilho este que foi removido em 1944, quando foi decretado o encerramento dos contratos de arrendamento com a Companhia. Mesmo antes do encerramento dos contratos, já se tornara difícil a atuação da empresa, pois em 1943 o Estado Novo criara o Território Federal de Ponta Porã e a Colônia Agrícola

---

<sup>4</sup> O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 sendo desmembrado do Estado do Mato Grosso.

Nacional de Dourados – CAND nas terras que até então eram arrendadas pela Companhia (SILVA, 2000, p. 78).

Assim, como a Companhia não tinha interesse na ocupação das terras de forma efetiva<sup>5</sup>, houve intervenção por parte da União com a cassação da concessão feita à empresa em 1943 e a adoção de estratégias por meio de políticas públicas de ocupação, como o confinamento indígena em aldeias, a titulação de grandes extensões de terras a particulares e o projeto de colonização dirigida, destacando-se a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), nos anos 1940 (Ferreira, 2007, p. 32), como recorte territorial do espaço regional meridional do antigo Mato Grosso em pequenas propriedades, incentivando a migração, favorecendo a fundação de vilas, abertura de estradas. Dentro as várias vilas fundadas no perímetro de atuação da CAND, Glória de Dourados deu origem à sede do município que é a fração territorial de análise neste trabalho.

---

<sup>5</sup>Segundo Gressler e Swensson (1988, p.29) a Companhia Mate Laranjeira exerceu uma moderada influência no povoamento da Região Meridional de Mato Grosso do Sul, “fato este que pode ser justificado devido à grande mobilidade espacial de seus trabalhadores e em virtude da função itinerante da exploração da erva-mate”.

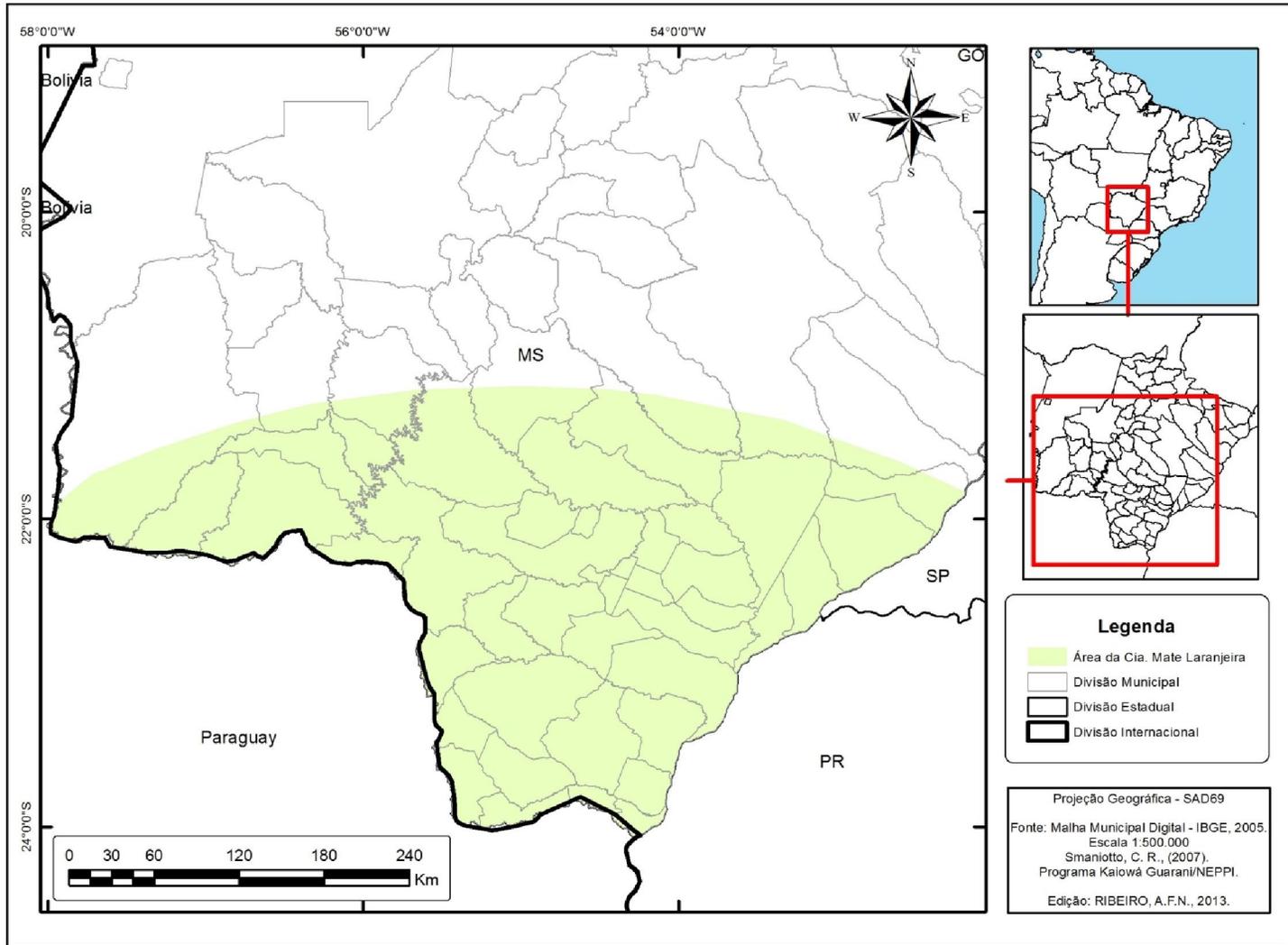


Figura 01 – Área de abrangência da Cia. Mate Laranja na porção austral de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Malha Municipal Digital – IBGE, 2005; Edição: RIBEIRO, A. F. N., 2013

Deste modo pode-se generalizar que o espaço regional meridional sul-mato-grossense caracteriza-se por construções territoriais resultantes de movimentos sucessivos, aqui apontados devidos às suas importâncias, a saber:

a) ocupação há pelo menos 2.000 anos por povos ando-peruanos em vasta área do continente sul-americano e, atualmente, abrange Paraguai, Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil e, dentre estes povos, os Guarani e seus diversos subgrupos, os mais conhecidos em termos arqueológicos, antropológicos, históricos e linguísticos<sup>6</sup>;

b) a atuação, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, da Companhia Mate Laranjeira, empresa argentina, neste espaço, extraindo erva-mate, além de criadores mineiros, paulistas e sulistas, por meio da pecuária, vinculada à frente de expansão penetrando na região pelo planalto sulmatogrossense e, também, pelos vales dos rios Miranda e Aquidauana. (QUEIROZ, 2008, p. 57)

c) No século XX, na década de 1940 e posteriores, foram as estratégias governamentais de Getúlio Vargas, com a implantação de políticas de intensificação do povoamento das fronteiras e da “Marcha para o Oeste”, promoveram a criação em 1943 do Território Federal de Ponta Porã (extinto em 1946) e a colonização dirigida com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Estas ações propiciaram maior intensidade e ritmo no processo de ocupação, produzindo frações territoriais com conteúdos diferenciados, especialmente quanto à desconcentração fundiária em vários municípios de atuação da CAND (NAGLIS, 2007, p. 37-38).

Ponciano (2001, p. 100) enfatiza:

A política de colonização do Estado Novo, na região do sul de Mato Grosso, especificamente a região da Grande Dourados, propiciou o início da exploração capitalista, de forma sistemática, nessas terras, com a implantação da pequena propriedade, [...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la (PONCIANO, 2001, p. 100).

---

<sup>6</sup> Para saber mais sobre o assunto, consultar Noelli e Mota (1999, p.13).

Deste modo, considerando-se para a análise, pelos propósitos deste trabalho, o processo do espaço regional meridional sul-mato-grossense somente o recorte territorial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e, mais especificadamente, a fração territorial do município de Glória de Dourados.

### **1.3A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) como recorte territorial do espaço regional meridional sul-mato-grossense e a gênese da exploração capitalista neste território.**

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) teve a origem de seu território diretamente ligado à construção histórica do projeto de colonização do Estado<sup>7</sup> brasileiro, no mandato de Presidente da República, do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945). O período caracterizou-se pelo autoritarismo e pelo nacionalismo pautados na “construção de um novo estado a partir de uma nova realidade agrícola” com a finalidade de atender a demanda do mercado interno, enfraquecer a oligarquia regional, inserindo o sul do antigo Mato Grosso (atual espaço regional meridional de Mato Grosso do Sul) ao processo de incorporação de novas áreas da economia capitalista sob o estímulo da industrialização do Sudeste brasileiro e de garantir a segurança na área de fronteira (OLIVEIRA, 1999, p. 50).

Sobre o contexto das ideologias varguistas, Ianni (1987, p.57) afirma que, por parte do Estado, havia a necessidade de forjar a ideologia nacionalista pelo fato de que era preciso incentivar o desenvolvimento econômico, o que na realidade tratava-se de algo para organizar, ordenar e sistematizar as representações da consciência das massas trabalhadoras.

Ainda sobre esta questão, Martins (1994) coloca que:

No caso brasileiro, o grande passo no sentido de modernização foi a Revolução de 1930, com sua centralização política e sua política econômica desenvolvimentista, que procurou se legitimar na cultura popular e nas tradições, que se tornaram, por isso, as raízes culturais do nosso nacionalismo. A constituição do nacional expressa não à inviabilidade do moderno e da modernização, mas as hesitações da

---

<sup>7</sup> De acordo com Farias (1998, p. 120) na análise de Lefebvre (1969, p. 20) o Estado-Nação no mundo moderno seria o resultado da articulação de interesses e forças equilibradas na sociedade. Através de um processo de identificação, o Estado buscava atrair, para seu interior, os vários grupos sociais, procurando administrar e gerenciar os seus interesses, impedindo uma possível oposição à lógica estatal. No entanto, ao fazer convergir para o seu âmbito interesses e estratégias diferenciadas, criando organismos que visam identificar os interesses particulares com o interesse geral do Estado, este nega-se e expõe-se ao conflito (FARIAS, 1998, p. 120).

modernidade, um fenômeno cultural, social, inteiramente estranho à constituição das nacionalidades (MARTINS, 1994, p.34).

Segundo Oliveira (1999, p.30), Getulio Vargas assumiu o governo brasileiro em período de turbulências frente à crise econômica de 1929, afetando diretamente a economia brasileira com desemprego, queda do poder aquisitivo da sociedade, desordem na produção. Ocorria, paralelamente, o crescimento do movimento comunista externo (soviético) e interno, denominado por Vargas de “ideologias exóticas”, representadas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob liderança de Luís Carlos Prestes, configurando-se na coalizão das esquerdas em oposição ao seu governo.

Sobre o cenário interno, reflexos da Crise, causadora de preocupação no governo, Oliveira (1999, p.30) destaca:

[...] os que mais sentiram foram os trabalhadores tanto empregados como os desempregados, que organizados em sindicatos profissionais, associações passaram a reivindicar emprego, melhores salários e terra para trabalhar. A crise na agricultura afetou os que ainda permaneciam na lavoura, que ficaram sem trabalho, ou recebiam salários irrisórios aumentando, assim, a miséria e os problemas sociais no campo, sobretudo no nordeste e sudeste brasileiros. Na tentativa de garantirem a própria sobrevivência, esses trabalhadores migraram para os centros urbanos em busca de emprego, principalmente para a cidade de São Paulo, originando aglomeração humana nos grandes centros urbanos, intensificando as reivindicações por emprego, por moradia, entre outros. (OLIVEIRA, 1999, p.30)

Desta maneira, algumas estratégias foram adotadas pelo Governo Vargas no sentido de inibir os avanços dos movimentos sociais, como a criação, em 1930, do Departamento Nacional do Trabalho e do Departamento Nacional de Povoamento (DNP), cujos objetivos foram de controle dos trabalhadores em geral, inclusive via sindicatos e assegurar a manutenção do sistema capitalista tendo como viés o povoamento das áreas de fronteira agrícola, como o Norte e o Centro-Oeste (OLIVEIRA, 1999, p.50-51).

Oliveira (1999, p.170) ressalta a criação do Território Federal de Ponta Porã e das Colônias Agrícolas Nacionais, pelo Governo Vargas, no início da década de 1940, como materialização da “política de colonização como parte integrante da Marcha para o Oeste do Estado Novo”. Assim, no Centro-Oeste, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941, e a criação da Colônia

Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no espaço regional meridional do antigo Estado de Mato Grosso, oficializada em 1943, constituíram partes da estratégia do Estado Novo de diminuir as tensões nas regiões de maior densidade populacional, interiorizar o povoamento e ocupar mais densamente a região de proximidade com a fronteira do Paraguai.

A ocupação do espaço meridional do Mato Grosso do Sul, via CAND, estava relacionada ao fenômeno das frentes pioneiras<sup>8</sup>, com incentivos à produção agrícola, por meio da distribuição de terras pela Colônia, visando o aumento da oferta de alimentos, com a finalidade de desenvolver regiões urbanas e industriais brasileiras, para qual, tornava-se necessário integrar o interior do país à economia nacional.

A respeito das frentes pioneiras, Nardoque (2002) salienta que o processo de ocupação territorial do interior brasileiro rumo a oeste já estava em curso no início do século XX, seguindo, de certa maneira, o caminho do café. Todavia, argumenta, também:

Mesmo quando o café passava por crises momentâneas, a expansão ocorria com outras culturas, como o algodão. Além desta, a atividade pecuária caminhava junto ao povoamento. Monbeig (1984) afirmou que a marcha para o oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café (NARDOQUE, 2002, p. 38).

Deste modo, o projeto de colonização favoreceu o rompimento da estrutura espacial em “ilhas econômicas” (Becker, 1974), que vigorava no país desde o início da ocupação, mediante expansão demográfica e ocupação dos “espaços vazios”<sup>9</sup> do interior do país.

Portanto, a CAND, segundo Naglis (2007), Ponciano (2002) e Lima (1982), concretizou-se como o símbolo do progresso, com a política de doações de terras e incentivos governamentais para que a agricultura fosse possível de ser praticada em uma região distante dos grandes mercados consumidores, mas com condições ambientais favoráveis: solos favoráveis e topografia suave.

Na figura 02, observam-se os atuais municípios com terras integrantes à CAND. Notam-se terras nos municípios de Angélica, Dourados, Douradina, Fátima

---

<sup>8</sup> Martins (1975) define como frente pioneira a incorporação de novas regiões à economia de mercado.

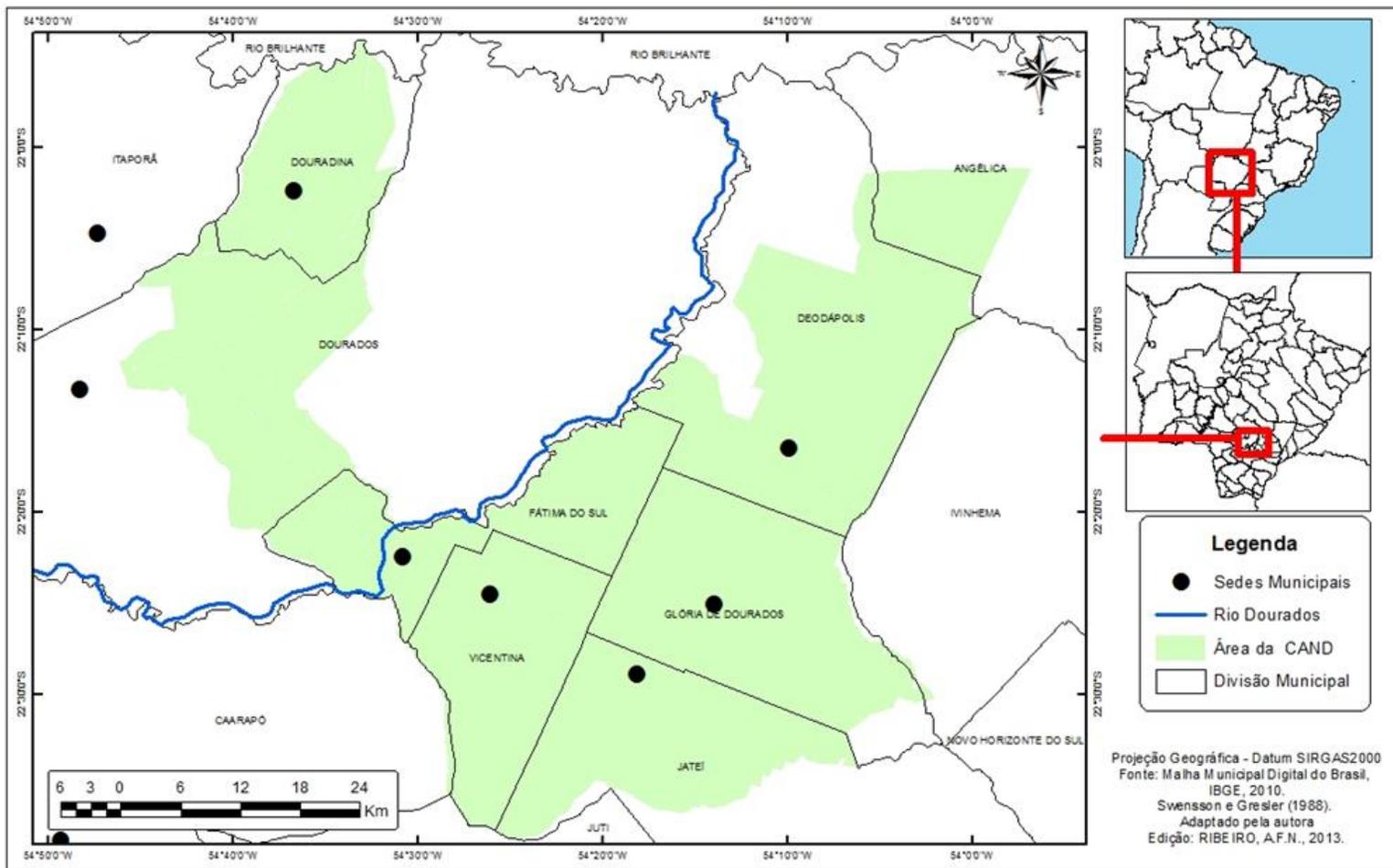
<sup>9</sup> Segundo Noelli e Mota (1999 p.13), pesquisas arqueológicas datam de mais de 2000 anos a presença de diferentes povos indígenas em vasta área do continente sul-americano compreendendo atualmente os territórios dos países: Paraguai, Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil.

do Sul, Jateí, Vicentina, além da quase totalidade de Glória de Dourados, recorte espacial deste trabalho.

A área destinada à Colônia, inicialmente, era de 300.000 hectares (ha)<sup>10</sup>. Segundo Ponciano (2002, p. 140), restringiu-se a 267.000 ha, dividida em duas zonas, a primeira, à margem esquerda do rio Dourados, com 68.000 ha e a segunda, localizada à margem direita do rio, com 199.000 ha.

---

<sup>10</sup> Hectare é medida agrária utilizada pelos órgãos oficiais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de outros. O hectare corresponde a 10 mil metros quadrados.



**Figura 02** - Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil, IBGE, 2010; Edição: RIBEIRO, A. F. N., 2013.

Em relação à redução da área inicialmente prevista para a colonização, Naglis (2007, p. 40-48), a partir de pesquisa em Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, no decorrer de 1951, escreveu:

A redução da área da colônia se deu por conta da especulação e cobiças das terras devolutas encontradas dentro do perímetro da demarcação, feito o levantamento, o excedente de terras devolutas foi constatado. É oportuno lembrar que nesse período o próprio governo fazia a venda das terras, consideradas devolutas. Essa política de colonização estadual abriu precedente para que terceiros solicitassem ao governo estadual à compra de terras devolutas, que passaram ao conhecimento público, por conta da demarcação da CAND (NAGLIS, 2007, p.41).

Segue a autora:

As invasões e as concessões tornaram-se um problema grave para a Administração, e, sobretudo, para os colonos que tiveram que ser desalojados ou tiveram seus lotes invadidos por terceiros. Mas este cenário de conflitos e desordem não pode ser relacionado somente com a Lei Estadual nº 87, sancionada em julho de 1948, [...] mas também, com a falta de organização da Administração da Colônia em demarcar primeiramente sua área (NAGLIS, 2007, p.41).

A Lei Estadual nº 87, sancionada em julho de 1948, estipulava os limites da CAND, contudo abria brechas para a ocupação no entorno da área demarcada para a Colônia, pois o Artigo 4º da referida lei previa “os direitos adquiridos por terceiros, mediante títulos de domínio expedidos pelo Governo do Estado” sem prazo estipulado. Sendo assim, “houve uma série de requerimentos de terra nesta região” e, conforme Naglis (2007, p. 39), acirraram os conflitos entre os administradores da CAND e o governo estadual, sendo resolvido apenas no final de 1949, quando este, sob pressão do governo federal, criou a Lei 340 determinando a titulação a terceiros por ocupação anteriormente a 20 de julho de 1948, favorecendo, desta maneira, por mais de um ano a especulação fundiária em terras que poderia ter garantido a subsistência de mais colonos (NAGLIS, 2007, p.39-41).

Convém ressaltar o favorecimento anterior a empresas imobiliárias particulares, como a concessão de terras feitas pelo governo estadual à implantação de colonização privada, beneficiando o grupo BATA<sup>11</sup> e, posteriormente, outros

---

<sup>11</sup> Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso fundou Bataguassu em 1941, Bataiporã e Anaurilândia (FIGUEIREDO, 1967, p.242).

grupos, tais como a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda.<sup>12</sup>, a Sociedade Melhoramentos e Colonização (SOMECO)<sup>13</sup>, atendendo, desta maneira, os interesses imobiliários. Além da concessão de terras às empresas imobiliárias, outros títulos foram emitidos a individuais, como ressalta Fabrini (2008, p. 67)<sup>14</sup>. Confirma Lamoso (1994, p. 43-45) que por meio de leis estaduais e, principalmente, após a criação do Código de Terras do Estado, pela Lei nº 336 de 1949, o governo estadual oferecia enormes quantidades de terras a particulares e companhias, contribuindo, também, com subsídios para os investimentos em infraestrutura, como implantação de estradas, ampliação da rede elétrica, favorecendo, desta maneira, o capital em detrimento dos trabalhadores rurais. Isso pode explicar parte das tensões existentes que tiveram como resultado, em 1956, a invasão por parte dos colonos da Segunda Zona<sup>15</sup> do projeto de colonização da CAND, temerosos de não ter acesso as terra gratuitas, devido à “especulação das terras também da Colônia feita com o respaldo legal do governo estadual e pela incompetência e interesses dos administradores da CAND (NAGLIS, 2007, p. 48). Portanto, observa-se que o projeto de colonização promovido pela União, com a doação de terras gratuitas, contrariava parcialmente os interesses do governo estadual e das elites econômicas, que objetivavam transformar as terras devolutas em terra de negócio<sup>16</sup>.

A apropriação capitalista da terra se fez presente, de forma mais intensa, na região, a partir das ações do Estado e do capital, após os anos 1940. Sobre esta forma de apropriação da terra, Martins (1986) escreve:

A terra abre para o capitalista que nela emprega seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde com acréscimos (MARTINS, 1986, p.166-167).

Contudo, considera o autor que a terra se apresenta como obstáculo para o

---

<sup>12</sup> A Companhia Vera Cruz, com sede em Marília- SP, colocou à venda lotes rurais, para a implantação de cafezais, dando origem ao município de Naviraí em 1952 (FIGUEIREDO, 1967, p. 242).

<sup>13</sup> A SOMECO “iniciou os trabalhos em Ivinhema em 1961”. (FIGUEIREDO, 1967, p. 242).

<sup>14</sup> O presente texto encontra-se em: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: EDUFMS, 2008.

<sup>15</sup> Sobre a divisão da área da CAND em Primeira e Segunda Zona, ver figura 2, p. 33.

<sup>16</sup> Martins (1991, p.55) distingue teoricamente “terra de trabalho e terra de negócio”, distinção que será aprofundada no decorrer do presente trabalho.

capital<sup>17</sup>, pois, [...] “sem a licença do proprietário da terra, o capitalista não poderá subordinar a agricultura”. A terra por não ser produto do trabalho humano (assalariado ou não), não pode ser considerada capital, mas, no entanto ela se transforma em mercadoria (adquire preço – pode ser comprada, vendida ou alugada). Dessa forma o capital começa a eliminar a contradição da condição de obstáculo que a terra representa e adquirir a [...] “licença para a exploração capitalista da terra que depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra” (MARTINS, 1986, p. 160-161).

Neste sentido esclarece que “a associação entre capital e terra é, na verdade, uma poderosa e devastadora aliança de classes sociais, que fragiliza enormemente os trabalhadores, em particular os trabalhadores rurais” (MARTINS, 1994, p.153). De toda forma, grandes extensões de terras foram apropriadas privadamente pelo capital, no espaço regional meridional sul-mato-grossense, sem o dispêndio de significativas somas de capital imobilizadas na aquisição de terras. O Estado viabilizou o acesso privado às terras por meio de vendas a preços simbólicos ou titulação sem custos.

Apesar dos conflitos de interesses dos mais diferentes grupos (Estado, grileiros, colonos, indígenas), a área da CAND, demarcada oficialmente em 1948, ficou estipulada em 267.000 hectares, deixando de beneficiar um maior número de colonos que migraram para este território, esperançosos de construir futuro melhor em decorrência da intensa propaganda, utilizada pelo governo Vargas, ressaltada por Oliveira (1999, p. 186), como um dos fatores principais de atração populacional, atraindo milhares de colonos nordestinos, paulistas, mineiros, paranaenses, entre outros.

Sobre o processo migratório Martins (1986, p. 16) ressalta:

[...] o campesinato brasileiro é constituído com a expansão capitalista e produto de suas contradições. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade

---

<sup>17</sup>Esclarece Nardoque (2007, p.319) que para Martins (1981, p. 159) capital é o trabalho acumulado sob forma de meios de produção e apropriados pelo capitalista. A terra em si, segundo o autor, não é produto do trabalho, portanto, não é capital e não tem valor, por isso, não poderia ser apropriada por processo igual ao da produção capitalista, sendo considerada equivalente de capital. Portanto, a imobilização de capital por parte do capitalista na terra é segundo Martins (1981, p.166), uma irracionalidade na lógica capitalista, pois a terra parada não se reproduz e não produzirá mais capital. Mas a irracionalidade é apenas aparente pois, como o capital transforma tudo em mercadoria, a terra também é transformada, pois tem preço e é passível de comercialização (NARDOQUE, 2007, 319).

que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por esta razão, o nosso camponês não é um enraizado, é migrante, é itinerante que ao ser expulso com freqüência a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu (MARTINS, 1986, p.16).

No projeto da CAND, os lotes dimensionavam-se de 20 a 50 hectares, formando, portanto, pequenas unidades. A condição para recebê-los era ser maior de 18 anos, a preferência dada para as famílias mais numerosas, ou seja, de no mínimo cinco filhos, não possuir propriedade rural, ter vocação para o trabalho agrícola para transformar as áreas de florestas nativas em solo cultivado. Este processo era feito em sistema de coivara por meio da derrubada da mata, queimada e o uso de técnicas simples, conforme relatos de antigos colonos (Naglis, 2007, p. 71): “foi no machado, na enxada e na foice”, conforme pode ser observado na figura 03.



**Figura 03** - Derrubada de árvores na 2ª Zona da CAND na década de 1950  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.

Em relação às dificuldades encontradas pelos colonos é necessário relembrar que a CAND foi dividida em duas áreas separadas pelo rio Dourados: a Primeira Zona à margem esquerda do Rio Dourados (parte dos atuais municípios de Dourados e Douradina) e a Segunda Zona iniciava-se na margem direita, abrangendo terras dos atuais municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica (figura 02). A Segunda Zona começou a ser colonizada a partir de 1954, com grandes tensões por parte dos colonos, exigindo a

demarcação dos lotes, pelo cansaço de esperarem e passarem por privações, conforme relatos de antigos colonos. Há confirmação nos dizeres do administrador da colônia na época, Loyd Ubatuba: “Se quiserem poderão ocupar a margem direita do Rio Dourados, lá também é colônia” (PONCIANO, 2002, p.131).

Cavalheiro (2001) relata sobre o processo de ocupação no entorno de Dourados. Havia diferenciação entre aqueles que possuíam dinheiro para a terra de negócio e aqueles que pretendiam a terra de trabalho. Destaca a forma pejorativa de tratamento ao migrante que penetrava pela Segunda Zona do projeto da CAND:

Nesse mesmo ano de 1954 era intensa a influência migratória para Dourados formada por pessoas procedentes não só do nordeste como do sudeste e mesmo do sul do País, à qual era jocosamente classificada pelos corretores ou melhor dizendo, pelos “marreteiros”, em três castas: 1) os Jacus gordos, magros, e os Arigós. Os Jacus gordos eram aqueles que aqui chegavam em condução própria ou seja em jipes ou camionetas ou pela Real uma empresa de passageiros em aviões tipo Dc-3 recém fundada, que fazia escala em Dourados duas vezes por semana com voos de São Paulo para Cuiabá e vice-versa. Estes jacus vinham para comprar grandes glebas de terras e, com isso como é lógico, deixavam a eles corretores polpudas corretagens. Os jacus magros eram o que aqui chegavam com reduzido recurso, como eu; davam apenas para comprar até uns cinquenta hectares, aproximadamente. E, os arigós (este era o termo pejorativo que se dava ao trabalhador braçal e mãos calejadas pelo uso da ferramenta) que aqui chegavam unicamente com a “cara e a coragem” simplesmente, trazendo o mínimo recurso da passagem e para fazer um galo de briga como assim se expressavam ou seja, comprar uma pequena cesta básica para se manter uma semana ou pouco mais de poder penetrar na Segunda Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), situada a mais de quarenta quilômetros de Dourados, na margem direita do rio que lhe empresta o nome, onde ali se localizavam mais de cem (100) mil hectares de terras devolutas do Estado, [...] os arigós, com prévia autorização da administração da colônia penetravam fazendo a travessia do rio em canoas alugadas ou até mesmo a nado e adentravam naquela floresta sem fim a cata de marcar um lote de 30 (trinta) hectares de terras férteis para se fixarem, nada se importando com a rusticidade do ambiente virgem [...] sem falar na assustadora quantidade de répteis peçonhentos, de onças e outras espécies de felídeos e carnívoros selvagens que proliferavam naquela inóspita região (CAVALHEIRO, 2001 p. 43-44).

No trabalho de Cavalheiro (2001) aparece o viés preconceituoso veiculados, à época, aos sujeitos sociais inseridos no contexto agrário brasileiro. Fica explícito que os jacus<sup>18</sup> gordos adquiriam a terra de negócio<sup>19</sup> (interesse na renda

<sup>18</sup> Conforme o dicionário Aurélio jacu é sinônimo de caipira.

capitalizada da terra) enquanto que os jacus magros e os Arigós<sup>20</sup> estavam em busca da terra de trabalho, enfrentando os desafios do desbravamento do “sertão”.

Outro ponto também importante a ser considerado foi o papel dúbio do Estado no processo de venda e compra de terras. Os capitalistas contavam com pista de pouso para avião Dc-3 da empresa Real, enquanto os colonos careciam de estradas básicas que permitiam o acesso às terras gratuitas e, posteriormente, o escoamento da produção. A dubiedade está na instalação da CAND e nos atrativos (cessão de terras), mas sem infraestrutura mínima para atender aos colonos, mas, ao mesmo tempo, benefícios aos capitalistas com a concessão de títulos. Deste modo, é evidente as situações vividas pelos sujeitos sociais, o processo contraditório e desigual do capitalismo, materializado nesta fração territorial, com o apoio do Estado, beneficiando os latifundiários<sup>21</sup> e inserindo precariamente a reprodução camponesa<sup>22</sup>.

Em relação a este processo contraditório e desigual, Santana Junior (2009, p.95) escreve:

Nesse processo de ocupação da colônia era exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista, que era necessário um espírito desbravador por parte dos colonos, já que tinha que entrar na área e iniciar as roças através da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o mesmo tempo o governo dos gastos para tal tarefa. E ainda, atendiam aos objetivos dos governantes locais, e, por sua vez, os do governo federal de desbravamento da área com a introdução de trabalhadores nos espaços “vazios” (SANTANA JUNIOR, 2009, p.95).

As precariedades dos camponeses, na Segunda Zona, transcorreram por algum tempo, pois dependiam do extrativismo para garantir a sobrevivência, visto que o rio era fonte de água e de peixes, a mata da caça e da coleta de espécies como a erva-mate.

Confirma Menezes e Queiroz:

Com a vinda dos migrantes da CAND houve um encontro entre “dois mundos” o das frentes pioneiras com o mundo ervateiro. [...] esses dois mundos conviveram por algum tempo neste espaço (MENEZES e QUEIROZ, 2010, p.02).

---

<sup>19</sup> Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. (MARTINS, 1991, p.55).

<sup>20</sup> Conforme o dicionário Aurélio arigó no Centro-Oeste é indivíduo rústico; matuto, caipira.

<sup>21</sup> Esclarece Marques (2008, p. 60) que segundo Martins (1996) latifúndio e camponês são pares conceituais contraditórios.

<sup>22</sup> Este conceito será aprofundado no Cap.II.

Neste sentido, o que ocorreu, como coloca Porto-Gonçalves (2006), foi a transformação do ecossistema da Floresta Atlântica em um agrossistema, processo este que implicou, segundo o autor, sempre em perdas: do território e territorialidade das etnias Kaiowá e Guarani (que conviviam com maior equilíbrio neste ambiente); perda da diversidade biológica tropical afetando diretamente a fauna e a flora; perda de volumes físicos de solos pela exposição mais direta à radiação solar, aos ventos e às chuvas.

Este processo se intensificou devido ao desmatamento da vegetação nativa para dar lugar ao cultivo de gêneros alimentícios, mesmo tendo a Lei nº 3.059/1941, que constava no Decreto da criação das Colônias Agrícolas Federais. No seu artigo 4º, assegurava a preservação de determinada área de mata: “Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da área total” (MENEZES *apud* PONCIANO, 2006, p. 85). Não se respeitou a manutenção desta área de preservação visto que os colonos “individualmente passaram a derrubar e a serrar indiscriminadamente a reserva florestal da Colônia” (NAGLIS, 2007, p. 90).

Cabe ressaltar que o impacto no ecossistema se fez necessário para garantir, por meio da venda de madeira e da agricultura, a sobrevivência dos camponeses. O corte das árvores propiciou as madeiras que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, sendo uma parte destinada à construção das casas (abrigo), outra para ser mercantilizada (Menezes, 2010 p.07) e outra para o benefício da comunidade que não contava com serviços básicos de infraestrutura como estradas, escolas, hospitais. Na figura 04 observa-se o uso da madeira para construções, no caso a Casa de Saúde de Glória de Dourados.



**Figura 04** - Construção da Casa de Saúde de Vila Glória - 1959  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados (MS).

Desta maneira, com o decorrer do tempo, os camponeses iniciaram o preparo da terra derrubando a mata para ter condições de cultivo, baseado na policultura, destacando-se: milho, feijão, arroz, mandioca, amendoim e café (década de 1950), com vistas ao autoconsumo e o algodão com expressão comercial, na década de 1960. “Do preparo do solo à colheita, tudo era feito manualmente ou com uso de ferramentas simples, como o arado de tração animal” (Ponciano, 2002, p. 132) conforme pode ser observado na figura 05.



**Figura 05** – Preparo da terra com arado de tração animal  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.

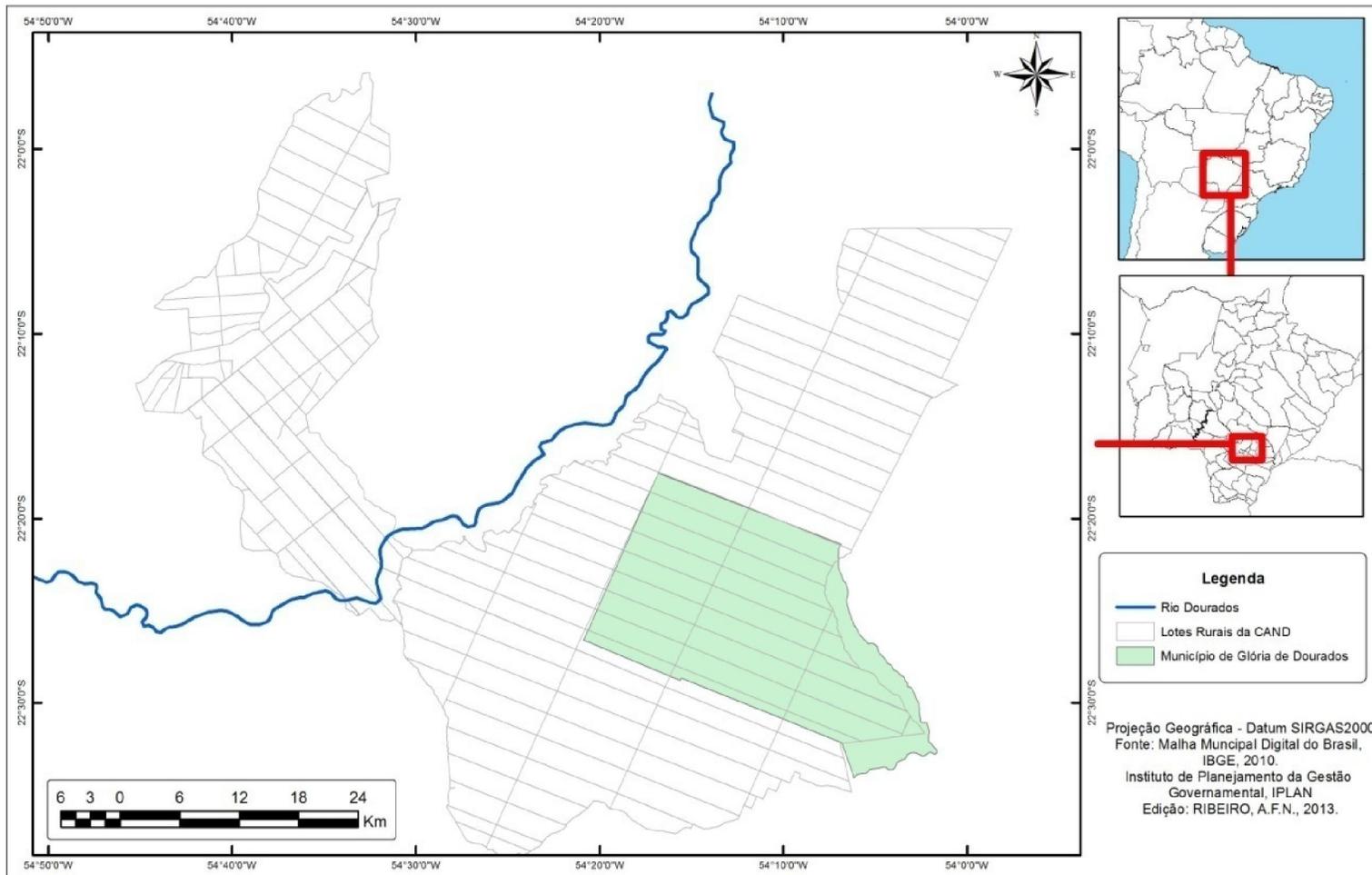
No ano de 1956, com o avanço dos colonos na área da Segunda Zona da CAND, a administração da Colônia determinou oito lotes para constituir o início de uma povoação. Assim, os camponeses demarcaram os lotes, avenidas e ruas que mais tarde ganhou melhor estrutura pelo Engenheiro Paulo Thiri, formando inicialmente um povoado: a Vila Glória.

Os lotes no campo, que eram cedidos nessa região, mediam 250 metros por 1200 metros (totalizando 30 hectares), seguindo estradas previamente traçadas, o que veio a dar origem às linhas (estradas) rurais existentes, seguindo certo planejamento da ocupação da terra<sup>23</sup> estabelecido na criação da CAND (figura 06). Nos municípios de Glória de Dourados, Fátima do Sul e Vicentina, uma especificidade marcante, mesmo do ponto de vista cultural, são as linhas (estradas usadas como cortes para o estabelecimentos dos lotes e, ao mesmo tempo, servir para o trânsito das pessoas e para o escoamento da produção) que tecem a malha fundiária regional, sendo que em Glória de Dourados totalizam 22, caracterizadas a Leste (Nascente) e a Oeste (Poente), permanecendo praticamente a mesma estabelecida à época da criação da CAND (figura 07).

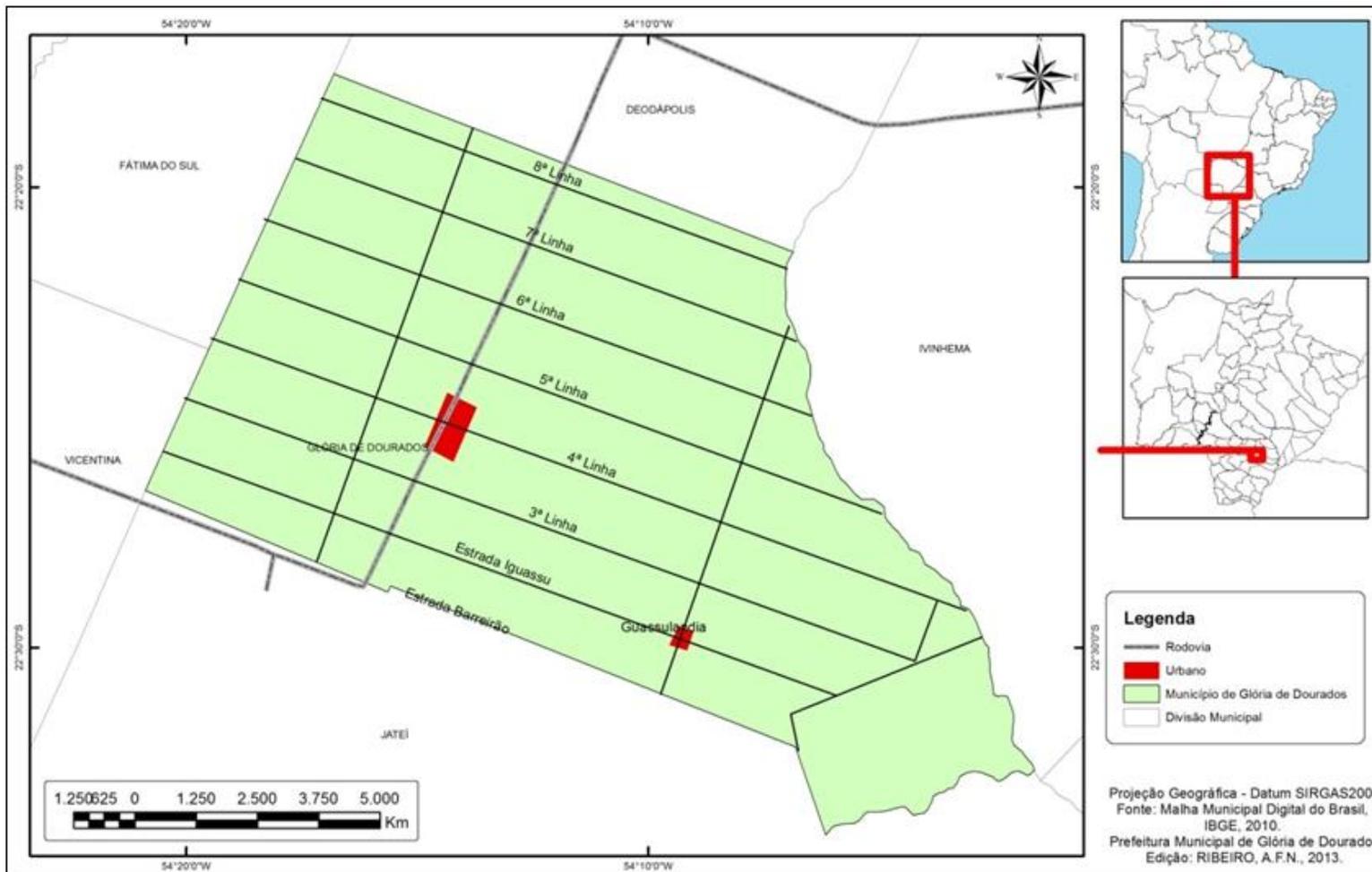
Lima (1982 p. 38) relata que no dia 27 de dezembro de 1956, num domingo regado a churrasco oferecido pelo administrador da Colônia à época, Dr. Tácito Pace, inaugurou-se a placa comemorativa, o monumento da “Pedra Fundamental”, localizada na Praça Pedro Pedrossian. Padre Aguiar, ao finalizar seu discurso, disse: “Esta ainda será a Glória de Dourados”, nova denominação que a Vila de Glória recebeu permanecendo como o nome da cidade. Em 02 de maio de 1966, emancipou-se de Dourados, constituindo-se, desta maneira, o território jurídico, político administrativo de Glória de Dourados (figura 08).

---

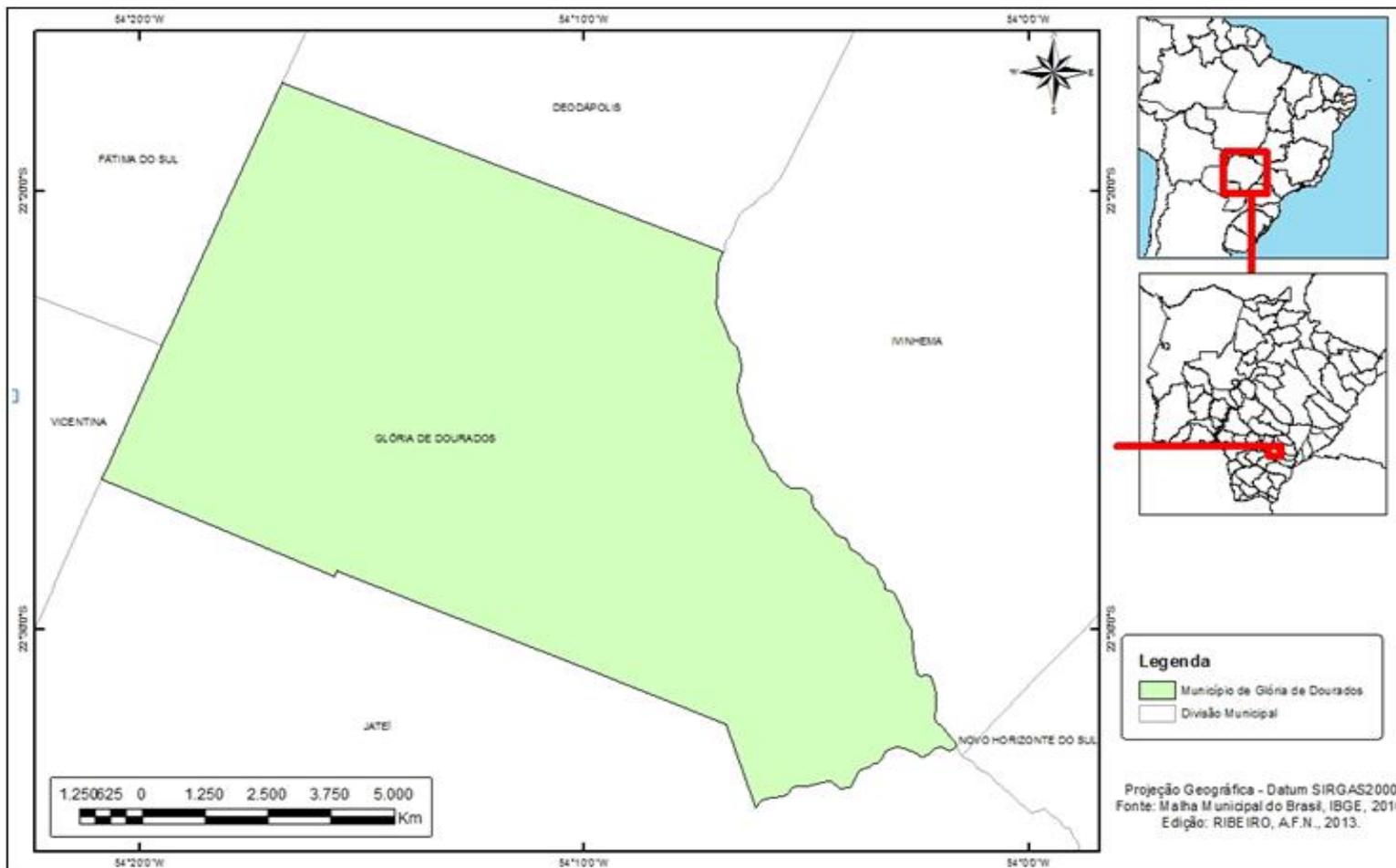
<sup>23</sup> Nardoque (2002, p. 150) escreveu sobre este modelo de colonização no Noroeste de São Paulo, elencando as estratégias das companhias imobiliárias, como a construção de estradas nos divisores de águas, possibilitando que os lotes pudessem ter acesso à estrada e á aguada. Sobre esse tipo de atuação, Monbeig (1984, p.236) escreveu: “um verdadeiro planejamento do espaço rural”. Na área da CAND, as linhas não serviram de acesso à água (córregos e rios), como no Noroeste de São Paulo. As linhas serviram, muito mais, para a divisão em lotes menores.



**Figura 06** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1950).  
 Fonte: Instituto de Planejamento da Gestão Governamental – IPLAN.



**Figura 07** – As linhas da malha fundiária de Glória de Dourados.  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados.



**Figura 08** – Município de Glória de Dourados-MS  
 Fonte: Malha Municipal do Brasil, IBGE, 2010; Edição: RIBEIRO, A. F. N., 2013.

Além do Estado, dos colonos camponeses e da atuação de capitalistas, é necessário contextualizar outros sujeitos sociais atuaram no processo de (re)construção deste território neste período (1960) e de outros atuais municípios pertencentes à Segunda Zona: Fátima do Sul (1963), inicialmente Vila Brasil, e Jateí (1966), cujos movimentos de emancipação foram decorrentes das territorialidades exercidas pela Igreja Católica (Ponciano, 2006) e pelas comunidades locais visto que estas careciam de serviços essenciais como: escolas, hospitais, farmácias, estradas pavimentadas para o escoamento da produção, entre outros (as emancipações municipais estão presentes no Quadro 01)

A criação de novos municípios foi motivada pelo processo de incentivo à agricultura brasileira atrelada às ações efetivas de incentivos à mecanização do campo e, posteriormente pelas políticas desenvolvimentistas elaboradas a partir da criação, em 1962, do Ministério do Planejamento e parcialmente efetivadas com a (re)criação de órgãos de planejamento regional, sendo que o Centro-Oeste ficou sob jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), criada pela Lei nº 5.365, de 01 de dez. de 1967, no Governo Costa e Silva.

<b>Município</b>	<b>Emancipação</b>	<b>Município anterior</b>
Glória de Dourados	11/11/1963	Dourados
Jateí	11/11/1963	Dourados
Fátima do Sul	11/12/1963	Dourados
Angélica	13/05/1976	Dourados
Deodápolis	13/05/1976	Glória de Dourados
Douradina	12/05/1980	Dourados
Vicentina	01/01/1989	Fátima do Sul

**Quadro 01** – Emancipações de municípios remanescentes da CAND por ordem cronológica.  
Fonte: Prefeituras Municipais.

#### **1.4 A Sudeco como instrumento articulador do processo de modernização do campo na (re)construção do território capitalista**

Na década de 50 do século XX, o Brasil adotou o modelo de desenvolvimento pautado no ideário do “Brasil Potência” (Abreu, 2001, p.24), cujo marco referencial foi o Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck e materializado durante os anos da Ditadura Militar (1964-1985) quando se empreendia o discurso do “milagre econômico brasileiro” (1968-1974), como, por exemplo, as políticas de desenvolvimento regional implementadas por macro-projetos de integração e de unificação do território nacional, tendo como fio condutor a industrialização via planejamento governamental, atrelando-se o campo à cidade e a agricultura à indústria.

Cabe, neste sentido, contextualizar o papel do Estado no Brasil. Posteriormente ao ano de 1937 e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, em face das flutuações econômicas e da possibilidade da inserção do Brasil na ordem do capitalismo monopolista, o Estado buscava assegurar o sistema sob a forma de planejamento público e da atividade estatal, intervindo decididamente na economia em diversas frentes para acelerar e preservar o ritmo do crescimento econômico. Deste modo, a política de planejamento tornou-se consenso entre técnicos e empresários (IANNI, 1965, p.59).

Goldenstein e Seabra (1982, p.31) destacam:

O Estado pós-37 cria condições através da política de governo do desaparecimento das restrições impostas pelos Estados e até Municípios à circulação de mercadorias; [...] a abertura de estradas de rodagem e a ligação ferroviária com o Sul do país rompiam com as barreiras físicas que, pelos custos de transportes protegiam os mercados regionais, favorecendo as mercadorias da indústria e da agricultura do Sudeste que começaram a competir decisivamente com as produzidas pelas demais regiões em razão de suas vantagens comparativas (escala e tecnologia de produção) o que provoca uma crise mais ou menos geral nas indústrias regionais, debilitando e mesmo encerrando a atividade de muitas.

Prosseguem os autores:

[...] em meados da década de 50 a atividade industrial do Sudeste se expande para os serviços relacionados com a agricultura de mercado urbano-industrial interno, que pode se considerar como uma redefinição da divisão internacional do trabalho. Redefinição que se prende aos mecanismos de “substituição de importações” que por sua vez, levam a novas necessidades de importação (de bens de

consumo duráveis, novos bens de capital, etc), e à expansão do setor agrícola no sentido dos mercados urbanos industriais internos. [...] a urbanização do país revela a alteração na sua estrutura econômica e o caráter dominante da acumulação industrial (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982, p.32).

No âmbito internacional, o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) revelava um cenário extremamente vantajoso para os EUA, país que não teve seu território devastado pela guerra e que, em virtude da necessidade de reconstrução dos países aliados, pôde estender sua hegemonia por grande parte do mundo, especialmente sobre a América Latina. Essa hegemonia sobre o continente não se viu ameaçada até a década de 1960, quando o comunismo passou a representar perigo para Washington. Esse fato provocou a inflexão na concepção geopolítica dos EUA e, conseqüentemente, em sua atuação em diversos países latino-americanos que, sob diretrizes do Pentágono, passaram a adotar novas hipóteses de guerra em função do tipo de ameaça que supostamente teriam que enfrentar como o perigo da “subversão comunista” (GALEANO, 1994, p. 278- 280).

Deste modo, estabeleceu-se um clima de tensão na região e o discurso da “Defesa Nacional” foi substituído pelo da “Segurança Nacional”, com base no qualquer tipo de reforma política econômica e/ou mudança social que não se alinhasse com o país líder do “Mundo Livre”, encontraria a oposição das forças armadas. Desta forma, entre os anos de 1962-1973, nove países latino-americanos<sup>24</sup>, entre eles o Brasil, tiveram seus governos derrubados por golpes de Estado promovidos pelos seus exércitos com auxílio direto dos EUA (GALEANO, 1994, p. 280).

Estes acontecimentos teriam várias conseqüências no Brasil devido às condições historicamente construídas, como afirma Becker: “o papel peculiar das Forças Armadas e da territorialidade na formação do Estado, resultaram numa via autoritária para a modernidade, caracterizada justamente pela construção do Estado e do território à frente da construção da nação” (BECKER, 1991, p.47).

Cabe ressaltar, também, que na década de 1960, o Brasil ainda estava vivenciando as conseqüências do Programa de Metas (1956-1960) de Juscelino Kubitschek e a criação de Brasília como materialidade máxima do ideário do “esforço nacional” para que se construísse um Brasil de cinquenta anos em cinco

---

<sup>24</sup> Argentina (março/1962), Peru (julho/1962), Guatemala (março/1963), Equador (julho/1963), República Dominicana (setembro/1963), Honduras (outubro/1963), Brasil (abril/1964), Bolívia (novembro/1964), Argentina (junho/1966), Chile (setembro/1975).

anos. Afirma Ianni (1965) que neste período “identifica-se desenvolvimento com industrialização, modernização e maquinização. Associa-se o progresso material com o bem-estar coletivo, poupança, investimentos produtivos e elevação geral do nível de vida” (IANNI, 1965, p.99).

Assevera, porém, o autor: “o desenvolvimento econômico não abarca o interesse geral da nação, ou seja, é um interesse estritamente burguês na medida em que favorece a consolidação de uma economia capitalista no país” (IANNI, 1965 p.100).

O entendimento destas ações tiveram como origem as políticas desenvolvimentistas elaboradas a partir da criação, em 1962, do Ministério do Planejamento, principalmente sob a influência dos intelectuais Roberto Campos e Delfim Netto, cuja expressão máxima destas políticas cristalizou-se na “famosa” fala de Delfim de que teoricamente era preciso “primeiro aumentar o bolo (aumento da renda via poupança interna), para depois repartir (promoção de distribuição de renda)”, que permeou o Programa de Ação Econômica do Governo (ABREU, 2004, p. 174-177).

Segundo Lencioni (1989 p.122), a política adotada para estimular a poupança interna e a promoção da formação bruta do capital baseou-se na estratégia de elevação da receita pública por meio da reformulação do sistema tributário alterando impostos, criando fundos (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS), linhas de crédito concedidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco Nacional de Habitação (BNH), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para o capital nacional e internacional de um lado e, por outro lado, o arrocho salarial para conter o aumento da inflação.

Estas medidas foram necessárias devido ao custo da construção de Brasília que tinha sido alto, a inflação chegava a 100% anuais, havia descontrole dos gastos do governo tanto em nível interno quanto externo o que gerava tensões e reivindicações no campo (Liga Camponesa) quanto na cidade (movimento sindical e estudantil – União Nacional dos Estudantes (UNE)), mobilizadas para levar adiante uma política de transformações sociais que promovesse a reforma agrária radical, na “lei ou na marra”, ou numa reforma urbana que facilitaria aos inquilinos tornarem-se proprietários das casas de aluguel (FAUSTO, 2002, p.87).

Diante deste quadro, o movimento conservador da burguesia industrial aliado às Forças Armadas, financiada apoiada pelos EUA, chegou-se à conclusão de que era preciso derrubar o governo de João Goulart e sua política de estabilização elaborada pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, que tinha como objetivo as “reformas de base” (reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral) se livrando do “perigo da comunização do país” e restaurando a ordem por meio do uso e abuso da força militar (TOLEDO, 1984, p. 64).

Após o golpe, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões ocuparam o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda respectivamente e implementaram as ações do Programa de Ação Econômica do Governo elaborado por Roberto Campos que tinha como finalidade atrair capitais do exterior para impulsionar o desenvolvimento do Brasil e contribuir para a sua estabilização econômica e financeira o que resultou no aprofundamento do capitalismo e no aumento da dívida externa.

Becker (1997, p. 138) destaca que o programa estatal foi instrumento essencial na gestão do território nacional e prática estratégica de relações de poder, cujo objetivo foi consolidar a modernização conservadora privilegiando o Sudeste, principalmente São Paulo, como a sede do tripé que alicerça a integração agricultura/pecuária, as indústrias de insumos e as indústrias processadoras tendo como finalidade atrair capitais do exterior para impulsionar o desenvolvimento do Brasil, contribuindo para a sua estabilização econômica e financeira, favorecendo assim quando o “bolo” cresceu que a “maior fatia deste” fosse servida, principalmente “às novas demandas do capitalismo mundial e as corporações multinacionais com a incorporação de velhos e novos territórios”, como confirma Abreu (2004, p. 177).

Ainda sobre esse período, Galindo e Santos (1995, p.164) afirmam que:

[...] ao analisar os diversos programas percebe-se que os objetivos reais da política têm apontado sempre na mesma direção, qual seja, o benefício para uma mesma classe social, detentora do poder político. A defasagem entre os objetivos aparentes e os reais não pode ser considerada erro administrativo ou deficiência no planejamento, mas consequência da visão elitista e autocrática que caracteriza os processos de decisão na esfera política (GALINDO e SANTOS, 1995, p. 164)

A materialidade destas políticas se concentrou na Região Sudeste, com 80% das indústrias se localizando nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para as outras regiões do Brasil foram elaborados megaprojetos agropecuários, agrominerais e agrofloretais, induzidos por Programas Especiais.

Para Lencioni (1989), neste contexto, a (re)criação de órgãos de planejamento regional (inicialmente foi criado em 1909 o IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas que se transformou em 1946 em DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) será a institucionalização das gestões territoriais em contexto amplo resultando na materialização concreta da intervenção estatal via superintendências de desenvolvimento, objetos difusores de nova racionalidade espacial de cunho “moderno” e “modernizador”, porém preservadora das disparidades sociais.

Abreu (2004, p.177) destaca que o Centro-Oeste ficou sob jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), criada pela Lei nº 5.365, de 01 de dez. de 1967, na gestão Costa e Silva, e suas congêneres “[...] vêm confirmar a existência de uma racionalidade dirigida e introduzida como pensamento ideológico dominante que é propagada através de seus programas e planos (ABREU, 2004).

Para a autora, o espaço mato-grossense, até fins de 1960, foi assumido enquanto “abertura de fronteiras” para excedentes demográficos, inclusive pelos tecnocratas da SUDECO, mas também para a agricultura (fronteira de povoamento e de crescimento econômico). Assim, a ocupação e intervenção na região Centro-Oeste fez parte de uma política nacional de racionalização da economia, no sentido de responder às necessidades do padrão de acumulação e valorização do capital tanto em âmbito externo como interno. Baseado no tripé, a agricultura necessitaria, cada vez mais, da indústria para obter muitos de seus meios de produção. (ABREU, 2004, p. 197-211).

Neste mesmo sentido, a respeito da racionalidade da economia inserida no discurso da integração regional, Galindo e Santos (1995, p.157-159) salientam que:

[...] a abertura de estradas e a expansão dos canais de comunicação na região, apontam um processo acelerado de transformações na economia do Centro-Oeste, que passa a ser caracterizada como uma região economicamente heterogênea. [...] é entre as décadas de 1970 e 1980, período de atuação da SUDECO, que a modernização da agropecuária se insere [...] num novo contexto: a agricultura

passa a adquirir importância central na expansão e diversificação das exportações.

Ainda sob a ótica dos autores,

O conjunto de ações governamentais realizadas a partir dos anos 70, delineadas para potencializar o processo de modernização do Centro-Oeste, constitui-se na ampliação e melhoria de infraestrutura (transporte, energia, armazenagem), para permitir a anexação de novos espaços ao processo produtivo; na utilização de esquemas creditícios e incentivos fiscais para atrair grandes empresas para a região; e no estímulo ao desenvolvimento tecnológico, para viabilizar a exploração econômica de áreas cujas terras apresentassem problemas de produtividade (GALINDO e SANTOS, 1995, p.182).

Confirma Lencioni (1989) que os anos do “milagre” foram marcados por duas características: a industrialização de bens duráveis para atender principalmente a classe média (automóveis, TV em cores, eletrodomésticos, entre outros), a indústria química e na alteração da estrutura de exportações de produtos manufaturados amparada por incentivos que cresceu de 7,25 para 27,75% neste período, contrapondo-se com a indústria de bens não duráveis como a indústria têxtil que sofreu depressão, já que era dependente do mercado interno (consumidor estava com baixo poder aquisitivo) e externo, com dificuldades de importação de fios sintéticos e da escassez das fibras naturais, como o algodão que visava a exportação (LENCIONI, 1989, p.125).

Desta maneira, segue a autora, o modelo de crescimento a qualquer preço teve seus dias contados. A capacidade de importação se restringiu, a produção dos meios de produção foi duramente afetada, na medida em que a taxa de inversão não se podia fazer independentemente da capacidade de importar e foi preciso suspender a exportação do algodão e liberar as taxas para a importação de fios sintéticos, o que promoveu inflexão negativa no balanço dos pagamentos resultando em aumento da dívida externa (LENCIONI, 1989, p.126).

Em 1974, por meio do Decreto-lei nº 1376, o governo adotou medidas de maior controle nas empresas estatais, expandiu a arrecadação tributária e impôs restrições aos incentivos fiscais e creditícios para conter os aumentos do déficit público, da inflação de um lado e de outro garantir assim aplicações no mercado especulativo.

Para Abreu (2001, p.206), a consequência foi que, durante a década de 1980, diminuiu a capacidade de recursos no exterior, já que pelos altos juros a poupança externa não era mais tão atraente, assim como o crescimento da “fatia do bolo da dívida” nacional obrigou os bancos a imporem mais regras e dificuldades diante das altas taxas de inflação o que aprofundou o arrocho salarial, com violenta queda do valor real do salário mínimo, reduzido praticamente à metade, sobrando às migalhas do “bolo” para a classe trabalhadora.

Diante deste quadro,

A crise se aprofundava. Saídas foram tentadas. A busca por créditos externos, a ida ao FMI e aos acordos firmados para o ajustamento da economia, acabaram significando o agravamento da recessão econômica. Sendo assim outros setores sociais, as classes médias urbanas foram alvo de ônus, desde a elevação dos impostos até a poupança forçada via contração salarial. O abismo havia chegado à classe média e assim assombrava o grande mercado consumidor da indústria nacional, que era pega, também, pelo lado da realização da mercadoria (LENCIONI, 1989, p.127).

Deste modo, os órgãos de desenvolvimento regional e outros programas materializaram o chamado esvaziamento, representando a crescente fraqueza das lideranças políticas regionais frente ao quadro altamente recessivo da economia nacional.

Abreu (2004, p. 205) destaca que apesar dos anos 1980 serem caracterizados pela deterioração da infraestrutura instalada (principalmente no tocante as rodovias) e na incapacidade do Poder Público da realização de pagamentos previamente assumidos junto aos órgãos internacionais, o Centro-Oeste, contrapondo-se a este cenário de crise, beneficiou-se do conjunto de programas de atuação governamental, como o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO/SUDECO)<sup>25</sup>, e promoveu por meio de políticas de racionalização da economia a acumulação e a valorização do capital materializando-se no crescimento da agroindustrialização, na concentração fundiária e no crescimento populacional nas cidades superior ao campo constituindo-se, segundo Goldeinsten e Seabra (1982) citado por Abreu (2004, p.206), como espaço de “criação”. Neste período, ao contrário de outras áreas que vivenciaram a crise e a retração, no Centro-Oeste, as consequências foram, portanto, decorrentes

---

<sup>25</sup> Os programas estatais promovidos pela SUDECO serão analisados no decorrer do Capítulo II do presente trabalho.

das políticas interventoras da SUDECO e seus respectivos programas que deste modo pode ser considerada o instrumento articulador do processo de modernização conservadora e dolorosa (Silva, 1992, p.40) do campo na (re)construção do território capitalista privilegiando o capital internacional em articulação com o Estado e o capital nacional em detrimento da classe trabalhadora no território nacional e especificamente no espaço regional meridional de Mato Grosso do Sul.

### **1.5 O desenvolvimento desigual e combinado do processo capitalista: o cerne da questão agrária brasileira**

Neste item analisa-se, a partir do referencial teórico das ciências sociais, a questão agrária brasileira e a mudança da base técnica de produção cujo processo é denominado de modernização devido às mudanças impactantes que promoveu no território brasileiro visando demonstrar as transformações ocorridas no campo decorrente da implantação do processo de “modernização” agropecuária cujo interesse primordial era a expansão do capital internacional (industrial e financeiro) com apoio do Estado tendo como suporte o modelo de agricultura gerado pelo pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde”, no espaço nacional e no recorte regional meridional de Mato Grosso do Sul.

A evolução tecnológica atrelada a este modelo de agricultura impulsionou modificações no sistema agrícola mundial substituindo as técnicas tradicionais de produção por novos métodos produtivos.

Cabe considerar que no processo das evoluções no âmbito da agricultura, esclarece Suzuki (2004, p. 87) que este não é um fenômeno restrito somente a expansão do sistema capitalista, mas sim relacionado à prática desta atividade e tem sua origem a partir do momento em que o homem iniciou o plantio dos cultivos e a domesticação dos animais com a utilização de técnica (fogo, arado de madeira, charrua – arado de ferro) e das mudanças nas relações de submissão do trabalho. Todavia, foi, a partir do século XVIII, na Europa devido à primeira revolução agrícola que se intensificou a modernização, promovendo o movimento constitutivo do moderno e da modernidade.

É a cidade assumindo o lugar privilegiado de materialização das condições gerais de produção e de consumo das atividades urbanas e agrárias estabelece uma nova relação com o campo. [...] Assim,

cidade e campo vão assumindo novos contornos sociais, culturais, políticos e econômicos, tendo em vista as mudanças significativas que se processam (SUZUKI, 2004, p. 88).

Porém, no caso brasileiro é necessário entender alguns aspectos específicos relativos ao movimento do “moderno/modernidade” na questão agrária brasileira ao longo de seu processo histórico cuja característica básica sempre de contradição gerando simultaneamente a concentração de riqueza e a expansão da pobreza o que suscita ainda atualmente intensos debates por parte dos autores que analisam este processo.

Segundo Oliveira (1999, p. 70-73), o estudo do desenvolvimento da agricultura brasileira no pensamento marxista tem sido feito por três vertentes: a primeira defende que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção, e que para o campo se desenvolver seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo (VINHAS, 1972); a segunda vertente contrapõe-se a primeira das relações feudais entendendo que sobreviveria no campo apenas relações de produção capitalista e o trabalhador seria incluído como “simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 222); a terceira vertente compreende que o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do capitalismo no território brasileiro é contraditório e combinado,

isto quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento de trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores desta corrente estão Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergapoulos e, no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, etc (OLIVEIRA, 2002, p. 73).

Sobre a contradição presente no desenvolvimento da agricultura brasileira e, portanto, na questão agrária brasileira, Fernandes (2005, p. 04) esclarece:

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. [...] Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas

ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Iguamente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “*commodities*”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua *conflitualidade* (FERNANDES, 2005 p. 04).

Para Fernandes (2005, p. 04), a questão agrária brasileira surgiu da contradição estrutural do modo de produção capitalista e que por fatores políticos e econômicos associados continuou a produzir desigualdades resultando paralelamente em concentração/expropriação por meio da diferenciação econômica dos agricultores. Nessa diferenciação prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital (FERNANDES, 2005).

A questão agrária brasileira apresenta especificidade pelo fato da Lei de Terras de 1850 ter regulamentado e consolidado o latifúndio como sendo responsável “até os dias atuais pela estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STÉDILE, 2005, p. 23). Para Nardoque (2007, p.89) as condições históricas geraram a contradição da questão agrária brasileira expressa na propriedade capitalista da terra, evidenciando, portanto os interesses antagônicos das classes sociais na sociedade capitalista<sup>26</sup> e materializando-se em diferentes formas de apropriação territorial.

Conforme Martins (1996) a análise da questão agrária brasileira deve centrar-se na renda fundiária da terra, pois sendo a terra um fator natural, sem valor, por não ser resultado do trabalho humano, não deveria ter preço. No entanto, o autor ressalta que mesmo antes de existir o capitalismo nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, como formas pré-capitalistas de renda decorrentes do fato de que algumas pessoas detinham o seu monopólio. No capitalismo essa contradição não desaparece, ao contrário, a propriedade fundiária foi incorporada ao sistema sendo expressa na renda capitalista da terra. Tal renda não é mais um tributo pessoal do servo ao senhor, mas sim um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra (MARTINS, 1996).

Sobre a especificidade do Brasil, considera o autor que a Lei de Terras de 1850, tornando a terra “cativa”, permitiu a transição histórica do trabalho escravo pelo trabalho livre dos imigrantes europeus e, como eram destituídos de seus meios

---

<sup>26</sup> Para Marx (1984, p. 99) os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção.

de produção, possibilitou a formação da força de trabalho livre no campo a partir do regime de colonato<sup>27</sup> no lugar do assalariamento e, deste modo, a reprodução de relações não-capitalistas de produção, criando, assim, no país, uma forma original de acumulação de capital.

Martins (2003 p. 170) considera que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro apresenta distinções do capitalismo europeu (o capital como centro do desenvolvimento do sistema) e ressalta:

Entre nós, apesar das tentativas, não vingou o modelo clássico, que em outros países separou a propriedade do capital e a propriedade da terra, separando ao mesmo tempo, a classe do capitalista da classe de proprietários de terra. Ambos, aqui, se fundiram. Isso dá aspectos muitos especiais à nossa questão agrária, o que faz dela não só uma questão residual da questão da escravidão, mas também uma questão residual do modelo de acumulação capitalista que esse consórcio nos impôs historicamente. E estamos falando de um passado que é nosso presente, que será vivo entre nós e atual (MARTINS, 2003, p. 170).

Foi deste modo que a oligarquia agrária como classe<sup>28</sup> fortalecida economicamente pela apropriação da renda da terra mediada pelo Estado, no papel de franqueador de acesso ao cofre público, implantou no país o modelo urbano-industrial, a partir dos anos 1930, causando grandes transformações no campo e na cidade<sup>29</sup>, gerando, conseqüentemente, demanda por alimentos, moradias, mão de obra, serviços, consumidores, para a qual a reprodução camponesa deveria contribuir a partir da produção agrícola mercantil de base familiar.

<sup>27</sup> Martins (1996, p. 86) define o colonato ( uma forma de produção familiar) como um conjunto de relações de reprodução não capitalista reproduzida no interior do modo de produção capitalista.

<sup>28</sup> Com base na análise marxista Mizusaki (2009, p. 230) parte do princípio de que as classes sociais são grandes grupos sociais, objetivamente constituídos e opostos, decorrentes da divisão do trabalho e gerados no processo de realização contraditória do modo de produção. No caso da sociedade capitalista, esse processo de realização está fundamentado na propriedade privada e, portanto, na contradição dela decorrente do processo de produção e apropriação da riqueza (lucro, renda, antivalor), gerando classes sociais objetivamente antagônicas: capitalistas, assalariados, proprietários de terra e camponeses. [...] o princípio que norteia a existência das classes sociais é o fato de que, na sociedade capitalista, a reprodução da existência dos homens e o processo de trabalho dela decorrente são caracterizados pela propriedade privada dos meios de produção, fato que objetivamente gera classes e conflitos sociais. Se as classes sociais constituem um dado real no processo de reprodução da existência dos homens e se a propriedade privada é o princípio básico da sociedade capitalista, esse fundamento deve, então, ser, considerado ao analisarmos uma determinada realidade social, pois do contrário, estamos nos negando a considerar a propriedade privada enquanto um produto social, o que de certa forma torna a análise descolada das determinações históricas.

<sup>29</sup> Para Lefebvre (1999) a cidade no processo de urbanização se expande na explosão, não é a cidade obra, apropriada pelos cidadãos, mas a cidade produto, a cidade do capital, aquela em que os valores de troca, predominam sobre os valores de uso, uma cidade fragmentada, recortada, reconstruída sobre si mesma constantemente para maximizar a reprodução do capital.

Segundo Oliveira (1991, p. 49), a inserção do capitalismo no campo brasileiro ocorreu com a introdução de formas assalariadas de trabalho como o boia-fria, contudo, o desenvolvimento dessas relações foi acompanhado por relações não-capitalistas de produção, como a parceria (além de outras formas), utilizada também para garantir a reprodução ampliada do capital. Este cria as formas de reprodução e sujeita à sua lógica a renda da terra do camponês, criando suas várias formas: parceiros, rendeiros, posseiros ou o camponês proprietário. Constata-se que a classe camponesa continua a se reproduzir no campo e tem redefinido suas relações de produção familiar.

### **1.6 O processo de transformação na base técnica da agricultura**

No Brasil, como o processo de desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado, o processo de “modernização” da agricultura ocorreu seletivamente em algumas regiões, a partir de 1960, e provocou o processo de mudanças na base técnica da agricultura acarretando novas formas de produção e profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais no campo e na cidade, a partir da implantação do modelo de “modernização” do campo que teve como fio condutor o pacote tecnológico difundido a partir da denominada “Revolução Verde”.

Para Brum (1998, p. 44) este processo pode assim ser definido:

A Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1998, p.44).

Pereira (2012, p.685) observa que a Revolução Verde pode ser considerada como “um novo paradigma quando comparado com a Primeira Revolução Agrícola do século XVIII, que mesmo com a intensificação do uso da terra é referenciada nos recursos e ciclos ecológicos endógenos”, visto que:

O conhecimento milenar prático do próprio agricultor vai ser substituído pelo conhecimento científico; os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos, foram substituídos por insumos exógenos industriais; o trabalho que era realizado em convivência com a natureza foi fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza (PEREIRA, 2012, p. 687).

Deste modo, no processo de determinação do modelo homogêneo de agricultura surgiu a justificativa discursiva de “solucionar a fome no mundo com a ampliação da produção de alimentos” e que, segundo Brum (1998, p. 44), escamoteou o caráter geopolítico do programa que tinha como principal financiador o grupo Rockefeller, representando, portanto, interesses de corporações econômicas.

Para Oliveira (1991, p. 103), estes argumentos construídos ideologicamente nos países centrais foram instrumentos utilizados para mascarar o aprofundamento do processo de desenvolvimento do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial e passa pela compreensão que o desenvolvimento da agricultura, via industrialização, revelou as contradições do sistema capitalista porque unificou o que o próprio sistema separou no início de seu desenvolvimento, a indústria e a agricultura, e, gradativamente, eliminou:

A separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade em que a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, de um lado, a indústria, o comércio etc. do outro) vai sendo soldada pela presença, na cidade do trabalhador assalariado (boia-fria) do campo (OLIVEIRA, 1991, p. 103).

Para o mesmo autor, a unificação só foi possível porque “o capitalista se tornou proprietário de terra, latifundiário”, ampliando, deste modo, a possibilidade da extração da renda fundiária da sociedade em geral por meio de algumas formas, como a agroindústria, o arrendamento, a sujeição da renda da terra<sup>30</sup> da agricultura de base familiar, e, portanto, é necessário entender que:

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da

---

<sup>30</sup> Este conceito será detalhado no Capítulo III.

força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma *formação territorial* conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital conformando as *regiões*. (OLIVEIRA, 1994, p. 75) (Grifos da autora).

Em relação à apropriação da renda da terra pelo capital, Nardoque (2002, p. 59), fundamentado na teoria de renda proposta por Marx, observa:

A renda da terra é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. Ela é também denominada de renda territorial ou renda fundiária. Sendo, pois, a renda da terra um lucro extraordinário permanente, ela é produto do trabalho excedente, ou seja, é fração da mais-valia. É, mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia. A renda da terra pode aparecer no modo de produção capitalista, sob diferentes formas: absoluta, diferencial e de monopólio. (NARDOQUE, 2002, p. 59)

Deste modo, complementa Almeida (2011, p. 105):

A renda absoluta advém da existência do monopólio da terra. Seria uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá o sentido capitalista da terra. A renda diferencial I está ligada a fatores de fertilidade natural do solo ou à localização e a diferencial II, por sua vez, caracteriza-se pela adição do capital visando aumentar a produtividade do solo. Já a renda de monopólio é aquela gerada pela combinação de determinadas condições edáfico-climáticas que são únicas como, por exemplo, as condições em que é produzido o “vinho do Porto”, cujo preço está diretamente ligado à renda de monopólio (Grifos da autora).

No tocante às especificidades que a renda da terra da agricultura proporciona ao capitalista, Martins (1986, p. 159) enfatiza:

No campo, um instrumento fundamental de produção é a terra. Nas análises feitas no Brasil a respeito da expansão capitalista no campo, com umas poucas exceções, a terra é erroneamente considerada capital. Afinal ela é comprada com dinheiro e é utilizada como instrumento para explorar a força de trabalho do trabalhador. Ela opera, portanto como capital. Mas o que é o capital? [...] o capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, sob a forma de meio de produção [...] não obstante produzidos pelo trabalho e não pelo próprio capital, que se serve como meios [...]. Portanto o capital é produto do trabalho assalariado. Já a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho.

Para o mesmo autor, no desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, o capital se apropria da terra para transformá-la,

[...] em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedades, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1991, p. 55).

Logo, a partir da combinação terra-capital e o Estado atuando como mediador deste processo “modernizador”, subsidiando o processo por meio de incentivos creditícios e permeando a apropriação privada da terra, permitiu a reprodução ampliada do capital e, também, paralelamente, em seu processo contraditório, a permanência e a recriação de relações de produção não especificamente capitalistas, como “rugosidade” da estrutura agrária do Brasil.

Para Graziano da Silva (1993) este processo modernizador no território brasileiro foi acompanhado por um conjunto de intervenções estatais por meio de políticas públicas e territoriais de ocupação e desenvolvimento, visando acelerar este processo na agricultura brasileira, resultando em:

Uma “modernização conservadora” que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, autossustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 40).

Neste mesmo viés, destaca Figueiredo (1996, p. 05), houve a necessidade de mudança no padrão técnico de produção, requerendo alterações nas relações de produção, como salienta:

A modernização agrícola, em um contexto histórico, pode ser conceituada como o processo pelo qual a agricultura tradicional adquire características de sistemas agrícolas de países desenvolvidos, ou seja, sistemas produtivos integrados a montante com a indústria produtora de insumos agrícolas, e a jusante com a agroindústria. A produção agrícola se apoia no uso de insumos modernos – máquinas e implementos, fertilizantes e corretivos, e controle químico de pragas e doenças que resultam em alta produtividade do trabalho e da terra (FIGUEIREDO, 1996, p. 05).

Para Oliveira (1994, p.76), o processo do modo industrial de produzir no campo brasileiro está relacionado ao aprofundamento do capitalismo monopolista a

partir de 1960 e, também, ao mecanismo da dívida externa brasileira em que diferentes governos tomaram dinheiro emprestado no mercado financeiro com o intuito de ampliar a produção industrial brasileira, aprofundando a condição de dependência da economia brasileira que, submetida à divisão territorial e internacional do trabalho, produziu os produtos que interessavam ao mercado externo como geradores de divisas internacionais, destinados à atenuação da dívida externa.

Sendo assim, em relação ao novo modo de produzir no campo brasileiro, Oliveira (1994) enfatiza:

É verdade que passa a existir uma forte articulação entre a indústria e a agricultura, como é verdade também que ocorre a expansão do trabalho assalariado no campo, mas não é verdade que o domínio absoluto do modo industrial de produzir se verifique com a expansão total do trabalho assalariado no campo. É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 1994, p. 76).

Convém salientar que para Martins (1986) o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre foi contraditório apresentando particularidades pela sua origem histórica (não feudal), conforme mencionado anteriormente, o que permitiu a criação e (re) criação de relações sociais não-capitalistas.

Oliveira (2001, p. 80) complementa que uma das características marcantes do processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo brasileiro é que as relações tipicamente capitalistas se nutrem das formas não-capitalistas para a produção do capital, desse modo, na agricultura, em momentos o capital controla a circulação subordinando a produção, noutros se instala na produção subordinando a circulação.

Deste modo, assevera Oliveira (2001, p. 80):

Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão de obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim,

transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz pro meio de relações não capitalistas. Dessa forma, o capital não expande e exprime suas relações de trabalho assalariado, forma típica de reprodução contemporânea do capitalismo, por todos os lugares, destruindo, assim de forma total e absoluta qualquer forma de trabalho não-capitalista (camponesa). O que de fato ocorre nessa relação é, que o capital (re)cria formas de trabalho familiar camponês ampliando assim a reprodução dele próprio (OLIVEIRA, 2001, p. 80).

Para Santos (1988, p. 36), as transformações no Brasil, ditadas pelas novas tecnologias, ocorreram de forma parcial, heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, portanto, não abrangem a totalidade do território e sua função foi a reestruturação da agropecuária que passou:

[...] a se beneficiar, dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terras menores. Os progressos da química e da genética, juntamente com as possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão de obra. [...] O capital constante que, antes, era apanágio das cidades, sobretudo naquelas onde se concentra a produção industrial, passa, também, a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas (SANTOS, 1988, p. 36).

De acordo com Santos (1996, p. 187), o processo engendrado pela agricultura modernizada e a formação do complexo agroindustrial gerou a composição de um meio técnico-científico-informacional que pode ser definido como:

[...] o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção (SANTOS, 1996, p. 187).

Sob a ótica deste autor:

Esse meio técnico-científico-informacional é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social, e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação (SANTOS, 1996, p. 35-36).

Neste contexto, para Santos (1996 p. 33), o território brasileiro passou a ter novos usos, novas relações e novas formas de apropriação espacial devido às novas possibilidades de movimentação de mercadorias, como insumos, produtos, técnicas, informação, dinheiro, “além da mobilidade do capital e da força de trabalho que gera o capital”, requerendo, deste modo, novas adaptações do território e novas redefinições na divisão do trabalho nacional.

Desta maneira, na Região Centro-Oeste ocorreu, como em outras regiões, a redefinição na divisão do trabalho nacional visando o ajuste espacial relacionado ao modelo econômico exportador, imposto pela dívida externa.

Santos e Silveira (2004, p. 271) confirmam que:

A divisão do trabalho agropecuário reinante na região Centro-Oeste até os anos 60 circunscrevia a lavoura às terras de mata nos vales dos rios, e a criação de gado dominava o cerrado. O Sudeste e Goiás, já nos anos 70, mostrava acréscimos técnicos, semoventes, insumos e linhas de crédito rural que confluíam para gerar altos rendimentos na cultura de algodão, soja, milho e arroz. Enquanto adubo químico, trator, colheitadeira e capim-braquiária foram introduzidos na década de 1960, inovações como herbicidas, calcário, silo forrageiro e terraceamento difundiram-se nos anos 70 (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 271)

O que é unânime nos trabalhos dos teóricos, que analisam este processo no território brasileiro, foi que, devido à conjugação de vários fatores, a “modernização conservadora” da agricultura produziu transformações na sua base técnica com reflexos diretos nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais no campo e na cidade.

Em relação aos fatores mais relevantes, cabe resgatar, generalizando, que no início de 1960 o Brasil tinha como principal produto exportador o café, com estoques suficientes para abastecer por dois anos o mercado mundial graças à incorporação das novas terras férteis para este cultivo, como o Norte paranaense, em decorrência da ocupação sistemática efetuada por projetos de colonização particulares e estatais promovidos entre 1940-1950 (MORO, 2003). Porém, houve a saturação do mercado internacional devido à ampliação da concorrência dos países africanos, ocorrendo, portanto, queda nos preços do café, o que levou o governo brasileiro adotar as políticas de erradicação de cafeeiros, reformulando sua política agrícola que, por de meio de políticas creditícias, tinha como um dos objetivos a

implementação da Revolução Verde. Assim, “a solução encontrada pelo governo foi de implementar uma política de racionalização da agricultura, “modernizando-a”, em curto prazo, sem levar em conta as consequências sociais desse pragmatismo econômico” (MORO, 2003).

Sobre a participação do Estado com as políticas creditícias, Müller (1989, p. 179) ressalta:

A enorme participação do Estado no processo de incorporação, que a primeira vista pode dar impressão de ter havido uma estatização impar da economia agrária nacional, patrocinou a superação do modo de produzir tradicional pelo industrializado, sem mexer nos interesses privados consolidados, vale dizer tomando a estrutura fundiária e os interesses organizados como dados. Todo apoio foi concedido às entidades privadas, organizações econômicas e empresas individuais; subsídios e incentivos fiscais foram proporcionados com extrema liberalidade e prodigalidade por parte do Estado (MÜLLER, 1989, p. 179).

Neste sentido, convém destacar, também, outros fatores que contribuíram com o processo da “modernização conservadora” do campo, com impactos no espaço sul-mato-grossense meridional tais como:

#### **a) O Estatuto do Trabalhador Rural:**

Conforme Stédile (2005, p. 17), a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963 foi decorrente do reaparecimento do movimento pela reforma agrária e do aumento de conflitos e da violência no campo brasileiro culminando na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963. Os trabalhadores do campo se organizaram em sindicatos rurais contando com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da ala conservadora da Igreja Católica “temerosa do avanço do comunismo no campo”, passaram a reivindicar do Estado praticamente os mesmos direitos concedidos ao trabalhador da cidade.

Contudo, conforme observa Moro (2003), as novas obrigações sociais advindas do estatuto contrapunham-se com as relações trabalhistas existentes no campo, baseadas em numerosos contratos de parcerias e colonato, causando, assim, grande impacto social, visto que “os pequenos produtores receosos de não poderem cumprir as obrigações sociais desfizeram os contratos de parceria e colonato”, provocando a dispensa de muitos trabalhadores rurais permanentes de

um lado o que leva Martins (1980, p. 90) a concluir que “o Estatuto do Trabalhador teve como propósito o esvaziamento das Ligas Camponesas e criou excedentes populacionais de excluídos”.

#### **b) O Estatuto da Terra:**

A Lei nº 4.504 aprovada em 1964 tinha como objetivo a implementação da reforma agrária em plena ditadura militar para abafar as reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais, especialmente a Liga Camponesa. Sua importância advém do fato de ter consagrado conceitos e definições que ainda hoje são referências na elaboração das propostas de política fundiária, destacando-se:

Reforma agrária – conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Art. 1º);

Função social – como parâmetro para viabilizar desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária (Art. 2º);

Propriedade familiar – o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (Art. 4º, inciso II);

Módulo rural – a menor unidade de terra onde uma família possa se sustentar (Art. 4º, inciso III);

Minifúndio – uma propriedade de terra cujas dimensões não perfazem o mínimo para configurar um módulo rural (Art. 4º, inciso IV);

Latifúndio – propriedades que excedam a certo número de módulos rurais – latifúndio por extensão – ou, independente deste valor, que sejam destinadas a fins não produtivos – latifúndio por exploração (Art. 4º, inciso V) (LIMA, 2007, p. 37).

Para Martins (1984, p.31), os interesses dos sujeitos sociais envolvidos na questão fundiária, pautados no estatuto, são antagônicos (terra de negócio x terra de trabalho), portanto, o Estatuto da Terra serviu para o Governo Militar legitimar as mudanças legais e institucionais privilegiando o processo de reprodução ampliada do capital da grande empresa.

Martins ressalta que:

O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse

processo de expropriação e da concentração da propriedade e do capital (MARTINS, 1984, p.35).

Para Lima (2007, p. 38), o Estatuto da Terra propiciou a expansão do capitalismo no campo por meio da “modernização” atendendo os interesses do capital industrial e financeiro. Sendo assim, o intuito de distribuir as terras democraticamente, a partir da Reforma Agrária, acabando com os minifúndios e latifúndios, não foi realizado e o Estatuto contribuiu para uma nova configuração territorial no meio rural favorecendo deste modo, a concentração de terras e, ao mesmo tempo, pressionando para o processo de “modernização” dos latifúndios.

### **c) A política de crédito agrícola:**

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado pela Lei 4.829 de 05 de novembro de 1965, com a finalidade de viabilizar a inserção da agricultura brasileira aos padrões da Revolução Verde, tinha entre seus objetivos “[...] incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e a adequada defesa do solo”. No entanto, destaca Moro (2003, p. 113), apenas 10% do montante (equivalente na época a 50 vezes ao maior salário mínimo vigente no país) dos recursos creditícios eram destinados aos produtores de base familiar gerando “concorrência em torno dos recursos e especulação imobiliária no meio rural, pois a propriedade da terra passou a ser condição fundamental para o acesso às linhas do crédito rural beneficiando assim os grandes e médios proprietários” (MORO, 2003, p. 113-123).

De acordo com Alentejano (2012, p. 477):

[...] a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi de importância central para a difusão deste moderno padrão produtivo, pois ele viabilizou a compra de máquinas e insumos pelos agricultores.[...] Ressalte-se que a modernização se concentrou em alguns produtos voltados para o mercado externo ou para a transformação agroindustrial, e atingiu principalmente certas regiões (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) (ALENTEJANO, 2012, p. 479).

### **d) As especificidades regionais como fatores determinantes no processo da “modernização” do campo no espaço meridional de Mato Grosso do Sul:**

Entre os vários fatores regionais, pode-se considerar inicialmente, segundo Abreu (2003), Silva (1992) e Lima (2006), a configuração espacial regional de Mato

Grosso do Sul como fator de atração deste processo, apresentando “vastas extensões de cerrado, planos e ‘desocupados’, portanto, com grande potencial para a expansão desta agricultura moderna” (ABREU, 2003, p. 289).

Neste sentido, Silva (1992) enfatiza que até o final de 1960 o espaço regional meridional do Mato Grosso do Sul caracterizava-se por uma economia capitalista comercial e carecia de infraestrutura básica influenciando, portanto, no baixo preço da terra nas áreas de campos abertos, utilizadas pela pecuária tradicional. Sendo assim, atraiu o interesse de agricultores do Sul do Brasil gaúchos<sup>31</sup>/granjeiros<sup>32</sup>, cientes do movimento em decorrência da “Revolução Verde”, “ambicionavam expandir e trocar seus reduzidos tratos de terras por superfícies mais dilatadas em outras áreas de fronteira agrícola”, para a implantação da lavoura mecanizada com a introdução do sistema soja-trigo (SILVA, 1992 p. 66-71).

Para Silva (1992), o espaço meridional sul-mato-grossense e, especificamente, Dourados, ofereceu oportunidades para os migrantes, pois:

[...] com o valor da venda de seus pequenos patrimônios no Sul, adquiriram cinco, seis, e em alguns casos nove vezes mais terras [...], a semelhança de clima e a presença dos mesmos campos de barba-de-bode (*Aristida pallens*) onde tão bem se adaptaram e se expandiram as culturas pioneiras do trigo e da soja nas terras gaúchas (SILVA, 1992, p. 44-45).

Segundo o mesmo autor, mesmo com os percalços típicos do “estrangeiro” (que do ponto de vista da Geografia Humana produzida requer adaptações dos sujeitos às condições ambientais adversas do Sul) e a incerteza da produção econômica, a introdução do cultivo de arroz de sequeiro foi a alternativa viável economicamente pelo seu baixo custo de produção em relação a outros cultivares. De toda forma, este cultivo requer maior regularidade pluviométrica e os entraves que surgiram em decorrência desta atividade, como o desconhecimento do “comportamento pluviométrico”, a falta de assistência técnica, o alto custo dos insumos agrícolas, a precariedade de infraestrutura, como a falta de vias

---

<sup>31</sup> Este modelo de agricultura privilegiava segundo Silva (1992, p. 42) uma nova categoria social de produtores empresariais que já tinha conhecimento dos generosos incentivos governamentais como os paulistas (detentores de terra de negócio favorecidos pelo Governo Estadual e colonização privada na década de 1940), paranaenses, catarinenses, atraindo principalmente os pequenos proprietários do RS, PR e SC (gaúchos de origem) interessados “em novas terras para a reprodução de suas granjas”.

<sup>32</sup> Granja no Rio Grande do Sul denomina também o estabelecimento de cultivo de lavouras. (SILVA, 1992, p. 42).

pavimentadas, armazéns e silos, acarretou em período de incertezas e fracassos para alguns. Este período foi, também, marcado pela organização política social dos “gaúchos” com participação em sindicato rural, cooperativismo<sup>33</sup>, para que fortalecidos pudessem reivindicar do Estado os benefícios creditícios (SNCR) a disposição deste modelo de agricultura presente no espaço regional sul brasileiro (SILVA, 1992, p. 73-80).

Para Silva (1992), a afirmação deste modelo de agricultura se tornou possível, no espaço sul-mato-grossense meridional, a partir de 1971, frente a algumas circunstâncias favoráveis, como:

a) às diferentes estratégias do Estado Brasileiro de promoção da expansão do CAI<sup>34</sup> com a montagem de “um complexo sistema de pesquisa agrícola, a garantia de crédito rural farto e barato e a instalação de um conjunto de infraestruturas de apoio” que tinham como apoio a continuidade e a criação de novos Programas de Desenvolvimento Regional promovido pela SUDECO, que atuou como instrumento articulador de diferentes intervenções estatais desde meados de 1960, como é o caso do Projeto de Desenvolvimento da Criação de Gado (Programa do Boi Gordo), criado em 1967 e ampliado em 1972, voltado para o aumento da produção e da produtividade da pecuária de corte e da ovinocultura e “favorecendo a disseminação do pacote tecnológico para a bovinocultura regional”, objetivando, deste modo, promover o processo de agroindustrialização e as atividades agropecuárias voltadas para a exportação (SILVA, 1992, p. 100-103).

b) No contexto do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), foi criado em 1971 o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) que financiou a construção de silos e armazéns, possibilitou a instalação dos primeiros frigoríficos e viabilizou a pavimentação da BR-163, trecho Rondonópolis-Campo e Grande-Dourados, interligando com a BR-262, dando acesso aos mercados do Centro-Sul do país (SILVA, 1992, p. 107-108);

---

<sup>33</sup> Em 1971 foi fundada a Cooperativa Tritisoja com o objetivo de dinamizar a comercialização, passando a ser um dos principais agentes no processo de modernização agrícola. (SILVA, 1992, p. 80).

<sup>34</sup> Segundo Müller (1989) “o Complexo Agroindustrial (CAI) pode ser definido como o conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica”. (MÜLLER, 1989, p. 45).

Em relação aos programas de intervenção da SUDECO, cabe ressaltar, também, a importância de outros programas, tais como: o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), criado em 1973 e sinalizou a ampliação da ação estatal em Mato Grosso do Sul<sup>35</sup>, pois além de promover a pecuária melhorada, passou, a partir de então, a enfatizar, sobretudo a expansão das lavouras mecanizadas de trigo e soja. (SILVA, 1992, p. 109-111)

O PLADESCO teve como principal instrumento operacionalizador de suas diretrizes o programa Corredores de Exportação que no espaço meridional de Mato Grosso do Sul visava a modernização do conjunto de infraestrutura que se estendia desde as áreas produtoras até os terminais marítimos de exportação de Paranaguá e de Santos. (SILVA, 1992, p. 115).

O Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) foi lançado em 1976 fazendo parte do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e teve “existência fugaz”, sendo desativado em 1978. Diferentemente dos programas anteriores, tinha como área de abrangência apenas vinte e oito municípios<sup>36</sup> do espaço meridional de Mato Grosso do Sul, cumprindo parcialmente seus objetivos na viabilização do processo agroindustrializador. Sua principal contribuição foi a duplicação da rede de transmissão de energia (SILVA, 1992, p. 125).

#### **e) O “boom” da soja no mercado internacional no período de 1972/1973:**

O aumento do preço da soja no mercado internacional decorreu de dois fatores: a forte estiagem na África comprometeu a produção de amendoim utilizado na fabricação de óleo comestível e o desaparecimento dos cardumes de anchovas no litoral peruano (matéria-prima básica na produção da farinha de peixe, fonte proteica utilizada na ração dos rebanhos europeus). Esses fatores contribuíram para que os criadores europeus utilizassem o farelo de soja como substitutivo devido o alto teor proteico da leguminosa (SILVA, 1992, p. 86).

Esta situação adversa provocou acelerado aumento nos preços da soja no mercado mundial. Silva (1992 p. 87), citando Brum (1998, p. 41), ressalta que “a

---

<sup>35</sup> É sempre importante destacar que, apesar de referir-se a Mato Grosso do Sul, este Estado só foi criado em 11 de outubro 1977 e instalado em 01 de janeiro de 1979.

<sup>36</sup> Dourados, Itaporã, Rio Brillhante, Deodápolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Mundo Novo, Angélica, Caarapó, Amambai, Naviraí, Ivinhema, Ponta Porã, Iguatemi, Eldorado, Jateí, Nova Andradina, Amaurilândia, Bataguçu, Sidrolândia, Maracaju, Antonio João, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Fronteira Rica e Bataiporã.

cotação de soja, que até fins de 1973 estava cerca de 110 dólares a tonelada, na bolsa de Chicago, disparou alcançando mais de 300 dólares em agosto daquele ano, chegando a ultrapassar no mercado negro os 500 dólares a tonelada”.

Deste modo, com o mercado favorável e o amparo estatal, o espaço meridional de Mato Grosso do Sul passou por intensas transformações e Silva (1992) constata que em 1970 a área ocupada pela cultura da soja era de 9.968 hectares e em 1980 a área ocupada passou a ser de 456.447 hectares, o mesmo ocorrendo com o trigo, embora em proporções menores. E “num intervalo de dez anos a soja foi o cultivo que mais se expandiu, tornando-se a principal lavoura da agricultura regional” (SILVA, 1992, p. 89).

Sob a ótica do mesmo autor:

A entrada das lavouras de trigo e soja tornou-se um ponto de inflexão importante, não apenas porque revolucionou o processo produtivo regional, mas também por determinar a redefinição da inserção regional na divisão territorial do trabalho: de área de produção policultora de base familiar e fornecedora de gado magro para as invernadas paulistas, o Mato Grosso do Sul meridional transformou-se em espaço especializado na produção capitalista de grãos e carne bovina dirigidos preferencialmente para o mercado internacional (SILVA, 1992, p. 136).

Considera o mesmo autor que, em curto espaço de tempo, vinte anos, encontrou-se consolidado o domínio do CAI sobre a agricultura no espaço regional meridional de Mato Grosso do Sul, materializando-se num conjunto de agroindústrias processadoras de óleo e farelo de soja “além de diversos frigoríficos que encontram na pecuária local ‘modernizada’ uma fonte garantida de matéria-prima” (SILVA, 1992, p. 93).

No caso do espaço regional meridional do Mato Grosso do Sul, Silva (1992) afirma que, a partir da introdução do binômio soja-trigo, as práticas da pesquisa agrícola e da extensão rural ganharam importância sendo fundamentais para a implantação e consolidação do CAI nesta fração territorial.

Assevera Silva (1992):

O processo produtivo passou a ser crescentemente regulado e orientado pela pesquisa científica. De modo que, na porção do Mato Grosso do Sul meridional, “a natureza transformada para a produção (o espaço social) cada dia ganha um conteúdo maior em ciência e técnica. [...] a prática da pesquisa, através da criação de novas

cultivares adaptadas ao meio-ambiente regional, possibilitou a essas lavouras superarem eventuais limitações naturais locais (clima, solos, pragas, doenças, etc); [...] tais práticas, na medida em que produziram e difundiram pacotes tecnológicos para o sistema soja-trigo, com a utilização dos insumos industriais para a agricultura (máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas, etc) serviram para acelerar a consolidação dos interesses agroindústrias na região (SILVA, 1992, p. 135-136).

Neste sentido, Abreu (2000) confirma que para a efetivação deste modelo de agricultura, o Estado, em 1973, canalizou recursos para a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, também, por meio da SUDECO contribuiu para:

a implantação de cursos de Agronomia e de Medicina Veterinária, com o objetivo de fomentar a pesquisa agropecuária, bem como disseminar a necessidade de racionalização/modernização do setor e utilização de técnicas, insumos e mecanização, veiculadas pelas empresas multinacionais instaladas no País. A UFMS e a UFMT são exemplos desse processo (ABREU, 2000, p. 288-289).

Para Abreu (2000, p. 289):

Ao Estado coube o papel de fornecer e administrar as condições necessárias à garantia da reprodução do capital e da sociedade, investindo também em infraestrutura – armazéns, rodovias, eletrificação, etc. oferecendo condições e recursos facilitados como financiamento a juros baixos e ampliação da rede oficial bancária (ABREU, 2000, p. 289).

Diante disso, com os mecanismos adotados pelo Estado, tendo como fio condutor as políticas de intervenção da SUDECO, privilegiando a grande empresa capitalista, o território construído no processo de colonização da CAND passou por grandes alterações em sua estrutura agrária tendo como consequência a expropriação de parcela significativa dos sujeitos sociais que tinha na agricultura tradicional (policultura) a base de sua existência.

Uma vez desterritorializados, o que ficou no seu rastro foram as “linhas” tendendo à concentração fundiária e novamente o destino é a estrada, o caminho a percorrer é a cidade, novas fronteiras agrícolas (Amazônia, Rondônia, Roraima), o trabalho temporário como boia-fria, impulsionando mais uma vez as velhas/novas tensões permeando os conflitos agrários dos acampados nas rodovias em busca da terra de trabalho.

## **CAPÍTULO II**

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS DAS  
RELAÇÕES SOCIAIS VOLTADAS À REPRODUÇÃO CAMPONESA  
DECORRENTE DO PROCESSO DE “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” DO  
CAMPO NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS**

Como mencionado anteriormente, à construção territorial de Glória de Dourados está interligada a ocupação dos espaços considerados “vazios” no território brasileiro e fazia parte de uma ação política do governo de Getúlio Vargas, visando à ocupação do espaço brasileiro por meio de um programa de colonização, por meio da implantação de colônias agrícolas em várias regiões do país.

Sobre o processo de colonização efetuado no espaço meridional sul-matogrossense e, especificamente, na 2ª Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Pelle e Lamoso (1997, p.18) confirmam: “a distribuição das terras pela CAND, foi destinada a produtores de base familiar, pouca infraestrutura foi oferecida a essas famílias, tendo como incentivo apenas a posse das terras”.

Neste sentido, este capítulo tem como um de seus objetivos a reflexão da questão camponês/campesina, em nível teórico conceitual, da estrutura agrária nacional, analisar a lógica de funcionamento da reprodução camponesa a partir de sua organização interna vinculada a posse da terra como condição de vida e de trabalho, pautado no valor de uso, negando, desse modo a mercantilização sustentada pelo capital.

Outro objetivo deste capítulo é analisar o processo de configuração territorial do município de Glória de Dourados e as transformações agrárias ocorridas no território nacional decorrentes do processo de “modernização” do campo buscando o entendimento que ultrapasse os dados estatísticos apresentados para compreender as estratégias de resistência/permanência dos segmentos sociais envolvidos neste contexto.

## **2.1 Abordagens teóricas a respeito do conceito de campesinato e sua matriz sócio-cultural: a campesinidade.**

A questão campesina é inerente à questão agrária e sua leitura passa pela fundamentação teórica a partir da compreensão histórica relacionada à introdução do capitalismo no campo e o destino da forma de organização camponesa estando amparada em três distintas orientações teóricas: o narodnismo russo<sup>37</sup>, o anarquismo agrário e o marxismo ortodoxo.

---

<sup>37</sup> Segundo Paulino e Almeida (2010, p. 22-23) o narodnismo russo conforme define Guzmán e Molina (2005), representa a primeira corrente teórica acerca dos estudos camponeses, tendo sido consequência do debate intelectual e político gerado na Europa no século XIX a respeito das

Segundo Guzman e Molina, (2005, p. 35), as duas primeiras concepções prevêm a perpetuação do campesinato enquanto a terceira concepção, baseada em Lênin e Kautsky<sup>38</sup>, defende a tese de seu desaparecimento, o que faz com que estas concepções sejam divididas em duas correntes como afirma Marques (2008, p. 49):

O debate sobre o destino do campesinato inicia-se no final do século XIX e ganha novo impulso no final de 1960 e 1970 com a participação ativa de Teodor Shanin. Destacam-se duas correntes neste debate. A primeira, formada sob influência dos populistas russos, que desenvolveram estudos detalhados sobre a organização da produção camponesa, valorizava as qualidades do modo de vida e da economia camponesa e defendia a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Dentre os seus principais autores, destaca-se A. Chayanov. A segunda, cuja ênfase estava nas análises das mudanças desencadeadas pelos avanços das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis consequências de desagrarização e descampesinização, tinha em V. Lênin e K. Kautsky duas grandes referências (MARQUES, 2008, p. 49).

Para Lima (2009, p. 07) é sempre necessário considerar o contexto destas orientações teóricas, que tem como fio condutor a Revolução Russa deflagrada em 1917, como um fenômeno social responsável pelo debate clássico agrário que polarizou as duas correntes: uma liderada por Vladimir Lênin (1985), desenvolvida no período da revolução, e a outra corrente liderada por Alexander Chayanov (1974), desenvolvida na implantação da revolução russa.

---

comunidades rurais. No narodnismo russo coexistiam diversas orientações teóricas, cujo elo era a defesa de um modelo para a Rússia de desenvolvimento não capitalista, em que o campesinato figurava como protagonista, leia-se agente revolucionário. Ou seja, entendiam que a Rússia podia seguir outra via rumo ao socialismo evitando a proletarização e a desorganização social das comunidades rurais provocadas pelo capitalismo, estabelecendo-se uma espécie de ponte direta entre o campesinato e o socialismo, por entender que o primeiro possuía elementos socialista como o coletivismo e a ética camponesa, os quais poderiam ser potencializados (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

<sup>38</sup> Coloca Paulino e Almeida (2010, p. 22) que embora Kautsky seja defensor da idéia da superioridade da grande propriedade na perspectiva produtivista que privilegia o desenvolvimento das forças produtivas, ao analisar as tendências de evolução da agricultura foi capaz de identificar a resistência camponesa à concentração da propriedade. Percebeu a renúncia dos camponeses à renda e ao lucro e expôs também as formas de dominação da agricultura pelo capital industrial: "Dá-nos o exemplo concreto, ousado para a época, da firma Nestlé em Vevey, cujos 'habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas não são mais agricultores livres'(Kautsky apud Amin; Vergopoulos, 1986, p. 26). Porém essas análises estavam prisioneiras de uma posição dogmática que projetava para o campo apenas as classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado. (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

A corrente liderada por Lênin, segundo Lima (2009, p. 07), “outorgava” o papel de vanguarda revolucionária ao operariado, que surgiria como fruto do desenvolvimento industrial, “a consciência de classe que desencadearia a revolução viria da expropriação sofrida de seus meios de produção” (LIMA, 2009, p. 07).

Deste modo, desconsiderando a diversidade do universo camponês russo:

Lênin o dividiu em três segmentos: camponeses ricos, médios e pobres, sendo os últimos os possíveis aliados de uma transformação social e política. Avaliava-se que com o desenvolvimento do sistema capitalista, a tendência era o desaparecimento do camponês médio, que caso não enriquecesse, empobreceria até ser destituído de todos os seus meios de produção, e junto com os camponeses pobres tornar-se-ia assalariado rural ou operário. Essa “diferenciação social” feita sobre o campesinato russo foi elaborada a partir de dados estatísticos e levavam em consideração os bens materiais da unidade camponesa, tais como, número de cavalos, área semeada, e equipamentos. Esse tipo de informação expressava uma preocupação de caráter eminentemente técnico e econômico (ABRAMOVAY, 1992, *apud* LIMA, 2009, p.07).

No entanto, a corrente liderada por Chayanov (1974), chefe da seção agrária da Academia de Ciências da URSS até os anos de 1930, é posterior e foi desenvolvida na implantação da revolução russa, tendo como embasamento as mudanças dos critérios anteriormente analisados por entender que estes eram insuficientes para explicar a organização interna da unidade camponesa, pois fugiam à sua lógica econômica.

A preocupação de Chayanov (1974) localizava-se na generalização que se fazia ao interpretar a questão agrária no desenvolvimento capitalista, afirmando que não se poderia utilizar categorias do capitalismo, tais como salário e produtividade, para pensar ou conceituar o camponês da pequena unidade de produção. Pela sua diversidade e especificidade (a partir disto, se universaliza a categoria) haveria a necessidade de se construir uma teoria própria para a interpretação e estudo da organização da unidade de produção familiar. O autor utilizava para caracterizar este segmento social, o ciclo familiar: tamanho da família, a relação entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam. O conceito de família não se resumia à família nuclear (pai, mãe, filhos, parentes); era mais amplo. Abrangia os membros que moravam sob o mesmo teto, mas estendia-se aos membros que trabalhavam juntos na mesma terra; ou que compartilhavam um parentesco distante. Em sua análise o autor nos leva à seguinte conclusão: não havia incompatibilidade entre as comunas e o socialismo. Neste sentido, a sociedade camponesa em qualquer momento estaria “apta” para funcionar sob o sistema socialista (ABRAMOVAY, 1992, *apud* LIMA, 2009, p. 07).

Assim, cabe considerar que são estas as duas correntes que influenciam e provocam debates acirrados por grande parte dos autores estudiosos do campesinato no campo do conhecimento, inclusive no Brasil.

Entre os autores que analisam esta questão, torna-se pertinente as contribuições de Shanin (1980) porque rompe, segundo Mizusaki (2009, p.232), com os métodos de análise monistas contidos nas duas correntes – para um grupo eram os determinantes biológicos que influenciavam a dinâmica social camponesa e para o outro grupo eram os determinantes econômicos que influenciavam esta mesma dinâmica – buscando compreender o campesinato russo a partir de:

considerações sobre espaço, tempo, estrutura política e cultural, levantando a necessidade de se introduzirem elementos não-econômicos na economia, quando verifica, na sociedade russa, a persistência de padrões tradicionais no mundo rural. Fala assim em diferenciação socioeconômica, compreendendo através deste viés que apesar da predominância do mundo econômico, os camponeses mantêm uma certa autonomia (MIZUSAKI, 2009, p. 232-233).

Shanin (1980), em suas análises, demonstra que ao longo do processo histórico o conceito de camponês não é estático, mas sim dinâmico e flexível, pois, a unidade doméstica camponesa tem como uma de suas características básicas as “mudanças substantivas” compreendendo os processos de mobilidade espacial que envolve repartição, fusão, extinção, migração, aparição em prol da reprodução de seu modo de vida, contudo, em diversos momentos temporais, é possível reconhecê-lo pelas características semelhantes.

Sobre a necessidade de mobilidade espacial, salienta Shanin (1980, p. 60-62):

Com a emigração, uma unidade doméstica camponesa desaparece de uma comunidade para reaparecer em outro lugar distinto. O termo compreensivo “mudanças significativas” engloba, portanto, processos sociais de tipo amplamente diferentes, mas que possuem uma característica em comum: seu aspecto diferencial se vê refletido na forma de tendências niveladoras sobre as sociedades camponesas. O que necessita ser colocado em destaque é o amplo contexto social em que processo teve lugar, do qual as determinantes econômicas representavam só um de seus aspectos (SHANIN, 1980, p.60-62).

Para Shanin (1980), o campesinato pode ser compreendido como classe e como um mundo diferente devido o seu modo de vida apresentar aspectos diferenciados dos padrões capitalistas, “uma classe social de baixa ‘classicidade’ que se insere de forma subordinada e se levanta em momentos de crise”.

Assim para o autor:

Camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades (SHANIN, 1980, p.50).

Prossegue o autor:

O que se quer dizer realmente é que os camponeses apresentam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia (SHANIN, 1980, p. 69).

Deste modo, é necessário ressaltar que se tornou ultrapassada a visão romântica do campesinato em que se insere o camponês bucólico e idílico, um *modus vivendi* perfeito, a unidade doméstica camponesa não pode ser vista como algo descolado do modo de produção capitalista, mas como parte integrante neste modo de produção (PAULINO, 2006).

Neste sentido, Marques (2008, p. 60-61) destaca que no Brasil é somente a partir de 1950 que a ciências sociais adotam o conceito de camponês frente ao movimento das “Ligas Camponesas do Nordeste”, que se afirmam como identidade política em nível nacional diante da “extrema desigualdade social que se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira”.

Afirma Marques (2008, p. 60):

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média européia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O

predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Assim, conforme lembra Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações (MARQUES, 2008, p.60).

Desta maneira, reafirma Marques (2008, p. 60), como Martins (1986, p. 16), que no Brasil o campesinato apresenta especificidades que o caracterizam como a migração, o trabalho acessório não agrícola – devido ao predomínio da posse precária da terra – e a incessante busca por uma nova terra como resultado de sua condição de instabilidade estrutural, criando situações que podem ser analisadas como ações estratégicas na reprodução de seu modo de vida (social). Em Glória de Dourados, como foi constatado no relato de Cavalheiro (2001) no Capítulo I, a reprodução camponesa pode ser entendida em relação aos sujeitos sociais e as denominações regionais pejorativas de jacus e arigós frente à realidade concreta destes sujeitos na busca pela terra de trabalho no contexto do programa de colonização do espaço meridional sul-mato-grossense.

Confirma Marques (2008, p. 60):

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc (MARQUES, 2008, p. 60).

Para Martins (1996):

Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas dos confrontos entre as classes sociais (MARTINS, 1996, p. 23).

No tocante a situação de classe camponesa, mencionada por Martins (1996, p.23), é importante salientar as contribuições teóricas de Paulino e Almeida (2010, p. 25) a respeito da influência de Marx em decorrência de seus “manuscritos” sobre o campesinato por estar relacionada ao contexto que o autor viveu e os comentários

que teceu em sua obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte e as lutas de classes na França de 1848 a 1850”. Marx fez uso de certa generalização a respeito do campesinato constituir-se ou não como classe, visto que nesta obra separa o camponês revolucionário do camponês conservador, no entanto, Paulino e Almeida (2010) ponderam que esta não era a preocupação central de Marx, mas, sim, o estudo da sociedade capitalista e das classes que lhe são fundamentais: a burguesia e o proletariado (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 25).

Segundo as autoras, em relação às contribuições de Marx acerca do campesinato, urge a necessidade de compreender duas questões básicas:

Marx o reconheceu como “realidade objetiva” (leia-se como existência social) e não decretou a sua impossibilidade histórica de luta como “classe para si”. Lembrando ainda que Marx, no transcurso de suas análises, repensou o papel dos camponeses no devir revolucionário. [...] Cabe explicar que não se trata aqui de admitirmos, por um lado, a existência da classe camponesa (classe em si) e por outro, negar sua consciência de classe, até porque na perspectiva de Thompson<sup>39</sup>, seria uma interpretação destituída de significado (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 27).

Para Paulino e Almeida (2010, p. 27), o campesinato, enquanto classe em si, constitui-se no confronto com outra classe, tendo neste processo consciência e identidade oposta ao interesse da classe antagônica.

[...] uma consciência de classe que se expressa por meio da ambiguidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambiguidade [...] marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados a sua reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos de seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe a luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim sua consciência de classe desnudada (PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 27).

Para Marques (2008, p. 58), especificamente no caso brasileiro, é importante entender o campesinato enquanto:

---

<sup>39</sup> Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. (THOMPSON, 1998, p. 105 *apud* PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 27).

[...] uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008, p. 58).

Corroborar no mesmo sentido outros autores marxistas como: Oliveira (1981, 1991, 2003, 2004), Fernandes (2000, 2005), Woortmann (1990), Moura (1986, p. 13), Mizusaki (2009, p. 234-235), entre outros que buscam reafirmar o papel e o lugar dos camponeses como classe<sup>40</sup> inserido no processo de desenvolvimento do capitalismo que se apresenta desigual e combinado, contrapondo, desta maneira, de outros autores, como Graziano da Silva (1993), que consideram este segmento social fadado à extinção. Os autores de orientação marxista tecem críticas a respeito da posição de Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1998) “que defendem o uso do conceito de agricultura familiar em detrimento de camponês”, como processo evolutivo do sistema capitalista (Marques, 2008, p. 58 e Fernandes, 2005, p. 11) embatendo o uso do conceito-chave campesinato para expressar que “os camponeses no Brasil em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses” (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

É importante ressaltar, também, as contribuições de Woortmann (1990) sobre a busca dos valores referentes ao modo de vida desta “estranha classe”, no sentido de analisar o campesinato enquanto uma ideia mais próxima de uma “sociedade camponesa” dotada de ética camponesa constitutiva de uma ordem moral, “uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra não como valor de uso, mas como expressão de uma moralidade: ‘o de uso como valor’”.

---

<sup>40</sup> Para Thompson o conceito de classe insere “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma *estrutura*, nem mesmo como uma *categoria*, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura” (THOMPSON, 1989, p. 09, Vol. I).

Nesta perspectiva não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como patrimônio da família sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético (WOORTMANN, 1990, p. 12)

Para Woortmann (1990, p.13-23), a organização do grupo doméstico agrega uma rede de representações que se articulam e compõem uma totalidade.

O que interessa aqui é menos a teoria de um tipo de economia do que a de um tipo de sociedade. Trata-se por outro lado, da construção de um tipo, apreendido através das conexões de sentido que são significativas para os sujeitos, e nem todos os “pequenos produtores” são camponeses ou partilham igualmente a ética que procuro examinar no decorrer deste artigo.

Meu objetivo também não é tratar o camponês como “um pequeno produtor”, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma interpretação subjetiva – pois trata-se da minha perspectiva – de sua subjetividade.

Prefiro então falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra, sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais como a honra e a hierarquia (WOORTMANN, 1990, p. 13-23).

A partir destas orientações teóricas, de um posicionamento metodológico, propõe-se abordar o contexto em que emergem as transformações sociais, econômicas e políticas das relações sociais voltadas à reprodução campesina decorrente do processo de “modernização conservadora” do campo no município de Glória de Dourados/MS.

Como mencionado anteriormente, a origem do município de Glória de Dourados é resultado do processo de criação e instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no início da década de 1940. A ideia de ocupar os espaços considerados “vazios”, no território brasileiro, fazia parte da ação política do governo de Getúlio Vargas, visando a incorporação do espaço brasileiro por meio de um programa de colonização, por meio da implantação de colônias agrícolas em várias regiões do país assentadas em estrutura fundiária desconcentrada, fato não muito comum no território brasileiro<sup>41</sup>, que tem como característica basilar a concentração fundiária, como se pode demonstrar, a partir de breves considerações

---

<sup>41</sup> Sobre a origem da pequena propriedade no Brasil e, mais especificamente no Noroeste do Estado de São Paulo, ver Nardoque (2002).

relacionadas à estrutura fundiária, tendo como referência os dados dos Censos Agropecuários, referentes à estrutura fundiária brasileira, estadual e municipal.

## **2.2 A estrutura fundiária concentrada como representação do território brasileiro arcaico.**

A estrutura fundiária refere-se ao perfil de distribuição das terras numa dada sociedade e, concretamente, demonstra a forma como estão distribuídos os estabelecimentos pelo país, o que permite, assim, analisar a problemática posta ao espaço agrário brasileiro em consequência da posse e da concentração de terra devido o tipo de ocupação e colonização implantado historicamente no território brasileiro “onde a maior parte das terras não são ocupadas de forma produtiva, mas, ao contrário, são terras improdutivas. É desta forma que o capitalismo desenvolve-se no campo brasileiro, revelando seu caráter rentista” (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Para Andrade (1985, p. 75-98) é sábia a colocação de Reclus citada por Alentejano (2012, p.353) em texto datado no final do século XIX a respeito do papel preponderante da estrutura fundiária de um país pela posse da terra quando enfatiza que esta é:

o resultado das lutas entre latifundiários e camponeses pela posse da terra. Assim, onde as lutas camponesas foram capazes de se impor aos anseios monopolistas do latifúndio, a estrutura fundiária é mais democrática; mas onde o poder do latifúndio prevaleceu sobre as lutas camponesas, a concentração fundiária é intensa. Assim, quanto mais desigual a distribuição das terras, mais concentrada será a estrutura fundiária, ao passo que quanto mais igualitária for a distribuição, mais desconcentrada ela será. (ANDRADE, 1985 *apud* ALENTEJANO, 2012, p. 353).

No Brasil, a estrutura fundiária concentrada prevalece em pleno século XXI, em tempos marcados pelo desenvolvimento tecnológico avançado, fazendo uso de instrumentos arcaicos como as relações não-capitalistas de exploração da mão de obra análoga à escrava, da indígena, a baixa remuneração por produção, por peça ou por tarefa, a reprodução camponesa, entre outros, apesar de inúmeros movimentos de luta e de resistência que demonstram que “os que viviam e vivem nesta situação marginalizada nunca foram passivos e que sempre procuraram de uma forma ou de outra lutar em defesa de suas ideias e seus direitos” (TOMAZI, 2010, p. 163). Como exemplo, alguns movimentos mais significativos de luta em

relação a manutenção da estrutura fundiária concentrada, como Palmares (1630-1694), Conjuração Baiana (1796-1799), Guerra dos Canudos (1839-1897), Guerra do Contestado (1912-1916), Tenentismo (1922-1924), Coluna Prestes (1925-1927), Movimento da Ação Integralista Nacional e Aliança Nacional Libertadora (1930-1937), Revolta de Porecatu/PR, Revolta de Trombas e Formoso/GO (primeira década de 1950 envolvendo posseiros e camponeses), Ligas Camponesas no Nordeste (1950-1964) e o ressurgimento, a partir de 1979, da luta pela terra de trabalho em plena ditadura militar, do movimento organizado no Sul, amparado pelo apoio de parte da Igreja Católica (Pastoral da Terra), do Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo fundamental de enfrentamento ao regime militar, de questionamento da estrutura da propriedade da terra (domínio do latifúndio) e da presença das relações arcaicas na força de trabalho no campo que tem como característica basilar a estrutura fundiária brasileira concentrada (TOMAZI, 2010, p. 158-164)

Oliveira (2008, p. 06-09) afirma que no território brasileiro a estrutura fundiária concentrada pode ser analisada a partir de números que identificam “as maiores propriedades privadas que a história da humanidade já registrou”:

O Brasil possui uma extensão de 850.201.546 hectares como parte do território capitalista mundial. Deste total, estavam cadastrados no INCRA em 2003, apenas 436 milhões de hectares, o que quer dizer que 51% do país estavam apropriados privadamente. Outros 120 milhões de hectares estão ocupados pelas terras indígenas demarcadas ou a demarcar, e, 104 milhões de hectares estavam reservados às unidades de conservação ambiental. Assim, cerca de 200 milhões de hectares de terra no Brasil estão cercados e não pertencem de fato e de direito a quem cercou [...] Assim, há cerca de 180 milhões de hectares do solo nacional cercados indevidamente por grileiros.

Entre os 436 milhões de hectares de terra cadastradas no INCRA a distribuição em 2003, revelava que 84 milhões (19%) estavam em poder dos imóveis com menos de 100 hectares. Outros 152 milhões (35%) estavam com os imóveis entre 100 e 1.000 hectares (OLIVEIRA, 2008, p.06 - 09).

Cabe reiterar que esta realidade está diretamente relacionada ao papel do Estado como agente estruturador deste processo, a partir da criação da Lei de Terras em 1850, representando a introdução do sistema da propriedade privada das terras, transformadas em mercadorias. Essa lei atingiu seu objetivo principal de

dificultar o acesso para os trabalhadores migrantes, imigrantes, livres, facilitando aos latifundiários se apossassem de grandes extensões à revelia da Lei e difundindo a ideologia da propriedade capitalista da terra nas legislações subsequentes e nas mentes das pessoas. Por esta inculcação ideológica, terra não se conquista, se compra.

Deste modo, o cerne da questão agrária do Brasil está relacionada à concentração de terras, ampliadas consideravelmente a partir de meados do século XX com a implantação do modelo de “modernização conservadora”, a implementação da Lei do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963, e pela falta de vontade política em fazer a Reforma Agrária<sup>42</sup> Clássica, como almejava Celso Furtado nos anos 1960, ocasionando a expropriação de mais de 20 milhões de camponeses e consolidando a lógica da acumulação do capital (PEREIRA, 2012).

Para se compreender este processo, pode-se analisar, a partir dos dados contidos nas tabelas 1 e 2, a estrutura fundiária brasileira, a partir de 1940, quando ocorreram grandes transformações, principalmente no aumento do número de pequenos estabelecimentos<sup>43</sup> devido à implantação de colônias públicas e privadas no interior do país visando dar sustentação ao desenvolvimento urbano-industrial brasileiro. Os dados do Censo Agrícola demonstram que em 1940 os pequenos estabelecimentos (menos de 100 hectares) responderam por 85,71% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários; nos censos de 1960 e de 1980 os pequenos estabelecimentos responderam por quase 90% das pessoas ocupadas no campo, demonstrando que com a colonização de outras áreas brasileiras, a partir de 1940, como o Centro-Oeste, o número de pequenos estabelecimentos aumentou.

---

<sup>42</sup> Segundo o artigo 1º do Estatuto da Terra (1964), “considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (ALMEIDA, 2011, p. 129).

<sup>43</sup> O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) usa o conceito de estabelecimento agropecuário e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o de imóveis. Para o IBGE, estabelecimento agropecuário é: “É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável”. (IBGE, 2006). A Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 04 módulos fiscais e, como média propriedade aquele entre 4 e 15 módulos fiscais. Sendo que o tamanho do módulo fiscal é estabelecido conforme cada região do país. Deste modo o módulo estabelecido em Glória de Dourados é de 30 hectares.

Contudo, o Censo Agropecuário de 1995/96 demonstra a redução dos pequenos estabelecimentos (menos de 100 hectares) e aumento dos médios (100-1.000 hectares) e dos grandes estabelecimentos agropecuários (acima de 1.000 hectares), demonstrando as transformações ocasionadas pelo processo de “modernização conservadora” em decorrência do pacote tecnológico da Revolução Verde e do espraiamento deste processo em grande parte do campo brasileiro, a partir de 1980.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006, também, demonstram que os pequenos estabelecimentos (aqueles com menos de 100 hectares) somam 2.477.071 (50,34%) do total, mas a área ocupada nesse estrato é de 7.798.607 (2,3% do total). No outro extremo, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares são apenas 46.911 (0,9% do total), porém ocupam 146.553.218 hectares (44,4% da área total), conforme demonstrado na Tabela 01.

**Tabela 01** - Brasil: números de estabelecimentos – grupos de área – (ha)

Anos	Grupo	- 10	10 – 100	100-1000	+ 1000	Total
1940	Nº	654.557	975.441	243.818	27.822	1.901,638
	%	34,42	51,29	12,82	1,46	100
1960	Nº	1.495.020	1.491.415	314.831	32.480	3.333,746
	%	44,84	44,73	9,44	0,99	100
1980	Nº	2.598.019	2.016.774	488.521	47.841	5.151,155
	%	50,44	39,15	9,49	0,92	100
1995	Nº	2.402.374	1.916.487	469.964	49.358	4.838,183
	%	49,65	39,61	9,71	1,03	100
2006	Nº	2.477.071	1.971.577	424.906	46.911	4.920,465
	%	50,34	40,06	8,63	0,97	100

**Fonte:** IBGE – Censos agrícolas e agropecuários – 1940 a 2006. Organizada pela autora.

Outro fator a ser analisado na tabela 01, em relação à estrutura fundiária brasileira, dentre as medidas adotadas em 1996, cabe destacar a votação de leis complementares da Constituição de 1988, regulamentando a Lei do Rito Sumário, promovendo agilidade aos processos de desapropriação, beneficiando mais de 8.500 assentamentos, aumentando o número de pequenos estabelecimentos (menos de 100 hectares) do Censo Agropecuário de 2006 em relação ao Censo Agropecuário de 1995. Embora a soma de suas áreas represente somente 21% do total e “revelam que a concentração de propriedades é maior agora do que em 1920, quando o país havia acabado de sair da escravidão” (Oliveira, 2008, p.06-09), sendo

a causa de milhares de camponeses permanecerem no campo em condições precárias por falta da terra de trabalho, isto é para viver e produzir.

Mesmo com a possibilidade da realização da reforma agrária por via fiscal a partir de 1996, o quadro concentrador permanece inalterado, pois os estabelecimentos com mais de 100 hectares são menos de 10% do total e ocupam cerca de 80% da área.

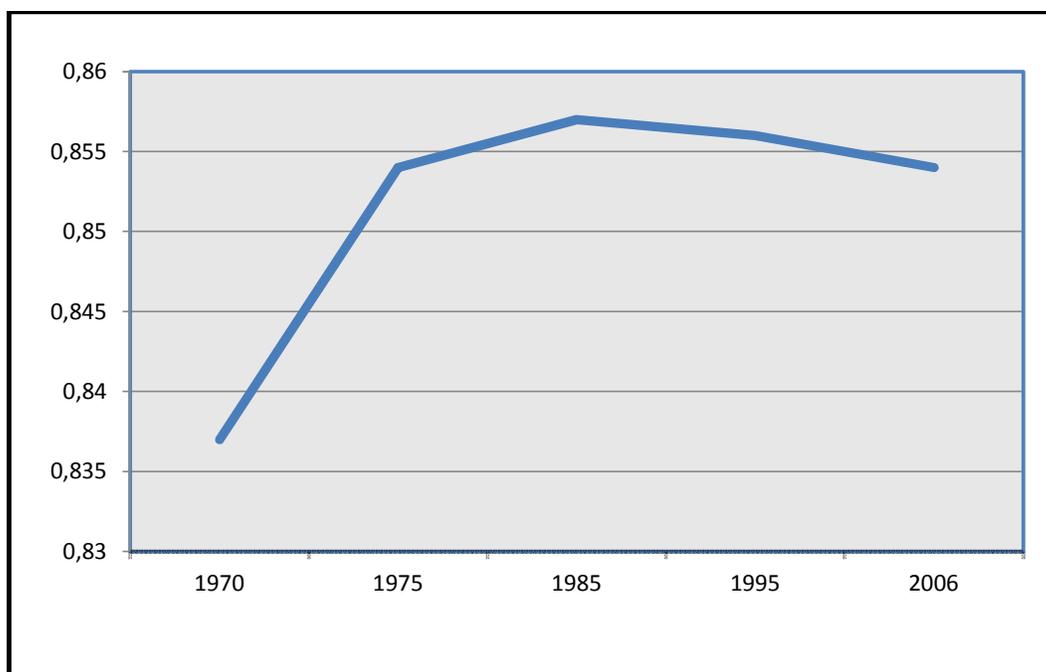
Cabe destacar que a reforma agrária por via fiscal consiste na utilização da cobrança de impostos como mecanismo de alteração da estrutura fundiária, como o Imposto Territorial Rural (ITR) que sempre foi muito baixo e “altamente sonogado”. A partir de 1996 foram criadas 30 alíquotas para esse imposto que declara que quanto maior a propriedade e menor seu grau de utilização, maior será o imposto; e vice-versa: quanto menor a propriedade e maior o seu grau de utilização, menor o valor do imposto a ser pago. Quem possui imóvel rural de até 50 hectares e utiliza mais de 80% da área, paga a menor alíquota, 0,08% do valor venal da propriedade ao ano; e no outro extremo, quem possui mais de 5 mil hectares e utiliza até 30% da área, paga 20% ao ano de ITR. Assim, a cada cinco anos, o proprietário desembolsará, teoricamente, o valor de sua propriedade aos cofres do governo. Assim, essa lei obrigaria os latifundiários a subdividir, arrendar ou, tornar a propriedade mais produtiva, mas a legislação mostrou-se pouco eficaz a partir dos dados do Censo de 2006, demonstrada pela pequena redução da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários acima de 1.000 hectares, ou seja, 0,68% da área ocupada em relação ao Censo de 1995 (tabela 02).

**Tabela 02 - Brasil: área ocupada pelos estabelecimentos – grupos de área (ha)**

Anos	Grupo	- 10	10 - 100	100 - 1000	+ 1000	Total
1940	Área	1.993.439	33.112.160	66.184.999	95.529.649	196.820,247
	%	1,01	16,82	33,63	48,54	100
1960	Área	5.592.381	47.566.290	86.029.455	110.314.016	249.502,142
	%	2,24	19,06	34,48	44,22	100
1980	Área	9.004.259	64.494.343	126.799.188	164.556.629	364.854,419
	%	2,47	17,68	34,75	45,10	100
1995	Área	7.882.194	62.693.585	123.541.517	159.493.949	353.611,245
	%	2,23	17,73	34,94	45,10	100
2006	Área	7.798.607	62.893.091	112.696.478	146.553.218	329.941,394
	%	2,36	19,06	34,16	44,42	100

**Fonte:** IBGE – Censos Agropecuários de 1940 – 2006. Organizada pela autora.

Cabe considerar, também, na análise dos dados da estrutura fundiária brasileira, que a partir de 1990, com a intensificação do neoliberalismo<sup>44</sup>, ocorreram algumas alterações resultando no aumento de pequenos estabelecimentos (menos de 100 hectares), o que pode ser compreendido a partir da luta pela territorialização do campesinato tendo como marca os conflitos do campo os massacres em Corumbiara/RO (1995), Eldorado dos Carajás/PA (1996), as tensões no Pontal do Paranapanema (SP), e a pressão internacional pelo Banco Mundial diante dos fatos com repercussão internacional, obrigando o governo de Fernando Henrique Cardoso a retomar o tema da Reforma Agrária criando um conjunto de ações relacionadas visando à redução dos conflitos e implementando a Reforma Agrária de mercado, como é denominada, visto não alterar a concentração geral da estrutura fundiária brasileira, o que pode ser observado pelo elevado índice de Gini<sup>45</sup> (próximo de 1,0) (Pereira, 2012, p.165-166), conforme demonstra a figura 09.



**Figura 09** - Evolução do Índice de Gini.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970-2006. Organizada pela autora.

Todavia, cabe enfatizar que os conflitos no campo envolvendo disputas territoriais entre camponeses e latifundiários persistem e conforme dados do

<sup>44</sup> Este conceito será analisado no Cap. III.

<sup>45</sup> O índice de Gini serve para medir desigualdades (de terra, de renda, de riqueza, de acesso, a bens entre outros) e varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais igualitária a distribuição, mais próximo de 0 fica o índice, e quanto maior a desigualdade, mais próximo de 1 ele fica. (STEDILE, 2012, p. 663)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o movimento social conta atualmente com 1,5 milhão de afiliados e mais de 80 mil famílias ainda se encontra em situação de acampamentos espalhados pelo país (Stedile, 2012, p. 663) gerando a conflitualidade inerente à questão agrária brasileira e, segundo relatórios da Comissão Pastoral da Terra – CPT, “as ocorrências de conflitos aumentaram bastante entre 2001 (625) e 2010 (853), a média de assassinatos – a forma mais extrema de violência praticada no campo – foi de 38, com alta de 73 em 2003 e baixa de 26 em 2009” conforme pode ser observado no Quadro 02.

<b>Mortes por conflitos agrários</b>	
<b>Anos</b>	<b>CPT</b>
1995	--
1996	--
1997	--
1998	38
1999	27
2000	20
2001	29
2002	43
2003	71
2004	37
2005	38
2006	39
2007	28
2008	28
2009	26
2010	34

**Quadro 02** - Conflitos no Campo

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2010.

Para Almeida (2011, p. 110) segundo Silva (2008), a compreensão da permanência do latifúndio, da grande propriedade agrícola e do discurso do agronegócio transformados aparentemente na realidade atual “em produtores rurais de *commodity*<sup>46</sup>” passa pelo entendimento da aliança estado-capital, “aliança essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses

<sup>46</sup> Conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em 17 de abril de 2008, Oliveira coloca que o termo *commodity* é uma palavra inglesa que já foi incorporada ao português e significa mercadoria. No comércio internacional, o termo *commodity* passou a se referir aos bens com pouco valor agregado: açúcar, suco de laranja, minérios, soja, milho, algodão, carnes entre outros. Para o autor *comoditização* significa transformar um produto em mercadoria para o comércio internacional. (OLIVEIRA, 2008).

e bloquear a divisão da terra”, fazendo com que a “questão agrária brasileira continue sendo um problema nacional, político e de classe”.

O agronegócio, segundo Almeida (2011, p. 110):

[...] na essência, não é, ao contrário do modo como a imprensa em geral o trata, algo novo; seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura, processo que buscou introduzir, a partir da década de 1970, mudanças na base técnica da agricultura brasileira sem modificar as relações sociais de produção, o que produziu a chamada “modernização conservadora”. Sua aparência de novo irradia de sua eficiência política capaz de embalar o mito da produtividade/modernidade colocando-se como categoria homogeneizadora, que extrapola os extratos de área e os setores da economia (ALMEIDA, 2011, p. 109-112).

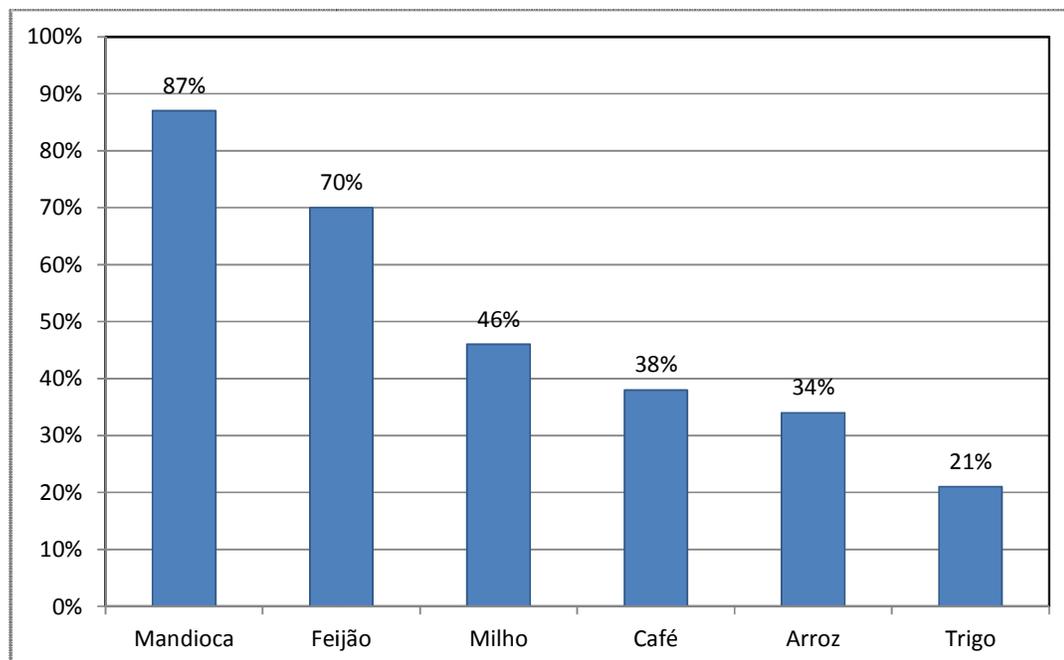
Para a autora, os dados apresentados em relação as safras anuais como sinônimo do desempenho extraordinário do agronegócio brasileiro escamoteia a importância da contribuição do campesinato, “pois as pequenas propriedades produzem mais em volume de produção, como analisa Oliveira (2003)”:

na realidade, o papel da grande propriedade no país, sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra por eles não é apropriada privadamente para produzir. [...].  
Ao contrário, as pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio (OLIVEIRA *apud* ALMEIDA, 2011, p.111).

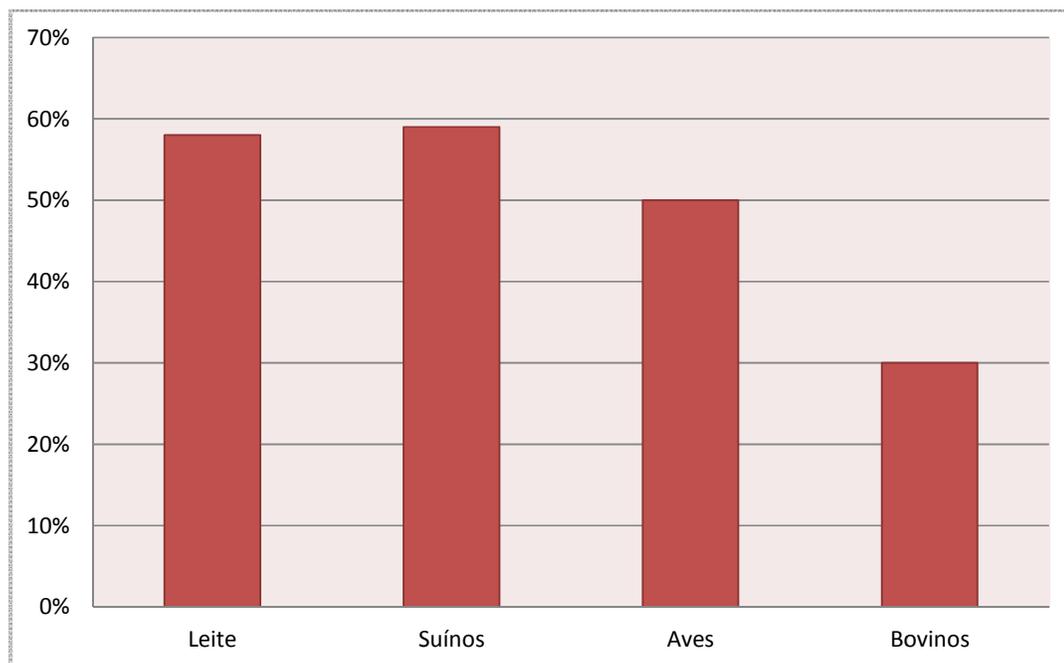
Em relação aos resultados obtidos na produção pelas pequenas unidades de produção, cabe enfatizar que apesar de ocuparem área bem menor (20%) que as grandes propriedades, são as responsáveis pela produção dos gêneros que compõem a dieta, ou seja, a cultura alimentar do povo brasileiro como pode ser observado nas figuras 10 e 11.

Helpfenstein (2010, p. 82) confirma:

[...] a unidade familiar de produção tem representativa contribuição na produção de alimentos, como a mandioca, 87%; feijão, 70%; milho, 46%; café, 38%; arroz, 34%; e o trigo, 21%. Essa produção alcança maior expressividade quando analisamos os dados da pecuária, responsável pela carne e pelo leite, produtos muito consumidos por grande parte dos brasileiros. (HELFENSTEIN, 2010, p. 82)



**Figura 10** - Participação da unidade familiar na produção de alimentos vegetais  
 Fonte: Censo Agropecuário – 2006. Organizado por Helfenstein, 2010.



**Figura 11**- Participação da unidade familiar na produção de alimentos de origem animal.  
 Fonte: Censo Agropecuário – 2006. Organizado por Helfenstein, 2010.

Deste modo, em tempos de aprofundamento da subordinação da agricultura brasileira ao capital agroindustrial internacional, que anteriormente impôs “uma agricultura baseada na mecanização intensiva, no uso de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes híbridas com grandes impactos ambientais”

(Leroy, 2008, p.02), atualmente impõe a nova dependência com o imperativo da indústria biotecnológica na transgenia<sup>47</sup> patenteada visando o controle do mercado sementeiro mundial pelas multinacionais Monsanto, Bayer e Syngenta. É importante ressaltar o embate proposto pela Via Campesina<sup>48</sup> ao capital internacional pelo princípio da Soberania Alimentar como contraposição “às políticas neoliberais que protegem o interesse das grandes empresas”:

Para a doutrina do Livre Comércio, a alimentação é apenas mais uma mercadoria, não é um direito. Para os movimentos do campo, a ideia da soberania alimentar é também uma ferramenta de luta e de propostas que abrangem desde os governos locais até as instituições internacionais.

A soberania alimentar é necessária para se ter segurança alimentar, e isto significa ter o controle pela comunidade ou nação sobre a produção e distribuição dos alimentos de que se necessita. Sem esta soberania não há segurança real, porque as transnacionais tentam impor modelos/padrões alimentares.

[...] A insegurança alimentar é a falta persistente de acesso a alimentos devido não a falta de alimento, mas à falta de acesso à terra e a outros recursos produtivos (população rural) e ao insuficiente poder de compra (população urbana).

A insegurança alimentar é um problema estrutural no Brasil. Está relacionada à histórica ausência de uma Reforma Agrária, com taxas crescentes de exportação de alimentos para o mercado externo, com a crescente dependência de empresas transnacionais da agroindústria, com a centralização do controle sobre ativos e recursos naturais, com a concentração da renda, os baixos salários, os altos índices de desemprego, as políticas recessivas ou de baixo crescimento.

---

<sup>47</sup> Segundo Fernandes, G. B. (2008, p. 03) a transgenia é há tempos anunciada como uma nova “revolução tecnológica” que permitirá uma infinidade de inovações através da modificação genética dos organismos. Entretanto, na prática, as sementes transgênicas patenteada têm representado um novo ciclo de aprofundamento do modelo que se forja uma padronização global da agricultura e uma dependência total do agricultor em relação a um grupo reduzido de empresas multinacionais. Esse controle crescente do mercado de sementes, somado aos riscos da contaminação, afeta diretamente a soberania dos agricultores e seus impactos estendem-se também sobre os consumidores de forma geral.

<sup>48</sup> Em 1993 na cidade de Mons na Bélgica um grupo de representantes de agricultores forma o movimento a Via Campesina. A Via Campesina é composta por cerca de 150 organizações locais e nacionais em 70 países da África, Ásia, Europa e América. Ao todo, ele representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural, independente de qualquer tipo de política, econômica ou outra afiliação. A Via Campesina é agora reconhecida como um ator principal nos debates sobre a produção agrícola de alimentos, sendo ouvido por instituições como a FAO e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e é amplamente reconhecida entre outros movimentos sociais do nível local ao global. A Via Campesina é construída sobre um forte senso de unidade e solidariedade entre os pequenos e médios produtores agrícolas do norte e do sul. O principal objetivo do movimento é realizar a soberania alimentar e parar o processo neoliberal destrutivo. Baseia-se na convicção de que camponeses, pescadores, pastores e povos indígenas, que representam quase metade da população mundial, são capazes de produzir alimentos para suas comunidades e alimentar o mundo de forma sustentável e saudável. (disponível em <http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>. Acesso em: 17 jul. 2013.

A luta pela Soberania Alimentar nos tempos atuais enfrenta novos e velhos desafios. Hoje o Brasil entra em cena como mais um potencializador do agronegócio como produtor de agrocombustível, de matérias-primas e de commodities potencializando assim os transgênicos e o mau uso da biotecnologia que contaminam o solo, dificultando o plantio de sementes orgânicas e ou criollas.

Lutamos contra o poder das transnacionais, contra a opressão e a exploração, e pelo direito dos povos a comer, cultivar, distribuir e preparar os alimentos com autonomia, sem dever nada a ninguém, compartilhando responsabilidades e tarefas pela sustentabilidade da vida humana (FERNANDES, M. E. Q., 2008, p. 01).

Neste contexto, cabe enfatizar que continua pertinente a luta pela realização de uma reforma agrária justa e democrática pela/na terra e a defesa do “limite de 35 módulos fiscais para as propriedades fundiárias no Brasil”, como reivindicam os movimentos sociais atualmente, o que desta forma “beneficiaria 04 milhões de sem-terra espalhados pelo país” (Alentejano, 2012, p. 357) e a permanência de milhares de camponeses na terra de trabalho o que poderia assegurar sua reprodução para além do presente, no futuro e a garantia da segurança alimentar por meio da construção de uma política de soberania alimentar de toda a sociedade brasileira.

### **2.3 Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul**

Cabe considerar que o Mato Grosso do Sul possui uma área de aproximadamente 357.124,962 Km<sup>2</sup>, com 79 municípios, e tem como o país, uma injusta distribuição de terras, como reitera Oliveira (2008, p. 13):

Há em Mato Grosso do Sul 05 milhões de hectares de terra devoluta e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo que a Constituição de 1988 manda ser destinada à reforma agrária, porque se trata de propriedade que não cumpre a função social. Esta é uma parte fundante da realidade agrária no Mato Grosso do Sul e no Brasil, onde a maior parte não são ocupadas de forma produtiva, mas ao contrário, são terras improdutivas. É desta forma que o capitalismo desenvolve-se no campo sul-mato-grossense e brasileiro, revelando seu caráter rentista (OLIVEIRA, 2008, p. 13-14).

Para que se possa compreender o processo de concentração e da posse da terra, especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul, cabe ressaltar que o acesso à terra até o final do século XIX e início do XX era por meio da posse. Somente a partir das primeiras décadas do século XX que o acesso a terra tornou-se possível por meio de titulações feitas pelos governantes estaduais, pela compra e

venda, pelas grilagens ou das políticas de colonização realizadas pelo governo federal.

Conforme analisado anteriormente, o processo de ocupação do recorte territorial do espaço meridional sul-mato-grossense, após o fim da exploração da erva-mate pela Mate Laranjeira, a pecuária extensiva tornou-se a atividade econômica praticada pelos latifundiários do estado, possuidores de grandes extensões de terras, principalmente em campos limpos. Nas áreas de mata, ocupadas na maioria por camponeses das colônias públicas e privadas, as atividades desenvolvidas eram baseadas na policultura como atividade principalmente na utilização do sistema de parceria e de arrendamentos para a derrubada da vegetação nativa para a formação de pastagens.

A partir de 1980 este recorte territorial não ficou isento das transformações decorrentes do processo de “modernização conservadora” conforme demonstram as Tabelas 03 e 04, a partir dos dados dos Censos Agropecuários.

O Censo Agropecuário de 1975 demonstra expressivo número de estabelecimentos agropecuários abaixo de 100 hectares, totalizando 43.102 (75%), ocupando área irrisória de 2,6%. Os estabelecimentos acima de 1.000 hectares ocupavam 85,02% da área total dos estabelecimentos do Estado.

Os dados do Censo Agropecuário de 1980 (tabelas 03 e 04) demonstram o caráter perverso da concentração fundiária no Estado de Mato Grosso do Sul, pois os estabelecimentos de até 100 hectares totalizam 62,67% dos estabelecimentos, mas ocupavam somente 2,1% da área ocupado por todos os estabelecimentos, portanto diminuída em relação ao censo de 1975. Por outro lado, os estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares totalizavam 12,17% do total, mas ocupavam 83,30% da área dos estabelecimentos. Apesar da ligeira diminuição da área ocupada em relação ao censo de 1975, ainda permaneceu concentrada. Os censos agropecuários de 1985 e de 1995/96 demonstram a manutenção da estrutura fundiária concentrada demonstrando a diminuição do número de estabelecimentos de até 100 hectares, passando de 61,77% do total para 54,67%. A área ocupada por este estrato apresentou ligeira diminuição em relação aos dois censos, pois ocupava 2,37% e passou a ocupar 2,19% do total ocupado pelos estabelecimentos em Mato Grosso do Sul. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares saltaram de 11,39% para 14,02% (no período) do total, destacando-

se crescimento significativo, além da contínua concentração da área ocupada: 80,25% (1985) e 78,44% (1995/96).

Contudo o Censo Agropecuário de 2006 demonstra um aumento do número de estabelecimentos agropecuários abaixo de 100 hectares, mas ocupando irrisória área de 3,11% do total da área, demonstrando a injusta distribuição de terras no Estado e a permanência da estrutura fundiária concentrada, mesmo com os assentamentos de Reforma Agrária ocorridos de forma acentuada entre 1984 e 2007, totalizando 203 projetos. De fato, isso demonstra o caráter da Reforma Agrária conservadora, pois a estrutura fundiária não alterou-se. Em relação aos censos anteriores, os dados de 2006 demonstram a diminuição do número de estabelecimentos de mais de 1.000 hectares (10,22% do total), mas a concentração da área ocupada por este estrato, totalizando ainda 76,94% (IBGE, 2006).

**Tabela 03** - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul: Nº de estabelecimentos por grupos de área total (ha)

Anos	Grupo	Até 10	10-100	100-1000	+1000	Total
1975	Área	22.279	20.823	9.726	5.017	57.845
	%	38,52	36,00	16,81	8,67	100
1980	Área	13.182	16.796	12.034	5.822	47.834
	%	27,56	35,11	25,16	12,17	100
1985	Área	14.916	18.750	14.674	6.215	54.555
	%	27,34	34,37	26,90	11,39	100
1995	Área	9.170	17.753	15.423	6.902	49.248
	%	18,62	36,05	31,31	14,02	100
2006	Área	13.396	29.277	15.286	6.603	64.562
	%	20,75	45,35	23,68	10,22	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1980- 2006. Organizada pela autora.

**Tabela 04** - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul: área ocupada pelos estabelecimentos grupos de área (ha)

Anos	Grupo	Até 10	10-100	100-1000	+1.000	Total
1975	Área	110.117	637.474	3.549.238	24.395.759	28.692.588
	%	0,38	2,22	12,37	85,02	100
1980	Área	64.001	578.623	4.489.243	25.611.864	30.743.731
	%	0,21	1,89	14,60	83,30	100
1985	Área	64.490	670.574	5.406.314	24.967.432	31.108.810
	%	0,21	2,16	17,38	80,25	100
1995	Área	39.681	637.163	5.992.676	24.273.252	30.942.772
	%	0,13	2,06	19,37	78,44	100
2006	Área	64.816	873.699	5.995.105	23.123.327	30.056.947
	%	0,21	2,90	19,95	76,94	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1980- 2006. Organizada pela autora.

Os dados dos censos agropecuários (tabelas 03 e 04) demonstram claramente o lado perverso do processo da “modernização conservadora”, amparado pelo Estado, com o caráter concentrador da terra e expropriando os camponeses dos estabelecimentos, justamente pela diminuição de parceiros, arrendatários e ocupantes (ver tabela 05)

Entre 1975 a 1985 houve um aumento de 8,34% no número de estabelecimentos agropecuários ocupados pela condição de proprietário. Contudo a condição de parceiro, arrendatário e ocupante, importantes como mão de obra na frente de ocupação (Fabrini, 2008, p. 70), na formação das fazendas, sofreu considerável redução no mesmo período, o que demonstra a expropriação de trabalhadores que tinham o campo enquanto *locus* de sobrevivência. A mesma tendência ocorreu nos demais censos, como o de 2006, demonstrando ínfima a condição de parceiro, arrendatário (4,5%) e de ocupante (1,5%) no campo de Mato Grosso do Sul dado ao caráter concentrador da terra, os dados demonstram a efetividade do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra além do processo que culminou na formação de pastagens e na mecanização dos processos produtivos no campo.

**Tabela 05 - estabelecimentos por condição do produtor em Mato Grosso do Sul**

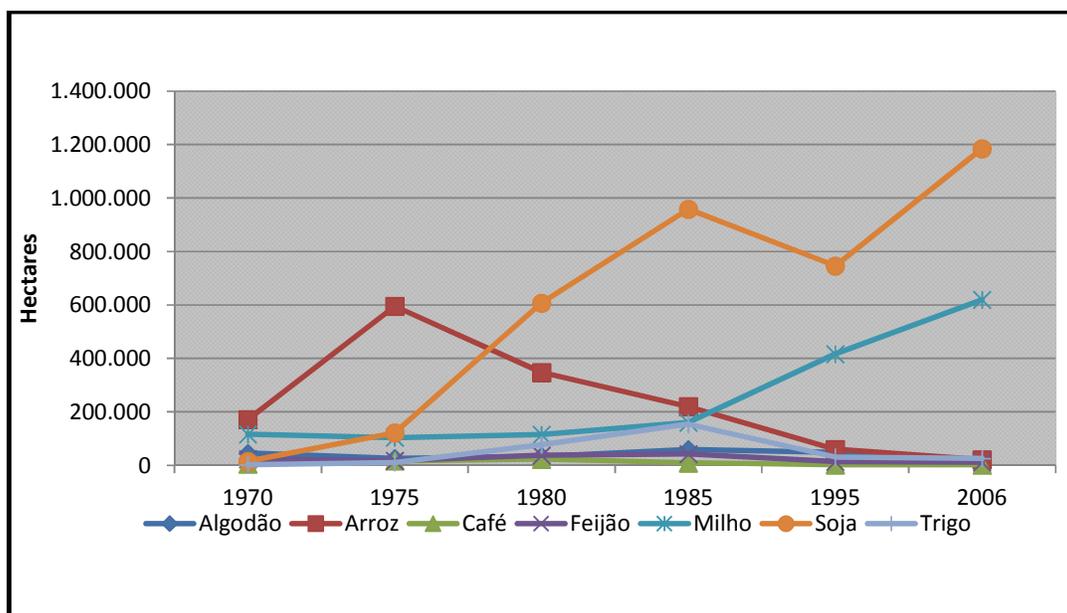
Condição do Produtor	1975		1980		1985		1995		2006	
	Est.	%								
Proprietário	28.330	48,97	27.015	56,35	31.310	57,31	35.814	72,46	35.286	85,24
Parceiro e Arrendatário	14.653	25,33	8.472	17,67	8.868	16,23	3.073	6,22	2.919	4,5
Ocupante	10.533	18,21	5.825	12,15	6.757	12,37	4.628	9,36	946	1,46

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1975- 2006. Organizado pela autora

## **2.4 O uso da terra em Mato Grosso do Sul, expansão do agronegócio e a resistência camponesa.**

Pode-se afirmar, também, generalizando, que em relação ao uso da terra em Mato Grosso do Sul, houve transformações consideráveis, pois segundo Almeida (2011, p. 116-120) os dados do Censo Agropecuário de 2006, em comparação aos dados de 1995/96, apresenta significativa retração da área destinada aos cultivos tradicionais da cultura alimentar, como a de arroz (68,8%), feijão (73,5%), café (76,1%), devido o avanço da comoditização da soja, do milho, do açúcar, das carnes, entre outras, conforme pode ser observado na figura 12.

Sobre o mito da eficiência econômica das safras recordes apresentada como desempenho do agronegócio<sup>49</sup> no Brasil, Almeida (2011, p. 112) ressalta que este é um discurso alimentado pela homogeneização dos resultados, visto ignorar estratos de área, setores da economia e a contribuição do campesinato, sendo que no Estado do Mato Grosso do Sul são pequenas e as médias unidades (abaixo de 1.000 hectares) que apresentaram o melhor desempenho (ALMEIDA, 2011, p. 112).



**Figura 12-** Evolução da área colhida das principais culturas em Mato Grosso do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 – 2006. Organizado pela autora.

Outro fator de suma importância a ser considerado em relação ao agronegócio é não somente a permanência do latifúndio improdutivo, escamoteado como “produtor rural de commodity”, mas sim do “aprofundamento dos pactos de poder” (Rangel, 2001) o que pode ser materializado na discrepância da representação política no Congresso Nacional Brasileiro, como coloca Alentejano (2012, p. 355), com os camponeses tendo como representante 1 deputado para 612 mil famílias (1995-2006) enquanto os latifundiários tem como representante 1 deputado para 236 famílias no mesmo período, o que resulta em aterradoras distorções de recursos públicos, como confirma o Censo Agropecuário de 2006. Os estabelecimentos com até 100 hectares (88,5% dos que obtiveram financiamento)

<sup>49</sup> Segundo Almeida (2011, p. 111), a compreensão defendida pelos arquitetos desse modelo é que o agronegócio extrapola o setor primário e agrega outros setores da economia sendo representada por insumos, produção, indústria de processamento e distribuição o que interfere intencionalmente no PIB brasileiro.

captaram 30,42% dos recursos e os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares (0,9% do total), captaram 43,6% de “crédito farto e barato que ainda burlam dando calote na dívida, transformando esta em crédito subsidiado com rolagem, carências, recálculos e descontos”, contribuindo assim para o avanço sobre as terras camponesas, intensificando deste modo as disputas territoriais (ALMEIDA, 2011, p. 114)

Mizusaki (2011, s/p) destaca que a injusta distribuição de terras no Estado tem gerado também acirrada disputa territorial com a “intensificação da territorialização pela agricultura capitalista” e tem como fio condutor deste processo a “demanda mundial de terras especialmente a partir de 2008 por estrangeiros” visando atender o abastecimento mundial de matérias-primas industriais de ração, celulose, agrocombustíveis, alimentos “em decorrência do interesse em aumentar a produtividade (e rentabilidade) do capital internacional”.

O contexto atual da realidade agrária sul-mato-grossense evidencia o movimento de apropriação territorial “mediado por relações de poder e que também se dá, essencialmente, a partir do lugar social que os sujeitos ocupam na estrutura social, produzindo conflitos e disputas territoriais”.

Nesse sentido,

a ofensiva do capital nas suas formas de realização tem revelado sua atuação estratégica em vários segmentos do setor produtivo, rearticulando-se e por meio da formação de grandes conglomerados, atuando em várias frentes, formando redes de dominação, apropriação e controle, não no sentido de romper as barreiras impostas pela propriedade fundiária, mas também por interesses geopolíticos para o controle da própria vida, como o que se verifica atualmente a estratégia por parte de empresas transnacionais, no controle de sementes, da biotecnologia e da água. Trata-se, assim, de um modelo de produção estreitamente articulado a uma racionalidade técnico-científica, cujo conhecimento é cada vez mais monopolizado pelas grandes corporações (MIZUSAKI, 2011, s/p).

Cabe considerar, conforme a autora, que a disputa territorial contida neste processo não tem sido somente por via da territorialização do capital, mas sim, também, da territorialização da luta pela terra empreendida pelos movimentos sociais de resistência na defesa de “sua territorialidade como os camponeses, os indígenas, os quilombolas cuja diversidade, revela também unidade, na resistência a esse modelo” (MIZUSAKI, 2011, s/p).

É a partir da contradição gerada neste processo, iniciado no Estado a partir de 1970, que Mizusaki (2009) salienta a necessidade de reafirmar a dupla face que

apresenta o processo de “modernização conservadora”, como pode se verificar, por exemplo, nos dados gerais da estrutura fundiária estadual a partir de 1980, e coloca que uma face do processo, que é comumente analisada, foi o aumento da concentração de terra, a intensificação no uso dos maquinários, a expansão de relações capitalistas de produção, a expropriação de trabalhadores rurais do campo. Contudo, adverte que há outra face importante a ser considerada neste processo relacionada “a evidência histórica da constituição do campesinato enquanto classe social no Estado que apesar do processo de expropriação que tem sofrido, tem retornado a terra, através da luta e da resistência”.

Conforme Mizusaki (2009, p. 71), essa categoria de produtores:

É um campesinato que quer entrar na terra, a partir do questionamento da lógica econômica vigente. A formação de movimentos sociais aqui organizados é uma evidência desse processo, embora eles aparentemente apareçam como fenômenos isolados.

O Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo, surgiu em 1984, em decorrências das lutas de arrendatários das regiões leste e sudoeste, que resultaram na ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. A partir de então, esse movimento começa a organizar os trabalhadores rurais, principalmente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulando-os na luta pela terra. O retorno dos brasiguaios vindo do Paraguai, na busca pela implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária no governo de José Sarney, veio engrossar este movimento, resultando em algumas conquistas, o que tem permitido destacar no Censo de 1985, o aumento de número de estabelecimentos de famílias camponesas (MIZUSAKI, 2009, p. 71).

Conforme mencionado anteriormente a análise deste movimento contraditório passa pela compreensão, como afirma Oliveira (1991), que o processo de desenvolvimento do capitalismo é contraditório, desigual e combinado. O capitalismo ao se expandir no campo, não tem que necessariamente expandir somente as relações capitalistas.

Sobre o processo contraditório da manutenção das relações não-capitalistas que a unidade familiar camponesa produz no Estado, confirma Helfenstein (2010, p. 88):

Os anos de aprofundamento do processo agroindustrial contribuíram para o êxodo rural, a concentração fundiária e ao mesmo tempo para o crescimento dos movimentos de luta pela terra e a instalação dos assentamentos, em todos os estados, não sem sangue ou sem embates. [...] a quantidade de famílias envolvidas nos conflitos agrários no estado de Mato Grosso do Sul em 1988 alcançou um

número expressivo de mais de 40.000 famílias, demonstrando o tamanho da exclusão e do conflito agrário no estado.

Esse embate que as forças populares travaram com as elites agrárias do estado de Mato Grosso do Sul resultou na criação de um número expressivo de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, uma conquista dos movimentos populares, que se contrapõe à política hegemônica que permeia o histórico de formação do estado baseado na grande propriedade de terras. Atualmente vivenciamos uma nova luta, pautada em uma política de reforma agrária que mais do que o acesso à terra, dê condições de produção e de permanência para que seja alcançada uma política agrária de fato (HELFENSTEIN, 2010, p. 88).

É necessário enfatizar que a luta pela terra de trabalho continua no Estado do Mato Grosso do Sul como reitera o Movimento Sem Terra (MST) em seu jornal na Edição Especial de 2009 a respeito dos 25 anos de lutas e conquistas nos estados brasileiros:

A partir de 1990, o Movimento expandiu-se por todo o estado e hoje são mais de 3,5 mil famílias acampadas. A maioria está entre seis a dez anos vivendo embaixo da lona preta. Atualmente, centenas de famílias estão em áreas de pré-assentamento, esperando o parcelamento da área por parte do Incra. Os assentados também enfrentam inúmeros problemas por conta da morosidade na Reforma Agrária, que enfrenta a força do latifúndio aliado ao agronegócio (Jornal Sem Terra – Edição Especial 25 anos, 2009).

A situação precária dos assentamentos foi constatada por Helfenstein (2010, p. 113) quando analisou o Programa Federal Luz para Todos e considerou em sua pesquisa pelos relatos dos entrevistados a importância da energia elétrica na produção de leite, entre outras, como atividade geradora de renda mensal na reprodução camponesa dos 41 assentamentos visitados no Estado, permitindo compreender os mecanismos utilizados pelo capital industrial na monopolização do território.

Para Mizusaki (2009, p. 106) a monopolização do território é devido a dependência do produtor rural em relação aos insumos agrícolas, seja através da dependência para a industrialização da matéria-prima, seja através dos financiamentos dos bancos. Deste modo, o capital se apropria da renda da terra pela sujeição, o mesmo processo que ocorre em Glória de Dourados, que a partir de 1990 passou por um processo de reestruturação produtiva das atividades agropecuárias e, principalmente, na atividade leiteira que até meados de 1980 era

desenvolvida de forma isolada visando o autoconsumo, com a venda de excedentes de maneira informal e para uma empresa local.

## **2.5 Utilização de tratores, estrutura fundiária, principais atividades agropecuárias, pessoal ocupado no campo em Glória de Dourados**

Como escrito anteriormente, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) atraiu para a região sul do antigo Mato Grosso muitos migrantes. Os camponeses que ocuparam as terras doadas pelo Governo Federal, na época da colonização, migraram de diversas regiões, principalmente do Nordeste do Brasil, atraídos pela possibilidade de acesso à terra.

De acordo com Lima (2006), a estrutura fundiária da colonização era baseada na pequena propriedade, pois foram distribuídos 8.800 lotes de 20 a 30 hectares, doados a maiores de 18 anos aptos ao trabalho agrícola e determinados a morar nos lotes rurais demarcados para o assentamento das famílias.

A CAND foi implantada, aproximadamente, no centro da região meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul, iniciando a ocupação das propriedades e abrindo estradas a partir das proximidades da cidade de Dourados, daí se estendendo para Leste, nas atuais cidades de Fátima do Sul, Vicentina e Jateí e depois em sentido Norte, para Glória de Dourados e Deodópolis (LIMA, 2006, p.73).

O contexto da ocupação do território, promovido pela CAND, foi inicialmente caracterizado pela intensiva utilização dos recursos naturais. Segundo Lima (2006, p. 99), “nessa fase da colonização, a floresta era vista como um obstáculo a ser vencido [...]”, de modo que a retirada da mata foi a principal atividade econômica por diversos anos.

A agricultura, de caráter tradicional, fazia intensiva utilização dos recursos naturais, baseados na extração da madeira nativa, na fertilidade natural do solo e na mão de obra familiar. De acordo com Lima (2006, p. 72), os camponeses “tradicionalmente praticavam a policultura: lavoura de subsistência intercalada com lavoura comercial e a criação de animais domésticos”. Essa realidade pode ser constatada durante as entrevistas, realizadas no decorrer do trabalho de campo, com os camponeses, que relataram na época de sua juventude, quando ajudavam os pais na lavoura, a produção destinava-se ao autoconsumo das famílias e a venda

de excedentes, sendo produzida uma variedade de produtos, como arroz, feijão, café, abóbora, algodão, mandioca, milho, amendoim, juntamente com a criação de animais para produção de ovos, leite, carne, banha, entre outros. O excedente da produção era comercializado ou trocado nos armazéns por outros bens de consumo que não eram produzidos nas propriedades. A criação de bovinos pode ser observada na figura 13, em um dos lotes da CAND, nos anos 1950.



**Figura 13** - José Teles de Araújo e família em seu lote na 5ª linha – 1950.  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.

Segundo Silva (1992) *apud* Mizusaki (2009, p. 56) a subordinação camponesa no período de 1950 a 1960 caracterizam-se pela acumulação do capital, principalmente, por meio dos comerciantes via contratos verbais, financiando as lavouras, principalmente, de algodão e amendoim, fornecendo sementes, insumos, ferramentas e após a colheita revendiam no Estado de São Paulo para abastecer as indústrias de óleos da Alta Sorocabana.

As figuras 14, 15 e 16 demonstram momentos distintos, como a lavoura de algodão e seu carregamento nos anos 1960 e, nos anos 1970, a carga de amendoim, produtos típicos de Glória de Dourados naquela época.



**Figura 14** - José Teles de Araújo e esposa na plantação de algodão em seu lote na 5ª linha em 1960.

Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.



**Figura 15** - Carga de algodão pronta para ser comercializada (1960).

Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.



**Figura 16** - Carga de amendoim – 1975.  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.

Contudo, a partir do final da década de 1960, a Região de Dourados passou por grandes transformações em decorrência do aprofundamento do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo tendo como fio condutor a industrialização da agricultura brasileira assentando suas bases no campo sul-mato-grossense, como resultado do espraiamento deste processo no país, orientado pelo modelo de produção propugnado pela Revolução Verde (MIZUSAKI, 2009).

Desse modo, viabilizou-se um novo modo de produzir no campo meridional sul-mato-grossense, privilegiando as culturas do trigo, da soja e da pecuária melhorada, expandindo-se, primeiramente, nas áreas ocupadas pela pecuária tradicional, devido ao baixo custo de implantação, por essas áreas, de campos abertos, terem preços menores que os da área de mata (MIZUSAKI, 2009).

Este movimento causou graves impactos sócio-territoriais nas relações de produção na área de colonização pública da CAND, anteriormente voltadas à produção familiar camponesa. Alguns dados dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam mudanças em Glória de Dourados em decorrência da implantação do pacote tecnológico da “modernização conservadora” agrícola, como consequência o rompimento parcial da estrutura fundiária desconcentrada e a exclusão de parte dos sujeitos sociais do campo, principalmente arrendatários, parceiros e ocupante.

A apropriação de parte do território camponês, nos municípios com origem na CAND, pela agricultura industrial, efetivou-se por meio do uso das inovações tecnológicas cujo indicativo mais representativo foi o aumento da presença de tratores nos estabelecimentos, pois o uso deste instrumento contribuiu para o aumento da produtividade do trabalho e possibilitou o cultivo de uma área maior por trabalhador. Por isso, estas inovações foram denominadas por alguns autores de inovações “economizadoras de mão de obra” (MORO, 2003).

Observa-se na tabela 06 o aumento significativo no número de tratores no período compreendido entre 1970-1985, no auge do processo da “modernização”, devido a atuação do Estado com a política nacional de incentivos fiscais, subsídios, facilidades de crédito para a aquisição de maquinários agrícolas, justamente pela exigência no cultivo da soja e do trigo, principalmente no município de Dourados, que atraiu, como mencionado anteriormente, os granjeiros gaúchos beneficiados pela conjuntura econômica, pela condição geográfica e pelo Estado por meio das políticas creditícias, favorecendo a expansão e a consolidação deste tipo de atividade e a mudança na estrutura fundiária.

Confirma Pelle e Lamoso (1997, p. 18),

Os incentivos governamentais oferecidos através da infraestrutura para a viabilização dos interesses agro-exportadores e o fluxo migratório vindo, principalmente, do Rio Grande do Sul, provocaram à elevação do preço das terras, estabelecendo à tendência a formação da média e grande propriedade em detrimento das pequenas (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 18).

No município de Glória de Dourados, observa-se o aumento no número de tratores no mesmo período (1970 a 1985), porém apresenta declínio nos censos posteriores, expressando que o nível de mecanização é baixo, o que pode ser explicado pela estrutura fundiária parcialmente desconcentrada, assentada em pequenos estabelecimentos, fator inviabilizador do cultivo da soja, como pondera Silva (1992, p. 181-182): “[...] para essa agricultura quem possui menos do que o módulo mínimo situado em torno de 300 hectares há ociosidade de máquinas e a tecnificação se torna inviável, pois não se paga”.

Contudo ressalta Mizusaki (2009, p. 63) que há necessidade de cautela nas análises dos dados referentes ao Estado do Mato Grosso do Sul, pois, de acordo com sua pesquisa sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul, o uso de força

mecânica é bastante significativo em estabelecimentos com extensão menor de 100 hectares: “[...] 13,6% dos tratores encontravam-se em estabelecimentos com área inferior a 100 ha”. Cabe considerar, como coloca a autora, que é bastante comum a prática do aluguel de maquinários e a terceirização da produção entre aqueles que não dispõem de equipamento próprio (MIZUSAKI, 2009). É certo que o processo de “modernização conservadora” foi seletivo, ou seja, não atingindo todos os produtores de forma homogênea nem mesmo todos os municípios que compunham áreas da antiga CAND. Os maiores proprietários e os municípios de expansão da soja apresentaram maior incremento técnico, principalmente pelo uso de tratores, como evidenciado na tabela 06, como em Dourados.

**Tabela 06 – Números de tratores - municípios com origem na CAND**

Municípios	NÚMERO DE TRATORES					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
<b>Deodápolis</b>	--	--	178	266	182	169
<b>Douradina</b>	--	--	--	249	290	180
<b>Dourados</b>	347	1.166	1.767	2.035	1.813	1.791
<b>Fátima do Sul</b>	47	108	378	555	379	271
<b>Glória de Dourados</b>	17	99	97	140	105	107
<b>Jatei</b>	33	49	104	126	202	257
<b>Vicentina</b>	--	--	--	--	252	142
<b>MS</b>	3.732	19.581	23.162	31.076	36.387	34.130

**Fonte:** IBGE – Censos Agropecuários de 1970 a 2006. Nota 01: (--) Dados inexistentes. Organizada pela autora

Imerso ao latifúndio, os monocultivos de exportação (principalmente a soja), Dourados (além de outros municípios, como Itaporã, Laguna Carapã, Ponta Porã), colocou-se como o centro do agronegócio da soja (nos últimos anos, da cana, também), inclusive com o codinome de “Capital do Agronegócio”<sup>50</sup>.

Por outro lado, neste contexto, Glória de Dourados encontra-se com nuances que o diferem especificamente de Dourados. Pelo Censo Agropecuário de 1975, Dourados totalizava 3.800 estabelecimentos de menos de 100 hectares, ocupando área de 66.701 hectares; já no Censo Agropecuário de 1985 apresentou considerável redução, neste estrato, totalizando 2.036 estabelecimentos, ocupando uma área de 41.529 hectares. Por outro lado, nos mesmos censos agropecuários, os dados apontam para a concentração fundiária, pois os estabelecimentos acima

<sup>50</sup> “Tetila quer Dourados na posição de capital do agronegócio”. Manchete do jornal eletrônico Dourados News, publicando no dia 20 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/tetila-quer-dourados-na-posicao-de-capital-do-agronegocio-4a5989c5f2f188261ee3a68f94fcdf5b>>. Acesso em: 20 set. 2013.

de 1.000 hectares apresentaram considerável aumento: 78 estabelecimentos, em 1975, ocupavam 174.910 hectares; em 1985, 89 estabelecimentos ocupavam 229.619 hectares (IBGE).

Observa-se, nas tabelas 07 e 08, em Glória de Dourados, pelos dados referentes ao número de estabelecimentos, que desde os anos 1950, quando da implantação do projeto da CAND, havia predomínio de estabelecimentos nos grupos de áreas de menos de 10 hectares até 100 hectares, evidenciando que a estrutura fundiária desconcentrada, originária do processo de colonização, permaneceu desconcentrada, o que pode ser observado nos dados dos censos de 1970 a 2006. Contudo, permite-se afirmar, que o grupo de estabelecimentos, do estrato de 200 até 500 hectares, apresentou, entre os censos agropecuários de 1970 a 2006, aumento expressivo em números de estabelecimentos e de área, visto que em 1970 representava 14 estabelecimentos (0,32%), do total de 4.288, e ocupavam, 4,30% da área total, de 84.141 hectares. No Censo de 2006, representou 4,41%, com 39 estabelecimentos, do total de 884 estabelecimentos, ocupando 25,26% da área total, de 46.727 hectares, demonstrando mais de 150% de aumento em número de estabelecimentos neste estrato, resultado, portanto da aglutinação das propriedades originadas no projeto de colonização da CAND.

Percebe-se também que os estabelecimentos dos grupos de menos de 10 até 100 hectares somavam, pelos últimos dois censos agropecuários realizados, 1995/96 e 2006, 85% do total de estabelecimentos e 46% da área, portanto, demonstra como já citado anteriormente o rompimento parcial da extrema desconcentração fundiária, que em comparação com o Censo Agropecuário de 1970, a área que abrangia o grupo de menos 10 até 100 hectares representava 82% do total de estabelecimentos neste estrato. Observa-se, também, os estabelecimentos, do grupo de mais de 500 hectares, ocupam, nos respectivos censos agropecuários, menos de 1,5% da área.

Cabe enfatizar que parte da redução do número e da área total dos estabelecimentos no Município de Glória de Dourados, constantes nos censos agropecuários, no período compreendido entre 1970 a 1980, explica-se pelo desmembramento municipal, por meio da emancipação, em 1976, do distrito de

Deodápolis<sup>51</sup> e, também, da redução do número de arrendatários e de parceiros, conforme a tabela 07.

**Tabela 07** - Glória de Dourados: número de estabelecimentos – grupos de área – ha

Anos	Grupo	-10	10-100	100-200	200-500	500-1000	+1000	Total
1970	Nº	1.959	2.265	44	14	2	4	4.288
	%	45,69	52,8	1,02	0,32	0,04	0,09	
1975	Nº	1.721	2.042	54	46	6	1	3.871
	%	44,45	52,71	1,39	1,18	0,15	0,02	
1980	Nº	406	767	40	29	3	2	1.247
	%	32,55	61,46	3,20	2,32	0,24	0,16	
1985	Nº	278	651	45	34	5	2	1.015
	%	27,38	64,12	4,43	3,34	0,49	0,19	
1995/6	Nº	124	546	44	40	10	--	764
	%	16,25	71,66	5,77	5,32	1,0	--	
2006	Nº	147	640	48	39	9	1	884
	%	16,63	72,42	5,43	4,42	1,02	0,08	

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970 - 2006. Organizada pela autora.

**Tabela 08** - Glória de Dourados: área ocupada pelos estabelecimentos – 1970 a 2006 - grupos de área – ha

Anos	Grupo	-10	10-100	100-200	200-500	500-1000	+1000	Total
1970	Área	9.299	59.300	6.020	3.626	1.331	4.566	84.141
	%	11,05	70,45	7,15	4,30	1,58	5,42	
1975	Área	8.748	54.211	7.604	13.227	4.666	1.210	93.300
	%	9,37	58,09	8,15	14,17	5,00	1,29	
1980	Área	2.184	22.598	5.687	8.776	2.023	2.226	43.498
	%	5,02	52,02	13,07	20,17	4,65	5,11	
1985	Área	1.389	20.340	6.381	10.098	3.096	2.268	43.579
	%	3,18	46,66	14,64	23,17	7,10	5,20	
1995/6	Área	866	19.229	6.510	11.990	6.663	--	45.258
	%	1,91	42,5	14,4	26,5	14,7	--	
2006	Área	838	20.587	6.581	11.803	5.898	1.020	46.727
	%	1,79	44,04	14,08	25,25	12,62	2,22	

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970 a 2006. Organizada pela autora.

Sobre o desmembramento municipal e a criação do município de Deodápolis, o Sr. Aniz Rasslan (ex-prefeito de Glória de Dourados – Gestão 1977-1982) relatou em entrevista que a emancipação deste distrito foi bastante prejudicial à Glória de Dourados e foi motivado pelos interesses de um grupo de políticos liderados por Deodato Leonardo da Silva. Em 1975, Deodato exerceu sua influência política desencadeando movimento pela emancipação do distrito, que detinha seu nome, por sua liderança junto à comunidade da 9ª linha, pelo fato de ser pioneiro e antigo comerciante, o que foi atendido, pelo então governador José Garcia Neto, concedendo a emancipação de Deodápolis, em 1976. A perda territorial de Glória

<sup>51</sup> Os distritos Lagoa Bonita e Porto Vilma foram anexados ao município de Deodápolis.

de Dourados foi considerável, detentor de área territorial de 665 Km<sup>2</sup>, passou para 493 Km<sup>2</sup>, conforme relatou o ex-prefeito e sucessor de Deodato, considerando uma das piores consequências da grave crise que o município de Glória de Dourados enfrentou.

Além da perda territorial, Glória de Dourados, em decorrência de solos arenosos, sofreu com o aumento do processo erosivo<sup>52</sup>, face ao uso do solo sem técnicas de conservação, principalmente na área da 2ª zona da CAND. Além deste fator, ocorreu o fenômeno climático da geada de 1975, que dizimou cafezais e os prejuízos causados pela falta de políticas para a continuidade do plantio do café (as lavouras não tinha seguro agrícola), do algodão, do amendoim, da mamona (matéria-primas utilizadas na fabricação de óleos), substituídos pelas pastagens e, parcialmente, pela soja (tabela 10 e 11). É certo que as derivações ambientais contribuíram para a diminuição dos menores estratos de estabelecimentos, dos arrendatários, dos parceiros e dos ocupantes, além dos fatores de ordem conjuntural, como a queda nos preços do café e a mudança no padrão técnico da agropecuária, além da apropriação da renda da terra pelos monopólios.

Sobre os problemas ambientais presentes na região, como mencionado anteriormente, contribuintes para os impactos socioterritoriais do município, assevera Lima (2006, p. 113) que entre as causas do aumento do processo erosivo e da degradação do solo nas áreas da 2ª zona da CAND, o desmatamento foi o fator mais significativo: “[...] a fase da lavoura foi extremamente impiedosa com a floresta. Com o corte e a venda da madeira de lei e o desmatamento tradicional por meio da queimada, grandes áreas de mata tropical desapareceram em pouco tempo”.

Segue o autor:

Com relação ao desenvolvimento da lavoura, a área total da CAND estendia-se desde o Latossolo Roxo, concentrado na área do atual Município de Dourados, até o Latossolo Vermelho Escuro, abrangendo quase a totalidade dos demais municípios. O Latossolo Vermelho Escuro mostrou-se altamente dependente dos nutrientes oriundos da matéria orgânica deixada pela vegetação. Ao perder

---

<sup>52</sup> Em 1972 apareceu a voçoroca em Glória de Dourados, Deodato Leonardo da Silva assume em 1973 seu segundo mandato (1967-1970 – 1973-1977) “prometendo” sanar o problema mas, segundo relato do ex-prefeito Aniz Rasslan, sucessor de Deodato “o que ele fez foi abandonar Glória e “artimanhas políticas” junto com seu grupo, para arrancar o melhor pedaço de Glória de Dourados, um pedaço de Fátima do Sul, um pedaço de Dourados e transformou “seu” distrito em um enorme município, temeroso da desvalorização do preço da terra causado pela fama do “buracão” o que ainda é motivo de revolta na comunidade glória-douradense”.

essa fertilidade, com dois ou três anos de cultivo, provocava mais uma mudança na paisagem, quando a lavoura já não compensava e era substituída pelo capim colônia (LIMA, 2006, p. 102).

Algumas lavouras, como, por exemplo, o algodão, contribuiu de forma decisiva para a aceleração do processo erosivo, o qual, como já foi destacado, provoca desgaste intenso no solo, mas, praticamente, todas as lavouras da época da colônia eram cultivadas sem os devidos cuidados de conservação (LIMA, 2006, p. 145).

Glória de Dourados é, sem dúvida, o município em que ocorre o maior número de voçorocas e córregos assoreados. Foi também o primeiro município de toda a área da CAND que apresentou o problema de forma visível. Em 1972, após chover intensamente durante vários dias, na margem esquerda do Córrego 02 de Junho, na área urbana do município, teve início uma grande erosão, provocada por um desvio de uma vala anteriormente construída para desvio de águas pluviais. Esse fato chamou a atenção para um problema que, até então, era desconhecido para aquela comunidade. A voçoroca ficou conhecida, durante algum tempo, por “buracão de Glória de Dourados”, famoso pelo seu tamanho e por ter destruído várias casas, tanto residenciais como de comércio. O problema arrastar-se-ia por anos a fio, consumindo muitos recursos, até ser controlado, já nos anos noventa, por medidas técnicas como a construção de uma barragem, que conseguiu estabilizar o processo de escavação e, em alguns pontos, até reverter a situação. Hoje, o Mercado Municipal, onde se realiza a feira do produtor, está instalado em local onde antes situava-se parte da voçoroca (LIMA, 2006, p. 147).

Para Lima (2006, p. 82) a forma como se deu a exploração dos recursos naturais nas áreas originadas da CAND principalmente em relação ao uso e esgotamento do solo resultou no processo de erosão antrópica que associado ao fenômeno climático da geada de 1975 acabaram-se materializados em perdas territoriais da área e dos sujeitos sociais afetados por este processo visto dependerem destes recursos para a sua sobrevivência, conforme pode ser observado nas figuras 17, 18,19 e 20.



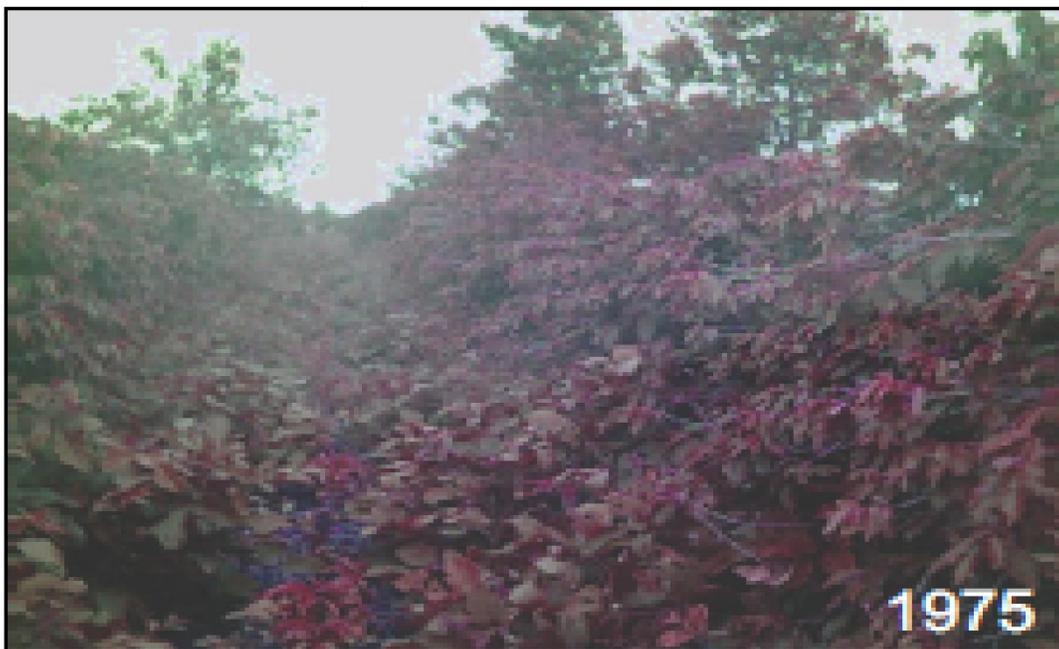
**Figura 17** - Camponeses semeando amendoim em área desmatada para o cultivo em 1970.  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.



**Figura 18** - A voçoroca que surpreendeu a comunidade glória douradense em 1972.  
Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.



**Figura 19** - Ação dos moradores para conter a voçoroca. Sem data  
 Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.



**Figura 20** - Efeitos da geada de 1975.  
 Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados.

Devido aos fatores anteriormente elencados, pode-se observar na tabela 9 a drástica redução, na condição do produtor rural no município, dos arrendatários, parceiros e ocupantes nos estabelecimentos. O Censo de 1975 indicava redução no

número de não proprietários, o que pode ser analisado como resultado das mudanças agrárias decorrentes do processo de “modernização”, entre os outros citados anteriormente. O Censo de 1980 apresentava 15,72% dos estabelecimentos com arrendatários, redução de 1.083 unidades sem esta modalidade de produtor. A tendência se seguiu nos censos posteriores, chegando em 2006 a somente a 55 estabelecimentos com esta condição de produtor.

A redução dos parceiros e dos ocupantes foi sentida entre os censos demonstrados na tabela 09, resultando, por outro lado, no predomínio dos proprietários nos estabelecimentos, como condição de produtor, ocupando, em 2006, 90,09% dos estabelecimentos e a 94,92% da área ocupada. Os números demonstram, paralelamente à diminuição das demais condições de produtor, conjuntamente compreendidos com os dados da manutenção da desconcentração fundiária, a resistência por parte dos pequenos proprietários, justamente para permanecerem na terra.

O fenômeno demonstra, desta maneira, a expropriação dos arrendatários, dos parceiros e dos ocupantes da terra de trabalho que, sem acesso aos incentivos públicos, à terra ou por fatores conjunturais e naturais, parte efetuou o movimento rumo à cidade, parte buscou sua reprodução na migração, ou resistiram à proletarianização, organizando-se em movimentos sociais (MIZUSAKI, 2009).

**Tabela 09** - Glória de Dourados: Condição do produtor – 1970 a 2006.

Anos		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Outros	
		Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)
1970	Nº	2.482	72.177	1.279	7.835	55	555	472	3.574	--	--
	%	57,89	85,79	29,82	9,31	1,28	0,65	11,00	4,24	--	--
1975	Nº	2.510	80.468	892	6.264	--	--	434	5.410	35	1.157
	%	64,84	86,24	23,04	6,71	--	--	11,21	5,80	0,90	--
1980	Nº	866	39.668	196	1.850	58	835	127	1.145	--	--
	%	69,45	91,19	15,72	4,26	4,65	1,92	10,18	2,63	--	--
1985	Nº	776	40.549	80	834	--	--	118	1.197	41	997
	%	62,22	93,05	6,41	1,84	--	--	9,46	2,75	3,29	2,29
1995/6	Nº	764	44.272	9	433	7	90	23	457	--	--
	%	93,74	97,83	1,10	0,95	0,85	0,19	2,82	1,00	--	--
2006	Nº	837	44.354	55	1.761	13	418	13	193	--	--
	%	90,09	94,92	5,99	3,76	1,41	0,90	1,41	0,41	--	--

**Fonte:** IBGE – Censos Agropecuários de 1970 a 2006.  
Organizada pela autora.

No município de Glória de Dourados, da década de 1960 e até meados de 1970, conforme a tabela 10, a produção assentava-se na policultura, como arroz,

feijão, mandioca e milho. O amendoim, o algodão e o café eram os produtos usualmente destinados ao mercado. Os dados demonstram mudanças significativas na área ocupada pelos principais cultivos, principalmente com forte redução, a partir dos anos 1980, do algodão, do arroz, do milho e, principalmente, do café. Por outro lado, nota-se a ampliação da área de soja, resultante do avanço desta commodity pelo Sul de Mato Grosso do Sul, como desdobramento do processo de modernização conservadora do campo, mesmo em território com predomínio camponês. É certo que os números que demonstram a redução da área ocupada pelas principais lavouras (tabela 10), devem ser analisados levando-se em consideração os números da tabela 11. Por eles é possível notar a redução significativa da área destinada às lavouras e o aumento expressivo da área ocupada pelas pastagens. Nota-se que, devidos aos fatores anteriormente elencados, houve substituição na utilização das terras, predominando as pastagens e a criação de bovinos, principalmente destinados à produção de leite, conforme será abordado no capítulo 3, como alternativa de resistência e de manutenção da propriedade da terra e da condição camponesa.

**Tabela 10** – Glória de Dourados - evolução da área (ha) colhida das principais culturas – 1970 a 2006

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
<b>Algodão</b>	7.581	2.742	1.707	--	194,5	14
<b>Arroz</b>	3.029	3.620	439	192	11,7	--
<b>Milho</b>	3.609	4.799	1.070	870	761,5	664
<b>Soja</b>	155	207	188	219	808,8	1.186
<b>Café</b>	--	2.711	2.136	0	17	84
<b>Trigo</b>	--	20	--	195	--	--
<b>Feijão</b>	972	847	486	1.345	87,5	53
<b>Mandioca</b>	--	200	64	142	50	395

**Fonte:** IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 2006. Nota: (--) Dados inexistentes. Organizada pela autora.

Pelas tabelas 10 e 11, pode ser observado o que ocorreu com a utilização de terras no município, a partir de meados da década de 1970 motivados pelo fenômeno da geada de 1975, pela falta de políticas públicas mais efetivas para a continuidade do cultivo do café, do algodão, da mamona, do amendoim e, principalmente, a falta de acesso aos recursos do crédito rural pelos camponeses, de forma mais ampla, que subsidiaram a “modernização conservadora”. Os camponeses, aliados de parte significativa do processo de modernização, não tiveram outra saída a não ser substituir as lavouras temporárias e permanentes

pelas pastagens plantadas, como pode ser percebido no aumento expressivo da área utilizada, na tabela 11. Pelos números, as pastagens, no Censo de 1970, representavam 35,65%, correspondendo a área de 28.464 hectares, de um total da área de 84.141 hectares; no Censo de 1980, 69,75%, representando elevado aumento; no Censo Agropecuário de 2006, as pastagens atingiram 84,77%, correspondendo a 39.609 hectares. Por outro lado, as lavouras apresentaram redução, pois em 1970 ocupavam 33,35% da área ocupada pelos estabelecimentos e em 2006 ocupavam somente 7,85% da área.

Este fato, também, pode ser entendido pela ampliação da atividade leiteira no município, justamente com estratégia utilizada pelos camponeses, como será abordado no capítulo 3.

**Tabela 11-** Glória de Dourados: estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Anos	Lavouras		Pastagens		Matas		Terras incultas		Outros		
	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	
1970	Nº	4.288	26.630	2.458	28.464	1.630	18.406	990	6.332	--	--
	%	100	33,35	57,3	35,65	38	23,05	23	7,93	--	--
1975	Nº	3.871	25.899	2.437	49.308	862	9.398	832	3.822	--	--
	%	100	29,28	62,9	55,76	22,26	10,62	21,5	4,32	--	--
1980	Nº	1.218	8.974	922	30.344	191	1.846	60	315	--	--
	%	97,67	20,63	73,93	69,75	15,31	4,24	4,81	0,72	--	--
1985	Nº	964	6.704	822	31.155	102	1.045	98	729	--	--
	%	94,97	16,91	80,1	78,60	10	2,63	9,6	1,83	--	--
1995/6	Nº	395	2.634	764	40.011	153	1.455	10	55	--	--
	%	51,7	5,96	100	90,61	20	3,29	1,3	0,12	--	--
2006	Nº	543	3.669	874	39.609	274	2.344	46	121	667	986
	%	61,4	7,85	98,4	84,77	30	5,01	5,2	0,26	27,75	2,11

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970 a 2006. Organizada pela autora.

A predominância do trabalho familiar camponês é marca do município, como pode ser demonstrado pelos dados da tabela 12. Pelos dados dos censos agropecuários, nota-se a predominância dos responsáveis e membros da família não remunerados desde o censo de 1970. Naquele ano, esta modalidade representava 97,8% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. Apesar da redução (absoluta e relativa), no decorrer dos censos, ainda, em 2006, esta modalidade representava 72,5% do pessoal ocupado no campo em Glória de Dourados.

**Tabela 12** - Glória de Dourados - pessoal ocupado em atividades agropecuárias – 1970 a 2006.

Ano	Total	Responsáveis e membros da família não remunerados	Empregado permanente	Empregado Temporário	Parceiro	Outra condição
1970	19.306	18.880	144	281	1	--
1975	21.078	17.984	257	2.664	23	150
1980	5.583	4.608	272	687	14	2
1985	3.868	3.402	232	163	9	62
1995/6	3.347	2.699	356	91	68	133
2006	2.352	1.706	323	170	100	53

**Fonte:** IBGE – Censos Agropecuários de 1970 a 2006. Organizado pela autora.

A redução do pessoal ocupado no campo (em termos absolutos) deve-se a vários fatores. Um deles relaciona-se ao desmembramento municipal (emancipação de Deodópolis) e a redução significativa da população, pela alteração na dinâmica migratória da maioria dos municípios que tiveram sua origem relacionada à CAND, como ressalta Bernadelli e Matushima (2009, s/p.):

A porção localizada a sudeste de Dourados, derivada da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), com a expansão da lavoura de soja e a conseqüente valorização de terras, em virtude das políticas empreendidas (infraestrutura, financiamento e créditos), sofreu uma reestruturação. Houve um processo de crescimento acentuado da população urbana de Dourados e paralelamente a significativa redução da população (especialmente do campo) dos pequenos municípios.

A perda populacional sofrida pelos pequenos municípios é expressiva e um forte indicador do processo de industrialização da agricultura que a partir da década de 1970 efetiva-se na porção sul do Mato Grosso do Sul e que provocou forte decréscimo de população no campo. Esta tanto migrou para outras cidades maiores, a exemplo de Dourados e Campo Grande, quanto para outras Regiões do país, inclusive com o deslocamento da frente pioneira para o norte de Mato Grosso.

Glória de Dourados apresentou entre 1980 e 2007 uma perda de cerca de 40% da população total. Isto se repete para os municípios de Angélica, que registrou perda de 31,14% da população total, e em Deodópolis, com perda de mais de 37% entre 1980 e 2007 (BERNADELLI e MATUSHIMA, 2009 s/p.).

Diante deste movimento os que permaneceram buscaram alternativas como na atividade leiteira entre outras a continuidade da reprodução familiar mantendo a estrutura agrária do município desconcentrada situação atípica principalmente em relação à Dourados, e a maioria dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

### **CAPÍTULO III**

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ATIVIDADE LEITEIRA  
NO TERRITÓRIO NACIONAL E O PROGRAMA MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS.**

Nesse capítulo analisam-se as mudanças territoriais do campo decorrente do processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira ocorrido no país a partir de 1990 e a criação do Programa Municipal de Diversificação da Agricultura, em Glória de Dourados. Por este programa, incentivou-se a implementação, via incentivos creditícios, a expansão de várias atividades produtivas, como a sericultura, a fruticultura, a mandiocultura, a avicultura, a suinocultura. Porém, focalizando, nesta análise, a atividade leiteira resultando na expansão da reprodução ampliada do capital industrial e, no entanto, paralelamente, em seu processo contraditório, produziu a reprodução de relações não capitalistas, deste modo refletindo na estrutura fundiária do município que se apresenta menos concentrada em comparação aos outros municípios que tiveram sua origem relacionada ao processo de colonização da CAND.

O fio condutor sulea-se pela reestruturação produtiva na atividade leiteira do município a partir de 1990 em decorrência do movimento, denominado por Oliveira (1992), de monopolização do território pelo capital industrial, por meio de empresas nacionais e internacionais, decorrente da expansão mundial do capitalismo monopolista. Por este viés, pretende-se analisar as estratégias usadas pelos camponeses de Glória de Dourados

Cabe considerar que os conceitos de “*monopolização do território pelo capital industrial*” e de “*territorialização do capital*” foram concebidos por Oliveira (2005, p.474-478) em decorrência de o autor entender “o território como produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” expressando desta maneira na reordenação territorial imposta ao campo brasileiro a partir da fusão estabelecida entre a indústria e agricultura.

Compreende o autor que o capital se desenvolve no campo percorrendo dois caminhos. No primeiro o capital monopolista se *territorializa* na agricultura, isto é, expropria os camponeses da propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, levando-os à migração para as cidades, convertendo-os em assalariados nos ramos industrial, comercial ou de serviços, e, também, transformando-os em “boias-frias”, como assalariados do campo. Portanto, por este caminho, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude, “o capitalista/proprietário de terra acumula, ao mesmo tempo, o lucro da atividade industrial e agrícola, como também a renda da terra gerada por essa atividade”. Conforme o mesmo autor “são as agroindústrias que ditam o preço nessa atividade, ou seja, a produção comanda a circulação”,

como no caso das usinas ou destilarias de açúcar e álcool quando estas detêm a propriedade de terra. No segundo caminho, por sua vez, ocorre a *monopolização do território* pelo capital monopolista, sem que ocorra sua *territorialização*. Neste caso, “o capital cria, recria e redefine as relações de produção familiar camponesa, apropriando-se da renda da terra pelo mecanismo de sujeição, sem precisar imobilizar capital na propriedade da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Estes processos estão relacionados a mundialização capitalista, a partir de 1990, e, segundo Mizusaki (2009), com novas transformações técnico-produtivas e organizacionais, visando beneficiar o capital<sup>53</sup>, como consequência contextual da crise do sistema desde os anos de 1960, concretizados no “aumento da inflação, na queda da taxa de lucro das empresas, no esgotamento do padrão de acumulação fordista, na crise do *Welfare State*<sup>54</sup>, no aumento excessivo da esfera financeira” (MIZUSAKI, 2009, p. 133-134).

Araújo (2000) destaca que nos anos 1990 acentuou-se o processo de desenvolvimento do sistema capitalista monopolista, pois é a “etapa avançada e específica do movimento de internacionalização capitalista”, como define Chesnais *apud* Araújo (2000, p. 09-12), sendo marcado por “fatos hegemônicos”, caracterizados em três movimentos “que afetam profundamente a dinâmica e a forma de funcionamento da economia mundial operando na esfera político-institucional” associadamente: o primeiro, é o da globalização caracterizada pela internacionalização dos mercados, dos principais fluxos econômicos e da atuação dos principais agentes econômicos; o segundo, é o movimento de crise do regime

<sup>53</sup> Mizusaki (2009, p. 134) esclarece que Antunes (2000, p. 31), fundamentado nas teorias de Meszáros, distingue capital de capitalismo. O capital seria todo um sistema de metabolismo social (composto pelo tripé capital, trabalho e Estado) que envolve as funções reprodutivas sociais subordinadas ao imperativo do capital. Nessa perspectiva, o capitalismo seria apenas uma das suas formas de realização. Pelo fato de o sistema de metabolismo social do capital ser expansionista, mundializado, destrutivo e incontrolável, a sua estruturação aponta para uma crise estrutural pela rapidez com que vem processando a tendência de reduzir o valor de uso das mercadorias, pois as crises, não são mais alternadas por ciclos longos, já que, agora, são mais frequentes e contínuas.

<sup>54</sup> A base teórica do “*Welfare State*”, o Estado do bem-estar social, foi apresentada na década de 1930 pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), após a Depressão de 1929. Para Myrdal (1932), criador do conceito, que se consolidou no período posterior à Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos e em boa parte dos países da Europa, o Estado do bem-estar social tinha como finalidade e característica básica a intervenção estatal nas atividades econômicas, regulando-as, subsidiando-as, executando grandes investimentos e obras, redistribuindo rendimentos, visando sempre, pelos menos teoricamente, ao bem-estar da maioria da população. A ideia era romper com o centenário princípio do liberalismo, que rejeitava qualquer função intervencionista do Estado. (TOMAZI, 2010, p. 100)

de acumulação anterior, expressando dificuldade para o capital na reprodução ampliada na esfera produtiva mundial; o terceiro, e mais intenso, é o da financeirização da riqueza, a possibilidade crescente dos agentes econômicos “de ampliar seu patrimônio, de valorizar seu capital na esfera da economia” (ARAÚJO, 2000, p. 09-12).

Reafirma Chesnais (1996, p. 25):

Para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levados a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado (CHESNAIS, 1996, p. 25).

É devido à necessidade de se adequar os territórios ao imperativo dos impactos que o processo impõe que se torna imprescindível a reestruturação produtiva, conforme salienta Araújo (2000, p. 10):

Quando se fala em *reestruturação produtiva*, está se referindo ao conjunto de importantes transformações, também em curso, que definem um novo “padrão produtivo”. São mudanças das quais emergem novos setores dinâmicos na economia mundial (informática, telecomunicações, robótica, produção de novos materiais, entre outros); mudanças no *como se produz* e que resultam, sobretudo, da revolução científico-tecnológica produzida pela crescente hegemonia do paradigma microeletrônico, que quebra a cadeia fordista e cria as condições para a *produção flexível*: mudanças nas formas de organizar e gerir a produção, organizar os meios que a geram e os homens que a realizam; mudanças nas formas de organizar os mercados, com a tendência à formação de grandes *blocos econômicos*, entre outras. (Grifos da autora).

Araújo (2000) afirma que, a partir de 1990, no bojo deste processo, identifica-se, também, a “emergência de novos discursos ideológicos de desenvolvimento entre as quais se destaca o desenvolvimento local e regional em detrimento da Reforma Agrária” (Thomaz Júnior, 2006) e o desenvolvimento sustentável, sem o questionamento da estrutura da sociedade que provoca a destruição dos recursos nas dimensões socioculturais, econômicas, políticas, ambientais, indicando uma tendência de atuação de novos e importantes atores:

Em muitas áreas do País, atores locais têm-se articulado para pensar e propor estratégias de desenvolvimento local e regional. Planos estratégicos municipais e regionais têm-se tornado cada vez mais

frequentes, embora isso não dispense a ação coordenadora do Estado Nacional, como ocorre na Alemanha ou na Itália dos dias atuais.

[...] Assim, se, de um lado, parece claro que as tendências recentes apontam para o aprofundamento das diferenciações regionais herdadas do passado e para a fragmentação do Brasil – destacando os “focos de competitividade e de dinamismo” do “resto” do País para articulá-los à economia global –, de outro lado, há contratendências importantes vindas de baixo para cima.

[...] outros agentes estão se contrapondo a isso e articulam movimentos de base territorial que clamam por articulação em nível nacional e incluem-na em suas práticas. É o caso de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o dos desalojados pelos projetos de barragens, entre outros (ARAÚJO, 2000, p. 22).

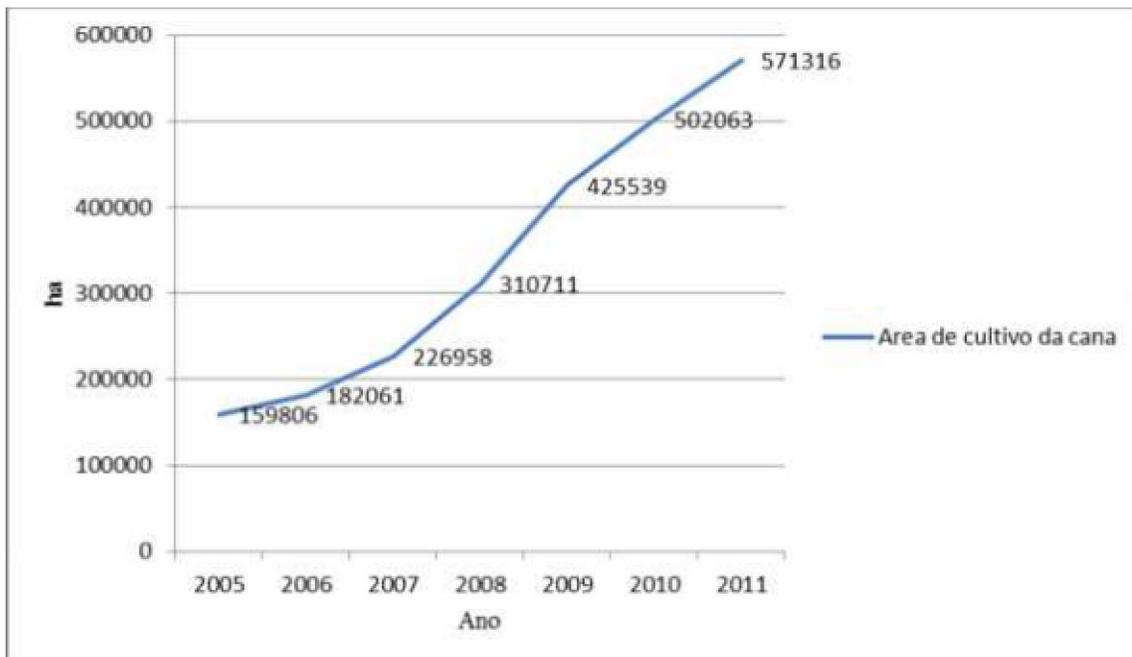
Para Araújo (2000) a economia brasileira, a partir deste período, foi marcada pela desnacionalização do sistema bancário, da base produtiva, pelas políticas de redução de tributos, como o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros, que, a partir da criação da Lei Kandir de 1996, incentivou a exportação de matérias-primas para fora do país e interferiu na arrecadação de cada estado brasileiro, como no caso do Mato Grosso do Sul, promovendo a “guerra fiscal” entre as unidades federativas, a partir de alíquotas diferenciadas, utilizadas como atrativo de novos investimentos industriais, o que, concretamente, como coloca Mizusaki (2009), intensificou a mobilidade espacial do capital na busca de mais lucro, como ocorreu com a expansão da área plantada de cana-de-açúcar no território meridional sul-mato-grossense, na produção dos agrocombustíveis em detrimento da produção de alimentos agrícolas.

Sobre o processo de expansão da área plantada de cana-de-açúcar e de implantação de novas agroindústrias de cana-de-açúcar no Estado<sup>55</sup>, convém destacar, que no final da década de 1970 e no início da década de 1980, se instalaram neste território as primeiras nove unidades em decorrência dos incentivos provenientes do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Entre 1985 a 1995, o setor passou por grave crise devido à queda do preço do petróleo no mercado internacional, pois a “desregulamentação do setor e a baixa nos preços de petróleo no Brasil, possibilitou que o setor sucroalcooleiro entrasse num período de redução da produção e de quedas nas comercializações no Mato Grosso do Sul” (BACKES, 2009, p. 181). A partir de 2000 iniciou-se nova estruturação, com a recuperação do setor gerada pela discussão ambiental o que motivou o desenvolvimento de novas

---

<sup>55</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a expansão do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul ver Backes (2009).

pesquisas e a produção dos agrocombustíveis. Desta maneira, identifica-se, atualmente, a implantação de vinte e cinco unidades no Estado e a expansão da área de cana-de-açúcar (figura 21) “em decorrência dos investimentos de capital internacional, vindos de empresas que já possuíam experiência no ramo de *comodities*” (BACKES, 2009, p. 181).



**Figura 21** - Mato Grosso do Sul: área de cultivo da cana-de-açúcar (ha/ano)  
Fonte: INPE/CANASAT, 2012; Org.: LOURENÇO, 2012.

Deste modo, confirma-se que no Brasil, a partir de 1990, legitimaram-se os ditames da abertura econômica, financeira, comercial, promovidas, inicialmente, pelo Governo Collor, escancarada no governo de Fernando Henrique Cardoso (Programa Brasil em Ação 1996-1999), com continuidade no governo de Luis Inácio Lula da Silva e no governo de Dilma Rousseff.

Cabe citar a política pública, criada em 2007, no segundo mandato de Lula, denominada de Programa de Aceleração Econômica (PAC), reformulada em 2011, cujo objetivo está explicitado no site governamental do Programa<sup>56</sup>:

Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 12 jul.2013.

infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e *elevou o investimento público e privado em obras fundamentais*. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. (grifos da autora).

O resultado concreto do continuísmo de política pública de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, pautado no velho planejamento, com o velho discurso da *“melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras”*, pode ser visto mundialmente pelos meios de comunicação no novo movimento histórico “Vem Pra Rua”, fato inédito no Brasil, por ter sido articulado nas redes sociais pelos jovens brasileiros diante da deterioração da qualidade dos serviços prestados pela parceria público/privado na área da educação, saúde, transporte, segurança, na infraestrutura (rodovias, aeroportos inclusive estádios de futebol – arena da velha política brasileira pão e circo –, entre outros, todos pagos pela sociedade, que acordados saíram nas ruas reivindicando algumas migalhas do velho “bolo” que o capital consome fartamente.

### **3.1 O Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico de Glória de Dourados.**

Neste item analisa-se o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico em Glória de Dourados como resultado do processo de reestruturação produtiva da agropecuária, envolvendo dimensões territoriais, analisando as transformações que o Programa ensejou, permitindo maior compreensão da organização social e territorial nas atividades contempladas e, especificamente, a atividade leiteira, a partir de 1990.

Cabe considerar que o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico de Glória de Dourados foi resultante, também, das transformações pelo qual passou o recorte territorial meridional sul-mato-grossense, onde se localiza o município de Glória de Dourados, podendo ser caracterizadas em três fases, como enfatiza Pelle e Lamoso (1997, p. 17):

[...] a primeira é marcada pela implantação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados); a segunda pela industrialização do campo com incentivos ao plantio monocultor voltado para a exportação agrícola, a partir de 1968; e a última fase, marcada pela inserção de parcela dos produtores rurais ao “Padrão Agrário Moderno”<sup>57</sup> (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 17).

Sobre as três fases mencionadas, destaca-se que a primeira fase correspondeu à distribuição de lotes de terras de 30 hectares, formando as pequenas propriedades destinadas à reprodução camponesa, como analisado anteriormente. Nessas pequenas propriedades, os camponeses desenvolveram a agricultura na região:

A Colônia Agrícola de Dourados contribuiu para a expansão da atividade agrícola do Mato Grosso, que até então era pecuarista-extrativista, tendo atraído, como se via supra, grandes contingentes de migrantes para produzir arroz, algodão, amendoim, feijão, café, mandioca e mamona (ABREU, 2001, p. 58).

A segunda fase, caracterizou-se pelos desdobramentos da política agro-exportadora, subsidiando e industrializando as médias e grandes propriedades. Entretanto, o meridional sul-mato-grossense sofreu consideráveis modificações, a partir de 1968, em sua estrutura fundiária, predominando a média e a grande propriedade, ao contrário do que estabelecia a CAND, baseada na pequena propriedade. Glória de Dourados, por sua vez, apresentou significativa queda de população nessa época, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no campo (PELLE e LAMOSO, p. 18). De toda forma, permaneceram a desconcentração e o predomínio da agricultura familiar camponesa.

Mizusaki (2009) destaca, também, que um dos fatores importantes, nesta fase, foi a crise do petróleo de 1973, afetando a economia mundial. A “década de 1980 foi um período de grandes dificuldades para as atividades agropecuárias de um modo geral, devido ao aumento dos preços dos insumos como consequência da crise do petróleo” (MIZUSAKI, 2009, p. 77-79).

Deste modo, pode-se considerar que a terceira fase implementada na segunda década de 1980 teve entre seus fatores o aumento da cultura do milho,

---

<sup>57</sup> O Padrão Agrário Moderno é a agricultura no complexo agroindustrial. O fato de as atividades agrárias serem integradas com a indústria, o CAI não supõe a redução da agricultura a uma indústria pura e simplesmente. A integração não destrói caracteres próprios que os distinguem dos outros dois segmentos que compõe o CAI. (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 17).

“decorrente, entre outros fatores, da seca prolongada de três anos que assolou a região Sul do País aumentando o custo de produção de grãos naquela região” (Mizusaki 2009, p. 85), em consórcio com a cultura da soja (componentes básicos da ração) no estado do Mato Grosso do Sul, marcando, desta maneira, a expansão dos complexos agroindustriais, caracterizados pelas agroindústrias, no espaço meridional sul-mato-grossense e seu espraiamento, via sistema de integração, nos municípios remanescentes da CAND, como Glória de Dourados, por possuir estrutura fundiária desconcentrada e predomínio de trabalho familiar camponeses. O município tornou-se atrativo para o complexo agroindustrial, concretizando a terceira fase das transformações ocorridas na região, como coloca Pelle e Lamoso (1997, p. 18):

[...] a estrutura fundiária herdada da CAND, tem sido o principal atrativo do capital agroindustrial por apresentar um representativo número de produtores de base familiar, mão de obra mais indicada para a integração com as empresas agroindustriais.

A constituição socioeconômica do município de Glória de Dourados faz com que ele seja servido por várias estradas que ligam à BR 376, facilitando o acesso da população do campo à cidade bem como o escoamento da produção pelas empresas agroindustriais. Essas estradas foram abertas a cada 2.400m, incluindo dois lotes de 1.200m cada um e foram organizados de tal maneira que os fundos dos lotes convergem e ficam providos por uma dessas estradas. Cada estrada recebe um nome e cada lote um número, tornando prática a localização dos lotes e conseqüentemente, dos moradores (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 18).

Desta maneira, a partir de 1994, o município de Glória de Dourados passou a ser destaque no Estado devido a implementação do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico, criado com apoio da Prefeitura Municipal na gestão de Jairo de Vasconcelos (1993-1996), da Empresa de Assistência e Extensão Rural – EMPAER (transformada posteriormente na Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), do Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária de Mato Grosso do Sul (IAGRO), do Banco do Brasil, favorecendo, principalmente, o processo de monopolização do território pelo capital industrial. Os objetivos básicos do Programa foram apresentados aos produtores, como forma de convencimento:

a) oferecer alternativas de investimentos para aumentar a produção e a renda do pequeno produtor rural; b) integrá-lo com maior facilidade ao mercado; c) melhorar sua condição socioeconômica; d) aumentar a

arrecadação de ICM e, sobretudo, diminuir o êxodo rural (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 19).

A respeito das ações implementadas pelo Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico, o ex-prefeito Jairo de Vasconcelos relatou:

Em 1993 implantamos na nossa gestão o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico em parceria com a EMPAER, IAGRO, APROLEITE, Banco do Brasil e dentro do Programa fazia parte o Projeto de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite, tendo como objetivo a melhoria das condições da pequena propriedade. Por isso, foi feito um diagnóstico sobre as potencialidades do desenvolvimento da pecuária em base tecnificada e priorizado neste projeto, inicialmente, 12 propriedades com a adoção de tecnologia, como a melhoria de pastagem, da genética, com a importação de novilhas, financiada pelo BB, da raça holandês da Argentina e do Uruguai, com assistência técnica para o manejo do gado, o uso de silagem com napier e milho, aquisição de tanque resfriador comunitário e também a visita de 18 produtores à EMBRAPA (São Carlos) em 1998, para conhecer o programa que tinha sido lançado pela EMBRAPA, o Balde Cheio. Como resultado do Programa, tivemos aumento na produtividade para 16 l/dia (média) por vaca e este projeto, na época, serviu de modelo para os outros municípios vizinhos, como Deodápolis, Jateí, Vicentina, Fátima do Sul, Caarapó, Juti e Dourados. É preciso salientar que o Programa em Glória tinha como prioridade o leite, mas também outros projetos, como incentivo ao cultivo da mandioca para a indústria, a fruticultura (acerola, goiaba, abacaxi, maracujá), a integração com a avicultura e a suinocultura e, em menor escala, a piscicultura e a apicultura. (Entrevista realizada com o ex-prefeito e engenheiro agrônomo Jairo de Vasconcelos em 20/09/2011).

Segundo Pelle e Lamoso (1997, p. 19), o processo de reestruturação produtiva contido no Programa consistiu, inicialmente, na promoção e divulgação junto aos produtores familiares e, posteriormente, na adesão de 320 propriedades, variando de 7 a 30 hectares, com orientações técnicas da AGRAER sobre a importância da diversificação e da modernização de suas produções e das facilidades do financiamento. O papel do Banco do Brasil no processo foi viabilizar o crédito por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)<sup>58</sup>, parcelado em prazos que variavam de 5 a 10 anos, com 2 anos de carência. O pequeno proprietário, para se beneficiar do empréstimo, tinha que hipotecar suas propriedades e, ainda, apresentar dois avalistas. A Prefeitura Municipal, por sua vez, desempenhou papel importante na estrutura desse Programa, garantindo maquinário, mão de obra para a terraplanagem, construção

---

<sup>58</sup> FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) foi um dos três fundos de desenvolvimento regional criado na Constituição de 1988, os outros dois referem-se as regiões do Nordeste (FNE) e da região Norte (FNO) [...]. (SILVA *apud* PELLE e LAMOSO, 1997, p. 19).

dos barracões de porcos e frangos e na manutenção das estradas para o escoamento da produção, com o intuito de inserir cada vez mais produtores nesse programa:

Nesse processo, a diversificação econômica está sendo apresentada à pequena propriedade rural como a única alternativa de sobrevivência, de integração ao mercado, de garantia de renda, de melhores condições socioeconômicas, de modernização, de elevação de produtividade e de qualidade de sua produção, portanto, sugerindo “novos tempos” aos produtores de base familiar (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 20).

Entre as atividades que foram incentivadas pelo Programa, para a diversificação da agricultura, algumas integraram-se aos complexos agroindustriais (CAIs), como a avicultura, integrada a AVIPAL<sup>59</sup>, com sede no município de Dourados; a suinocultura, integrada a Bunge Alimentos<sup>60</sup>, com sede também em Dourados; a sericicultura, integrada à Fiação de Seda BRATAC S/A, com sede em Glória de Dourados (PELLE e LAMOSO, 1997).

A mudança do perfil econômico implantado pelo sistema de integração nos municípios remanescentes da CAND, na década de 1990, foram assim destacados por Lima (2006, p. 119):

Os rebanhos de suínos e aves tiveram grande crescimento a partir do final da década de 1990, com o aparecimento da criação concentrada em barracões. O maior rebanho de suínos encontra-se em Glória de Dourados, 50.174 cabeças em 2002, e o de aves em Fátima do Sul, 1.446.000 cabeças em 2002 (LIMA, 2006, p. 119).

Sobre os mecanismos da integração, subordinando a produção camponesa pela apropriação da renda da terra pelo capital industrial, contida no Programa Municipal, Pelle e Lamoso (1997, p. 21) escreveram:

As atividades em comum, principalmente as integradas às agroindústrias, promovem a subordinação indireta dos trabalhadores rurais, tornando-os trabalhadores para as empresas ao estabelecerem os contratos que asseguram a comercialização da produção e prescrevem todas as exigências a serem cumpridas em relação a construção dos barracões, dos cuidados dispensados, nos

---

<sup>59</sup> No início do Programa Municipal a integração dos avicultores era com a Cooperativa Agroindustrial Ltda. – COOAGRI que vendeu o sistema integrado de aves para AVIPAL S.A., em 1995. (MIZUSAKI, 2009, p. 164)

<sup>60</sup> No início do Programa Municipal, a integração dos suinocultores era com a Ceval Alimentos S. A. adquirida pela multinacional Bunge, em 1997. (MIZUSAKI, 2009, p. 153)

mínimos detalhes, para o bom êxito da produção e ainda, “punições” econômicas ou incentivos para os integrados que apresentam melhor qualidade na produção. Isto é, se a produção não alcançar o êxito exigido, essa perda o produtor deve repor a empresa ou, no caso de não atingir a qualidade máxima, há uma diferenciação decrescente nos preços. Por outro lado, se o produtor se sobressaiu pelo seu empenho recebe incentivos na valorização da produção (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 21).

Para Mizusaki (2009) é necessário considerar, no processo de monopolização do território, algumas mudanças técnicas que contribuíram significativamente para o aprofundamento da sujeição da renda da terra produzida pelos camponeses e apropriada pelo capital industrial no campo meridional sul-mato-grossense, a partir de 1995, principalmente após a implantação do Plano Real. A abertura econômica detonou no país um fluxo de investimentos estrangeiros ligados a programas de privatização:

Num curto espaço de tempo, houve abertura e expansão do capital em novos mercados, com mudanças no padrão tecnológico, permitindo ao grande capital ampliar escalas de produção, com redução de custos, consolidando assim, o mercado em nível global. Esse processo obedeceu a especificidades internas de cada país/região, bem como aos respectivos setores produtivos. Um fator relevante observado entre 1992 e 1998 foi a progressiva participação do capital estrangeiro, em detrimento dos nacionais com um crescimento de mais de 800% no período, avançando progressivamente no país, ao passo que o capital nacional tem apresentado maiores dificuldades em acompanhar essa estratégia de concorrência de fusões e aquisições. O processo de fusões e aquisições de empresas como mecanismo para conquistar/consolidar novos mercados, abriu espaço para a formação de megacorporações e, conseqüentemente, para a concentração produtiva. O acirramento da concorrência intercapitais tem afetado profundamente as empresas, impulsionando as reestruturações da parte do capital individual para continuarem atuando nessa concorrência entre gigantes. No Brasil, essas mudanças, embora tenham se manifestado em várias dimensões, seguem algumas características gerais. Uma delas diz respeito à divisão do controle societário, entre sócios nacionais e estrangeiros. A participação do capital estrangeiro nas privatizações, bem como nas fusões e aquisições tem sido bastante expressiva. A atuação das empresas nacionais, contudo, sobretudo as de maior porte, tem ocorrido principalmente na formação de alianças e parcerias, seja entre si ou com empresas estrangeiras, como mecanismo para implementar recursos, tecnologia e know-how (MIZUSAKI, 2009, p. 142-144).

Outra mudança de extrema importância, destacada neste processo, foi a alteração das relações de trabalho impostas pelas novas relações de produção, não

somente no interior da unidade familiar de produção, mas, principalmente, na relação desta com outros agentes, a saber: capital industrial e representantes, capital financeiro, técnicos, veterinários, entre outros. Para Pelle e Lamoso (1997, p. 21):

Neste contexto, o produtor preocupado em pagar o financiamento e aumentar sua renda, submete-se aos padrões requisitados pelas agroindústrias, dedicando o seu tempo integral no desenvolvimento dessas atividades, envolvendo toda a família, [...], contudo o produtor não deixa de demonstrar a sua insatisfação por se sentir forçado a seguir uma “programação” pré-determinada e esse compromisso implica numa série de mudanças na vida do trabalhador do campo. [...] os membros da família não podem mais sair todos juntos, passam a ter que levantar à noite caso ocorra mudanças de temperatura ou realizar trabalhos noturnos, especificamente, na atividade da sericultura, em certa altura do tratamento alimentício das lagartas, e deixa de existir durante a semana um dia reservado ao descanso (PELLE e LAMOSO, 1997, p. 21).

A respeito das mudanças nas relações de produção e do trabalho, ocasionadas pelo processo de monopolização do território pelo capital industrial e não mais pelo capital comercial, como ocorria anteriormente na avicultura<sup>61</sup>, Mizusaki (2009, p. 104-208) afirma:

No caso da avicultura, até então era desenvolvida exclusivamente em função da livre iniciativa do produtor e de forma independente do ponto de vista do processo de produção e abate, tem a sua atividade (e com ela, o avicultor e a propriedade capturados pelo capital industrial e pelo capital financeiro, que passam a ditar a lógica de todo o processo produtivo (desde a produção de matrizes até o abate).

Com esse mecanismo, o capital industrial, utiliza o avicultor camponês apenas para o processo de criação de frango, fase que não tem interessado ao capital industrial por concentrar os maiores riscos e custos produtivos. Com o contrato de parceria (escrito ou verbal) a indústria estabelece as regras de integração, como equipamentos a serem utilizados, quantidade de pintos alojados, tempo de alojamento, quantidade de lotes por ano, número de aviários em cada propriedade, ritmo de trabalho, entre outros. O principal elemento de controle é o do preço do frango, que é dado pela empresa integradora, como mecanismo de controle e apropriação da renda da terra e que segue uma lógica, que independe dos custos de produção.

[...] *vacinas, medicamentos, desinfetantes, vitaminas e transportes dos frangos, por conta do produtor. [...] despesas de custo de manutenção: material para cama do aviário, energia, água, gás,*

<sup>61</sup> Sobre o processo de monopolização do território pelo capital agroindustrial avícola e suas contradições no Mato Grosso do Sul, ver Mizusaki (1996, 2000, 2001, 2009).

*reposição/conserto de peças no barracão, mão de obra*, por conta do produtor. No caso do frango, o avicultor entra apenas como depositário e não como proprietário das aves.

[...] Na sua relação com a atividade, o avicultor passou a vivenciar um trabalho que, embora seja considerado “leve” pelos avicultores, tem exigido deles, dedicação integral, seja durante os finais de semana, seja durante a madrugada, pois, se essa atividade não for bem administrada qualquer mudança de tempo pode ocasionar a morte de dezenas de frango, devido a sua fragilidade e sensibilidade que são as mudanças bruscas de temperatura (MIZUSAKI, 2009, p. 104-208) (grifos da autora).

Contudo, cabe ressaltar, como adverte Mizusaki (2009, p. 277), que o processo de expansão do modo de produzir no campo tem provocado transformações gerais, como a articulação da estrutura produtiva local à dinâmica da economia agora mundializada. Não é um processo homogêneo e unilateral, “tanto do ponto de vista das relações que as configuram, como da sua manifestação no espaço, ou seja, a sua territorialização não segue exclusivamente a lógica do capital”, pois neste processo os sujeitos sociais estão inseridos numa realidade social em movimento contínuo; “há aqueles que resistem à sujeição, aqueles que se articulam a ela para continuarem se recriando, aqueles que são expropriados”, entre outros (MIZUSAKI, 2009).

No intuito de exemplificar a resistência à sujeição, segue-se o relato de uma camponesa a respeito da situação de descontentamento do cunhado avicultor em Glória de Dourados:

Ah! Meu cunhado vai parar de criar frango, não dá mais! O preço não compensa e depois morre demais, você sabia que morre demais? Aqui ninguém mais consegue comer estes frangos, é até pecado falar, mas fica na geladeira, depois a gente enterra. Quando ele parar, nós vamos criar galinha caipira, das boas, para comer e vender. (M. S. Entrevista realizada em 19/03/2013, resultante de trabalho de campo).

Esta situação de descontentamento pode ser verificada também em relação à exploração submetida pela empresa BRATAC S/A, única integradora na atividade da sericicultura, que em 1997, segundo Pelle e Lamoso (1997, p. 22), tinha 153 produtores integrados e atualmente conta apenas com 16 produtores insatisfeitos “com o valor recebido pela produção dos casulos, pois faz mais de quatro anos que o preço não melhora”, conforme o relato de um camponês que concilia esta atividade com a pecuária leiteira. (O. N. Entrevista realizada em 28/04/2013, em decorrência de trabalho de campo).

Em relação aos outros cultivos incentivados no Programa, a fruticultura declinou em decorrência da dificuldade na formação de associação e/ou cooperativa, como forma de viabilidade da comercialização coletiva, visto que a produção seria destinada para os estados de São Paulo e Paraná, sedes mais próximas das indústrias de polpa de frutas, como acerola, goiaba, abacaxi e maracujá (VASCONCELOS, 2004, p. 18).

Outro projeto, também incentivado no Programa, foi o cultivo da mandioca, como ressalta VASCONCELOS (2004, p. 19):

Este projeto estava vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que deu suporte para a implementação do Programa Especial de Fomento à Produção de Mandioca, que no Art. 2º da Lei Municipal nº 670, de 18 de novembro de 1997 apresenta:

I - destinação de técnicos de nível médio e superior, bem como pessoal de apoio com estágio de treinamento específico, para dar adequada assistência técnica aos produtores interessados;

II - ações de treinamento e especialização de indústrias voltadas para o beneficiamento do produto;

III - incentivos às instalações de indústrias voltadas para o beneficiamento do produto através de venda, compra ou permuta de área de terras e doação para instalações de complexo industrial;

IV - intercâmbio com entidades públicas e privadas, através de convênios ou parcerias, para obtenção de treinamento especializado, desenvolvimento e obtenção de clones de variedades com melhor padrão genético, assegurando melhor produção e/ou produtividade;

V - destinação de recursos específicos, nos orçamentos vindouros, para atendimento ao Programa (VASCONCELOS, 2004, p. 19).

A partir dos incentivos municipais e do Estado, foi implantada em 2000 a Indústria Agro Comercial Cassava S/A, como escreveu Costa (2012, p. 76):

Esse Grupo feculeiro possui apenas uma unidade fabril no Estado de Mato Grosso do Sul no Município de Glória de Dourados, unidade essa implantada no ano de 2000 com incentivos do Município (doação do terreno e terraplanagem da prefeitura), e fiscais do Estado, bem como pavimentação asfáltica até o pátio da indústria. Essa unidade vem processando regularmente, polvilho de mandioca, sagu e amidos modificados<sup>62</sup>.

O centro administrativo da empresa está localizado no Município de Rio do Sul/SC, onde foi implantada a sua primeira fábrica feculeira no ano de 1954. Posteriormente, em 1983, foi instalada uma unidade fabril no Município de Paranavaí/PR, que processa amido modificado, esterilizado e fécula (amido regular).

<sup>62</sup> Sobre as articulações territoriais da indústria de fécula no Mato Grosso do Sul e as características dos produtos que tem a mandioca como matéria-prima, ver Costa (2008, 2012).

O Grupo ainda possui mais duas unidades fabris, uma no Município de Maripá/PR que produz amido de mandioca regular, amido modificado, amido pré-gelatinizado, dextrinas e maltodextrina. Essa foi a primeira unidade fabril de amido modificado instalada em 1997. Outra unidade, foi instalada no Município de Agronômica/SC e, produz adesivos vegetais. Também é o principal centro de distribuição da empresa.

As exportações desde 2006 tem se direcionado aos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, México, Equador, Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, Turquia e Japão.

Em âmbito nacional os clientes do Grupo Cassava S.A. estão localizados em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (COSTA, 2012, p. 76).

Costa (2012, p. 67) escreve, com base nos dados do IBGE, que entre os 10 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul em área plantada de mandioca, entre 1990-2009, Glória de Dourados somente aparecia, em 2000, com produção de 910 hectares, ficando em penúltimo lugar. O município de Ivinhema manteve-se na primeira posição em 1990, 2000 e 2009. Porém, apresentou redução de 50% da área plantada em 2009, com 2.450 hectares, em relação a 2000 (5.000 hectares plantados de mandioca), devido ao avanço de arrendamento por parte das usinas para o plantio da cana-de-açúcar, neste território (COSTA, 2012).

A respeito das relações de trabalho na produção da mandioca, Costa (2012, p. 93-123) enfatiza que, embora o produtor não seja obrigado a entregar a produção para uma determinada indústria, as reclamações mais contundentes dos produtores são a falta de uma política de preços mínimos devido às grandes oscilações dos preços da tonelada da raiz de mandioca no decorrer dos meses e dos anos. Assim, “[...] o ano em que a área plantada aumenta, o preço cai e no ano seguinte quando se planta menos, eleva-se o preço”. Outro fator considerado pelo autor é a burocracia do financiamento bancário, considerado como muito prejudicial para os trabalhadores, pois “a maioria dos agricultores que plantam mandioca são arrendatários” e necessitam de avalistas (normalmente a própria indústria é avalista). Para os produtores proprietários há necessidade de conciliar esta atividade com outra, devido às especificidades do plantio desta cultura:

Geralmente, os agricultores produtores de raiz de mandioca para fecularias colhem a mandioca a partir do 18º mês após a plantação e, muitos colhem a partir do 24º mês após a plantação. Assim, enfrentam dificuldades em se manter, comprar alimentos,

vestimentas etc., para suas famílias. Essas dificuldades são ainda maiores para os 33% dos agricultores que só plantam mandioca para o processamento feculeiro.

Uma das estratégias dos produtores de mandioca que possuem terras é também cultivar outra cultura agrícola ou manter atividade pecuária, fugindo da especialização agrícola de uma monocultura (COSTA, 2012, p. 96).

Neste sentido, a dificuldade pertinente ao cultivo exclusivo da mandioca foi constatada na pesquisa de campo realizada em Glória de Dourados. A família camponesa proprietária, por herança, de 05 hectares, em 2004 contraiu empréstimo do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), com prazo de 5 anos para o pagamento, para o plantio da mandioca. A família não conseguiu pagar a dívida, devido ao baixo preço pago pela indústria, precisando refinanciá-lo por mais 05 anos, comprometendo a renda familiar e obrigando dois membros da família ao assalariamento (pai e filho) e a redução da atividade leiteira, devido à falta de pasto e recurso para alimentar 4 vacas lactantes, com produção diária de 10 litros/dia. (Trabalho de campo realizado em 26/03/2013).

Vale mencionar que a análise da diversificação agrícola, pertinente ao Programa em que se insere, o sistema de integração carece de estudos mais aprofundados. Contudo, é relevante referenciar algumas características gerais da diversificação, anteriormente exposta, para a compreensão de alguns liames da apropriação da renda da terra pelo capital agroindustrial e, contraditoriamente, da permanência e da resistência da reprodução camponesa, baseada na diversificação, como a atividade leiteira, alternativa de renda subordinada da terra de trabalho ao capital industrial.

### **3.2 A expansão da pecuária leiteira e o processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira no território brasileiro**

Para o entendimento do processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira em Glória de Dourados, a partir de 1990, cabe, inicialmente, compreender o processo de expansão da pecuária leiteira no território brasileiro.

Como destaca Clemente (2006, p. 21), até meados do século XX “a estrutura do território nacional era caracterizada pela economia regionalizada”, se apresentando em “arquipélago econômico”, conforme denominou Goldenstein e Seabra (1982). Deste modo expressava a existência de “várias economias

regionalizadas que mantinham vínculos mais estreitos com o exterior do que com as demais regiões do país”, propiciando, deste modo, formas de acumulação de capital e, posteriormente, o desenvolvimento da indústria regionalizada contribuindo para a expansão entre outras atividades da pecuária e da organização das bacias leiteiras regionalizadas visando o abastecimento da indústria láctea<sup>63</sup>.

Deste modo, a heterogeneidade entre as regiões persistiram influenciando diretamente nas especificidades e, conseqüentemente, nas dinâmicas territoriais regionais, como destacam Goldenstein e Seabra (1982, p. 29):

A existência do “arquipélago econômico”, que significava a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava também a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo. Esses mercados regionais de consumo tinham proporções e, portanto, significados diferentes, em razão da própria expressão econômica das mercadorias voltadas para a exportação externa ou mesmo interna e das relações de produção dominantes. Levaram a indústria às principais cidades do país, principalmente àquelas que possuíam uma infra-estrutura relacionada com a importação e distribuição das mercadorias.

Cabe ressaltar que, em relação ao processo de industrialização do Sudeste brasileiro, já no final do século XIX, foi beneficiado pela implantação da rede ferroviária, propiciando, desta maneira, o desenvolvimento da atividade leiteira pelo acesso ao mercado do Rio de Janeiro, primeiro estado a organizar bacia leiteira<sup>64</sup> que, posteriormente, expandiu-se para o mercado de São Paulo, como consequência da utilização do esterco bovino nas fazendas do planalto paulista que retomaram à cafeicultura associando-se à pecuária leiteira (VALVERDE, 1985).

Em Minas Gerais, ocorreu o desenvolvimento da organização de bacia leiteira em função “da tradição colonial dos fazendeiros mineiros que foram os

---

<sup>63</sup> Clemente (2005, p. 20) esclarece que, segundo Mamigonian e Freitas (1976), já em meados do Século XIX era possível identificar três grandes regiões geo-econômicas da pecuária brasileira: sertão do Nordeste, Brasil Sudeste e Rio Grande do Sul. Sendo que as duas primeiras nasceram associadas aos mercados urbanos regionais: Recife e Salvador para o sertão nordestino e Rio de Janeiro para o Sudeste. No caso do Rio Grande do Sul, a expansão dos seus rebanhos bovinos se deu como prolongamento da pecuária platina, em decorrência das condições naturais altamente favoráveis. (CLEMENTE, 2005, p. 20)

<sup>64</sup> O conceito teórico-metodológico de bacia leiteira compreende tanto a área de produção de matéria-prima, os canais coletores, os postos de resfriamento, a indústria processadora quanto o centro de consumo. Assim, uma bacia leiteira pode ultrapassar os limites geográficos de um município ou de um estado. (ORMOND, 2006).

primeiros a importar o gado holandês favorecendo a produção artesanal”, tornando-se insuficiente com o processo de urbanização e propiciando o surgimento dos primeiros laticínios e da primeira Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, em 1917 (MESQUITA, 2002).

Outro fator bastante relevante na expansão da pecuária leiteira nacional e no marco da monopolização da renda da terra pelo capital industrial internacional, como assevera Oliveira (2010, p.31), e evidenciado por Kautsky<sup>65</sup>, na Suíça (1968, p. 300), foi a entrada da Nestlé<sup>66</sup> no Brasil, em 1921, quando instalou sua primeira unidade fabril priorizando a produção de leite condensado e em pó. Clemente (2006, p. 26) escreve que:

Em 1921, a Nestlé instalou no município de Araras a sua primeira fábrica. Daí em diante assistiu-se a uma expansão da pecuária leiteira comandada pelo capital industrial, em especial da multinacional Nestlé. Até esta época o Brasil importava da Europa leite condensado e em pó. Com as dificuldades de importação em virtude da Primeira Guerra Mundial, ocorreu a instalação de laticínios em território nacional para suprir o mercado interno (CLEMENTE, 2006, p. 26).

Entre a década de 1920 e 1950, marcou-se a expansão da produção de leite no Sudeste, consolidando-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o sul de Minas Gerais, como áreas especializadas em produção de leite (Mamigonian e Freitas, 1976) e pela regulamentação do setor. O governo do Estado de São Paulo, em 1930, criou o Policiamento do Serviço de Alimentação Pública, e, em 1945, instituiu o tabelamento do preço do leite proibindo qualquer forma de comercialização e industrialização do leite que não fosse pasteurizado, surgindo, desta forma, empresas especializadas em leite engarrafado. Devido o avanço da produção industrial no país, surgiram novas bacias leiteiras, estimulando a criação de

---

<sup>65</sup> Kautsky (1968, p. 300) evidencia o processo de subordinação da renda da terra ao capital da Nestlé na Suíça questionando: "Que extensão tomaram certas explorações da indústria agrícola? É o que nos mostram, por exemplo, as empresas da casa Nestlé. Ela possuía na Suíça duas grandes fábricas para o preparo de leite condensado e uma fábrica para o preparo de farinha láctea. Esta última, estabelecida em Vevey, trabalha diariamente 100.000 litros de leite, produto de 12.000 vacas, oriundos de 180 aldeias. 180 aldeias perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres." (KAUTSKY, 1968, p. 300).

<sup>66</sup> Conforme Clemente (2006, p. 26), a Nestlé, posteriormente, foi instalando fábricas de leite em pó no Estado de São Paulo e, também, no Estado de Minas Gerais. No Estado de São Paulo, a partir da primeira planta industrial no município de Araras em 1921, ela instalou outra em Araraquara no ano de 1946, Porto Ferreira em 1952 e Araçatuba em 1963. Além da Nestlé, outras empresas instalaram plantas industriais no Estado de São Paulo, como: a Leite Vigor, Cooperativa Central, Mococa e Leite União. (CLEMENTE, 2006, p. 26).

cooperativa de produtores, e a produção de leite cresceu de 1,8 milhões de litros em 1939, para mais de 2,7 milhões de litros, em 1949 (MESQUITA, 2002).

Contudo, salienta Clemente (2006, p. 29):

A política de tabelamento estatal para o setor (1945-1991) afugentou investimentos no setor e a atuação dos grandes laticínios, que passaram a valorizar produtos lácteos com valor agregado, como queijos, iogurtes, entre outros, em detrimento do leite fluido, fizeram com que não houvesse relevante incorporação de tecnologia no processo produtivo.

Deste modo, a expansão da pecuária leiteira impulsionada pelo capital industrial não ocorreu via aumento da produtividade, mas, sim, por meio da expansão territorial, ou seja:

expandindo-se sobre novas áreas com simultâneo incremento do rebanho bovino. Dado o acelerado processo de urbanização ocorrido a partir dos anos 1960 no Brasil e o forte aumento da demanda por lácteos, fez com que a expansão territorial da pecuária leiteira se desse de modo bastante acelerado. (MAMIGONIAN e FREITAS *apud* CLEMENTE, 2006, p. 29).

No Centro-Oeste, a pecuária leiteira teve destaque somente a partir de 1990 devido a “questões históricas do desenvolvimento brasileiro, quando se sabe que esta região é a mais recente ‘fronteira agrícola’ do país”, sendo, também, “cenário de um novo padrão de projetos e de pesquisas agrícolas, principalmente no setor de grãos e melhoramento de pastagens e desenvolvimento tecnológico” (BARBOSA, 2008, p. 67).

Contudo, conforme Santos e Silveira (2001) é necessário compreender que a atividade da pecuária no Brasil e no Centro-Oeste apresenta especificidades:

a pecuária não tinha como objetivo primordial a produção de carne e de leite para os mercados consumidores. A condição de reserva de valor e “maquiadora” era o objetivo primordial, ao invés da produção de leite e carne. A existência de mercados intermediários e finais para a negociação de animais de diferentes portes e idades, a não desvalorização do rebanho frente aos processos inflacionários, a multiplicação “natural” dos rebanhos e principalmente o domínio que eles asseguram em vastas áreas de terras (assegurando a manutenção da alta concentração fundiária), fez com que a pecuária bovina apresentasse um desenvolvimento peculiar até os anos 1980. [...] Após os anos 1980, com a mundialização econômica, o espaço agrícola brasileiro passou por uma profunda reorganização. A Região

Centro-Oeste, deixada de lado nos anos 1960 e 1970, passou a produzir nos moldes capitalista a partir da expansão da fronteira agrícola. Nesse período ocorreu o ingresso de um número significativo de firmas globais e o campo passou a ser cada vez mais um espaço em que a busca de eficiência e produtividade é cada vez maior. [...] No Brasil, o meio técnico-científico-informacional, por exemplo, criou as condições para a expansão da produção agrícola, sobretudo a de grãos, cada vez mais para o Centro-Oeste e o Norte do país. Pois as novas tecnologias possibilitam aos produtores estarem conectados em tempo real às bolsas de valores de todo o mundo e aos bancos, mesmo estando distante dos grandes centros. Neste sentido, novos espaços passaram a ser atrativos para a instalação de agroindústrias, ao passo que outros passaram a perder plantas agro-industriais. Criou-se uma produção de alimentos que está localizada a grandes distâncias, geralmente no Centro-Oeste, sob o domínio de grandes empresas globais que estão sediadas no Sul e no Sudeste do país (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

No entanto, Clemente (2006, p. 87) considera que as transformações impostas a atividade leiteira brasileira pelo processo de reestruturação produtiva, enseja peculiaridades e fragilidades visto que a produção de leite sempre esteve assentada na pequena e média propriedade, com baixa utilização de tecnologia, como consequência da descapitalização do produtor, caracterizando sistemas de produção rudimentar que se aproximam do extrativismo, ou “praticada por pecuarista de corte que se dedicam ao leite apenas no período que a carne não apresenta bons preços, sendo, portanto, um sub-produto da pecuária de corte”, dispersa pelo território nacional destacando:

a produção anteriormente estava estruturada de maneira regionalizada organizada sob distintas bacias leiteiras quase que isoladas entre si, a partir dos anos 1990 a produção passou a não conhecer mais limites regionais impostos por questões de conservação ou transporte. A produção de leite realizada em áreas longínquas como no Estado de Goiás, atualmente abastece os mercados nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, fato impensável a algumas décadas atrás. Neste sentido, por conta das inovações que o meio técnico-científico-informacional trouxe na esfera da circulação de mercadorias, o setor lácteo superou a condição de circuito regional de produção e se transformou agora num verdadeiro circuito espacial de produção (CLEMENTE, 2006, p. 87).

Outra peculiaridade foi como a indústria se organizou neste contexto como ressalta Vilela, Bressan e Cunha (1999, p.11- 12) segundo Clemente (2006, p. 30):

[...] se por um lado, a indústria criou condições para a expansão horizontal da pecuária leiteira, por outro, pouco fez pelo aumento de

produtividade naquela atividade. Em vez de forçar a mudança, como ocorreu em tantos outros casos, a indústria de laticínios preferiu adaptar-se às precárias condições da produção leiteira, com seu suprimento instável de matéria-prima de baixa qualidade e alto custo de coleta. É curioso o paralelo entre os problemas da indústria e os da produção de leite. Assim como esta, aquela é extremamente heterogênea. Há um número pequeno de unidades industriais modernas, e um número enorme de pequenas empresas – milhares delas – e de cooperativas, com baixo padrão tecnológico, pouca sofisticação gerencial e produzindo bens de qualidade inferior. Assim como há um mercado informal de leite *in natura*, há uma indústria artesanal, que atende a um público menos sofisticado, em geral de menor poder aquisitivo (VILELA, BRESSAN e CUNHA, 1999 p. 11-12 *apud* CLEMENTE, 2006, p. 87).

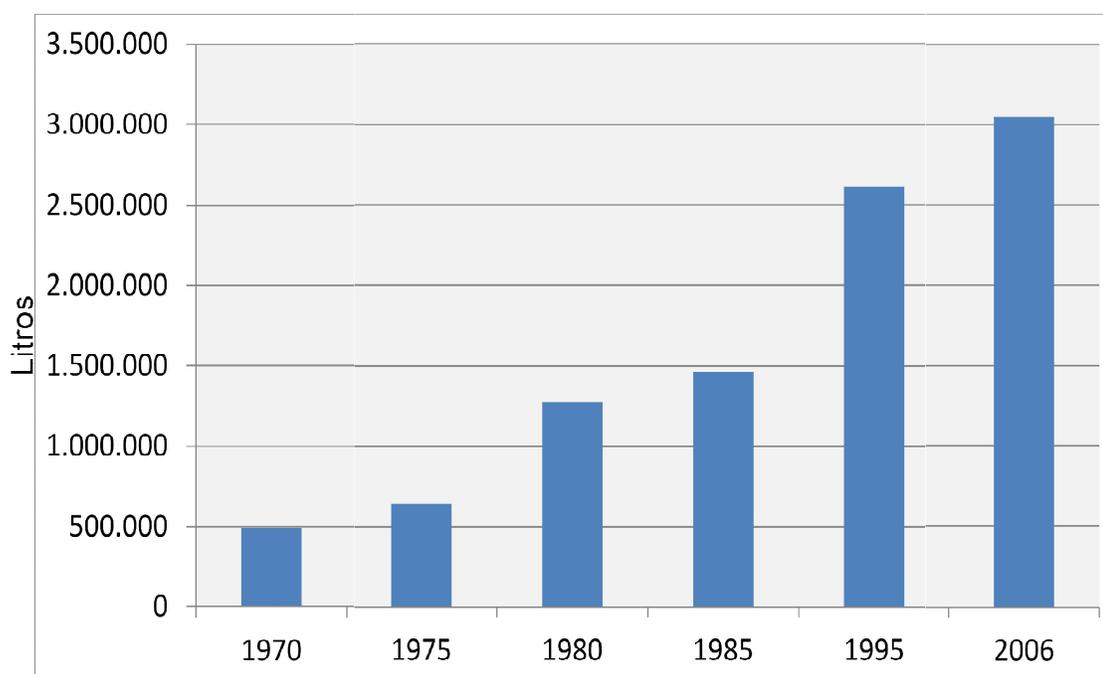
Deste modo, a partir de 1990, o setor lácteo produtivo brasileiro passou por intenso processo de transformações estruturais devido a desregulamentação do mercado, a abertura comercial externa (criação do Mercosul<sup>67</sup>), a estabilização da economia brasileira a partir de 1994, a implementação de normas sanitárias mais rígidas para o setor, resultando em perda de espaço nas áreas tradicionais de produção de leite e avanço da produção em áreas de cerrado no Centro-Oeste, sobretudo para o Estado de Goiás, devido alguns fatores, como:

- o crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis, como o leite longa vida (UHT), que pode ser transportado a partir de regiões mais distantes;
- a estabilização econômica com o Plano Real a partir de 1994 desencadeou uma crise na pecuária de corte praticada com baixos índices de lotação por hectare. Neste sentido, a escala de produção passou a ser primordial, fazendo com que os pecuaristas antes dedicados à pecuária de corte passassem para a produção de leite;
- no cerrado, a proximidade da produção de grãos e de leite também estimulou o crescimento da pecuária leiteira; e,
- os incentivos do poder público através de linhas de financiamento do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com taxas de juros mais baixas e prazos e carências mais altos que os oferecidos no mercado, fizeram com que muitos produtores passassem a se dedicar à produção de leite, motivados também pela crescente demanda do produto a partir do Plano Real. (JANK e GALAN; VILELA, BRESSAN e CUNHA *apud* CLEMENTE, 2006, p. 87-94).

---

<sup>67</sup> O Mercosul foi implantado no ano de 1995 a partir do Tratado de Assunção. O mercado do Cone Sul reúne os seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela (ingresso como membro permanente em 12/08/2012), Paraguai (suspensão em 24/06/2012) e outros países como membros associados: Chile (1996), Bolívia (1997), Peru (2003), Colômbia, Equador (2004), Guiana e Suriname (2013). Disponível em: <[http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid=462&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=462&site=1&channel=secretaria)>. Acesso em: 24 agos. 2013.

Desta maneira, para Clemente (2006, p.88-89), a conjugação destes fatores promoveu o aumento da produção de leite no Brasil, a partir de 1990, ultrapassou os 20 bilhões de litros em 2006 com aumento de 12,4%, em relação ao Censo Agropecuário de 1995-1996. No Centro-Oeste identifica-se também um aumento considerável no volume de leite ordenhado, acima de 1.000.000 de litros, conforme apresenta o dado do Censo Agropecuário de 1995 em comparação aos volumes de leite ordenhado nas décadas anteriores e, especificamente, ao dado do Censo Agropecuário de 1985 (Figura 22), o que deve ser relacionado às mudanças descritas anteriormente, porém associadas a outras mudanças relevantes, que influenciaram diretamente o setor lácteo nacional e os produtores de leite em decorrência do processo de estabilização da economia brasileira a partir do Plano Real.



**Figura 22** – Volume de leite ordenhado na região Centro-Oeste (1970-2006)  
Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Sobre as mudanças ocorridas e seus impactos na economia brasileira, Clemente (2006, p. 88) observa:

A criação do Mercosul e a abertura da economia brasileira a partir dos anos 1990 que estabeleceu tarifa intra-bloco zerada para o leite, fez com que houvesse a importação de lácteos de países como o Uruguai e a Argentina, onde os seus sistemas de produção

encontravam-se mais avançados que no Brasil. Também, no caso das importações de leite em pó da Europa, havia o problema dos subsídios concedidos na origem, o que tornava o produto importado competitivo quando comparado à produção interna. Sob este contexto muitos agentes oportunistas denominados de “sem fábrica”, passaram a se aproveitar das assimetrias e distorções das políticas públicas no mercado de lácteos para obterem lucros a partir de práticas comerciais espúrias. Tais agentes passaram a “jogar” com as taxas de juros diferenciadas internamente e no exterior, para importar leite em pó a baixo custo e comercializá-lo no mercado interno a preços que desestabilizaram todo o setor (CLEMENTE, 2006, p.88).

Outras três mudanças significativas consideradas, foram: a primeira, foi o aumento do consumo das classes de baixo poder aquisitivo, gerando estímulos à produção do leite, porém, este aumento de consumo conjugado com o atraso do setor lácteo, devido aos 45 anos de tabelamento e com a abertura comercial, acabou reduzindo as margens de lucro em razão da queda do preço do leite, resultando em dificuldades para todo o setor, sobretudo os de menor escala de produção.

A segunda mudança, foi a durabilidade do produto proporcionada pelo mercado do leite longa vida (UHT)<sup>68</sup> direcionando aos supermercados a estipulação dos preços finais do leite ao consumidor, assim “os supermercados passaram a ter muita influência no preço do leite em virtude do forte poder de barganha”, que este segmento possui no processo produtivo do leite (CLEMENTE, 2006, p. 89).

A terceira mudança foi a atuação do Estado que, por meio de seu serviço sanitário, incumbiu-se de aprofundar a subordinação da renda da terra pelo capital industrial, como coloca Oliveira (2010, p. 29), impondo, desta maneira, o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A medida visava melhorar as condições sanitárias do setor a partir de mudanças na legislação”, lançando, inicialmente, a Portaria 56, em 1999, e, posteriormente, a Instrução Normativa 51/2002, substituída pela IN 62/2011, com novos prazos de vigência, instituindo regras para a produção,

---

<sup>68</sup> O leite longa vida (UHT – Ultra High Temperature; UAT – Ultra – Alta Temperatura) é um leite homogeneizado submetido a um processo de rápida elevação de temperatura (entre 130° C e 150° C). O tempo aproximado dessa elevação varia de 2 a 4 segundos; um processo térmico de fluxo contínuo imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32° C e embalado em condições assépticas em embalagens estéreis e hermeticamente fechadas (PAULILLO, HERRERA e COSTA, *apud* CLEMENTE, 2006, p. 89).

identidade e qualidade para os diferentes tipos de leite, exigindo a granelização<sup>69</sup> de toda a coleta. Para esta finalidade, o MAPA criou a Rede Brasileira de Laboratórios Centralizados de Qualidade do Leite (RBQL)<sup>70</sup>, para dar suporte às análises de controle de qualidade do leite, no que diz respeito a contagem de células somáticas, bacteriana, detecção de resíduos para o leite cru refrigerado das indústrias que trabalham de acordo com o Sistema de Inspeção Federal (SIF) (CLEMENTE, 2006, p. 90-92).

O Estado tem articulado o meio técnico-científico-informacional por meio de suas instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), adequando o que inicialmente era somente oferta de tecnologias, e passou a focar, além da pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P, D&I), como exemplo o Programa Balde Cheio, desenvolvido pela Embrapa Agropecuária Sudeste, tendo como prioridade a transferência de tecnologias para a capacitação dos técnicos extensionistas e produtores de leite, “bem como para a introdução dos conceitos de produção intensiva desse produto”, com ações efetivas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, entre outros (NOVO e SCHIFFLER, 2006).

Deste modo, convém ressaltar quando a pesquisa é voltada para a unidade básica de produção familiar a tendência é de torná-la uma “empresa familiar”, cujo objetivo é a viabilidade ao mercado em que o papel do Estado, como preconiza a concepção teórica de Abramovay (1994, 1998) e Veiga (1991 e 1994), é de ser um agente “fomentador de uma política produtivista assentada no progresso técnico incentivando a adoção de novas tecnologias e da produtividade em média e larga escala visando facilitar que o agricultor familiar se insira no mercado”, como coloca Abramovay (1994, p. 106) segundo Bem (2007, p. 29):

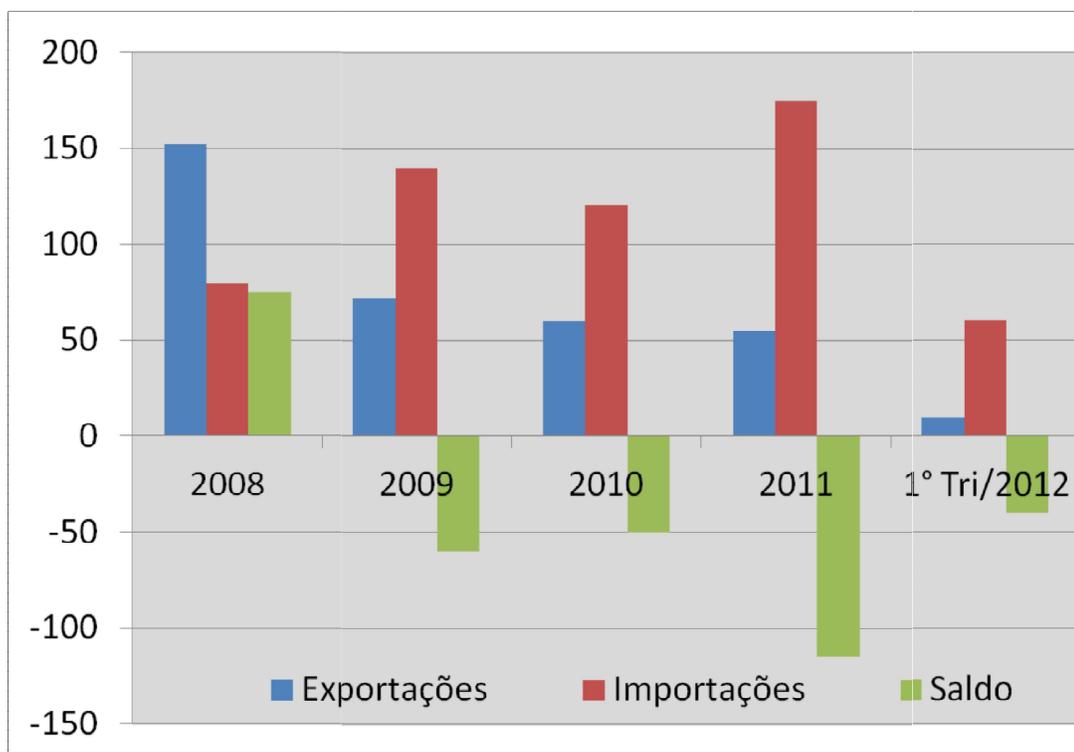
Em vários países europeus, a intervenção da política fundiária é mais profunda que muitos planos de reforma agrária caracterizados como radicais na América Latina. A diferença básica é que o objetivo central das políticas fundiárias na França, por exemplo, nunca foi fundamentalmente distributivista, mas produtivista: tratou de adaptar a estrutura de posse e de uso da terra às exigências do progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 106 *apud* BEM, 2007, p. 29).

---

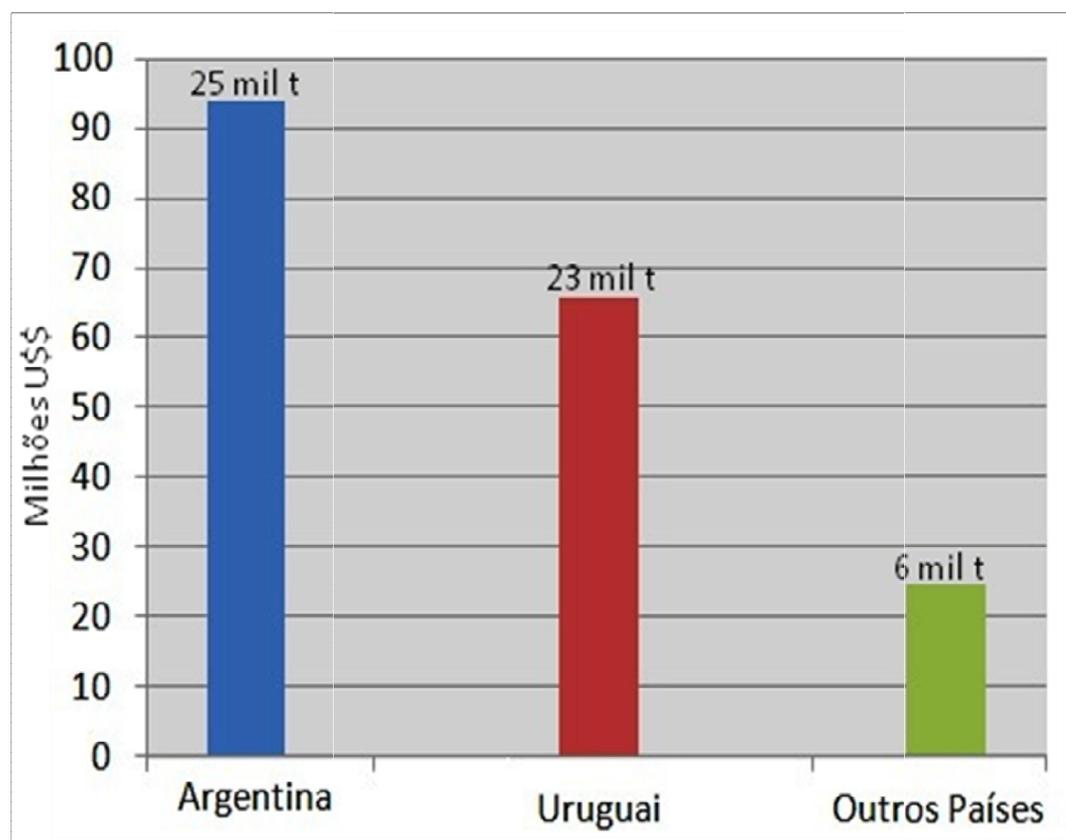
<sup>69</sup> A granelização do leite refere-se à utilização de tanques de resfriamento do produto na propriedade, bem como a utilização de caminhões isotérmicos para transportar a produção da propriedade até o laticínio. (CLEMENTE, 2006, p. 90).

<sup>70</sup> Os laboratórios estão localizados em Passo Fundo (RS), Concórdia (SC), Curitiba (PR), Piracicaba (SP), Juiz de Fora, Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO) e Recife (PE).

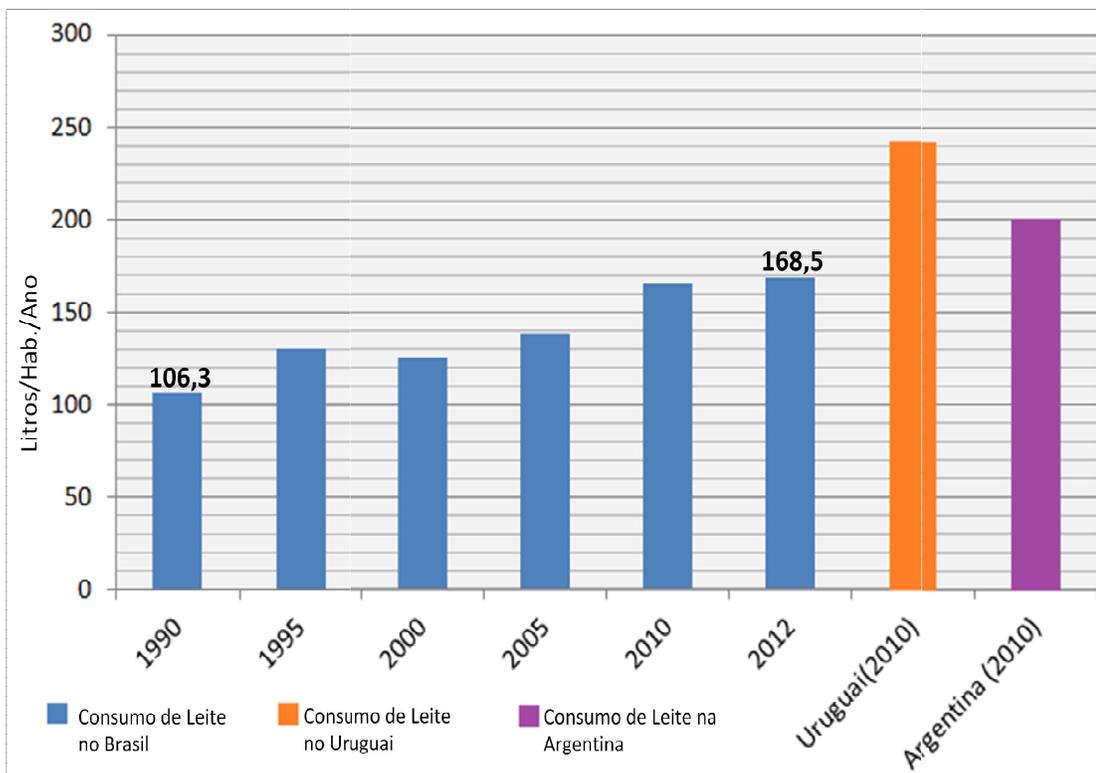
Neste viés, visando o progresso técnico, e partindo do princípio de que a unidade básica de produção familiar tem que se transformar numa unidade de produção moderna, mercantilizada, se desconsidera que é a reprodução camponesa, portanto, o campesinato, enquanto classe social, que produz alimento para a sociedade brasileira e atende a demanda interna do país, o que coloca em risco a soberania alimentar do povo brasileiro com a exportação de leite e seus derivados. Transformar o leite em *commoditie* do circuito produtivo expressa uma vez mais a contradição do modo de produção capitalista, pois o povo brasileiro ainda carece de acesso a este alimento devido a baixa renda do trabalhador brasileiro e, em contrapartida, os produtores de leite, principalmente os camponeses com pouca tecnificação, são explorados via apropriação da renda da terra pelas empresas do setor lácteo. Os índices da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) atestam que o consumo interno deste produto gira em torno de 167 l/ano/hab., abaixo do índice da Argentina (200 l/ano/hab.) e do Uruguai (242 l/ano/hab.), países exportadores de leite para o Brasil, cujo objetivo tem sido, segundo Clemente (2006, p. 92), “uma estratégia adotada pelas multinacionais que atuam no setor com a permissividade do governo brasileiro com a intenção de forçar os preços pagos ao produtor para baixo, a partir da concorrência com o produto importado” (figuras 23 e 24), interferindo no consumo que se apresenta abaixo do índice recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a saber: criança abaixo de 09 anos – 500 ml/dia/hab.; criança de 09 a 12 anos – 750 ml/dia; adolescentes 01 l/dia; adultos – 500 ml/dia (ver figura 25 consumo litro/hab./ano do Brasil em comparação com Uruguai e Argentina). Tal situação, contribui para aumentar a exclusão no país que, segundo IBGE (2012), conta com 16,2 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza sem acesso a serviços básicos, como água potável, energia elétrica e leite, um alimento básico para a saúde humana. Portanto, há o enfraquecimento da luta pela democratização da terra, via a Reforma Agrária, permitindo a manutenção da aliança terra-capital, amparada pelo poder público, com políticas agrárias que visam beneficiar o agronegócio e o abastecimento da indústria com produto de melhor qualidade, devido ao uso da tecnologia mais avançada, aprofundando a subordinação da renda da terra camponesa (ALMEIDA, 2011, p. 109).



**Figura 23** – Saldo da balança comercial nas exportações/importações de lácteos.  
 Fonte: SENAR/ Paraná/ Sistema FAEP/Sindicato Rural.



**Figura 24** - Importações brasileiras de lácteos – Janeiro/2011 a Março/2012  
 Fonte: SENAR/ Paraná/ Sistema FAEP/ Sindicato Rural



**Figura 25** – Consumo anual de leite no Brasil por habitantes.

Fonte: SENAR/ Paraná/ Sistema FAEP/ Sindicato Rural

Contudo, cabe enfatizar que, como todo processo “modernizador”, a reestruturação produtiva da atividade leiteira tende a impor a especialização e o aumento da produtividade dos produtores, mantidos no processo, não é homogênea e tem gerado, também, contraditoriamente, grande número de produtores no mercado informal, como alternativa de permanecerem produzindo nas brechas deste processo, como destaca Clemente (2006, p. 92):

No cenário nacional, quanto na Região de Jales, mesmo antes do desencadeamento deste processo de reestruturação do setor, o mercado informal de leite já existia. Os produtores de leite recorrem a esta estratégia de modo a auferir uma melhor remuneração pelo seu produto, já que o preço pago pelos consumidores nas cidades é maior que o preço pago pelos laticínios. Os produtores também produzem queijos artesanalmente e vendem diretamente ao consumidor, como meio de agregar valor ao leite e obter melhor remuneração. Com a reestruturação, muitos produtores têm se refugiado neste mercado, de modo a continuar produzindo leite (CLEMENTE, 2006, p. 92).

### 3.3 A expansão da pecuária leiteira em território sul-mato-grossense

No território sul-mato-grossense a pecuária leiteira está relacionada à expansão da pecuária bovina no processo de ocupação do Estado do Mato Grosso do Sul (antigo Sul de Mato Grosso) pelo não índio, sendo atividade bastante presente em todo seu território. Porém, a pecuária destacou-se, como atividade principal, no centro-oeste, oeste e sudoeste do Estado, caracterizando a atividade predominante do latifundiário, nas grandes extensões de terras, principalmente, nas áreas de campos, conforme destaca Fabrini (2008, p. 65):

A povoação e ocupação do território sul-mato-grossense tiveram início na segunda metade do século XIX com a expansão das fazendas de gado. O melhoramento do rebanho do Estado com a criação de outras raças de puro sangue e a abertura de “estradas boiadeiras” que permitiram a penetração no “sertão” de Mato Grosso estimulou o desenvolvimento econômico da região. Com o melhoramento do rebanho, foi possível seu aproveitamento por frigoríficos de São Paulo, já que, antes, o rebanho sul-mato-grossense, de inferior qualidade, somente seria viável economicamente se aproveitado em saladeiros e charqueadas. A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil contribuiu para consolidar a “vocalização” pecuária de Mato Grosso do Sul, principalmente nas áreas próximas aos trilhos da ferrovia. A ferrovia também provocou mudanças nos preços da terra; as cidades por onde passavam os trilhos ganharam novo impulso, como foi o caso de Campo Grande, Miranda e Aquidauana (FABRINI, 2008, p. 65).

O espaço meridional sul-mato-grossense foi ocupado a partir de duas frentes colonizadoras, uma, mais antiga, por imigrantes sulistas que buscavam nos campos próximos a Serra de Amambaí a prática da pecuária e atividade extrativa da erva-mate (Cia Mate Laranjeira) e outra, mais recente, no reverso da “cuesta” da Serra de Amambaí, próximo aos limites estaduais de São Paulo e Paraná, em áreas onde predominavam as florestas. As grandes extensões de terras (latifúndios) eram apropriadas (títulos provisórios concedidos pelo Estado) por militares, funcionários públicos, comerciantes, empresas madeireiras e, também, por fazendeiros pecuaristas com a finalidade da especulação imobiliária pela valorização das terras (FABRINI, 2008, p. 65-68).

Quando à “colonização dirigida” do governo de Getúlio Vargas, após 1930, iniciou-se a nova fase nas relações sociais deste território com mudanças na divisão territorial do trabalho devido à necessidade de incorporação de novas áreas ao

processo produtivo, visando dar sustentação ao desenvolvimento urbano-industrial do Brasil. As políticas colonizadoras foram usadas como medida de garantia de ocupação e de inserção produtiva de camponeses nas áreas de mata, com cultivos de arroz, feijão, algodão, amendoim, milho, café e mandioca. Para tanto, muitos fazendeiros, pecuaristas, subordinavam o trabalho da reprodução camponesa por meio da parceria, do arrendamento, da peonagem na derrubada da floresta antes da formação das pastagens, como coloca Fabrini (2008, p. 68):

Houve importante participação de famílias de arrendatários na derrubada das florestas. [...] um arrendatário de maiores posses tomava em seu nome uma área maior e redistribuía lotes a vários outros arrendatários familiares, variando entre 05 e 20 ha. Nas regiões de predomínio de grande propriedade destinada à pecuária de corte, como o sul de Mato Grosso do Sul, uma característica que surge na formação das pastagens é o fato da maioria dos trabalhadores ficar sujeita ao “sistema de barracão”. Nesse sistema, o fazendeiro revende produtos (gêneros de primeira necessidade) aos trabalhadores em estabelecimentos localizados no interior da fazenda a preços muito acima daqueles praticados nas cidades. Essa era uma forma de manter sob seu domínio e garantir a reprodução do trabalho dos arrendatários e peões. [...] Os trabalhadores não proprietários da terra, após a derrubada das matas e formação das pastagens, foram sendo expulsos da terra com o escasseamento das florestas. De modo geral, no sul de Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra que se organizaram nos movimentos sociais, não são pequenos proprietários expropriados, mas trabalhadores rurais que nunca possuíram terra (FABRINI, 2008, p. 68).

A partir do final de 1960, implantou-se no Estado o processo de desenvolvimento do capital no campo sob o domínio do capital industrial e financeiro, via expansão do processo de “modernização conservadora”, relacionado aos interesses agroexportadores com as políticas do Estado Desenvolvimentista. Portanto, redefinindo este espaço na divisão territorial do trabalho para atender à demanda internacional da produção capitalista de carne bovina e da expansão da agricultura capitalista do mercado internacional de grãos (soja, trigo, milho), impondo, deste modo, mudanças significativas nas relações de produção e de trabalho na cidade e no campo, expropriando da terra arrendatários e parceiros e aprofundando a subordinação de muitos trabalhadores do campo, principalmente os pequenos proprietários na área da CAND (SILVA, 1992, p. 126).

Segundo Mizusaki (2009, p. 58), este processo inaugurou nova fase no campo sul-mato-grossense:

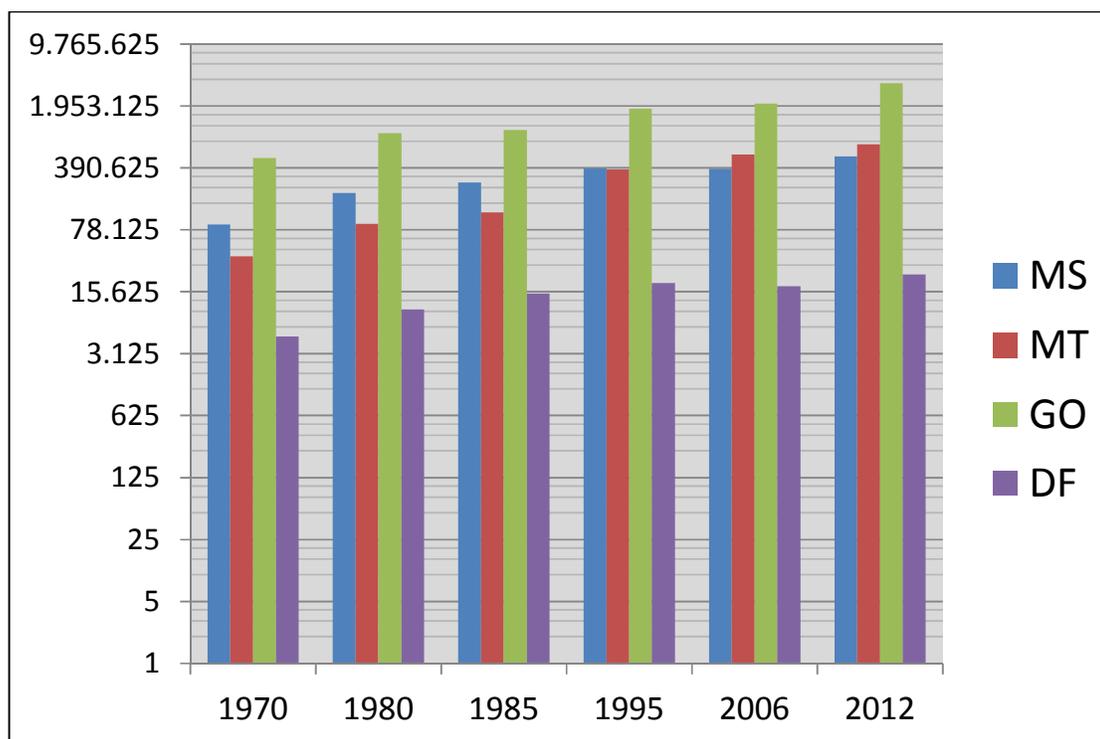
De uma forma geral, os preços deixam de ser ditados pelas casas comerciais, para dependerem, agora, no caso das *commodities*, de cotação na bolsa de mercados futuros onde é comercializada: Bolsa de Chicago. O preço acaba sendo imposto pelo capital monopolista, que domina o setor. Os grãos passam a ter o preço, conforme seu custo de produção em nível mundial, as adversidades climáticas, as especulações, a intervenção pública (por meios de subsídios), que podem interferir significativamente na formação do preço. Além do que os produtos agrícolas, de um modo geral, podem ser considerados inelásticos, ou seja, sua produção não pode aumentar ou reduzir rapidamente de acordo com a demanda, como os produtos industriais e de serviços (MIZUSAKI, 2009, p. 58) (grifo da autora).

A pecuária, também, passou por transformações, especialmente pela reestruturação na cadeia produtiva em virtude das liberalizações do mercado, resultando do novo contexto da divisão territorial do trabalho. O Estado de Mato Grosso do Sul tem área total de terras de 30.942.772 hectares, apresentando 21.810.707 hectares de pastagens nativas e cultivadas, predominantemente ocupadas pela pecuária extensiva de corte. Esta atividade conta com efetivo de bovinos de corte de 23.726.290 milhões de cabeça, com densidade em torno de 1,08 cabeças por hectare (IBGE, 2006), também, a partir de 1990, reestruturou-se, no bojo do processo de liberalização e desregulamentação econômica, com incentivo à exportação de matérias-primas, por meio de incentivos como da Lei Kandir, citada anteriormente, que interfere diretamente na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) pela isenção na comercialização de produtos primários e industrializados semi-elaborados para a exportação. Além disso,

No caso da pecuária, temos as exigências sanitárias nacionais/internacionais que, cada vez mais, vêm pressionando/influenciando o surgimento de novas formas de criação/produção mundiais. No Mato Grosso do Sul, o lançamento do Projeto Vitelo do Pantanal em 2001 [...] tem como objetivo a adequação aos novos padrões internacionais de concorrência da carne bovina (MIZUSAKI, 2009, p. 59).

Em relação à presença da atividade leiteira no campo brasileiro, segundo o Censo Agropecuário de 2006, em 25% das unidades básicas de produção, correspondendo a, aproximadamente, 1,3 milhões de estabelecimentos, movimentando anualmente cerca de R\$34,3 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB) da pecuária nacional, empregando em torno de 3 milhões de pessoas e produzindo, aproximadamente, 32 bilhões de litros de leite por ano. Deste total, 931.215

estabelecimentos, 69%, segundo Zoccal, Alves e Gasques (2011 s/p.), venderam ou beneficiaram o leite e 419.594 estabelecimentos, 31%, declararam produzir leite, mas não venderam e não o beneficiaram. No Estado do Mato Grosso do Sul, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 a produção de leite está presente em 23.970 estabelecimentos (2% do total nacional), com produtividade de 968 l/ano e ocupa o 12º na produção nacional, com 517 milhões de litros/ano e o 3º lugar no Centro-Oeste, em 2006. O Estado de Goiás destaca-se no Centro-Oeste (figura 26), ocupando o 4º lugar na produção nacional, com 3,5 bilhões/ano. Os maiores produtores se localizam no Sudeste e Sul, respectivamente, Minas Gerais (1º), com 8,7 bilhões/ano; Rio Grande do Sul (2º), com 3,6 bilhões/ano; e Paraná (3º) com 3,6 bilhões com produtividade inferior ao Rio Grande do Sul (IBGE, 2012)<sup>71</sup>.



**Figura 26** – Produção de leite (em Litros) ordenado do rebanho dos respectivos estados do Centro-Oeste.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1970- 2006) e pesquisa estadual.

<sup>71</sup>Dados disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=3&z=t&o=24&u1=38&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u3=38>>. Acesso em: 22 agos. 2013.

A pecuária leiteira é praticada em quase todos os estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul, associada à tradição da pecuária de corte (cria, recria e engorda). Nos grandes estabelecimentos, o leite é atividade acessória para pagamento das despesas mais rotineiras, como os salários dos funcionários, energia elétrica. Em outros, o leite é usado para complementar o salário dos vaqueiros, por exemplo. Porém, pode-se afirmar, analisando a tabela 13 que a atividade leiteira é expressiva, em termos de volume e importância na reprodução social, nas unidades camponesas de produção, conforme demonstra os dados do Censo Agropecuário de 2006. Pelos dados, o volume de leite produzido, na condição de produtor como proprietário e assentado, que detém rebanho de 01 a 99 cabeças de bovinos, é expressiva em relação ao grande estabelecimento que detém mais de 500 cabeças de bovinos. Os números demonstram, como afirmado anteriormente, que na grande propriedade a atividade leiteira é, geralmente, atividade acessória da pecuária de corte ou da produção de grãos. Por outro lado, entre os camponeses tradicionais e os camponeses assentados, a produção de leite tem importância na reprodução social e como mecanismo de resistência na terra.

Cabe enfatizar que a atividade leiteira está relacionada, na reprodução camponesa, a um conjunto de fatores. Porém, a principal razão da adoção desta atividade é a necessidade, por parte do camponês, de gerar renda para a satisfação de suas necessidades, ou seja, representa a estratégia de garantia de entrada monetária mínima a cada mês, de modo que possa garantir o compromisso da despesa mensal, como supermercado, com certa segurança. De forma complementar, igualmente importante, é a possibilidade de vender os bezerros como reserva a cada ciclo produtivo, garantindo, deste modo, certa autonomia.

**Tabela 13 – Mato Grosso do Sul: Produção de leite (Mil Litros) - 2006**

<b>Produção de leite (Mil litros) Mato Grosso do Sul – 2006</b>						
<b>Cabeças de bovinos</b>	<b>Condição do Produtor</b>					
	<b>Proprietário</b>	<b>Assentado sem titulação definitiva</b>	<b>Arrendatário</b>	<b>Parceiro</b>	<b>Ocupante</b>	<b>Produtor sem área</b>
1 a 2	259	401	8	-	10	-
3 a 4	929	476	65	1	61	14
5 a 9	4.087	2.324	149	39	166	31
10 a 19	15.094	9.089	464	58	479	47
20 a 49	61.411	30.041	2.080	149	1.247	91
50 a 99	56.297	8.822	2.281	169	338	40
100 a 199	52.482	2.101	2.316	75	385	-
200 a 499	59.947	239	1.559	63	534	-
+ 500	63.629	17	1.564	69	285	-
Sem bovinos	876	186	48	-	-	287

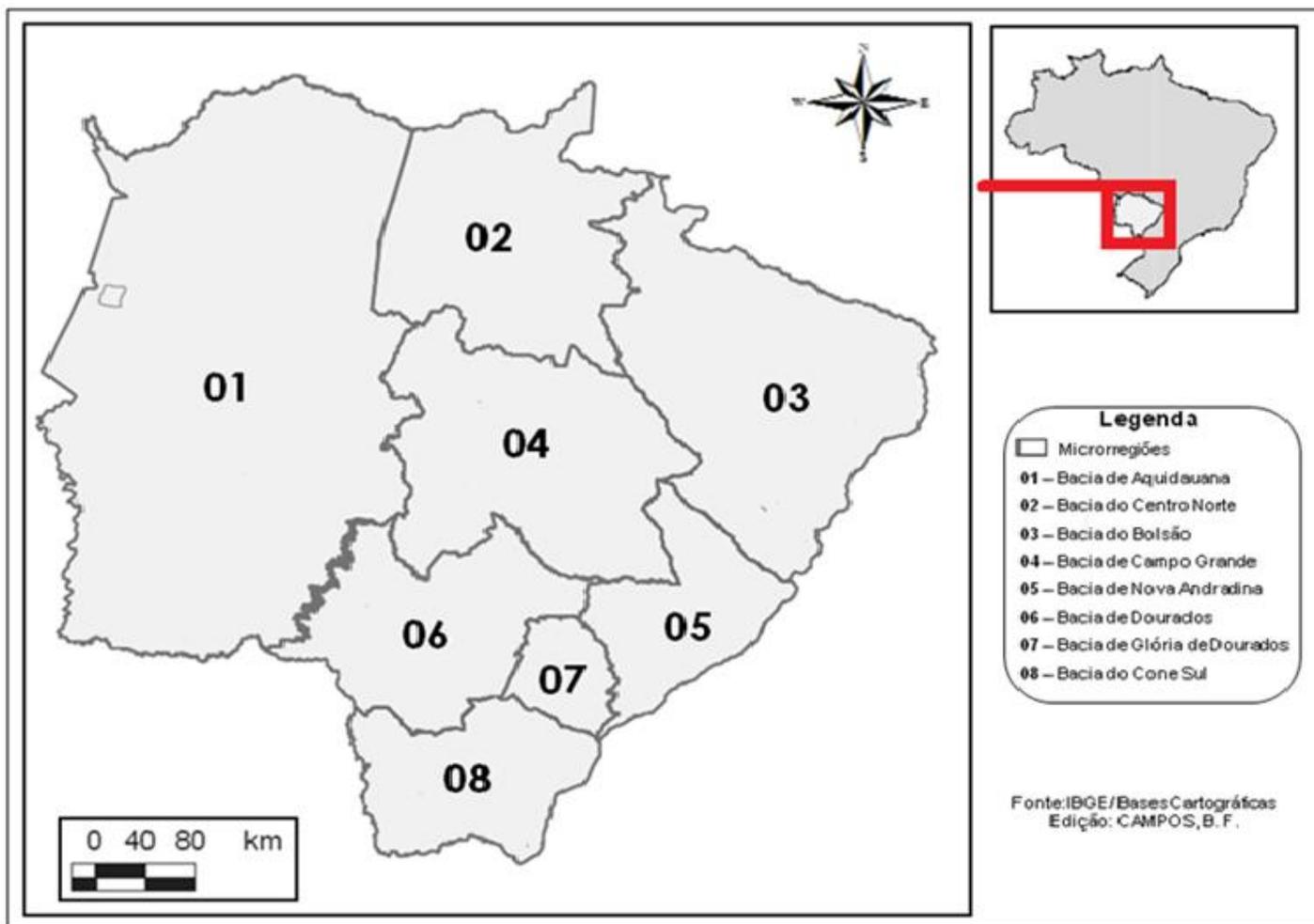
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

### **3.4 O processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira estadual.**

O processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira, devido a desregulamentação do mercado e a abertura comercial externa (Clemente, 2006), em Mato Grosso do Sul tem como referência, segundo Dahmer (2006, p. 42), a Lei Federal nº 7899/89, que descentralizou o sistema de fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal, passando para os municípios e estados parte da responsabilidade de fiscalização, centrada anteriormente em nível federal. Deste modo, foi criado, em Mato Grosso do Sul, o Serviço de Inspeção Estadual (SIE), pela Lei Estadual nº 1232/91, regulamentado pelo Decreto nº 6450/92, com responsabilidade de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal, produzidos e destinados ao comércio no Estado. A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) ficou com as seguintes atribuições:

- Coordenação, orientação e promoção das instalações de indústrias juridicamente estabelecidas;
- Fiscalização das indústrias do seu âmbito de atuação quanto aspectos higiênico-sanitários e ambientais;
- Estabelecimento de um controle de qualidade através de análises laboratoriais;
- Promoção da educação sanitária através da conscientização da população;
- Combate ao comércio clandestino de produtos de origem animal (DAHMER, 2006, p. 42).

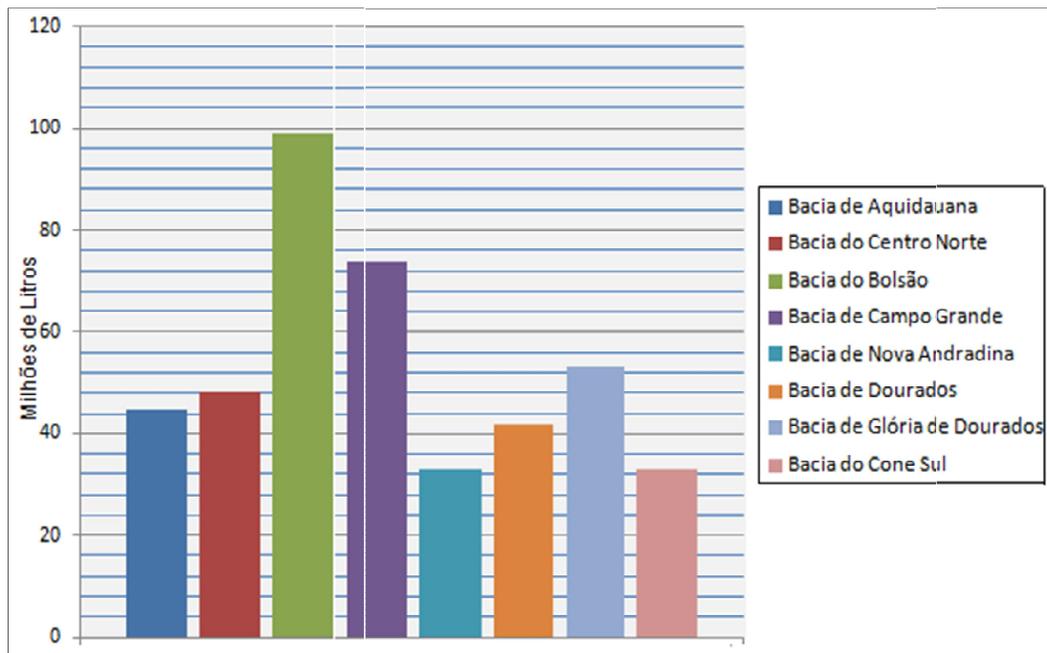
Anteriormente, no Estado de Mato Grosso do Sul, já existia o Serviço de Inspeção Federal (SIF), cuja legislação é de 1952 (permitia o comércio interestadual e internacional), porém limitado por falta de renovação de funcionários, na última década. Deste modo, no caso da pecuária leiteira, o Estado, por meio da EMPAER (atual AGRAER), organizou a cadeia em oito bacias leiteiras (figura 27) adotando dois critérios principais: o primeiro, considerou a característica dos produtores no uso de tecnologia e o segundo, considerou o destino que era dado ao leite, se a comercialização era local ou com outros estados (MICHELS, 2003).



**Figura 27** – Bacias Leiteiras do Mato Grosso do Sul.

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR/MS.

De acordo com Weiverberg e Sonaglio (2009, p. 03), a Bacia do Bolsão abrange dez municípios<sup>72</sup> e, conforme dados do IAGRO, o maior número de propriedades (1.902), apresentando assim o maior volume de leite produzido no Estado devido ao uso de tecnologia, a organização dos camponeses em cooperativas e a atuação de diversas indústrias, conforme pode ser identificada na figura 28 e tabela 14. A Bacia de Glória de Dourados abrange oito municípios, sendo seis municípios remanescentes da CAND<sup>73</sup>, sendo a menor bacia em extensão, contudo apresenta a terceira posição em volume de leite produzido, o que pode ser analisado como consequência do processo de reestruturação produtiva implantado na região, na organização dos camponeses em associação (APROLEITE), cooperativa (COPALEITE) e na atuação de algumas indústrias.



**Figura 28** - Produção das bacias leiteiras sul-mato-grossenses (2012).

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR/MS.

No Estado de Mato Grosso do Sul, desde o início da década de 1990, houve a busca/imposição de qualidade relacionada ao critério higiênico-sanitário, requerendo a especialização do produtor. De toda forma, a

<sup>72</sup>Bacia do Bolsão: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Paranaíba, Selviria e Três Lagoas. (WEIVERBERG e SONAGLIO, 2009, p. 03)

<sup>73</sup>Bacia de Glória de Dourados: Angélica, Deodápolis, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema, Jateí, Novo Horizonte do Sul e Vicentina ( WEIVERBERG e SONAGLIO, 2009, p. 03).

especialização tornou-se exigência pela Portaria 56 de 1999, pois os técnicos do governo e representantes de diversos setores ligados à cadeia do leite, elaboraram o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), resultando na publicação da Portaria 56, estabelecendo novos regulamentos técnicos para a produção, identificação e qualidade dos leites tipos A, B, C, cru refrigerado, pasteurizado, além de regulamentar a coleta de leite cru refrigerado e o seu transporte a granel até as indústrias (MAPA, 2008).

Este processo, imposto ao produtor à especialização, beneficiou, prioritariamente, os setores industriais, como as indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos e pressionou os camponeses à integração às indústrias de laticínios. Sobre o assunto, destaca Paulino (2003, p. 203):

O Estado ao legislar nesses termos não apenas se desobriga de interferir nos problemas que a própria regulamentação criou, mas também beneficia diretamente as indústrias, as grandes interessadas na Portaria, pois terão ao seu dispor matéria prima com qualidade monitorada, com o intocável direito de arbítrio sobre os preços aos produtores (PAULINO, 2003, p. 203).

No Estado de Mato Grosso do Sul, conforme indica a tabela 14 as indústrias, beneficiadas por este processo e detentoras do registro do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o Serviço de Inspeção Federal (SIF), encontram-se estrategicamente localizadas, visando maior rapidez na captação do leite.

**Tabela 14 – Bacias leiteiras e distribuição de laticínios (2012).**

Bacias	SIE	Nº Ind	SIF	Nº Ind	SIE+SIF	Nº Ind
Aquidauana	2.817.967	5	-	0	2.817.967	5
Campo Grande	7.748.979	6	30.649.015	4	38.817.994	10
Dourados	2.505.692	4	14.224.503	1	16.733.195	5
Glória de Dourados	12.008.360	2	16.054.758	3	28.063.118	5
Nova Andradina	4.035.077	5	27.706.444	5	31.741.521	10
Bolsão	1.981.970	5	45.567.834	11	47.549.804	16
Centro Norte	10.390.080	6	11.786.870	1	22.176.950	7
Cone Sul	1.941.595	5	17.887.731	3	19.829.326	8
<b>Total</b>	<b>43.432.720</b>	<b>38</b>	<b>163.877.155</b>	<b>28</b>	<b>207.309.875</b>	<b>66</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR/MS.

A partir das mudanças citadas anteriormente, foram criadas as condições técnicas cujo resultado foi a intensificação da formalidade produtiva que, conseqüentemente, alterou as relações de produção na atividade leiteira, anteriormente pautada por relações informais possibilitando a entrada de novos

personagens como representantes do capital industrial, técnicos, veterinários, gerentes de banco, intermediários, entre outros.

### **3.5 O Projeto de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite no contexto do processo de reestruturação produtiva das atividades agrárias em Glória de Dourados.**

Nos primeiros anos da colonização na 2ª Zona da CAND, e especificamente, em Glória de Dourados, as lavouras (algodão, milho, amendoim, etc) predominaram, mas, nas décadas seguintes, apresentaram reduções da área plantada resultantes do processo de “modernização conservadora”. Além disso, também, contribuíram, para tanto, a suscetibilidade ambiental do solo<sup>74</sup>, em decorrência, inicialmente, da “falta de planejamento na disposição, no formato dos lotes e nas estradas vicinais do projeto da colonização da CAND”<sup>75</sup> e das graves alterações em decorrência da derrubada da mata, pelo uso intensivo do solo na lavoura e pela ausência de práticas de conservação. Estes fatores conjugados contribuíram para a expansão das pastagens artificiais, como capim colômbio (*Panicum maximum*) e braquiárias (*Brizantha e Decumbens*), e para a expansão da pecuária extensiva, em substituição à lavoura, constituindo atualmente mais de 60% de toda área do município (Lima, 2006, p. 159). Assim, nas áreas de pastagens, houve a ampliação da atividade leiteira como alternativa de renda do campesinato, neste território, a partir de meados da década de 1970.

A respeito da expansão da pastagem artificial na área da CAND, Lima (2006, p. 107) escreve:

---

<sup>74</sup> Lima (2006, p. 143) esclarece que a constituição do solo de Glória de Dourados, Deodápolis e Fátima do Sul tem sua origem na transição da litologia de basalto da Formação Serra Geral para o arenito da Formação Caiuá o que resulta em solos constituídos em uma pequena parte por Latossolo Vermelho distroférrico (LVdf) e, em sua maior parte, por Latossolo Vermelho distrófico (LVd) e Argissolo Vermelho (PV), sendo que os dois últimos solos citados, devido a uso inadequado, tornam-se áreas críticas a processos erosivos com a manifestação em erosão laminar, em sulcos, ravinas e voçorocas (LIMA, 2006, p. 143).

<sup>75</sup> Lima (2006, p. 143) ressalta que no mapa da CAND pode-se observar que todas as estradas, assim como as divisas dos lotes, foram feitas em linha reta. Não houve, na época, nenhuma preocupação com os desníveis do terreno ou a posição dos canais fluviais; em nenhum ponto houve a construção de terraço em curva de nível ou desvio de curso de alguma estrada vicinal para se prevenir o processo de erosão (LIMA, 2006, p.143)

Ao se levar em conta que foi a partir de 1970 que se deu, na região meridional do Mato Grosso do Sul, a introdução da lavoura mecanizada, principalmente da soja, fica mais evidente ainda a dimensão do aumento das áreas de pastagens artificiais. O que ocorreu foi a entrada da soja nas áreas de solos de basalto, enquanto nos solos de arenito estava se dando uma substituição das lavouras, principalmente da policultura pelo capim colômbio. Na área da CAND, esse processo é facilmente percebido. Enquanto, em algumas colônias, as grandes propriedades foram, desde o início, formadas com pastagem, na área da CAND a pastagem só apresentou avanço significativo a partir do declínio da lavoura. Em 1960, a área coberta por pastagem plantada abrangia uma extensão de 119.913 hectares; em 1970, essa área já estava ampliada para 1.083.150. No ano de 1980, passou a ocupar 2.847.259, chegando a atingir, em 1985, um total de 3.299.891 hectares (LIMA, 2006, p. 108).

Deste modo, a atividade leiteira no município de Glória de Dourados, até 1993, era uma atividade de autoconsumo e de excedentes, com o predomínio do sistema de produção tradicional, utilizando-se o gado comum<sup>76</sup>, com média de 2,5 l/dia por vaca, ordenha manual, transporte por tambores sem resfriamento, comercialização da produção nos laticínios regionais ou a comercialização direta do leite e derivados, como o queijo artesanal.

De acordo com Vasconcelos (2004, p. 32), com a entrada do leite longa vida (UHT), houve avanço das grandes indústrias a mercados não explorados o que demandou exigência de sanidade do rebanho, o método de coleta e o transporte especializado, possibilitando distâncias mais longas da produção até as indústrias de beneficiamento.

O argumento para a reestruturação produtiva no município de Glória de Dourados, foi relatado por Vasconcelos:

Antes de 1992 eu tinha vínculo de extensionista e já conhecia a realidade da pecuária leiteira, que era a principal atividade de subsistência do produtor rural do município. Porém, era de baixa produtividade, pois as vacas eram, em sua maioria, o que comumente se denomina de gado comum ou “pé duro” com uma média em torno de 2,5 l/dia por vaca. Também, no início de 1990, com a popularidade do UHT (leite longa vida), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) começou a exigir adequações para a produção do leite, principalmente, do leite tipo C, como o resfriamento até as 10

---

<sup>76</sup> A denominação de gado comum é dada pelos próprios camponeses, referindo-se aquele que não tem raça apurada ou definida, resultante de misturas de outras raças. As informações foram obtidas em trabalhos de campo realizados no decorrer da elaboração da dissertação.

horas do dia de sua retirada (Entrevista realizada em 20/09/2011)

Deste modo segundo Vasconcelos (2004, p. 19), a partir da implantação do Projeto de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite em 1996, a “atividade leiteira foi implementada tecnologicamente com melhoramento genético pela importação de animais raça holandês da Argentina e do Uruguai” (figura 29), melhoria no manejo e sanidade do rebanho, adequação das propriedades nos aspectos inerentes à alimentação, com uso de silagem de napier e milho (figura 30) e adaptações nas instalações (figura 31), visando gerar maior grau de profissionalização na produção de leite e, conseqüentemente, aumento de produção.

A reestruturação produtiva, implementada pelo Projeto, criou liames de dependência e do aprofundamento da sujeição da renda da terra da unidade produtiva campesina ao capital industrial de insumos (rações, ordenhadeira mecânica, tanque de resfriamento, medicamentos, entre outros) e financeiro (empréstimo para a aquisição dos animais da raça holandês, equipamentos, entre outros).



**Figura 29** – Visita de camponeses e técnicos ao Uruguai para compra de animais da raça holandesa – 1996.

Fonte: Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER.



**Figura 30** - Glória de Dourados - plantio de milho para silagem com apoio de técnicos, máquinas e implementos da Prefeitura Municipal – 1999.

Fonte: Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER



**Figura 31** – Adaptação das instalações utilizadas no ordenamento do rebanho.

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 20/10/2011

A partir da aquisição do rebanho holandês, o Estado atuou, também, como agente mediador do processo de espraiamento do capital industrial monopolista, seja no estímulo a instalação de plantas industriais ou receptoras de leite ou diante da necessidade da aquisição, por parte dos produtores de leite, de equipamentos, como ordenhadeiras, resfriadores, rações, medicamentos, entre outros, via incentivos creditícios. Oliveira (2010, p. 32) assevera:

No setor de produtos de ordenhadeiras mecânicas as multinacionais são soberanas o que também ocorre com a produção de resfriadores de leite, também, praticamente monopolizada pela Alfa-Laval (OLIVEIRA, 2010, p. 32).

A respeito das mudanças tecnológicas contidas no Projeto e as transformações das relações de trabalho, inerentes a este processo, é relevante o relato de um ex-representante comercial da empresa sueca DeLaval<sup>77</sup>:

Cheguei na região da Grande Dourados no ano de 1996, transferido pela empresa DeLaval – para atuar no Estado de Mato Grosso do Sul, na venda, montagem e assistência técnica em equipamentos para extração, resfriamento de leite e indústria de laticínios, para atender a demanda de produtos para a pecuária leiteira em expansão no Estado, principalmente na região de Glória de Dourados e municípios circunvizinhos que estavam em ascensão devido a aquisição de animais da raça holandesa importados dos países: Argentina e Uruguai. Bom, a expectativa de crescimento da produção de leite obteve êxito, mas já no início do Programa foi detectado por mim alguns erros. Primeiro: o produtor rural foi convidado a participar do Programa sem conhecimento da necessidade que o manejo destes animais necessitariam; Segundo: os produtores adquiriram animais sem a infraestrutura necessária para acomodação e alimentação destes animais, tais como: pastagens adequadas, suplementação alimentar (silagens e fenos); [...] Outro: O investimento necessário para melhoria das construções e compra de equipamentos para ordenha e produção de silagens não era contemplado pelo financiamento inicial do programa, por isso, o produtor teve que buscar junto às entidades financeiras, novos financiamentos ou até mesmo às empresas fornecedoras destes produtos. Foi necessário

---

<sup>77</sup> A empresa De-Laval é do mesmo grupo sueco Alfa-Laval que, segundo Oliveira (2010, p. 33) *apud* Fredericq (1980, p. 28-29), faz parte do conglomerado sueco da qual depende a VOLVO, a ERICSSON, etc., instalada no país desde o início da década de 1960, domina 80% do mercado de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores de leite (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

construir salas de ordenha, comprar equipamentos de ordenha mecânica. No caso da ordenhadeira, as empresas fornecedoras buscaram junto aos bancos, alternativas de financiamentos mais acessíveis e que pudesse ser liquidados com a moeda que o produtor tinha naquele momento, que era o leite. Ou seja, financiava o equipamento e o valor era convertido em litros de leite e a parcela a ser paga mensalmente era em litros de leite, preço pago no dia do vencimento. (Entrevista realizada em 12/10/2012).

Esta situação confirma a referência de Luxemburgo (1984, p. 23-24), pois o capital, em sua constante busca de acumulação e reprodução, ao adentrar o campo, recria relações não capitalistas, promovendo a expansão do sistema a partir de atividades que não lhe são características, na medida em que se apropria das condições deste mecanismo. Assim, pelo uso da terra no sistema produtivo, para a utilização da força de trabalho, para garantir a mais-valia, busca a ampliação de seu modelo de sistema de produção. Portanto, os camponeses foram submergidos na lógica da reprodução do capital, via apropriação da renda da terra, na produção de leite e na aquisição de equipamentos e insumos.

Na produção capitalista no valor do produto (leite), os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes deste valor; a natureza (vaca) em relação a necessidade de subsistência do homem, apenas cria valor de uso, o leite não detém valor, é a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-lo que cria valores, como afirma Marx (1984, p.365):

o verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é o valor individual e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção. [...] Com a simples adição de certa quantidade de trabalho acrescenta-lhe novo valor, e com a qualidade do trabalho adicionado preservam-se no produto os valores originais dos meios de produção. [...] O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias [...] (MARX, 1984, p.226 - 365).

Mizusaki (2009, p. 287), apoiada na teoria marxista, afirma:

As mercadorias são mensuráveis por intermédio do processo de trabalho, e o dinheiro é a sua expressão monetária de expressar a grandeza de valor de uma mercadoria, através da relação de troca com o dinheiro, não significa necessariamente, que o dinheiro seja expressão exata de sua grandeza de valor. [...] Marx distingue, a diferença entre valor e preço. O preço, enquanto expressão monetária de uma mercadoria, admite o que se denomina “incongruência quantitativa”, que entendemos ser a atuação de outros determinantes, no processo de realização da mercadoria. Essa forma de realização na sociedade capitalista, segundo a teoria de Marx, ficou classicamente conhecida na fórmula  $D - M - D'$ , ou seja, o dinheiro (D) que, ao entrar no processo de realização, transforma-se em mercadoria (M), para depois se transformar em capital, reproduzindo-se de forma ampliada ( $D'$ ) (MIZUSAKI, 2009, p. 287).

Para Oliveira (1981, p. 05), este processo decorre pelo fato de que o modo capitalista de produção não é, na essência, um modo de produção de mercadorias no sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia, “é no momento da produção que a mais-valia é gerada pelo trabalho (das classes trabalhadoras), ou seja, é produzida; porém é no momento da circulação que a mais-valia é realizada”. Contudo, a unidade produtora camponesa apresenta especificidades na relação de trabalho, pois “a lógica que rege esta unidade produtiva não está fundamentada na lógica capitalista”, pois se articula no circuito de reprodução ampliada do capital, como produtora de mercadorias, “com a missão histórica de produzir alimentos a custo mais baixo”.

Assevera Mizusaki (2009, p. 289):

A circulação da produção camponesa é expressa na produção mercantil simples, através da fórmula  $M-D-M$ , segundo a qual a venda de uma mercadoria (M), que tem como resultado o dinheiro (D), serve para adquirir outra mercadoria (M). É importante destacar que na economia camponesa, a renda não pressupõe salário. Nesse sentido, enquanto na lógica capitalista a viabilidade de um empreendimento é feita, considerando-se a renda bruta (RB) menos gastos em material (GM), menos salário (GS), cujo lucro líquido (LL) deve ser maior do que zero, na lógica camponesa, o cálculo é feito em função da dedução do GM de RB, não se incluindo aí o salário (MIZUSAKI, 2009, p. 289).

Portanto, é no momento da circulação da mercadoria que a produção camponesa é subjugada pela ordem capitalista, assim,

o capital industrial se apropria da renda da terra sem ser o proprietário em seguida subjugando o trabalho nela praticado, a renda da terra pré-capitalista é diretamente produto excedente. Nasce, portanto, diretamente na produção, ao contrário da renda da terra capitalista que nasce na circulação, e é sempre sobra acima do lucro médio, ou seja, fração da mais valia (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

O entendimento do processo da territorialização e da monopolização do território pelo capital, segundo Paulino e Almeida (2010, p. 28), deve ser compreendido pelo desenvolvimento do capital que “não se faz em sentido único, antes sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas com vista à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital”.

Bem (2007, p. 69) reitera:

Os camponeses ao venderem seu produto, o leite, entram no universo da circulação de mercadorias. No caso do leite, a indústria de laticínios é o grande canal de comercialização. Quando o camponês comercializa seu produto com a indústria que, por sua vez, estipula os preços a serem pagos; o camponês está subordinando a sua produção no momento da circulação ao capital industrial (BEM, 2007, p. 69).

No movimento contínuo da realidade concreta, os camponeses não devem ser analisados somente pelo movimento unilateral do capital industrial dominando e transformando as relações de trabalho e produção no campo, pois esta classe detém relativa autonomia, “cuja lógica não está pautada pela lógica do mercado, mesmo que não esteja alheio a ela” (MIZUSAKI, 2009, p. 251).

Neste sentido, cabe retomar as contribuições teóricas de Chayanov (1974), indicando a diferenciação demográfica como estratégia de resistência. O autor afirma que o objetivo do camponês consiste na satisfação das necessidades baseadas fundamentalmente no trabalho familiar e que o “balanço entre consumo familiar e exploração da força de trabalho” é o fio suleador da organização da unidade produtiva familiar. Shanin (1980) esclarece que:

[...] a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga solução. A solução encontrada pelo problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses tem provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isto. [...] uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN, 1980, p. 66-70).

No contexto da realidade concreta do processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira do Brasil e de Glória de Dourados, iniciado formalmente em 1996, o camponês tem demonstrado resistência, como coloca Zoccal, Alves e Gasques (2011 s/p.), a respeito da atividade leiteira no território nacional com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006:

Do universo de propriedades leiteiras um grande número de estabelecimentos produz pouco leite e um percentual menor é responsável pela maior parte da produção nacional. Os estabelecimentos com produção diária inferior a 50 litros representam 79,7% do total e a participação em relação à quantidade produzida é de 25,9% do volume brasileiro. A maior quantidade do leite brasileiro provém de sistemas com produção entre 50 e 200 litros por dia e as propriedades com volumes maiores, acima de 200 litros/dia, representam 3,2% do total de produtores de leite do País e 35% do volume nacional. No País, verifica-se a existência de um grande número de estabelecimentos que desenvolvem a atividade leiteira, mas numa condição ainda precária. Os produtores com volume muito pequeno praticam um tipo de exploração muito aquém do que é a expectativa de um sistema de produção eficiente e sustentável, mesmo existindo no País tecnologias desenvolvidas e adaptadas às condições climáticas, capazes de mudar a situação desse tipo de produtores (ZOCCAL, ALVES e GASQUES, 2011 s/p.).

Michels (2003) confirma que no Estado de Mato Grosso do Sul o setor lácteo avançou pouco neste processo predominando ainda a produção extrativa, o gado inadequado, o aumento do número de vacas ordenhadas foi baixo, “o volume de leite produzido é insuficiente para atender o mercado estadual (cerca de 25%), dependente do produto dos estados vizinhos, principalmente de Goiás”, sendo que a sazonalidade no período das águas

(outubro a março) é cerca de 50% maior do que no período das secas (abril a setembro) justamente “por falta de um melhor planejamento do produtor para atender à constante demanda”, conforme pode ser observado na tabela 15. Por outro lado, deve-se entender a diminuição da produção pelo fato que os camponeses não caem na ciranda do capital por completo, pois não elevam seus custos de produção com a adoção de técnicas (como suplementação alimentar) para não comprometerem-se com dívidas. Desta maneira, mesmo que a produção seja menor, os custos de produção não se alteram drasticamente.

**Tabela 15 – Glória de Dourados/MS: volume de produção de leite (mil litros)**

<b>VOLUME DE PRODUÇÃO (MIL LITROS)</b>				
	<b>1985</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
<b>Brasil</b>	12.078.398	18.515.391	25.398.219	32.096.214
<b>MS</b>	291.228	407.069	490.283	521.832
<b>Glória de Dourados</b>	2.348	10.950	16.451	11.644

Fonte: IBGE – Censos agropecuários (1985 a 2006) e Pesquisa Pecuária Municipal (2011).

A análise deste movimento não pode se restringir somente a dimensão econômica, como fazem os autores anteriormente citados, porque os camponeses como sujeitos sociais se articulam expressando disputas territoriais (Fernandes, 2008, p.285) que enseja uma territorialização distinta da lógica mercadológica do capitalista que quando se territorializa visa obter lucro por meio da renda fundiária “baseada na apropriação do trabalho de outro” (AMIM e VERGOPOULOS, 1986, p. 114). A lógica camponesa se difere porque sua territorialização expressa a garantia da existência camponesa enquanto classe social, ou seja, busca desenvolver todas as dimensões de sua vida (econômica, política, social, cultural) no tripé terra, família e trabalho, conferindo-lhe, portanto, contraditoriamente, relativa autonomia no processo produtivo, como destacam Paulino e Almeida (2010, p. 48):

Defendemos a compreensão de que o campesinato tem com a terra e, portanto, com a propriedade dela uma relação não capitalista; e isso nos coloca a necessidade de pensar a base e os contornos dessa relação não capitalista. Acreditamos que a base, por sua vez, fundamenta-se numa economia moral amalgamada a uma ordem moral anticapitalista que se encontra nos interstícios da economia e da ordem capitalista,

ou seja, como contradição. Cumpre destacar que, para Thompson (2002) foi a força, o poder intenso do costume e não a fome, o responsável por fazer a cultura plebéia do século XVII ser, ao mesmo tempo, tradicional e rebelde. Assim, ao assumir sua forma defensiva, isto é, rebelde, para resistir às inovações da economia, ou melhor, a inovação do processo capitalista (os cercamentos, a disciplina de trabalho, o livre mercado), ela o fazia para defesa de seus costumes. *Nesse sentido, é o costume, como padrão coletivo de comportamento, que promove a guerra, a insubordinação na busca de sua preservação* (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 48) (Grifos da autora).

Portanto, parte-se do pressuposto da relativa autonomia do campesinato na análise das linhas da campesinidade na (in)subordinação da monopolização territorial em Glória de Dourados. Para tanto, partiu-se da pesquisa de campo tendo como referencial metodológico questionários e entrevistas gravadas de relatos de história de vida de camponeses, entre outros (políticos, técnicos, atravessadores), no intuito de compreender o movimento de permanência e resistência da classe camponesa, inerente ao processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira no município.

## **CAPÍTULO IV**

### **AS LINHAS DA CAMPESINIDADE NA (IN)SUBORDINAÇÃO CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS/MS**

Neste capítulo serão apresentados os elementos que suleam as linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa da reestruturação produtiva da atividade leiteira no município de Glória de Dourados, a partir da pesquisa de campo realizada por meio de questionários e entrevistas gravadas feitas com os camponeses que relataram seu modo de vida, suas experiências na terra de trabalho, suas dificuldades e expectativas para o futuro, além do outros sujeitos imersos no processo.

#### **4.1 Considerações relevantes a respeito da monopolização territorial pelo capital industrial de Glória de Dourados.**

A respeito da relação com o mercado dos camponeses de Glória de Dourados, cabe, inicialmente, mencionar que grande parte do leite produzido no município é comercializada pela Cooperativa dos Produtores de Leite – COPALEITE<sup>78</sup>, surgida em 1996, em decorrência do programa de reestruturação da atividade leiteira (Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite), apoiada pelo poder público local e pela antiga

---

<sup>78</sup>Segundo Schneider (1991), a ideia do cooperativismo, como forma alternativa de produção, surgiu como contraponto da condição de exploração do sistema capitalista da Europa Ocidental no final do século XIX, tendo por princípio a socialização dos bens produzidos por seus produtores. Naquele contexto, surgiu a primeira cooperativa em Rochdale (Inglaterra) “os 25.000 habitantes da cidade na época estavam entre os que mais sofriam a crise da fome, de desemprego, de brutal exploração do trabalho e de condições habitacionais infra-humanas na década de 1840”, a partir de alguns pensadores, com destaque para os socialistas utópicos franceses e ingleses: no século XVIII, C. Plockboy e John Bellers; e no século XIX, William King e Robert Owen na Inglaterra, Michel Derrion, Philippe Buchez, Louis Blanc e Charles Fourier na França. A partir dos ideais desses pensadores, passou de uma doutrina para um movimento mundializado. De acordo com Santos (2009, p. 49), as primeiras cooperativas no Brasil surgiram no final do século XIX com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891 na cidade de Limeira (São Paulo). Em 1895, foi fundada a Cooperativa de Consumo de Camaragibe em Pernambuco. No século XX, a partir de 1902, surgiram as caixas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul e, em 1907, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais. Na década de 1920, surgiram algumas cooperativas a partir da necessidade dos pequenos produtores de se unirem para a comercialização de seus produtos; [...] Eram cooperativas agrícolas formadas por produtores de origem japonesa, destacando-se a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batatas de Cotia e a Cooperativa Agrícola de Juqueri, entre outras. Porém, destaca a autora que o movimento cooperativista no Brasil é relativamente recente, sendo que somente em 1932 iniciava sua difusão sistematizada. [...] “Foi na era Vargas com a reorganização do Estado caracterizado, como um Estado centralizado e autoritário com o discurso de que esse era elemento necessário para a construção de um novo modelo econômico e político. Iniciava assim, a implementação das diversas políticas e projetos de modernização, incluindo incentivos ao cooperativismo” que foi utilizado “como um instrumento de controle social e político, não apenas no Brasil como em outros países latino-americanos” (PIRES *apud* SANTOS, 2009, p. 50).

EMPAER (atual AGRAER). A principal finalidade era ter maior “segurança no sistema de negociação” do leite *in natura* “tanto por parte do cooperado quanto da agroindústria do leite” (VASCONCELOS, 2004, p. 64). Segundo Adauto Pelle, presidente da cooperativa “há 10 anos com eleições anuais em voto aberto”, a COPALEITE conta com 360 cooperados ativos da região. O leite, atualmente, é comercializado com outra cooperativa, a CONFEPAR – Agro-Industrial Cooperativa Central, com sede em Londrina-PR. A comercialização ocorre por meio da venda coletiva do leite e, portanto, de maneira formalizada regida por contrato mensal, pois o cooperado é, também, um sócio da cooperativa. O Posto de Recebimento da CONFEPAR se localiza em Batayporã-MS.

Conforme relatou o presidente da COPALEITE, 90% dos cooperados tem acima de 25 vacas em lactação/propriedade, a quantidade e a qualidade do leite são requisitos imprescindíveis na agregação de valor no preço do leite. A negociação coletiva resulta no recebimento a mais, em relação aos preços pagos, em média, de R\$ 0,10/litro no preço do leite. Na data da entrevista 05/07/2011, Adauto Pelle, o preço pago pela CONFEPAR era de R\$ 0,80/l, o mesmo de um ano atrás. Por outro lado, segundo Pelle, os preços dos insumos, principalmente a ração, tiveram alta neste período de mais de 25%.

Em relação ao uso de tecnologia, Pelle destacou que 90% dos cooperados fazem uso da ordenhadeira mecânica e 100% do tanque de resfriamento individual ou coletivo, como padrão mínimo exigido por todas as indústrias e pela legislação. A COPALEITE, em conjunto com a AGRAER, incentiva o cooperado na adoção do Programa Balde Cheio<sup>79</sup>, resultando na

---

<sup>79</sup> Segundo Novo e Schiffler (2006), o objetivo principal do sistema balde cheio é a produção intensiva de leite com altos níveis de produtividade e qualidade buscando o aumento da rentabilidade da atividade. Para a adoção das tecnologias preconizadas pelo sistema, é preciso verificar a infraestrutura disponível, tais como: assistência técnica, qualidade das vias de acesso, existência de fornecedores dos insumos necessários, energia elétrica e compradores de leite. Em nível de propriedade, fonte de água, disponibilidade de mão de obra, condições de investimento e de condução da atividade, e ajustar o plano de acordo com essa realidade. Terá pouca valia o planejamento que não possa ser executado por falta de recursos. Entretanto, em razão da dificuldade de obtenção de crédito bancário para investimentos, os recursos para o início do trabalho devem ser gerados dentro da propriedade, mesmo que o montante inicial seja pequeno. [...] Entre as diversas opções tecnológicas, destaca-se o manejo intensivo de pastagens, que confere alta produtividade e elevada capacidade de lotação aos pastos durante boa parte do ano, o que é muito importante, especialmente em propriedades com área reduzida. Na maior parte das vezes, para implantação do sistema intensivo de pastejo, não é necessária a formação de novas áreas de pastagens, sendo possível a recuperação de pastos já formados na propriedade. Para iniciar a recuperação das pastagens escolhidas, deve-se

realidade concreta em acentuar o processo de diferenciação socioeconômica (Shanin, 1983) entre os camponeses frente às determinações que o pacote tecnológico engendra, como o uso de planilha de custo, recursos financeiros que dependem de financiamentos bancários, entre outros.

Mesmo atendendo a exigência, ou seja, a estratégia do capital industrial na subordinação e sujeição da renda da terra de trabalho, por meio da monopolização territorial, o discurso da “segurança na negociação” pode não ser mantido, como colocou o presidente em sua fala:

A COPALEITE foi fundada em 1996 com 20 produtores que se organizaram e financiaram através do PRONAF no Banco do Brasil 10 tanques de resfriamento de leite – 03 com capacidade de 2.500 litros, 06 com capacidade de 1500 litros e 01 de 500 litros. Para produzir 500 litros/dia, ai em 1997 iniciamos a venda para uma cooperativa de Presidente Prudente que vinha a cada 02 dias buscar o leite (a COOVAP), que já atuava há 44 anos e faliu em 2003. Entregamos por 6 anos e temos ainda para receber 600 mil reais. Éramos 80 sócios no prejuízo, aí a COPALEITE não teve como pagar os sócios e apesar de todos dependerem muito deste dinheiro (renda), não perdemos

---

fazer a análise de solo e, de acordo com a recomendação técnica, realizar a correção dos níveis de cálcio e de magnésio, por meio da aplicação de calcário em cobertura, sem a necessidade de incorporação. A época ideal para essa operação é no final do período das águas. Feita a correção de acidez, deve-se combater as formigas e os cupins e eliminar as plantas invasoras da área. Esse período também é favorável para construção de terraços em curvas de nível, se houver necessidade. Em razão da grande produção de forragem das gramíneas tropicais adubadas, há necessidade de organizar o pastejo, por meio da rotação em piquetes, evitando os problemas de subpastejo, com sobra de pasto, ou de superpastejo, causado pelo excesso de gado, que pode comprometer a perenidade do pasto e a economicidade do processo. As divisões internas da área a ser dividida em piquetes devem ser feitas com cerca eletrificada. O período de descanso varia de acordo com as condições em que cada espécie de forrageira que será manejada. Em situações planejadas para obter alta produtividade, com elevada adubação nitrogenada e uso de irrigação, o período de descanso deverá ser menor. Para média produtividade, pode-se optar por períodos mais longos. O período de ocupação de cada piquete deve ser de um a três dias. Para as espécies forrageiras de maior potencial, é recomendado apenas um dia de ocupação. Essa recomendação visa ao melhor controle do pastejo e à produção mais estável de leite, sem grandes variações de um dia para outro. Entre as forrageiras que poderão ser utilizadas temos as *Brachiarias*, tifton, Tanzânia, capim colômbio. A escolha recairá sobre aquela que melhor se adapta às condições de clima e solo e a tecnologia adotada principalmente. O uso intensivo de pastagens é a forma mais econômica de alimentar as vacas de leite. Existe, porém, marcante estacionalidade na produção dos pastos na maior parte do Brasil Central. Dessa forma, torna-se necessário fornecer alimento suplementar durante o período seco do ano, para manter uniforme a lotação e a produção de leite na propriedade durante o ano. Existem várias opções para este fim, como a conservação de forragens, por meio da ensilagem de milho, de sorgo ou de capim-elefante, ou ainda por meio da fenação. Outra opção é a cana-de-açúcar que tem sido a opção mais econômica, no entanto devido ao baixo teor de proteínas se acrescenta a uréia. Após a implantação dos programas de alimentação, de manejo e de sanidade adequados, o produtor pode iniciar o processo de seleção e de melhoramento genético de seu rebanho. Qualquer tentativa de substituir o rebanho original por outro mais produtivo não terá sucesso se as condições básicas não estiverem atendidas. (NOVO e SCHIFFLER, 2006 p. 01-31).

nenhum associado, que atualmente conta com 570 associados, 360 ativos sendo 100 produtores do município de Glória de Dourados com mais de 25.000 litros/dia, porque muitos usam a ordenha mecânica. Bem, depois que a COPAVI faliu em 2003, começamos entregar para 3 empresas: Lider, LG (Baytaporã) um ano e meio e para o Leite São Gabriel um ano que também está na Justiça pelo recebimento dos pagamentos. Teve audiência em março de 2011 com a advogada da empresa para receber e que por trás tem gente graúda. Desde 2007, entregamos para outra cooperativa, que é a CONFEPAR de Londrina que a marca do leite é Polly. (Adauto Pelle, entrevista concedida na COPALEITE no dia 05/07/2011).

Segundo relatou o presidente, a COPALEITE sempre procurou priorizar a comercialização do leite com outra cooperativa devido ao bom relacionamento. Para tanto, segundo Pelle, “o cooperado, por ser sócio, tem que ser consultado por assembleias nas decisões mais importantes”, porém lamentou que o cooperado somente “lembra” que é “sócio” da cooperativa quando a reclamação é geral por conta dos preços dos insumos (rações, medicamentos), “quando fica lá nas alturas e aí o preço do leite despenca”.

Este comentário também foi confirmado pelo presidente da Associação dos Produtores de Leite – APROLEITE<sup>80</sup>, fundada em 1984 com o objetivo de atender os produtores de leite com a venda de insumos agropecuários e com assistência médica veterinária e, atualmente, conta com 250 associados da região. Cada associado tem uma taxa de mensalidade podendo contar com a assistência técnica de um veterinário na loja da Associação ou com a visita na propriedade com custo de R\$50,00/visita. Segundo o presidente, os associados deviam participar mais das reuniões, porque isto fortaleceria mais a união em relação às reivindicações junto ao poder público local para conseguir mais tanques resfriadores comunitários, porque o ideal seria ter um tanque para cada 05 produtores, um trator para usar na reforma do pasto, entre outras reivindicações.

A APROLEITE não comercializa o leite e, deste modo, suas atividades principais se restringem, assim como a loja da COPALEITE, a disponibilizar insumos, implementos, equipamentos e dar assistência técnica aos associados e cooperados com preços menores que aqueles oferecidos pelo mercado. Para

---

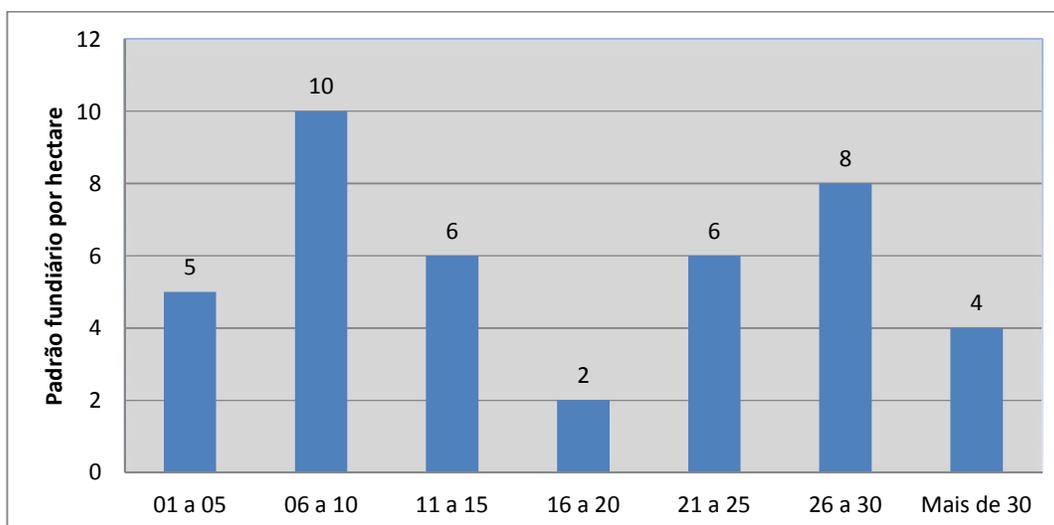
<sup>80</sup> Entrevista realizada na APROLEITE, em 12/03/2013 com o presidente Francisco José Rigatto.

isso, mantém lojas de venda de insumos e implementos agrícolas (rações, medicamentos, tambores, telas, adubos, agrotóxicos, entre outros).

.Para conhecer melhor a realidade local, foram efetuadas ao todo 41 entrevistas a partir de contato realizado com os camponeses na APROLEITE devido os produtores entrevistados fazerem parte do quadro de associados tanto da APROLEITE quanto da COPALEITE, sendo que a maioria destes associados pratica a venda de maneira formalizada, porém a APROLEITE tem em seu quadro de associados alguns produtores que pratica a venda de maneira informal. A escolha dos entrevistados, inicialmente, foi aleatória, de acordo com a aceitação em responder um questionário visando com este ultrapassar o estranhamento típico do camponês em relação ao pesquisador desconhecido e a partir do questionário agendar uma visita à propriedade para dar continuidade à entrevista com o uso da imagem (fotografia) e posteriormente algumas entrevistas tiveram a interlocução de uma jovem camponesa Danila Neiva que se disponibilizou a “ajudar” na pelo fato de conhecer as linhas (estradas) rurais.

Cabe mencionar que houve heterogeneidade na aceitação dos instrumentos da pesquisa por parte dos 41 camponeses pesquisados e somente alguns aceitaram a gravação e o uso da imagem (fotografia), outros aceitaram responder somente o questionário.

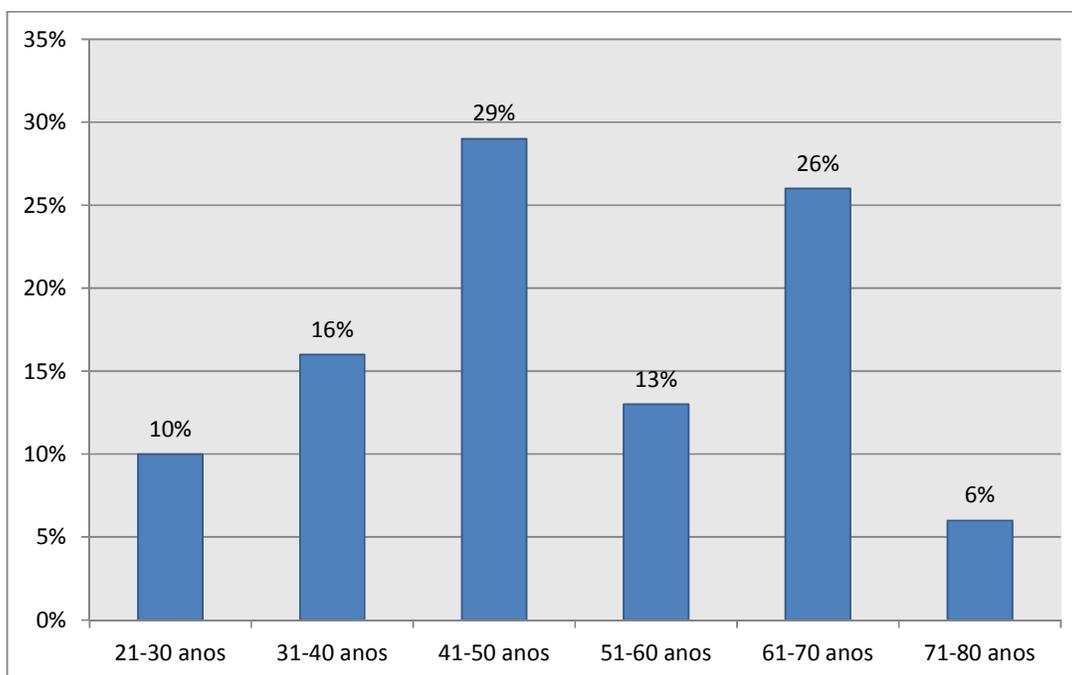
Do resultado obtido, por meio da aplicação do questionário ficou constatado que 37 produtores entrevistados têm propriedade com menos de 30 hectares e apenas 04 entrevistados possui propriedade com mais de 30 hectares confirmando que a estrutura fundiária de Glória de Dourados se apresenta desconcentrada como pode ser observado na figura 32.



**Figura 32** – Padrão fundiário das propriedades pesquisadas (ha).

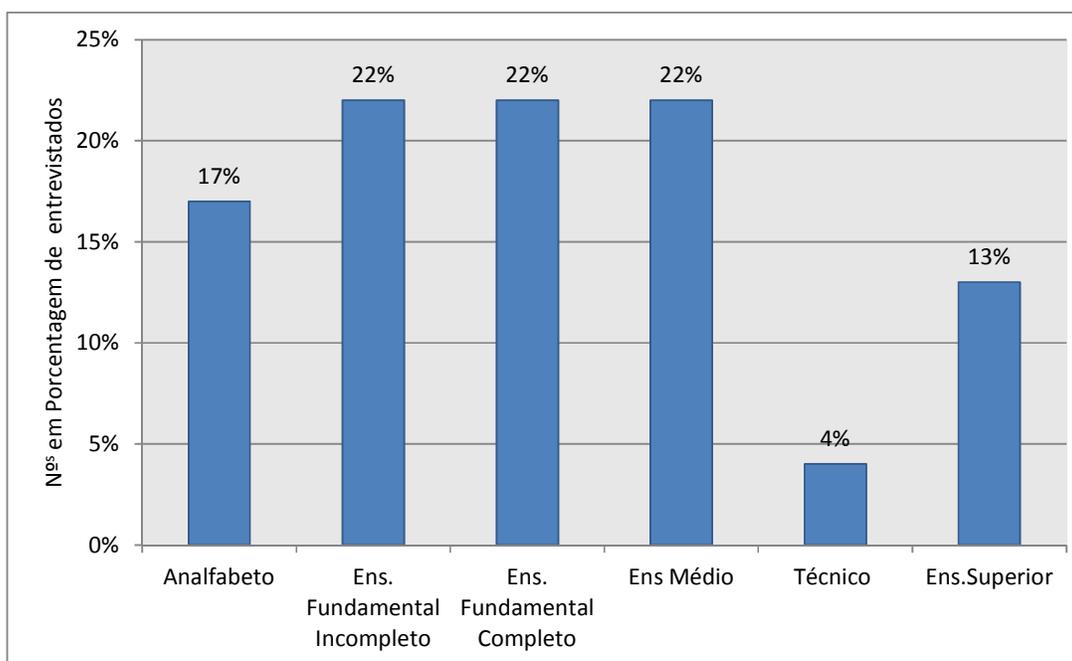
Fonte: Trabalho de campo (2013). Organizada pela autora

Em relação à faixa etária dos entrevistados, que praticam a atividade leiteira, 55% estão abaixo dos 50 anos. Dos 41 entrevistados 17% se apresentam como analfabetos, 22% com o ensino fundamental incompleto, 22% com o ensino básico completo, 22% com ensino médio, 4% com o técnico e 13% com ensino superior. A partir dos dados coletados pode-se constatar que apesar de 17% dos entrevistados se apresentarem como analfabetos, os dados também apontam a tendência de uma melhor taxa de escolaridade no futuro. Os dados evidenciam também que em Glória de Dourados a terra de trabalho tende, sim, a constituir, como afirma Woortmann (1990, p. 11-12), um patrimônio da família (figuras 33 e 34).



**Figura 33** – Idade dos produtores entrevistados

Fonte: trabalho de campo (2013). Organizada pela autora.



**Figura 34** – Escolaridade dos produtores entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo (2013). Organizada pela autora.

É importante ressaltar que a pesquisa visou a compreensão das linhas da camponêsidade na (in)subordinação camponesa de Glória de Dourados, como contradição sócio-territorial na monopolização do território pelo capital industrial. Para tanto, usou-se, como pano de fundo, o Programa de

Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite, que visa a reestruturação produtiva da atividade leiteira, e, por outro lado, também, procurou-se analisar, como orienta (Martins, 1993), a condição do camponês como sujeito social e histórico neste contexto.

#### **4.2 A campesinidade presente na atividade leiteira.**

Como fio condutor da pesquisa de campo, cabe lembrar, como enfatizou Candido (1997, p. 21), a influência teórica que suleou seu trabalho em Os Parceiros do Rio Bonito, sobre o universo das culturas tradicionais do homem do campo brasileiro:

Devo a obra de Marx a consciência da importância dos meios de vida como fator dinâmico, tanto da sociabilidade, quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente. Homem e natureza surgem como aspectos indissolúvelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade” (CANDIDO, 1997, p. 10).

Neste sentido, destaca-se, também, a contribuição de Woortmann (1990, p. 11) pois, mesmo com dificuldades teóricas, pode-se entender o camponês brasileiro como sujeito produzido-reproduzido pela lógica do capital, a qual ele se subordina, e a campesinidade deve ser entendida como:

[...] uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob o risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambiguidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. É possível imaginar um contínuo, que tanto pode ser pensado no tempo como no espaço, ao longo do qual se movem os pequenos produtores, desde um pólo de máxima até outro de mínima campesinidade. [...] é a partir da etnografia brasileira do campesinato, ao que chamo de ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as

relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra (WOORTMANN 1990, p.11-13).

Para Woortmann (1990, p.12), a característica suleadora da campesinidade é a ética camponesa constituinte de uma ordem moral que enseja um conjunto de normas que articula o modo de vida do camponês como sujeito social. Desta maneira, a campesinidade pode ser vista como a configuração modelar “mais próxima da ideia de uma sociedade camponesa”, a partir de sua subjetividade em que a atividade econômica ultrapassa o conceito de valor-de-uso para se inserir em outro conceito, o de uso, enquanto valor cuja premissa básica é alicerçada no tripé “comida, trabalho e terra”, constituindo a categoria central do discurso camponês e expressando a “relação moral entre os homens e deles com a natureza”.

Desta maneira:

[...] não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto das valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples mercadoria. [...] trata-se, pois, de valores sociais em que o trabalho é um valor ético (WOORTMANN 1990, p. 11-12).

Neste sentido, no intuito de compreender o grau de campesinidade dos 41 entrevistados, verificou-se por meio da pesquisa empírica algumas características a serem destacadas na cultura camponesa, a “campesinidade como uma tradição em que se inscreve teoricamente a reciprocidade, a honra, a hierarquia, o trabalho enquanto ética camponesa (trabalho, família, liberdade, comida)” e, principalmente, a “terra com uma concepção moral (enquanto valor-de-uso)”, como “princípios organizatórios centrais” da unidade familiar de produção. (WOORTMANN, 1990, p. 21-23)

Para Woortmann (1990, p. 23), são estas as categorias nucleantes da cultura camponesa:

[...] considero a cultura como o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade. Ao mesmo tempo considero a cultura como um conjunto de textos ou discursos. Percebo a

cultura ainda como um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados. Essas categorias nucleantes agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Deste modo, é necessário pontuar que a campesinidade contempla a relação social de produção e o trabalho não tem sentido apenas na dimensão econômica, mas expressa, também, dimensões sócio-territoriais, podendo identificar, inicialmente, que a permanência da estrutura fundiária materializada em estabelecimentos com menos de 100 hectares em Glória de Dourados tem a ver com o sentimento de pertencimento dos camponeses em relação à terra, enquanto patrimônio de família.

A este respeito, seguem alguns trechos de entrevistas gravadas<sup>81</sup>, demonstrando claramente as linhas de campesinidade, principalmente na compreensão da terra como fundamento da (re)criação camponesa.

Percebe-se, claramente com o primeiro entrevistado, como elemento marcante, a posse da terra como condição máxima da (re)criação camponesa, especialmente quando afirma que a “escritura da terra não saía de casa”, referindo a negação ao endividamento, via financiamento, para aquisição de vacas leiteiras, justamente para não oferecê-la como garantia hipotecária. A inserção ao mercado, principalmente na aquisição de ordenhadeira, deu-se pela “venda da bezerrada”, mas não pelo endividamento bancário, assim como a estratégia da entrega do leite em resfriador comunitário.

Meu nome é Valter Ribeiro dos Santos, tenho 55 anos, nasci em Glória. Meu pai era baiano, chegou aqui, como ele mesmo dizia: quando o cabra tá por conta, sem um nada, só com aquele lá de cima (risos). Atravessou o rio Dourados a nado, conseguiu a terra da CAND, 30 hectares na 5ª linha, Km 1,5 Poente. Mais tarde voltou pra Bahia pra buscar minha mãe; fez roça, cresci plantando de um tudo, mandioca, amendoim; vaca sempre teve, nordestino é vaqueiro por natureza (risos). Quando o amendoim não deu mais preço, ficamos com o gado, não teve outro jeito. Quando o Jairo chamou por conta das vacas importadas, meu pai era vivo, nem quis ouvir, esse negócio de financiamento de banco nunca foi com ele. *Ele dizia que a escritura da terra não saía de casa.* Continuamos com as vacas pé duro mesmo que tinha, nos dedos (abrindo e

<sup>81</sup> Nas transcrições, as falas foram respeitadas, ponderando-se as devidas pontuações.

fechando os dedos), tirando o leite. Herdei a terra do finado pai, hoje tenho ordenhadeira, tive só um filho por conta do homem lá de cima que não me deu mais. Meu filho saiu pro exército e virou engravatado, como digo sempre (risos), trabalha num banco, veja só (risos)! Comprei a ordenhadeira vendendo bezerrada, uso resfriador comunitário da 5ª linha. Sou um dos poucos herdeiros que continua com os 30 hectares da CAND, *com a escritura bem guardada lá dentro de casa* (risos). Atualmente tô com 45 cabeça de gado, 20 vaca em lactação, na média de 80 l/dia. O pasto é pouco, tô vendo pra reformar, alugo mais 25 hectare por 500 real por mês. Tô entregando o leite pra C.VALE, que me paga R\$ 0,68/l. É pouco, mas lá em casa é só 02 bocas, eu e a mulher; economizando dá até pra visitar a parentada lá na Bahia, que eu e a mulher vamo agora em julho na seca. Aí meu filho vai guardar a gravata dele (risos) e vai passar as férias tirando leite pro pai ir passear, que eu também mereço descansar um pouquinho, que faz 05 anos que não vou lá pra Bahia (risos). (Entrevista concedida na APROLEITE em 19/03/2012)

O segundo entrevistado demonstra nuances da (in)subordinação camponesa, pois mesmo integrando-se inicialmente à BRATAC, por exemplo, ou vendendo leite à empresa Líder e subordinando-se à lógica financeira para comprar a ordenhadeira e o resfriador, produz outros alimentos e vende leite para a “freguesia antiga”, notadamente consumidores na cidade. Além disso, a propriedade é compreendida como bem indissociável, pois, mesmo com a morte dos pais, a terra continua com a família.

Meu nome é Francisco José Rigatto, moro em Glória de Dourados há 42 anos e minha família veio de Pirapozinho, no Estado de São Paulo. Lá eles eram agricultores também, meu pai comprou 30 hectares de terra da CAND de uns nordestinos que estavam indo embora para o Norte, eu tinha 14 anos. Sou o mais velho, tenho mais dois irmãos homens; aqui fizemos roça de amendoim, algodão, feijão, arroz, banana. Gado sempre teve, sempre tiramos leite, também plantava cana e fazia rapadura, vendia de carroça nas Linhas, rapadura, vassoura, banana e o leite até 1974. Em 1975, depois da geada, os nordestinos, que era a maioria da freguesia, foi embora pra Rondônia, aí paramos com a rapadura, vassoura. A banana praguejou com o “mal do Panamá”, mas continuamos com a venda do leite de charrete. Em 1981, fizemos integração com o bicho da seda, era baixo o custo da instalação e dava pra conciliar com o leite. Tocamos por 15 anos, depois por causa do preço da BRATAC, que é a única, paramos. Quando o Jairo falou para melhorar o rebanho, entramos no projeto, adquirimos quatro vacas e seis novilhas financiada pelo Banco do Brasil. Conseguimos pagar com sacrifício. Demoramos cinco anos pra comprar a ordenhadeira e quase dez anos pra comprar o resfriador. Hoje meu rebanho é de 24 cabeças da

raça Holandesa e Jersey, produzo 130 litros por dia. Entrego leite para o Latícinio Lider a R\$ 0,80/l, mas também vendo 50/l semanal para a freguesia antiga que me paga 1,50/l. Meu pai faleceu semana passada, eu como filho mais velho cuidei dele até morrer e ajudei meu irmão mais novo, que foi pra São Paulo, estudar e realizar o sonho dele que era ser advogado, hoje é Promotor em São Paulo. Minha mãe morreu em 2010. Agora que meu pai faleceu, vai ter que ver como vai ficar, porque a nossa vida toda tá aqui, casei, criei meus dois filhos, agora tenho meu neto que mora aqui também. Aqui o serviço não para, o leite o preço e a política não ajuda, como já te falei na APROLEITE. Pra compensar nos custos, tem que ser 200 litros/dia, aqui tem piquete, já tá no máximo. Agora tô criando tilápia em tanque de lona pra entregar na CONAB, que paga melhor. (Entrevista concedida na propriedade em 19/03/2013).

O terceiro entrevistado relata os sacrifícios da família, principalmente pelo trabalho extenuante. Por outro lado, orgulha-se da possibilidade de estudar as filhas, com sinônimo de sucesso com o trabalho na terra. Além disso, é clara a condição camponesa de vínculo com a terra, pois a proletarização não foi fator decisivo na eliminação das linhas de campesinidade, mantendo-as, retornando à terra e reproduzindo-se enquanto camponês.

Chegamos aqui em 1973 com meus pais e sogros, estava com 21 anos e tinha acabado de me casar. Quando foi em 1975, depois da geada, fomos para São Paulo porque muita gente daqui de Glória também foi. Arrumei emprego na indústria Rhodia e trabalhei por dois anos e vi que aquela vida de cidade grande não dava para nós. Voltamos em 1977 e fomos morar com o sogro, como meeiro, porcentageiro, tocar café, milho, feijão, arroz, até conseguir comprar 07 hectares, depois mais 08 hectares, em 1986. [...] lidei muito com café na minha vida. Tenho três filhas, Giseli, Elizangela e Josiani, que sacrifiquei, já que minha mulher e as meninas me ajudavam na roça. Sinto até hoje por ter sacrificado minhas filhas com o trabalho na roça, de madrugada no café. [...] sempre tivemos umas vaquinhas, mas em 1996 adquirimos as vacas importadas, 12 vacas holandesas da Argentina, através de financiamento do banco do Brasil. Não foi fácil pagar devido os aumentos dos juros, mas como sou homem de fé e honro meus compromissos, paguei. Hoje tenho 35 cabeças e 15 hectares de terra onde moro com minha mulher, uma filha, Giseli casada e netos. Criei minhas filhas que estudaram, inclusive formei minha filha Elizangela, que é professora de Geografia, com a renda da terra. (Adauto Pelle entrevistado pela autora em 05/07/2011)

O que depreende dos relatos acima descritos é a evidencia do caráter familiar dos sujeitos em relação à terra, enquanto patrimônio de familiar, com valor de uso. Outro aspecto, é o processo do vir-a-ser camponês como movimento de concretude histórica, a busca pela recomponização é parte da história de vida destes sujeitos e a frente pioneira (além da de expansão) é “sempre uma situação de reconstrução da tradição onde a campesinidade é um projeto” (WOORTMANN, 1990, p.12)

Por meio destes relatos, é possível assegurar que a economia camponesa é vista, como afirma Woortmann (1990), para além da teoria de Chayanov (1974), da autoexploração, do balanço entre consumo familiar e trabalho, “é pensada mais como oeconomia<sup>82</sup>”, e o uso da terra expressa a moralidade da honra do pai enquanto Dono<sup>83</sup> da terra, enquanto herdeiro (filho) do patrimônio familiar e transmissor deste patrimônio.

Assim,

o processo de trabalho familiar agrícola como atividade consciente é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico. Com efeito, este processo de trabalho é também um espaço de socialização das novas gerações na atividade produtiva, o que envolve a construção de saberes necessários à reprodução do processo de trabalho. Neste caso, a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 11).

Deste modo, a participação do grupo familiar na força de trabalho e a sua relação com a terra é identificada enquanto morada e alimento, denotando o forte entrelaçamento de “uma ordem de valor que se insere no plano moral” com “valores subjetivos” e, como afirma Woortmann (1990, p. 15), a integração dos camponeses ao mercado, não significa necessariamente, uma baixa campesinidade, e, também, sua inserção na modernidade é de maneira

---

<sup>82</sup> Segundo Woortmann (1990, p. 65), para Aristóteles (1985, p. 31), na oeconomia as pessoas são mais importantes que os bens materiais e sua qualidade é de maior relevância que a quantidade dos bens que constituem a riqueza. “A arte natural de enriquecer pertence à economia doméstica, enquanto a outra pertence ao comércio pelo sistema de permutas” (WOORTMANN, 1999, p. 65).

<sup>83</sup> Segundo Woortmann (1990, p. 28), Dono é também uma categoria moral entre sitiantes [...] e remete a uma ordem moral, onde a terra é patrimônio de família. “É-se *dono*, não por ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado”. (WOORTMANN, 1990, p. 28. grifo da autora).

ambígua, parcial, pois “para eles a terra não é mercadoria e sim, patrimônio da família e garantir sua integridade é o ponto de honra para as pessoas governadas pelo senso de honra” (WOORTMANN, 1990, p. 15) (figuras 35 e 36).

Na figura 35, nota-se o camponês descarregando a ração para o gado e percebe-se a relação estabelecida entre os entes familiares nas figuras 36 e 37. Na figura 38, o Aduato Pelle, junto com o neto, no barracão de ordenha das vacas leiteiras.



**Figura 35** – Francisco Rigatto descarregando ração para o gado.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 19/03/2013



**Figura 36** – Relação entre os familiares e os elementos da vida no campo.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 19/03/2013



**Figura 37** – Francisco José Rigatto junto da esposa e do neto.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 19/03/2013.



**Figura 38** –Sítio Santa Rosa - Aduino Pelle, junto com o neto Elvis, no barracão de ordenha das vacas leiteiras.

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 20/10/2011

#### **4.3 A tradição como meio de sobrevivência**

Conforme abordado anteriormente, na sociedade camponesa “não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”, deste modo a economia camponesa no sentido oikos (casa) se caracteriza prioritariamente pela ausência do trabalho assalariado. A família nuclear (pai, mãe, filhos) é a principal força de trabalho no processo produtivo, sendo assim, como afirmam Paulino e Almeida (2010), retomando Chayanov (1974, p. 40-41): “a unidade camponesa estabelece um ponto de equilíbrio onde a produção possui um limite, que é o da satisfação das necessidades da família” e a estratégia da manutenção da unidade familiar de produção é “orientada por uma racionalidade que parte da família para a terra, portanto, da avaliação subjetiva da necessidade do núcleo familiar”.

Deste modo, a contribuição de Martins (1975) é salutar para o entendimento da economia camponesa, compreendida pela prática da

economia de excedente e a diversificação da produção é uma estratégia de existência, para que haja o consumo e a comercialização, uma vez que o excedente é produzido para vender e comprar aquilo que não é passível de produção, podendo combinar criação de animais e cultivos, a exemplo da horticultura, pois a sociedade camponesa tende a orientar sua produção para a redução da dependência ao mercado.

Este suporte teórico é relevante no entendimento da realidade de outros camponeses entrevistados. A respeito da sobrevivência com a renda da atividade leiteira, todos os entrevistados responderam que a atividade leiteira é a opção necessária para a permanência na terra devido, principalmente, pelo tamanho da propriedade, por ser uma atividade de baixo risco (como será melhor analisado), agrega uma reserva de valor (venda dos bezerros), atende ao consumo familiar (leite, queijo), gera entrada monetária mensal, esterco. Porém, não é a única fonte de renda, pois conciliam esta atividade com a venda de outras criações, como porcos, frango caipira, ovos, alface, tomate, feijão, inclusive alguns praticam a venda informal de leite, queijo e alface, como é o caso do entrevistado Moisés José da Silva, 37 anos. Com a sua família (esposa e filho de 12 anos) tem 4 hectares com 6 vacas girolandas produzindo 18 l/dia, outras criações e o cultivo de alface. O entrevistado relatou que sua renda provém da entrega do leite diariamente para 10 famílias da venda de queijo e, principalmente, da alface comercializada informalmente no comércio da cidade (restaurantes), além da venda direta na feira municipal (figuras 39, 40 e 41). O entrevistado relatou, também, que entrega 10 litros de leite por semana para um laticínio local a R\$ 0,67/l, justamente como estratégia para comprovar, via nota fiscal, rendimentos como garantia da documentação para aposentadoria e necessidade burocrática na aquisição do financiamento bancário.



**Figura 39** – Chácara Arco-Íris de Moisés José e seu meio de locomoção utilizado para na comercialização de leite na cidade – 7ª Linha – Km 7,5 - Nascente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 09/04/2013.



**Figura 40** – Queijos armazenados, prontos para a comercialização.

Fonte: Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013



**Figura 41** - Chácara Arco-Íris - Moisés José mostrando a produção de alface.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 09/04/2013

Assim, para além da subordinação da monopolização do território imposta pelos agentes externos (industrial, financeiro e comercial) inserida na dimensão econômica, percebe-se o movimento de permanência e de resistência como a dimensão simbólica da concepção camponesa de trabalho, cuja campesinidade expressa a territorialização/territorialidade, podendo ser identificada no interior do sítio<sup>84</sup> e compreende o significado de “lugar ideal da terra de trabalho”, o “chão de morada”, como analisado por Heredia (1979), Garcia Junior (1983), Moura (1986), Brandão (1995), Woortmann e Woortmann (1997) e por Woortmann (1990, p.30- 31). Assim:

O termo sítio em seu sentido mais amplo, designa uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um

---

<sup>84</sup> Para uma análise mais aprofundada do termo sítio e seus vários significados ver Woortmann (1999).

ancestral comum. [...] o sítio é o patrimônio construído pelo trabalho da família e transmitido de pai para filho, segundo regras definidas. O sítio é o resultado do trabalho e o lugar do trabalho por excelência. [...] A palavra sítio designa, igualmente, o espaço de trabalho do pai e da reciprocidade deferida pai-filho no contexto da hierarquia familiar. Neste sentido, sítio é o lugar ideal da terra de trabalho (WOORTMANN, 1990, p. 30-31).

O sítio, enquanto território (espaço) da família, da ajuda, da labuta, da troca de tempo, pode ser identificado para além das necessidades práticas de sobrevivência, possuindo, também, o significado simbólico como a hierarquia familiar com “o princípio da unigenitura como parte da tradição da possibilidade da continuidade do campesinato”, mesmo expressando ambiguidades típicas deste contexto em relação aos outros herdeiros do sítio, como referenciado por Moura (1986), Woortmann (1990, p. 51-52), entre outros.

Segue abaixo o relato da jovem camponesa de 23 anos, a respeito da história do Sítio São Sebastião e de seu pai:

Meu pai é Olindo de Souza Neiva. Ele é natural de Flora Rica, Estado de São Paulo e mudou-se para Glória de Dourados em 1975, com 02 anos de idade, juntamente com seus 14 irmãos. Aos 22 anos casou-se, constituiu família e continuou residindo aqui mesmo. As atividades predominantes na propriedade, neste período, eram o cultivo de amendoim, mamona e algodão, produções que lideravam a economia da família. Em 2006, com o óbito da matriarca da família, começaram-se as prévias para divisão da propriedade entre os herdeiros. Em 2009, Sebastião de Souza Neiva, meu vó, também faleceu e como os pais documentaram a propriedade para que ela só fosse vendida entre os filhos, meu pai que já era o residente, então, realizou a compra do sítio com totalidade de 33.7 hectares. Atualmente, a família Neiva é composta por 10 irmãos, porém, somente ele continuou aqui. (Danila S. Neiva, entrevistas realizadas pela autora no sítio da família, em 12/03/2013).

Questionada a respeito da situação atual de sua família, Danila relatou:

A família completa são 06 pessoas: meu pai, minha mãe, dois irmãos, minha irmã e eu. Meus irmãos homens foram para o exército e não voltaram, um até é piloto; minha irmã, que estudou Geografia aqui em Glória, é professora agora em Nova Andradina, acho que eles nem quer mais esta vida pra eles. Quem gosta da roça sou eu, fiz o curso de Agroecologia que nem pensava em fazer faculdade, mas achei bom pra ajudar meu pai aqui. Não gosto de cidade grande, acho que tem muito

barulho, também nem preciso morar na cidade, aqui é só 8 Km de Glória e tenho tudo que preciso, inclusive internet. (Entrevista de Danila S. Neiva, concedida no sítio da família, em 12/03/2013).

A partir destas falas, pode-se analisar o caráter familiar da produção e nas unidades, nos sítios, a família e o trabalho são inseparáveis, assim como os homens e as mulheres são os elementos centrais da lógica organizativa da reprodução camponesa. O sítio é o território de homens e mulheres que se complementam na dinâmica produtiva, compondo a unidade que visa atender as necessidades básicas familiares e o objetivo é ensinar os filhos a cumprirem o papel de ajudantes e aprendizes na experiência da produção, mas para além do mercado, para a vida. Neste processo, o pai comanda o processo produtivo e se responsabiliza pela transferência do conhecimento e da herança sem a pretensão da exploração do trabalho da família, como coloca Woortmann e Woortmann (1997, p. 13):

[...] o processo de trabalho camponês é consciente. O “pai-patrão” não é equivalente de um empresário moderno, por ser detentor do saber. Ele é um detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho. Esse saber é transmitido à “força de trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão se “constituindo em conhecedores plenos”. Ademais, entre os sitiantes, governar é um processo ideológico: filhos após certa idade, conhecem o processo de trabalho tanto quanto o pai, como o fazem também as mulheres ou os eventuais assalariados. (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 13).

Na pesquisa de campo, realizadas nos dias 12/03/2013 e 28/04/2013 no Sítio São Sebastião, foram identificados os elementos acima descritos. A filha Danila Neiva relatou na entrevista que conciliou o curso superior com o trabalho no sítio visando aplicar o conhecimento adquirido para ajudar seu pai (figuras 42 e 43). A entrevista com a mulher, a mãe (Dona Geralda), foi possível somente na segunda visita devido o trabalho na roça de feijão, distante da casa. Na entrevista com o pai, (Seu Olindo), também, somente foi possível na segunda visita. Perguntado a respeito do Programa das “vacas importadas”, respondeu que na época já tocava sericicultura, que era de baixo risco, os pais ainda eram vivos, os filhos pequenos e não teve interesse, pois já tinha o mercado da feira municipal (figuras 44 e 45)

De acordo com Woortmann (1990, p. 39), é na feira que se “afirma a honra do pai, vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia do pai de família camponesa”. Seu Olindo foi questionado se pretendia aumentar a atividade leiteira, respondeu que hoje em dia, como conta somente com a ajuda do trabalho da mulher e da filha, responsável pela retirada do leite, as 3 vacas do rebanho, de 20 cabeças, produziam 18 litros/dia, na entressafra, já estava bom. Respondeu que os bezerros eram para a venda no caso de uma necessidade: “a gente tem que ter um pouquinho de tudo, além do mais, tenho a sericultura há muitos anos, a feira onde vendo feijão, tomate, alface, cenoura, beterraba, a freguesia do frango caipira, então tá bom” (figuras 46, 47) (Seu Olindo Neiva. Entrevista no dia 28/04/2013 em trabalho de campo).

Sobre a “ajuda” (cooperação) necessária no pico das safras (sericultura, feijão, tomate), comentou que quando precisa, os parentes (sobrinhos) prestam ajuda porque “fazem gosto de ajudar na colheita” (figura 48).



**Figura 42** – Sítio São Sebastião – Quarto de Danila S. Neiva -7ª Linha, Km 01 Poente

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013



**Figura 43** – Sítio São Sebastião - Danila S. Neiva na ordenha do leite.

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013



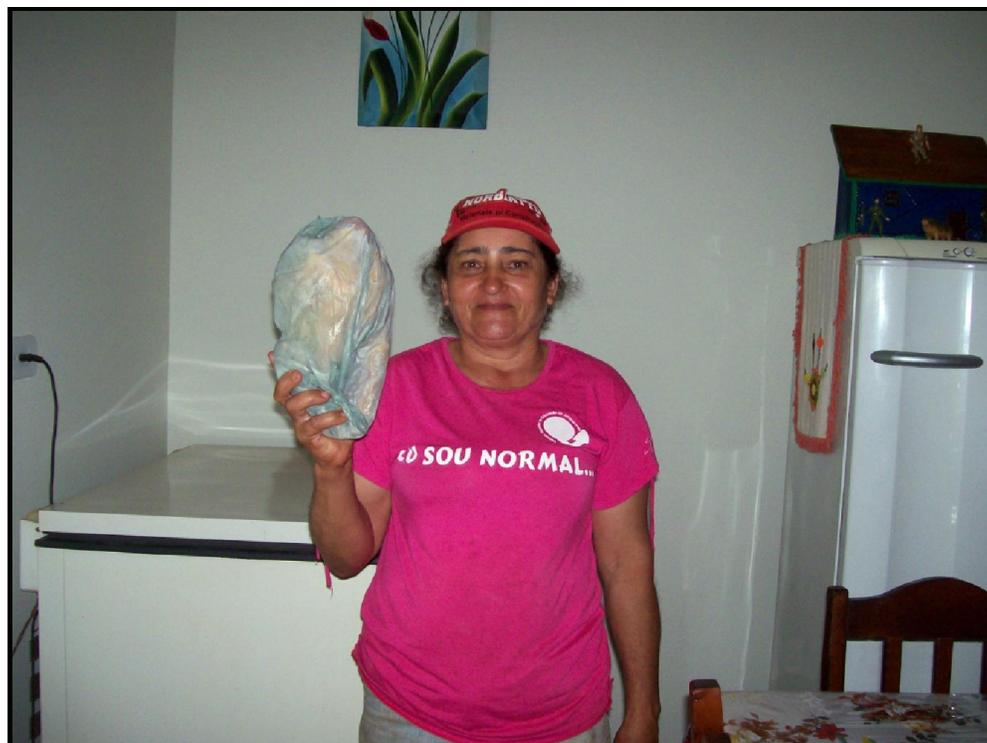
**Figura 44** – Sítio São Sebastião - Família Neiva na colheita de feijão.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013



**Figura 45:** Sítio São Sebastião - Barracão de sericicultura – criação dos casulos.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013



**Figura 46** – Sítio São Sebastião - Dona Geralda alimentando a criação de aves.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013



**Figura 47** – Sítio São Sebastião - Dona Geralda com frango caipira pronto para ser comercializado.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013



**Figura 48** – Sítio São Sebastião – tomate para ser comercializado na Feira Municipal de Glória de Dourados.

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 28/04/2013

#### **4.4 O “negócio do vizinho freteiro”: a materialidade do intermediário na subordinação da renda da terra pelo capital industrial**

Na ética camponesa segundo Woortmann (1990, p. 39), no interior do sítio não se assalaria, e também “não ocorre as relações de negócio” por este “ser percebido como a negação da moralidade, pois significa ganhar às custas do trabalho alheio. É percebido, então, em oposição ao trabalho e como uma atividade que não envolve honra” (WOORTMANN, 1990, p. 39). A respeito das relações de trabalho no interior dos sítios, dos 41 entrevistados, somente um mantém um trabalhador assalariado.

Oito entrevistas foram realizadas na 7ª Linha Nascente/Poente, onde se localiza o Sítio São Sebastião, da família Neiva. Por lá, os entrevistados (vizinhos), moradores no bairro<sup>85</sup>, relataram sobre o “negócio do vizinho

---

<sup>85</sup> Conforme alguns autores, é de Candido a definição de bairro rural como uma unidade mínima de sociabilidade.

freteiro”, que, segundo as falas, “enricou a custa do nosso leite”, visto que na remuneração paga pelo leite pela indústria, é descontado “por fora” o frete mensal de R\$ 0,09/l para o vizinho intermediário autônomo, “freteiro” como é chamado pelos vizinhos. Segundo o relato da jovem camponesa, Danila Neiva, 23 anos, mesmo os vizinhos entregando sua produção diária nesta propriedade, é descontado R\$0,09 de frete. Por isso, o pai dela tem “as vacas pelos bezerros e não pro leite, que não compensa”.

Nesta propriedade, funciona há quatro anos um entreposto de resfriamento de leite, com capacidade total de 10 mil litros/dia, divididos em três tanques, um, com capacidade de 4 mil litros e dois, com capacidade de 3 mil litros (figura 49). Anteriormente, os tanques pertenciam ao Laticínio Dica, de Deodápolis, mas, atualmente, estão arrendados pela BRF – Brasil Foods S.A.<sup>86</sup>. A empresa estava remunerando ao camponês, com baixa produção, o valor de R\$ 0,54/l<sup>87</sup>.

Na entrevista concedida pelo intermediário, este informou que o valor descontado de R\$ 0,09/l é devido à pouca quantidade de leite, do custo de sua mão de obra e da energia elétrica utilizada em sua propriedade. Além disso, ele recebe, também, R\$1,80/Km rodado para a retirada do leite nas propriedades até as 10 horas da manhã e para levar até a indústria, diariamente, às 16:00 horas, em Deodápolis, para seguir, posteriormente, no período noturno, para a indústria (produz queijo muçarela, em Terenos/MS. Segundo o freteiro, o seu trabalho lhe propicia ganhos de R\$20.000,00 mensais. Questionado sobre o preço pago ao produtor, informou que este é passado pela indústria. Questionado a respeito das condições higiênicas do leite, o intermediário respondeu que é feito diariamente análise no leite para ver se contém água e, também, a cada três meses é feita análise para controle geral (gordura, mastite, ureia) pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, por meio do Programa Vaca Móvel (figuras 49, 50, 51 e 52).

---

<sup>86</sup> A empresa BRF Brasil Foods S/A é resultado da fusão ocorrida entre as empresas Sadia S/A e Perdigão S/A em julho de 2009 como “estratégia do capital visando mudança de padrão de acumulação, focando os negócios onde podem ser mais competitivos, buscando, dessa forma, investir na expansão vertical, principalmente no segmento de industrializados. [...] além das fronteiras geográficas do país” (MIZUSAKI, 2009, p. 147-148).

<sup>87</sup> Encontra-se em Anexo, uma cópia do extrato de compra de leite emitido pela BRF- Brasil Foods com o valor pago de 0,54/l de leite ao produtor na data de 07/03/2013 equivalente ao mês de fevereiro de 2013.

O que pode ser analisado neste relato são os meandros da condição de dependência a que estão submetidos os camponeses cotidianamente no processo de monopolização do território, via circulação de sua produção ao capital industrial e comercial em razão das dificuldades relativas ao escoamento da produção camponesa de forma direta para o “consumidor final”, o produto gerado pela terra de trabalho passa inicialmente pelo intermediário, que o destina a indústria para ser beneficiado e processado como assevera Souza (2003, p. 51):

Entre o campo e a mesa do consumidor final, nas cidades pequenas, médias e grandes, se estabelece toda uma cadeia de distribuição e comercialização em que os agentes, em número bem variável, são os comerciantes atacadistas, os transportadores [...] e, por fim, os comerciantes varejistas (SOUZA, 2003, p. 51).

Cabe mencionar que no município de Glória de Dourados está sendo implantado um Posto de Refrigeração de Leite da BRF – Brasil Foods S.A, beneficiado por incentivos municipais e estaduais. No entendimento do papel do Estado neste processo, corrobora Oliveira (1981, p. 23-24):

a transferência de renda, ou a sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado do Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infraestrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto crítica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim de comercialização. Sutileza à parte. Uma coisa é certa: nunca o Estado protegeu e deu tanta guarida a esse segmento social. Certamente é o tributo pago ao apoio que este setor dá ao regime vigente. É mais uma fatia do modelo a seus donos (OLIVEIRA, 1981, p. 23-24).

Contudo, contrapõe a este movimento, no contexto da ética camponesa, a ordem moral como “uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, e a terra não é vista como valor de uso, mas sim como expressão de uma moralidade: “o de uso como valor”, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias com o propósito de assegurar seu modo de vida e sua autonomia relativa.



**Figura 49** -Tambor de leite com amostra para ser analisada - 7ª Linha, Km 01 - Poente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013



**Figura 50** – Resfriadores de Leite da Indústria BRF – Brasil Foods no Sítio de Valdecir Clavico – 7ª Linha, Km 01 - Poente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013



**Figura 51** – Sítio de Valdecir Clavico – 7ª Linha, Km 01 - Poente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013



**Figura 52**– Sítio de Valdecir Clavico – 7ª Linha, Km 01 - Poente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013

#### **4.5 A reciprocidade e a solidariedade vicinal como estratégia de resistência ao “negócio do vizinho”.**

Uma questão que pode ser identificada na pesquisa com os entrevistados da 7ª Linha foi o vínculo de reciprocidade vicinal, embasado no fundamento territorial (Candido, 1997, p. 192) de longa data. A maioria dos camponeses são vizinhos antigos e mantém relações de compadrio, apadrinhamento e/ou parentesco por matrimônio, permeando, assim, relações comunitárias. As entrevistas da 7ª Linha foram mediadas pela jovem camponesa Danila Neiva, apresentando a pesquisadora da Universidade aos vizinhos, “que são tudo como parente”.

Nas entrevistas realizadas, foi comum o entrevistado perguntar à camponesa se ela havia levado a pesquisadora no “vizinho freteiro” o que ela respondia que sim, e que era importante os vizinhos responderem o questionário e aceitar a gravação porque assim ficava tudo registrado. Este fato pode ser analisado como indicativo de resistência ao “negócio do vizinho freteiro”, reafirmando a análise de Woortmann (1990, p. 41-58) que no “contexto do sítio, o que é central é a oposição entre negócio e o princípio da reciprocidade”, em que “o espírito da reciprocidade se afirma pela negação do negócio, ainda que nada seja trocado”, e neste caso “se afirma também, enquanto um princípio moral, pela negação do espírito de lucro”, sendo que, neste contexto, o entreposto do “vizinho freteiro” representa uma afronta à ética camponesa da reciprocidade, como ficou explícito, no plano subjetivo e no plano objetivo, a “proximidade”, via intermediário, da sujeição da renda da terra pela monopolização territorial do capital industrial.

Segue o relato do primeiro vizinho entrevistado, Gildo Vergu, de 69 anos:

Moro aqui desde 1973. Meus avós, meus pais, eram colonos em Birigui-SP, meeiros de café. Então, minha vida inteira foi isso, filho de colono, trabalhei com meu pai na colônia até juntar dinheiro pra comprar um pedaço de terra. Fiquei sabendo da venda da terra da Colônia pelo rádio, vim e comprei o lote (30 hectares). Toquei roça, aí de colono virei lavrador pro sindicato, depois da geada do café, virei tirador de leite. Quando me chamaram por causa da história das vaca

importada, o gerente do banco falou que ia ser bom, que eu ia virar pecuarista, desconfiei ... (silêncio). No tempo da fartura, do amendoim, tive um jipe, acabou enferrujado aí no terreiro, continuei foi com o gado que tinha, tenho só duas filhas, Eli e Luciana. A caçula que mora aqui, meu genro é técnico agropecuário. Nunca tive ordenhadeira, tenho muita saúde Graças a Deus. Tenho hoje 28 cabeça, mas agora só to tirando leite pro gasto porque eu e a mulher tamos aposentado como produtor rural. Eu me considero trabalhador rural, pois é isto que sou, um trabalhador rural. Depois aqui as necessidades são garantidas, hoje mesmo intimo a professora a comer do melhor frango caipira. O problema do leite que considero um alimento nobre, pois alimenta da criança ao idoso. Aqui na porteira não vale nada, metade da dose da pinga, que na venda aqui no começo da Linha, vale 1 real, um litro dá 14-15 dose. Na mão do outro vira artigo de luxo. Por isso é bom a gente falar, porque quem sabe algum dia, alguém do governo lê e vai saber como a gente se sente. (Entrevista concedida no sítio, em 12/03/2013).

Analisar teoricamente a fala deste *senhor camponês* “aposentado”, apresentado pela jovem camponesa, após a visita ao “negócio do vizinho”, implica dificuldades interpretativas e ao mesmo tempo um grande desafio para o entendimento da organização camponesa que segundo Shanin (1980) é complexa e apresenta ambiguidade. De toda forma, é certo que negar-se a vender o leite para o “vizinho freteiro” é resistir à apropriação da renda da terra pelos intermediários e pelo capital industrial. Outra forma de resistência na fala do camponês está expressa na negação de ser “produtor rural” ou “pecuarista”, mas afirmar-se como trabalhador rural e poder repartir a comida que tem, “o melhor frango caipira”.

Segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 15), para compreender a organização camponesa é necessária a contribuição da discussão teórica propiciada pelo marxismo antropológico das sociedades não-ocidentais, pois permite identificar a especificidade desta unidade de produção como uma sociedade orientada por relações de hierarquia e gênero, defendendo, portanto, a mesma tese de Godelier (1978, p. 49-50), que sugere que nesta a instância superestrutural assume a função de relações de produção:

O parentesco domina a organização social quando não regula apenas as relações de descendência e aliança que existem entre os grupos e os indivíduos, mas também regula seus direitos respectivos sobre os meios de produção e os produtos do trabalho, define as relações de autoridade e obediência,

dominando as relações políticas no interior do grupo (ou entre eles) e, eventualmente serve de código, de linguagem simbólica para exprimir as relações do homem entre si e com a natureza. Este não é o caso dos caçadores-coletores Mbuti do Congo, onde as relações entre gerações sobrepõem-se às relações de parentesco. (GODELIER, 1978, p. 49-50).

Na busca de um entendimento coerente no sentido de avanço metodológico, a respeito da análise das falas destes sujeitos sociais, convém ressaltar a contribuição de Martins (2000, p. 14) quando afirma:

[...] é nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nesses momentos e situações do protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação mais científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no íntimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta. (MARTINS, 2000, p. 14).

Sobre o universo da cultura tradicional, Candido (1997, p. 221) destaca que os fatores de preservação cultural, que são ao mesmo tempo fatores de preservação grupal, são medidas que permitem aos grupos rurais de vizinhança de sitiantes ou parceiros de:

[...] resistirem, enquanto estrutura, ao impacto da mudança causada pela urbanização. Neste sentido, funcionam como regulador da mudança, permitindo tender àquele ritmo satisfatório em que ela encontra melhores condições para se processar, podendo ser considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência social e cultural (CANDIDO, 1997, p. 211).

Contudo, é necessário destacar, neste movimento, as ações dos sujeitos sociais envolvidos neste contexto, ou seja, as falas de pessoas concretas, como a interlocução da jovem camponesa, que pode ser analisada para além da especificidade do contexto histórico geográfico de Candido, quando escreveu “Os parceiros do Rio Bonito”, no contexto da urbanização brasileira, como coloca em seu artigo “Dois críticos literários” Cevalasco (2004). A autora

analisa concomitante, a obra do brasileiro Antonio Candido e do inglês Raymond Williams, ambos marxistas, em suas literaturas o bojo da conflitualidade<sup>88</sup> causada pelo processo da mudança cultural do modo de vida tradicional do campo determinado pela lógica hegemônica capitalista nos meados do século XX.

Segundo Cevasco (2004, p. 142), o contexto histórico-geográfico que Williams (1989) descreve em “O campo e a cidade”, sobre o universo da cultura tradicional, difere de Cândido, não somente pela língua (inglês), mas, sim, pelo ambiente de sua literatura, que é a Inglaterra do final do século XIX, onde seus personagens “expõem as forças das modificações sociais desta etapa do capitalismo em expansão na Inglaterra rural e os problemas das escolhas que estas acarretam ao campo em processo de modernização”. Williams descreve, neste livro, os processos de exclusão que acompanham a chamada “modernização”, ou seja, a crescente adoção de modos de produção e de distribuição característicos do capitalismo pela sociedade tradicional do campo. (CEVASCO, 2004, p. 154).

Deste modo, seguindo o princípio da analogia, os personagens de Williams (1989) refletem a conflitualidade deste contexto como Hardy (personagem central) que relata a história de outros personagens deste livro no processo de mudanças da comunidade rural inglesa:

[...] Hardy veio ao mundo em uma sociedade rural em processo de transformação e conflito, e não naquele fim de mundo retrógrado e imutável ao qual ele é tantas vezes relegado. Lembra-nos também que ele escrevia em uma época na qual, embora ainda houvesse comunidades locais, havia também a rede visível e poderosa de uma sociedade global: o sistema judiciário e o econômico; as ferrovias, os jornais e os correios; um novo tipo de educação e um novo tipo de política. [...] Hardy vê com olhos de participante e de observador ao mesmo tempo; é esta a fonte de tensão. Pois o processo que lhe

---

<sup>88</sup> Segundo Fernandes (2005, p.01), a questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades.

permite observar (o da instrução) é claramente, na época de Hardy, um processo que inclui, em seu apego a sentimentos de classe e divisões de classe, uma alienação decisiva... O que Hardy vê e sente a respeito de seu mundo instruído de seu tempo, preso a seus preconceitos sociais arraigados e, conseqüentemente, a sua alienação humana, é tão evidentemente verdadeiro que a única coisa a causar espanto é a constatação de que os críticos atuais ainda se identificam com tal mundo – o mundo que fria e grosseiramente se fechava para Jude (outro personagem) e para milhões de outros – a ponto de levar a efeito na literatura a mais desgastada das táticas políticas, transferir o ressentimento e a amargura daqueles que excluem para os que protestam. (WILLIAMS *apud* CEVASCO, 2004, p. 154).

Cevasco (2004, p. 156) analisa que Williams (1989) foi o primeiro romancista inglês a expor a crise geral das relações entre educação e classe, entre “inteligência e solidariedade”:

Mas Hardy vai além: ao tornar concreta as relações sociais do campo ilumina outro aspecto da vida rural: não se trata da crise de um modo de vida atemporal mas de uma crise de um sistema que já incorporou totalmente a um sistema mais amplo. Ou, dizendo a mesma coisa de outro modo, trata-se também das formas de comunidade resistindo às novas formas de alienação. Williams mais do que qualquer outro escritor de sua estatura, é o romancista do trabalho. O fato de que seus personagens tomem suas resoluções morais mais difíceis enquanto trabalham não é mero acidente do enredo, mas sim uma percepção correta da natureza do trabalho: ele envolve sim uma alienação, mas através dele que os trabalhadores estabelecem relações humanas [...]. *Na sua leitura o mundo de Hardy revela um erro comum de interpretação da história social inglesa: longe de ser um lugar idílico de refúgio do capitalismo e de suas conseqüências mais óbvias, a industrialização que redesenha a vida urbana, o campo é também um espaço de luta e solidariedade. Esse esforço é também a medida histórica da humanidade dos personagens e nesse sentido representam uma continuidade, não só da terra, mas de uma história e de um povo* (CEVASCO, 2004, p. 156) (grifos da autora).

Neste sentido, pode-se articular teoricamente a fala do senhor Gildo aos traços culturais dos “Parceiros do Rio Bonito” (o caipira brasileiro), de Candido (1997, p. 219), “onde a conservação de traços aparece, pois, como fator de defesa grupal e cultural, representando o aspecto de permanência”, porém, envolve articular, também, teoricamente, a fala da jovem Danila “que nem pensava em fazer faculdade mas fui pra ajudar meu pai”, descobrindo no conhecimento a possibilidade de transformação do presente visando o futuro.

Também, quando Danila ressalta, em sua fala, a importância para os vizinhos “do registro das entrevistas e dos questionários a respeito do negócio do vizinho para a professora que é estudante na Universidade”, sem negar o princípio de hierarquia e da complementaridade de gênero (os valores tradicionais arraigados na ordem moral camponesa) aos traços culturais de Hardy (o camponês europeu) de Williams (1989), podendo esta reflexão ser um fio condutor de entendimento da organização da sociedade camponesa expressando neste movimento as multiterritorialidades (Haesbaert, 2010, p. 132) e, segundo Shanin (1980, p. 03-05), a “história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia”, e, ainda, ressalta:

[...] as teorias de mudança estrutural têm sido corretamente expressas no quadro de referências, mais amplo que o campesinato, das sociedades nacionais ou dos sistemas internacionais. Ao mesmo tempo, a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem (SHANIN, 1980, p.41-45)

Deste modo, pode se analisar na fala do Senhor Gildo a especificidade da organização camponesa, pois a terra é de trabalho, de moradia de vida, atendendo a função social de produzir alimento para a sociedade (o leite enquanto valor de uso no ciclo da vida, “da criança ao idoso”), da importância da comida enquanto elemento de garantia de sustento, de reciprocidade, como coloca Woortmann (1990, p. 59), pois “o valor de uso da comida não se limita às suas qualidades alimentícias; envolve uma linguagem que fala do pai, da família, do trabalho, da honra, da hierarquia”, assim como a solidariedade do convite para o almoço, entendido como uma questão da honra e de reciprocidade com a visita e a recusa, neste contexto, pode ser entendida como uma desfeita ao Dono (pai) (figuras 53 e 54). Devido a esta representação, o “leite na mão do outro vira artigo de luxo”, ou seja, no “negócio do vizinho freiteiro” (as brechas das relações não-capitalistas que permite o apoderamento pelo capital do território camponês (Luxemburgo, 1984)) é negado, porque se insere na lógica capitalista do comércio, da terra mercadoria, que deve ficar distante do sítio. Na fala do entrevistado, percebe-se, também, o estranhamento implícito deste em relação ao termo pecuarista, o que segundo

Woortmann (1983, p. 58), “não se trata de uma irracionalidade”, mas, sim pelo fato “da atividade pecuarista estar relacionada a ideia da grande propriedade, enquanto a criação é um componente básico da reprodução camponesa, espécie de binômio roça-criação”.

Cabe reafirmar que, neste caso, a “criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação do sobretrabalho de outrem)”. É, também, uma espécie de poupança para eventuais necessidades, pois ela permite certa garantia de consumo e renda monetária (WOORTMANN, 1983, p. 58)



**Figura 53** – Dona Elisa – 7ª Linha Km 1 – Nascente.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013



**Figura 54** – Senhor Gildo Vergu e sua esposa Dona Elisa – 7ª Linha Km 1 – Nascente.

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 12/03/2013

Deste modo, no sentido de destacar a reciprocidade e a solidariedade entre a vizinhança, denotando resistência ao “negócio do vizinho freteiro”, podem ser identificadas na entrevista com outro vizinho, Francisco Leite Carvalho, de 45 anos, mora no seu sítio há 15 anos. Trabalha com o filho de 22 anos, que está conciliando a atividade leiteira (30 vacas em lactação, da raça Girolanda, com produção de 90 l/dia) com o trabalho assalariado na Usina de cana de Deodópolis. Questionado sobre a necessidade do trabalho assalariado do filho, respondeu que o trabalho fora da propriedade estava sendo necessário para efetuar o pagamento do tanque resfriador, com capacidade de 1.000 litros, que havia comprado há um mês por R\$14.000,00, além de possuir a ordenhadeira mecânica. Relatou, também, que a partir da compra do tanque resfriador, outros vizinhos, uma família alagoana, também estava trazendo a produção diária para este novo resfriador. Questionado sobre dividir o custo da eletricidade do novo tanque resfriador com este vizinho, respondeu que não, porque este era “meio parente”. Afirmou que agora não precisavam mais “pôr na mão do ‘vizinho freteiro’ o leite deles”. Desta maneira, estava entregando

370 litros (o leite de seu sítio e o do vizinho) a cada dois dias para outro laticínio e recebendo R\$ 0,78/l, bem acima daqueles que entregam para o intermediário. Além disso, dividia com oito vizinhos o custo da massa de mandioca (10 toneladas) e do carreto, para produzir ração para alimentar o gado.

Questionado, também, sobre acreditar na continuidade do filho na atividade leiteira, respondeu que “sim, porque o filho foi criado fazendo isto” e que está conciliando esta atividade com o trabalho assalariado para estruturar a atividade leiteira. Questionado se este trabalho assalariado pode ser considerado uma estratégia de continuidade da atividade leiteira, respondeu que sim, “pois foi tudo pensado, planejado”. Questionado a respeito do que seria bom para a atividade leiteira, respondeu que seria justo uma política de preço mínimo, de pelo menos R\$1,00 por litro, pois seu custo total mensal com ração, sal, remédio, massa de mandioca, ficava em torno de R\$1.800,00/mensais, o impossibilitando de reformar o pasto degradado e, portanto, aumentar a produção de leite (figura 55).

Para o entendimento deste movimento, assevera Woortmann (1990, p. 16):

A trajetória camponesa não é, contudo, linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição. [...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor rural em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (WOORTMANN, 1990, p. 16-17)

É oportuno evidenciar, neste movimento, as contradições inerentes a esta classe social, cuja riqueza que cria, como bem afirmou Martins (1981, p. 176-177), “realiza-se em mãos estranhas às suas”, mesmo que descoladamente na mão do “vizinho freteiro” (intermediário) e nas “mãos” de outros agentes, como no financeiro, no “alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho da classe assalariada” e, principalmente, no lucro para o capital industrial em detrimento da proletarização e do empobrecimento da classe camponesa, (MARTINS, 1981).

Também é bastante profícua no sentido de reafirmar o direcionamento de estudos a partir da opção conceitual referente a caracterização do campesinato envolvendo assim a trama das linhas que tece a campesinidade, contidas na sociedade camponesa ou na “natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar enquanto unidade básica de produção e meio de vida social” (Shanin, 1980, p. 46), como salienta Mizusaki (2009, p. 233):

Estranhamente, ao se estudar o campo e as relações dele decorrentes, são poucos os estudiosos que se preocupam em buscar/atribuir rigor teórico aos conceitos utilizados para identificar os atores sociais presentes no campo. Pelo fato de já se partir aprioristicamente do princípio de que o campo está urbanizado, de que o campo já está totalmente subordinado à indústria, de que o campo tem atualmente um setor secundário nas ditas cadeias produtivas, clusters ou complexo(s) agronidustrial(is), dá-se a impressão de que, para os atores sociais que não apresentam expressão econômica na sociedade capitalista, “qualquer conceito serve”, já que não vale a pena “perder tempo” estudando-os. Assim, o *campesinato* vai se transformando, conceitualmente, em agricultor familiar, (pequeno) empresário rural ou pequeno produtor; o proprietário de terra em fazendeiro, grande produtor ou (grande) empresário rural; o trabalhador assalariado, em empregado, peão e, os trabalhadores rurais sem terra, transformados em excluídos (isso para não citar os termos utilizados pela própria mídia e por determinados setores da sociedade) (MIZUSAKI, 2009, p. 233) (Grifos da autora).



**Figura 55** - Sítio de Francisco Leite Carvalho – 7ª Linha, Km 1 Nascente.  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 27/04/2013

#### 4.6 Liberdade, trabalho e cativo: “conflitualidade do herdeiro”.

O tema liberdade e sua articulação com a família, a terra e o trabalho é um tema recorrente nos estudos a respeito da organização familiar camponesa envolvendo a dimensão da autonomia e do controle do tempo da família no processo de trabalho, como assevera Woortmann (1990, p. 43-44):

A liberdade do sitiante, do agricultor, do colono – sempre um pai de família, ou mesmo um patriarca, chefe de uma Casa Tronco, como entre os colonos do Sul – tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai “governa”, “dá a direção” do processo de trabalho. [...] A condição de *liberto* é realizada plenamente pelo *sitiante* ou pelo *agricultor*, na medida em que este, enquanto pai tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo. A situação máxima de liberdade é a do sitiante no interior do Sítio, onde ele é *liberto* porque é garantido pela “cápsula protetora” da comunidade e, através desta, pela tradição camponesa. Paradoxalmente, outra vez, é no Sítio, onde a terra não é livre, pois é aí pensada como um patrimônio que deve passar de geração a geração dentro de um território de parentesco que se é *liberto*. (WOORTMANN, 1990, p. 43-44) (Grifos da autora).

Paulino e Almeida (2010, p. 53) destacam que a noção de liberdade para o camponês é distinta da noção de liberdade e igualdade referenciada na democracia burguesa sob a forma político-jurídica do sistema capitalista, pois cada indivíduo:

tem a sua liberdade limitada pela liberdade dos demais, situação que se sustenta no pressuposto da igualdade jurídica entre indivíduos. No entanto, como explica Prado Junior (1985, p. 13) essa liberdade e igualdade burguesa são abstratas. Para diferenciar a liberdade camponesa da discussão burguesa do ser livre, lembramos que a desigualdade é produto do sistema social e tem sua origem determinada pela “riqueza, o nível econômico, o que quer dizer a propriedade privada de cada um” (Prado Junior, 1985, p. 14). Entretanto, não é qualquer propriedade que possibilita riqueza, como explica o autor, mas aquela que gera acumulação capitalista. Portanto, em se considerando o campesinato como uma relação não capitalista e a propriedade familiar camponesa como um instrumento de vida e trabalho, não de acumulação/reprodução do capital,

podemos afirmar que, para o camponês, a detenção da propriedade privada familiar da terra não figura como representação mental da desigualdade entre os indivíduos. Ao contrário, tem significado a possibilidade da identidade de interesses, não particularistas, mas coletivos, disso resultando o reencontro da classe camponesa e de sua lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra. A terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se opõe à ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de ser portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, do desejo de se enraizar no seu *pedaço de chão* (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 53-54) (Grifos da autora).

Um aspecto importante, detectado ao longo das entrevistas realizadas, foi o uso recorrente da palavra liberdade em relação à relativa autonomia no processo de trabalho que a atividade leiteira ainda proporciona em comparação ao sistema de integração. Isto por ser esta uma alternativa, que nas palavras dos camponeses, não exige muito tempo (controle do tempo), pois “tira-se o leite às cinco horas da manhã, solta as vacas no pasto, recolhe às 16:00 horas, então o trabalho é leve”, requer pouca mão de obra (geralmente, no caso dos entrevistados, duas pessoas). Além disso, afirmaram que não necessita muito investimento; proporciona renda mensal com a venda do leite; renda extra com a venda dos bezerros para eventuais necessidades; há concorrentes para a compra (freguesia, laticínios locais/regionais); é sazonal (no período de estiagem pode-se dedicar em outras atividades como refazer a horta, reformar chiqueiro, reformar/construir a casa, receber/visitar parentes, cuidar da saúde: tratamento dentário, médico).

Para todos os entrevistados, o sistema de integração e o crédito bancário são a representação do cativo (subordinação ao capital de maneira objetiva) que pode pôr em risco o patrimônio da família. Contudo, é interessante destacar o relato do camponês proprietário de 4 hectares, mencionado anteriormente, que comercializa na informalidade leite, queijo, alface e faz entrega mensal de 10 litros de leite ao laticínio local para garantir segundo sua fala “a nota com a finalidade de acesso ao crédito bancário e da futura aposentadoria porque, desta maneira, tem a liberdade de ser o próprio patrão”. Questionado se sempre trabalhou com a atividade leiteira, respondeu que não, a família era do campo, vendeu a propriedade, compraram uma casa na cidade. Os pais e os irmãos moram em Glória. Trabalhou de empregado

sonhando sempre “em voltar a morar na roça” e que “faz seis anos que apareceu a oportunidade de estar de volta à roça”, sendo que inicialmente tinha 3 vacas e que, em 2011, financiou R\$21.000,00 para a compra de mais vacas. Questionado qual foi o motivo da opção da atividade leiteira, respondeu que não precisa muito para começar porque uma vaca “boa”, em Glória de Dourados, custa de R\$2.000,00 (produção média de 12 l/dia – raça girolanda) a R\$4.000,00 (produção média de 25 l/dia – raça holandesa). Além disso, justificou que o Banco do Brasil facilita o crédito, de até R\$30.000,00, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para o pequeno produtor comprar vacas, com prazo de 15 anos para pagar, com carência de 3 anos e juros de 0,5% ao ano. Questionado se temia não conseguir realizar o pagamento do financiamento, devido às despesas com a atividade leiteira, respondeu que parte deste recurso investiu no cultivo de alface, que este sim era arriscado se fosse financiado, porque se houvesse estiagem prolongada, chuva de granizo, alguma doença/praga, seria prejuízo na certa. Mas, como parte do financiamento tinha sido para a compra de mais 3 vacas, não temia por causa da venda dos bezerros, sua poupança.

Questionado sobre a renda mensal e a ajuda da mulher e do filho de 12 anos na horta, conforme mencionado anteriormente, respondeu que, em comparação com o salário que tinha na cidade, fica “elas por elas, porque no salário tinha muito desconto, a mulher não trabalhava fora, por causa do filho que era pequeno e que na cidade, menino solto, aprende tudo que não presta”. O trabalho é muito no sítio, por causa do cultivo da alface, que “é quase orgânico”, e a ajuda familiar é fundamental, pois tem que semear, transplantar, limpar os canteiros, regar, colher, lavar, mas “nem se compara com a cidade porque a gente cria porco, galinha, tem frutas (mamão, banana, limão)” e que a família sabe que é esta união que “tem que ter pro lote dar certo”. Questionado sobre a receptividade de seus produtos para a freguesia, respondeu que a maioria, por causa de problema de saúde, tem procurado consumir produtos mais naturais e que a propaganda é feito no “boca a boca”.

Deste modo, fica evidenciado que no grau da campesinidade, a noção de liberdade articula-se com a autonomia relacionada “a terra de trabalho, condição de realização do pai trabalhador”, que no interior do sítio, considera-se a territorialidade exercida pela “realização do pai de família e da terra de

trabalho”, tendo como uma de suas dimensões “a autonomia do processo de trabalho e do saber que este informa, transmitido de pai a filho, é pelo saber que o pai governa, dá a direção do processo de trabalho”, compondo, assim, o princípio basilar da sociedade camponesa: a terra, a família e o trabalho (WOORTMANN, 1990, p. 42-43).

Explica Woortmann (1990, p. 48-49) que quando ocorre um movimento que obedece a ordem econômica mais que a ordem moral camponesa instala-se o “conflito entre a ordem moral camponesa e a ordem racional e econômica moderna” gerando inúmeras tensões devido à subversão da ordem familiar em função da posição do pai na hierarquia familiar.

A respeito da relação conflituosa como consequência deste tipo de movimento descreve Woortmann (1990, p. 49) uma situação relatada por Carneiro (1983) tendo como atores os técnicos de um projeto de irrigação e sítiantes no Piauí:

Trata-se de um projeto de irrigação e reassentamento de pequenos produtores, onde só eram aceitas como “irrigantes” famílias que contassem com adultos jovens do sexo masculino. Chefes de família considerados idosos pelos administradores do projeto não tinham acesso à terra. Como mostra a autora, tal restrição teve consequências sobre a posição do pai na hierarquia familiar. A família poderia ser aceita se um filho tornasse responsável pelo lote, mas isto seria impensável para o pai.

Segundo a lógica do projeto, a autoridade se subordina à produtividade da força de trabalho e não à hierarquia familiar, onde cabe “ao pai dar a direção”, independentemente de sua idade. Se, em função dessa hierarquia, encontramos na família camponesa situações de “menoridade adulta” que envolvem, por certo, tensões, configura-se aqui o oposto: o pai subordinado ao filho. Conforme relata Carneiro, o pai ficaria restrito ao domínio da casa e, portanto, numa situação próxima da mulher (WOORTMANN, 1990, p. 48).

A citação anterior é pertinente porque se assemelha a um fato relatado pelo Senhor Airton do Nascimento de 69 anos, aposentado, proprietário de 74 hectares, entrevistado inicialmente na APROLEITE e posteriormente em sua propriedade com a presença de seu filho Herculano do Nascimento, 28 anos, que fez o curso superior em Ciências Contábeis em Glória de Dourados, sendo este também entrevistado a respeito da implantação da reestruturação

produtiva da atividade leiteira no Sítio Nova Esperança há 05 anos a contragosto do pai inicialmente conforme detalhado.

Na entrevista realizada na APROLEITE quando questionado a respeito da “história das vacas importadas” este respondeu que na época foi pressionado pelo prefeito a comprar as vacas importadas e que não comprou as vacas, mas que comprou “um machinho” porque assim junto financiou a ordenhadeira mecânica, achou que “comprar as vaca era dar passo maior que as perna” e pôr em risco o sítio que herdou do sogro.

Devido a isso, hoje em dia, em sua propriedade tem o gado misto girolando com holandês sendo conduzido pelo filho que “toca tudo do jeito dele”, que é diferente do seu porque desmama os bezerros que “fica só na mamadeira, uma judiera com os bichinhos” e que agora ele só cuida das outras criações, “milho pros porco, pras galinha, pros carneiro”.

Combinado por telefone a data da entrevista, dirigiu-se à propriedade a pesquisadora acompanhada da jovem camponesa Danila.

Chegando na propriedade, a pesquisadora e a acompanhante foram recebidas pelo senhor Airton devido ao filho e um funcionário recém contratado (ajudante segundo o pai) estarem ocupados na castração de bezerros (figura 56).



**Figura 56** - Sítio Nova Esperança - Castração de bezerros -4ª Linha – Km 08 Poente  
 Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 26/03/2013

Assim o sitiante mostrou a propriedade, a criação de carneiros para a pesquisadora e para a acompanhante, e comentou que o filho fez vários cursos e depois que fez o curso no Paraná (Jandaia do Sul) do Programa Balde Cheio é que modernizou e assumiu “o comando do sítio”.

Encerrado o processo de castração dos bezerros reuniram-se o grupo na varanda da casa, o pai, o filho, a pesquisadora e a acompanhante.

A pesquisadora informou ao filho sobre a pesquisa que estava fazendo sobre a reestruturação produtiva da atividade leiteira iniciada em 1997 se este podia responder o questionário, aceitar a gravação, o que foi respondido que sim.

Como o pai havia sido entrevistado anteriormente na APROLEITE e havia expressado em sua fala a opinião a respeito da reestruturação produtiva, foi questionado ao filho, quando e o porquê da reestruturação produtiva da atividade leiteira.

O filho respondeu que com a saída dos irmãos da propriedade dois homens e uma mulher se tornou o único ajudante do pai e como ele começou o curso noturno de Ciências Contábeis em Glória, percebeu que era preciso

realizar algumas mudanças na atividade como organizar a contabilidade, elaborar balancete, adequar a propriedade à legislação sanitária da norma 51, fazer cursos de aprimoramento como o Balde Cheio, intensificar a ordenha, implementar os piquetes, até por conta de reformar o pasto, “que o pai não entendia a importância mesmo sabendo do problema do solo arenoso de Glória que não é novidade pra ninguém” (figuras 57 e 58).

Questionado sobre como foi este processo de transição em relação à posição do pai relatou:

Meu pai não aceitava, porque sempre fez tudo do jeito dele.

O pai intervindo relatou:

Mas do meu jeito sempre deu certo, porque herdei a terra do pai da mulher (sogro), mas aumentei em mais 24 hectar, aqui pertinho (apontando a mão na direção), do outro lado da Linha, tá certo, não tinha piquete, nem poço artesiano, nem separava os bichinho.

Questionado pela pesquisadora se o sogro era pioneiro da CAND, este relatou que o sogro havia sido posseiro na região<sup>89</sup>:

Meu sogro veio pra esta região, abrir a mata pro boi, e naquele tempo não precisava documento, podia plantar “antes da sombra da mata” que é o modo antigo de dizê, mas ai com a colônia, começou a preocupação com a documentação, porque ficava lá onde a senhora mora, em Dourados, ai temeroso da perda da terra pro governo, apareceu uma oferta, negociou e comprou aqui 50 hectar, documentado no nome dele, então quando o sogro morreu, herdei, mas tinha aumentado a propriedade.

A partir desta fala fica evidenciado a permanência do conflito que o processo de reestruturação produtiva causa na relação familiar, questionado novamente o filho sobre o processo de transição, este relatou:

É eu cheguei a pensar em ir embora (silêncio) mas, isto faz tempo, até pelo resultado, aqui temos 43 vacas em lactação com uma produção média, agora na entressafra de 600 l/dia, e fora da entressafra 800 l/dia, tudo em piquete, tem controle da gestação, os bezerras são apartados, entrego à 0,80/l para o

---

<sup>89</sup> Sobre a posse da terra no sul de Mato Grosso do Sul ver Fabrini (1996).

Latícinio Lider, tem que saber administrar senão pode não dar certo.

Questionado sobre a responsabilidade de assumir a herança do patrimônio familiar precocemente, ambos relataram:

Filho: É uma responsabilidade que não é fácil porque as coisas mudaram muito desde o tempo do meu pai.

Pai: Ele já pode assumir porque os irmãos tão bem, um trabalha no exército em Campo Grande, a filha é bem casada, mora em Naviraí, o outro tá aqui pertinho, tem caminhão próprio (freteiro) aqui mesmo em Glória.

Finalizando a entrevista, questionado se poderia mostrar a planilha da contabilidade do Programa Balde Cheio respondeu:

É pra dar tudo certo tem que fazer, só que no momento não tô fazendo, porque agora tá difícil, meu primeiro filho vai nascer, então é isto que meu pai não entende, os tempos mudaram, antigamente tinha parteira, vinha em casa, fazia o berço com a madeira que tinha, agora não, é hospital, jogo de quarto, carrinho, a gente quer o melhor pro filho, mas vou te indicar um amigo que é solteiro e que faz tudo na planilha.

Encerrando a entrevista, feitos os agradecimentos, o senhor Airton chamou a jovem camponesa Danila dizendo:

Espalha na tua vizinhança que tô dando “um machinho”.

Questionado por esta se estava dando ou vendendo o bezerro, respondeu:

Dando, me afeiçoei ao bichinho, mas o carroto pra buscar é por conta de quem quiser (Entrevista realizada em 26/03/2013).

A pesquisadora observando o filho notou que este olhou para o pai e abaixou a cabeça em silêncio.

Woortmann (1990, p. 47-49) evidencia em sua análise várias situações semelhantes a esta em que a racionalidade econômica e seus meandros técnicos, interfere na ética camponesa gerando conflito na ordem moral camponesa em que é o “trabalho que faz o dono”, sendo este que “constitui o pai quando se trabalha *para nós*, isto é, para a coletividade representada pela

família e por si” e deste modo a liberdade do filho (herdeiro) subjugada a autoridade (autonomia) do pai conduzindo o trabalho deste para a dimensão de cativo.

Contudo, neste caso, pode-se analisar pela postura do filho em relação à fala do pai e através das falas destes, que no interior do sítio é mantida a “ordem social guiada pelo princípio da reciprocidade, da honra e da hierarquia” que são os elementos constitutivos da campesinidade e como destaca Woortmann (1990, p. 53) o processo de modernização insere ambiguidade na hierarquia familiar interferindo no processo de unigenitura (construção do herdeiro) sendo que na Europa segundo Bourdieu (1962):

até hoje, o herdeiro, mais que o proprietário da terra, é considerado o guardião do patrimônio da Casa-Tronco (terra); os interesses da Casa se sobrepõem aos do indivíduo. O significado da terra pode ser avaliado pela ideia, ainda hoje comum entre os colonos, de que vendê-la constitui traição à Casa e aos ancestrais (BOURDIEU, 1962, *apud* WOORTMANN, 1990, p. 53).

Em relação à ausência da planilha do programa Balde Cheio a fala do filho pode ser analisada sob certo aspecto subjetivo e objetivo, primeiro aspecto que pode ser analisado é subjetivamente enquanto uma estratégia cultural do “pai de família” e como diz o ditado popular bem apropriado nesta pesquisa “esconder o leite” faz parte do processo de condução do sítio;

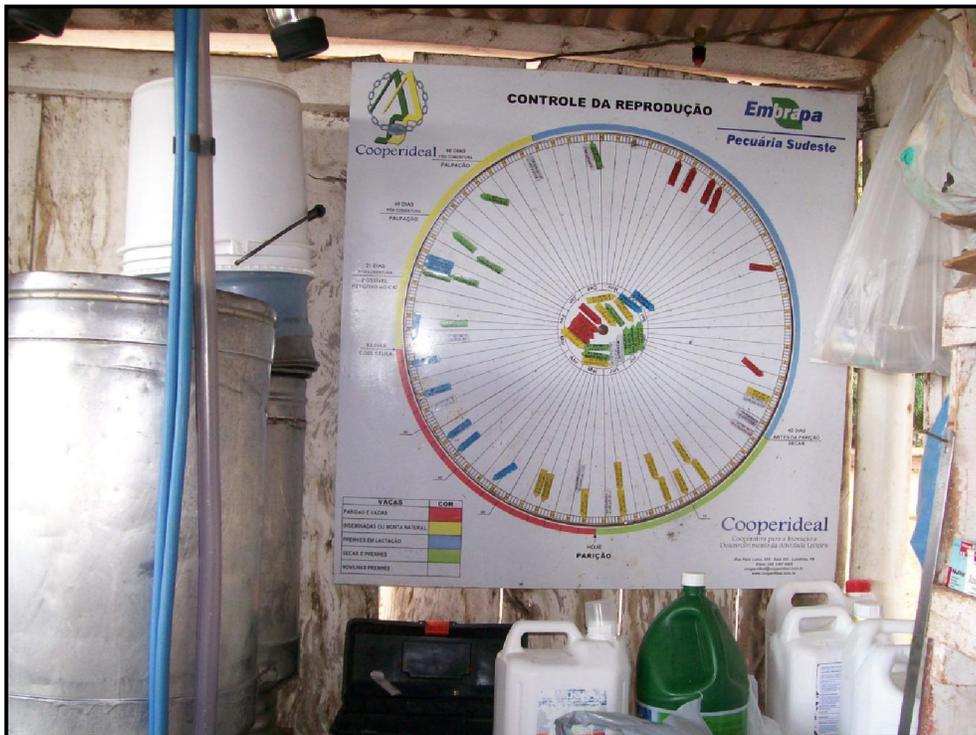
Segundo aspecto a ser analisado é que objetivamente, o programa Balde Cheio tem como princípio básico o desenvolvimento econômico da “atividade leiteira que pode se tornar boa opção de renda mensal se for obtida alta produtividade de leite e se for bem administrada, *como negócio e não simplesmente como jeito de viver*” (Novo e Schiffler, p. 33) o que contrapõe com a cultura camponesa em que “não se pensa a terra, sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho, sem pensar a terra e a família” (Woortmann, 1990, p. 23) desta maneira a cabe enfatizar que lógica camponesa é a da satisfação das necessidades da família e a não contabilização da força de trabalho é um aspecto presente na campesinidade devido a sociedade camponesa unificar a unidade produtiva e a familiar na terra de trabalho o que pode ser identificado na fala do presidente da COPALEITE entrevistado no dia que adotou parcialmente o Programa Balde

Cheio em sua propriedade e a respeito do uso da planilha em sua propriedade relatou:

o programa é bom mas no programa tem que fazer uma planilha colocando tudo que é gasto, depreciação da terra, da máquina (ordenhadeira) insumos sal, aveia, soja, milho, remédios, enfim o produtor não faz isso, as contas se faz de cabeça e ainda sobra um pouquinho pra ir na praia com a filha e as netas que é professora de Geografia em Curitiba no final do ano (Adauto Pelle, presidente da COPALEITE entrevistado em 05/07/2011).

Deste modo cabe considerar que na realidade concreta o programa Balde Cheio atende aos interesses do capital visando à monopolização territorial e como destaca Martins (1994, p. 20) “as oligarquias políticas do Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho do Estado” o que representa o cativo (aprofundamento da subordinação da renda da terra) para o camponês, visto que a adoção deste tipo de pacote tecnológico que foi gerado com recurso público não tem respaldo de subsídio estatal (financeiro e técnico) e segundo a fala generalizada de produtores e extensionistas “o produtor familiar tá por conta e risco, atualmente o extensionista fica por conta da burocracia do escritório, quando tem carro não tem gasolina e quando tem gasolina, não tem carro”, foi gerado como a maioria das políticas públicas vigentes visando somente aumentar a “capacidade” de produção sob a lógica do modo capitalista de produzir desconsiderando, portanto, um modo de vida específico e a relação de trabalho e de produção decorrente deste, o que conseqüentemente acentua o processo de diferenciação socioeconômica presente no campo brasileiro como assevera Mizusaki (2009, p. 236):

Isto não quer dizer, porém, que contraditoriamente alguns camponeses nesse sistema não possam vir a acumular dinheiro e se tornarem pequenos capitalistas. Aliás, historicamente tem sido conferido a essa classe o papel de produtores de alimentos a um custo mais baixo, o que faz com que o próprio capital às vezes recrie essa classe. (MIZUSAKI, 2009, p. 236)



**Figura 57** – Sítio Nova Esperança- Mural de controle de reprodução do Programa Balde Cheio - 4ª Linha – Km 08 Poente

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 26/03/2013



**Figura 58** – Sítio Nova Esperança - Herculano do Nascimento e Senhor Airton do Nascimento - 4ª Linha – Km 08 Poente

Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 26/03/2013

#### **4.7 O arremate final das linhas da campesinidade na (in)subordinação territorial de Glória de Dourados: O batismo das vacas.**

A campesinidade expressa os aspectos sócio-culturais da classe camponesa e pode ser identificada em diferentes territorialidades cujo movimento expressa sua luta da permanência e da resistência para assegurar a terra de trabalho, garantindo assim, sua reprodução social e seus valores familiares.

O aspecto suleador da campesinidade é o processo de trabalho que constitui o território camponês e as multidimensionalidades que este totaliza como a construção de “espaços agrícolas, e, em sua dimensão simbólica, espaços sociais e de gênero”, como afirma De Biase (2010, p. 81):

Este conceito constrói-se no conjunto de relações estabelecidas pelo camponeses de modo subjetivo. Tais relações podem ser divididas em dois campos inter-relacionados: as relações entre pessoas e as relações das pessoas entre a natureza. No primeiro campo de análise podemos destacar alguns elementos como: reciprocidade, autonomia e moral propriamente dita. Na relação com a natureza, além dos aspectos técnicos agrônômicos, ainda podemos refletir a noção trabalho, de relações de igualdade com a “natureza” e da religiosidade (DE BIASE, 2010, p. 81).

O conceito de trabalho, para o camponês, extrapola o plano objetivo, cuja finalidade é a produção de mercadoria, mas, sim, “o trabalho torna-se um valor não no sentido econômico, mas cultural, possui dimensões simbólicas, na relação com a natureza, o camponês trabalhador estabelece novas relações sociais” (DE BIASE, 2010, p. 81).

No sentido do entendimento deste processo, em tempos de campo subordinado, a contribuição de Candido (1997, p. 176) é esclarecedora:

Essa familiaridade do homem com a Natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante. O meio artificial, elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal. Em compensação, dá lugar à iniciativa criadora e as formas associativas mais ricas, abrindo caminho à civilização que é a

humanização. Daí as consequências negativas de uma adaptação integral do homem ao meio, em que as condições tecnicamente rudimentares – na medida em que limita a sociabilidade e torna desnecessárias as atitudes mais francamente operativas na construção de um equilíbrio ecológico, que integre de modo permanente novas técnicas de viver, e realce, mais nitidamente, a supremacia criadora da cultura sobre a natureza (CANDIDO, 1997, p. 176).

A campesinidade é compreendida enquanto prática sócio-cultural orientada por relações de hierarquia e complementaridade de gênero, conforme destacado anteriormente. Mas, há outras dimensões relacionadas aos animais, como encontrado, no decorrer da pesquisa de campo realizada em Glória de Dourados, na fala entre os camponeses, fatos relacionados ao comportamento das vacas, consideradas como “companheiras de trabalho”, segundo a fala de um entrevistado.

Esta prática cultural pode ser percebida quando houve possibilidade de reunir um grupo de camponeses (na tarde do dia 23/11/2011) quando o camponês Valter Ribeiro dos Santos, filho de nordestino, remanescente da CAND, comentou que tinha que ir embora às 15 horas porque seu “radinho de pilha” tinha quebrado e as “vacas estavam dando trabalho”. O radinho de pilha era essencial no momento da ordenha, pois, segundo Valter, suas vacas ficavam calmas ouvindo músicas.

Questionado a respeito dos nomes dados às vacas, curiosa foi a resposta da esposa de Valter: “as vacas tem nomes e inclusive são ‘batizadas’”. Posteriormente foi relatado por um camponês que o “batismo” deve ser feito com um galho de erva, como a arruda (*Ruta graveolens*) e a guiné (*Petiveria alliacea* L), “que não pode pôr no olho senão cega”, afastando assim “mal olhado e carrapato”.

No mesmo sentido do batizado, é interessante registrar a escolha do padrinho/madrinha da bezerra que deve ser sempre alguém da família, como “sinal de bons fluídos”, como prioridade o Dono. Na entrevista feita com o Sr. Aduino Pelle, perguntado sobre os nomes das vacas, mencionou que na propriedade tinha a Juliana, a Maria Laura e que, recentemente, a neta tinha dado o nome pelo celular, “já que mora em Curitiba, “batizando” a caçula (bezerra que havia nascido em julho de 2011) de Boneca. Uma de suas melhores vacas é a Africana, nome dado por sua filha Elizangela (professora

de Geografia), sendo a “vaca mais velha da propriedade”, com 15 anos, importada do Uruguai, rendendo-lhe 13 crias. Em outro contato, realizado no final de abril de 2013, foi-lhe perguntado sobre os nomes das crias recentes: “agora quem escolhe os nomes é meu neto Elvis (neto de 14 anos que foi apresentado, à época, como herdeiro da profissão) porque agora a função é dele”.

A respeito das práticas da cultura imaterial entre os camponeses, Candido (1997, p. 181) afirma que “no terreno das crenças e sentimentos, o processo é complexo” e mesmo “onde se nota a invasão progressiva do comportamento racional”, não desaparece as “bases mágico-religiosas”.

Neste sentido, Woortmann (1990, p. 62) ressalta que na sociedade camponesa a religiosidade está presente no cotidiano, que por meio do trabalho, “transforma a terra de Deus em patrimônio da família”, a relação com a terra é uma relação moral com a natureza:

Essa relação moral com a natureza, relação de troca, é também expressa, na Amazônia, pelo conceito de Curupira, tal como analisado por Lins e Silva (1977). A destruição da mata – parte fundamental do tripé em que assenta a reprodução do grupo caboclo estudado por esta autora, juntamente com o roçado e a casa – por empresas modernas, só pode ser entendida pelo caboclo através da explicação de que “os curupira foram embora”. É um plano de concepção moral da atividade produtiva análogo às representações dos Mbuti sobre suas relações com a floresta (Tumbull, 1966), e a famosa noção de Hau, pedra angular para a construção da teoria da reciprocidade (Mauss, 1967 e Sahlins, 1978). A noção de curupira remete à noção de natureza como pessoa, isto é, a um ordenamento do cosmo onde não se separam as coisas das pessoas; a um ordenamento holista do mundo (WOORTMANN, 1990, p. 62).

A citação anterior é pertinente no entendimento de uma situação vivenciada na pesquisa de campo na visita de um sítio de 4 hectares. O sitiante fez uso do sistema de piqueteamento, ou seja, subdivisões da pastagem, justamente para ter o pastoreio rotacionado, técnica muito comum difundida pelo Programa Balde Cheio. Para tanto, usualmente, os piquetes são cercados com cercas eletrificadas. De toda forma, no sítio, o camponês fez os piquetes, mas sem eletrificação, por receio das vacas levarem choque.

Porém, segundo o relato do entrevistado, uma vaca de nome Pretinha, apareceu com a perna esquerda traseira machucada. Foi chamado o veterinário da APROLEITE, diagnosticando como um ferimento comum, receitando o medicamento, o qual foi feito o tratamento e “nada da Pretinha melhorar”. “A Pretinha com seu olhar queria dizer que havia algo errado”, segundo o relato. Assim, chamou novamente o veterinário, constatando que estava sarando, que era para continuar o tratamento. Contudo, continuou relatando, “não surtiu efeito” e “a Pretinha não melhorava e achei que ia morrer, não gemia, um sofrimento só”, porém uma noite em sonho, segundo o camponês, a “Pretinha comunicou que era um arame farpado que tava encravado”, então foi preciso “fazer compressa com erva medicinal e realmente apareceu o arame farpado. Se conta ninguém acredita, mas a senhora pode procurar o veterinário da APROLEITE pra confirmar minha história”<sup>90</sup>.

Questionado se a vaca produzia bastante leite, respondeu que não, e “que nem precisava, porque é um exemplo de coragem e bravura no sofrimento” e que fazia questão que a fotografasse. Devido a este fato, retirou todos os arames farpados e cercou os piquetes com a cerca elétrica, sem farpas (figuras 59 e 60)

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Pedro Batista na Chácara Vista Alegre em 27/04/2013.



**Figura 59** – Chácara Vista Alegre – 7ª Linha, Km 06 - Nascente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 27/04/2013



**Figura 60** - Chácara Vista Alegre de Pedro Batista – 7ª Linha, Km 06 - Nascente  
Fonte: Regina Sá Motta. Trabalho de campo no dia 27/04/2013

A situação acima descrita contrapõe-se aos princípios básicos econômicos da atividade leiteira referenciados no programa Balde Cheio destacando que no Brasil:

a maioria das fazendas ou sítios possui animais improdutivos, como vacas secas, vazias ou doentes, animais em crescimento pouco desenvolvidos, ou animais de lida em excesso, que podem ser vendidos, sem prejuízo para a produção atual ou para o futuro do rebanho (NOVO e SCHIFFLER, 2006, p. 14).

Desta maneira estes são os arremates finais das linhas que tece a campesinidade na (in)subordinação camponesa de Glória de Dourados e demonstram a territorialidade camponesa que mesmo frente aos ditames do processo de reestruturação produtiva da atividade leiteira, os sujeitos sociais teimosamente lutam para permanecer e assegurar o bem que lhe é mais precioso: o patrimônio de família.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O espaço meridional sul-mato-grossense caracteriza-se por construções territoriais resultantes de movimentos sucessivos, como a ocupação há pelo menos 2.000 anos por povos ando-peruanos em vasta área do continente sul-americano e, atualmente, abrange Paraguai, Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil e, dentre estes povos, os Guaraní e seus diversos subgrupos, os mais conhecidos em termos arqueológicos, antropológicos, históricos e lingüísticos; a atuação, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, da Companhia Mate Laranjeira, empresa argentina, neste espaço, extraindo erva-mate, além de criadores mineiros, paulistas e sulistas, por meio da pecuária, vinculada à frente de expansão, penetrando na região pelo planalto sulmatogrossense e, também, pelos vales dos rios Miranda e Aquidauana (QUEIROZ, 2008). No século XX, na década de 1940, e posteriores, foram as estratégias governamentais de Getúlio Vargas, com a implantação de políticas de intensificação do povoamento das fronteiras e da

“Marcha para o Oeste”, promoveram a criação em 1943 da colonização dirigida, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

A partir de 1970, intensificou-se a expansão e o aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo industrial monopolista acarretando as transformações sociais, econômicas e políticas das relações sociais decorrentes do processo de “modernização conservadora” no campo brasileiro, promovido pelo Estado e pela ação do capital. No Centro-Oeste e, portanto, no Estado de Mato Grosso do Sul, o agente de materialização da intervenção estatal foi por meio da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), com planos e programas de incentivos, via políticas de créditos e subsídios estatais.

Deste modo, a intervenção no espaço meridional sul-mato-grossense fez parte da política nacional de racionalização da economia, no sentido de responder às necessidades do padrão de acumulação, privilegiando o Sudeste e o Sul brasileiro, assentado no tripé: capital nacional, capital internacional e Estado.

A intervenção estatal, por meio de políticas de racionalização da economia, neste recorte territorial, materializaram-se no crescimento da agroindustrialização, na concentração fundiária e no crescimento populacional na cidade, como Dourados, sendo, portanto, superior ao campo. Pelas análises dos dados dos censos agropecuários, especificamente entre 1975 e 1985, evidenciou-se, em decorrência das políticas interventoras da SUDECO e seus respectivos programas, o processo de “modernização conservadora” e “dolorosa” (Silva, 1992, p.40) do campo na (re)construção do território capitalista, privilegiando o capital internacional em articulação com o Estado e o capital nacional, em detrimento da classe trabalhadora no espaço meridional de Mato Grosso do Sul.

O município de Glória de Dourados, como fragmento deste território, passou por significativas transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da ação do Estado neste processo “modernizador, conservador e doloroso”, subsidiando-o por meio de incentivos creditícios, facilitando a reprodução ampliada do capital e possibilitando a (in)subordinação camponesa, mesmo em condição subalterna que, contraditoriamente, permaneceu e se recria por meio de relações de produção não especificamente capitalista.

A partir de 1980, aprofundou-se o processo de industrialização da agricultura do campo, no bojo da internacionalização da economia brasileira, deslocando o processo de reestruturação produtiva das atividades agrárias para a região Centro-Oeste por meio do processo da territorialização e de monopolização do território pelo capital, especificamente na década de 1990.

No bojo deste processo, o setor lácteo produtivo brasileiro, precursor do processo de monopolização do território pelo capital industrial, devido à atuação de empresas internacionais, como a exemplo da Nestlé, passou por intenso processo de transformações estruturais devido a desregulamentação do mercado; a criação do Mercosul em 1985, a abertura comercial a partir de 1990; a estabilização da economia brasileira; a implementação de normas sanitárias mais rígidas para o setor, resultando em perda de espaço nas áreas tradicionais de produção de leite, como a região Sudeste. Houve, assim, o avanço da produção em áreas de cerrado no Centro-Oeste, sobretudo para o Estado de Goiás, devido a conjugação de fatores, como o aumento do consumo das classes de baixo poder aquisitivo, gerando estímulos à produção do leite; o crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis; as técnicas de produção de leite longa vida (UHT), que pode ser transportado a partir de regiões mais distantes; a proximidade da produção de grãos e de leite, também estimulou o crescimento da pecuária leiteira; os incentivos do poder público por meio de linhas de financiamento do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com taxas de juros mais baixas e prazos e carências dilatados, oferecidos no mercado, fizeram com que muitos produtores se dedicassem à produção de leite, motivados também pela crescente demanda do produto, a partir do Plano Real. Além disso, o Estado teve papel decisivo, exigindo mudança de melhoria na condição sanitária do setor, a partir de mudanças na legislação, lançando, inicialmente, a Portaria 56, em 1999, e, posteriormente, a Instrução Normativa 51/2002, substituída pela IN 62/2011, impondo, desta maneira, o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A partir destas mudanças, foram criadas as condições técnicas resultando na intensificação da formalidade produtiva que, conseqüentemente, alterou as relações de produção na atividade leiteira, anteriormente pautada

por relações informais. Houve a entrada de novos personagens como representantes do capital industrial, técnicos, veterinários, gerentes de banco, intermediários, entre outros, determinando o processo de reestruturação produtiva das atividades agrárias no município de Glória de Dourados, materializado no Projeto de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite, inserido no Programa de Diversificação da Agricultura e promovido pelo poder municipal, entre outros agentes.

Todavia, a realidade concreta evidencia que o processo de subordinação da renda da terra pela monopolização do capital não se apresenta, no território de Glória de Dourados, linear nem progressivo, apontando no decorrer da pesquisa, por meio de análise dos dados do IBGE e do trabalho de campo, a permanência da autonomia relativa na reprodução camponesa, visto que a “lógica que rege esta unidade produtiva não está fundamentada na lógica capitalista”, pois se articula no circuito de reprodução ampliada do capital, como produtora de mercadorias, “com a missão histórica de produzir alimentos a custo mais baixo” (OLIVEIRA, 1981, p. 05). Cabe considerar que a atividade leiteira, neste território, está voltada para o mercado formal e, também, para o mercado informal, importante pela garantia de entrada monetária mensal. Contudo, para além, constata-se a presença de fontes alternativas de renda nos quintais produtivos, como criações de suínos, aves, ovinos, cultivo de feijão, de tomate, de alface, entre outros.

No entendimento da contradição presente neste movimento, buscou-se compreender a camponêsidade enquanto ética camponesa constituída por uma ordem moral, entendendo a terra como patrimônio vinculado a valores objetivos e subjetivos, pertinentes ao modo de vida do camponês.

No sentido de contribuição sobre possibilidade futura em relação à classe camponesa, reitera-se, como afirma Oliveira (2008), a defesa da realização de uma reforma agrária ampla, geral e massiva, por acreditar no estabelecimento de um limite máximo de 35 módulos fiscais (Alentejano, 2012, p. 356) e na necessidade de um limite mínimo de 01 módulo fiscal, como no caso específico de Glória de Dourados de 30 hectares. Constatou-se, no decorrer da pesquisa, uma melhor condição de sobrevivência nas unidades produtivas familiares que detém a terra remanescente do projeto da CAND, principalmente nas pequenas unidades.

Sobre o enquadramento dos camponeses às condições impostas pela legislação sanitária na atividade leiteira e pelo mercado, os camponeses encontram formas de (in)subordinação, pois criam associações para aquisição de tanques de expansão (armazenamento de leite) e vendas conjuntas, realizam vendas diretas de leite e derivados aos consumidores, além de outros produtos nas feiras.

Para finalizar, é importante ressaltar a fala do pioneiro da CAND, Valter Ribeiro dos Santos, a respeito da ação do capital e do Estado nos territórios dos camponeses:

Ah, nós aqui de Glória, já sou acostumado, gente pra arrancar nosso couro vem de tudo quanto é canto, de perto, de longe. Mas como meu finado pai dizia, couro do 'cabra' (referindo-se ao homem do campo) é resistente (risos). (Valter Ribeiro da Silva, entrevista concedida na APROLEITE em 19/03/2012).

Deste modo finaliza-se este trabalho coadunando-se com a sábia afirmação de Shanin (1980): “os camponeses eram (são) perfeitamente conscientes da influência que os elementos do acaso tinham (tem) sobre suas vidas”.

## 6. REFERÊNCIAS

### 6.1 Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P.(Coord.) A Questão Agrária hoje. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

ABREU, Silvana de. Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: FLCH/USP, 2001.

\_\_\_\_\_. O papel da Sudeco no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: MORETTI, E. C. *et all.* Geografia e produção regional: sociedade e meio ambiente. Campo Grande: EDUFMS, 2004.

\_\_\_\_\_. Racionalização e Ideologia: O domínio do capital no espaço mato-grossense. Terra Livre, nº 21. São Paulo, AGB, 2003. p.169.181.

\_\_\_\_\_. O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: LAMOSO, Lisandra Pereira. Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados: EDUFGD, 2008. p.117-133.

ALENTEJANO, P. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA , R. A. (org). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma questão disciplinar. Campo Grande: EdUFMS, 2008.

ALMEIDA, R. A. de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: SILVA, E. A. (Org.). Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. (org.) Élisée Reclus. São Paulo: Ática, 1985.

ARAÚJO, T. B. de. Brasil nos anos noventa: Opções estratégicas e dinâmica regional. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, Recife, nº 2, p.09-24, março. 2000.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômacos. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

BACKES, T. R. O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e na internacionalização da produção. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BARBOSA, L. C. O território e os processos da construção camponesa: Bacia Leiteira de Aquidauana e Assentamento Monjolinho na produção de leite. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, R. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BECKER, B. Modernidade e Gestão do Território no Brasil. Espaço e Debate. São Paulo, NERU, 1981.

\_\_\_\_\_. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Ano 36, nº 2, Rio de Janeiro: IBGE, 1974, p.03-36.

BERNARDELLI, M. L. F. H. ; MATUSHIMA, M. K. . Reprodução social e produção de moradias em pequenas cidades de Mato Grosso do Sul - Brasil. In: 12º EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo, Uruguay. 12º EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

BEM, A. Resistência Camponesa ao capital: o caso dos camponeses produtores informais de leite na microrregião de Toledo-PR. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.

BRANDÃO, C. R. A partilha da vida. São Paulo: Cabral/GEIC Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRASIL, M. C. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2000.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUARQUE, C. A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BRUM, A. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? In: CARLOS, Ana F.A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labor Edições, 2007.

CARNOY, M. Estado e Teoria Política. São Paulo: Papyrus, 1988.

CAVALHEIRO, P.C. Dourados Minha Terra Minha Gente. Dourados: Fim de Semana, 2001.

CEVASCO, M. E. Dois críticos literários. In: ABDALA JUNIOR (org.) Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

CHAYANOV, A.V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G; STOLCKE, V. (Orgs.). A Questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 133-163.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEMENTE, E. C. Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

CORRÊA F. V. À sombra dos herveas mattogrossenses. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.

COSTA, U. G. Industrialização e relações de trabalho nas fecculárias de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

DAHMER, A. M. Avaliação da gestão da qualidade na indústria de leite do estado de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

DE BIASE, L. Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 2010.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. O anti-édipo capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972. p. 324.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Contradição e resistência como parâmetros para a compreensão do campesinato. In.: A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2003.

\_\_\_\_\_. A Posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquirai. Corumbá: AGB-Corumbá, 1996.

FARIAS, D. D. de. Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998.

FAUSTO, B. História do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2002.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, M. E. Q. Soberania e segurança alimentar. Publicação trimestral do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) , nº 20, p. 01, jan/mar., 2008.

FERNANDES, G. B. O direito de não plantar transgênicos. Publicação trimestral do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) , nº 20, p. 03, jan/mar., 2008.

FERREIRA, E. M. A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FERREIRA, O. L. História do Brasil. São Paulo: Ática, 1986.

FIGUEIREDO, A. B. A presença econômica da atividade ervateira. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de São Paulo – Presidente Prudente, 1967.

FIGUEIREDO, N. M. S. de. Modernização, distribuição da renda e pobreza na agricultura Brasileira, 1975, 1980 e 1985. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GALINDO, O.; SANTOS, V. M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFONSO, R. Federalismo no Brasil. São Paulo: Fundap/Edunesp, 1995.

GARCIA JUNIOR, A. F. Terra de trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODELIER, M. Economias e Sociedades: abordagem funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, E. A. Antropologia Econômica. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados. Dourados MS: DAG Gráfica Editorial, 1988.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT R. Regional-Global. Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 de out. 2012.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELFENSTEIN, A. M. O programa luz para todos como política pública de desenvolvimento econômico e social nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

HEREDIA, B. M. A. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 7. (Série Estudos sobre o Nordeste).

IANNI, O. Estado e capitalismo: Estrutura social e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

- \_\_\_\_\_. Estado e Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LACOSTE, Y. Unité & diversité Du Tiers Monde. Paris: Madero, 1980.
- LAMARCHE, H. (Org.) A agricultura familiar: do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LAMOSO, L. P. A ocupação da Amazônia Matogrossense: o caso de Jauru-MT. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT - UNESP, Presidente Prudente, 1994.
- LEFEBVRE, H. La production de l' espece. Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969.
- LENCIONI, S. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia. A falência das políticas de desenvolvimento regional. Revista do Departamento de Geografia. USP, São Paulo, 1989.
- LENIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. São Paulo: Nova Cultural.
- LEROY, J. P. Colonialismo verde e a dependência alimentar brasileira. Publicação trimestral do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), nº 20, p. 02, jan/mar., 2008.
- LIMA, A. F. de. Glória de Dourados: datas e fatos. Glória de Dourados: 1982.
- LIMA, L. M. S. O processo de (re)criação do campesinato em áreas de latifúndio: a fragmentação da terra em Rondonópolis-MT. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP. FLCH/USP. 2007.
- LIMA, M. G. de. O debate clássico da questão agrária - uma contribuição à compreensão do espaço agrário paranaense. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, PP, 1-22.

LIMA, P. A. de. Transformações da paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: Região meridional de Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: UNESP Rio Claro, 2006.

LIMONAD .E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R; (Orgs.). Brasil século XXI: por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LOURENÇO, T. H. As agroindústrias de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul e o cenário trabalhista: caracterização e qualificação da mão de obra. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura de Geografia). Glória de Dourados: UEMS. 2012.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Disponível em [revistaoutubro.com.br/blog/edições-anteriores/revista-outubro-n-1](http://revistaoutubro.com.br/blog/edições-anteriores/revista-outubro-n-1) acesso em 15/05/2013.

\_\_\_\_\_. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1989.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAMIGONIAN, A.; FREITAS, C. V. Introdução ao estudo da economia leiteira paulista. São Paulo, Boletim do Departamento de Geografia - FFCLPPP, nº 7, 1976.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política – vol. I – livro primeiro – tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, J. S. A política do Brasil: Lumpen e Místico. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. A sociedade vista do abismo. São Paulo: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (org). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. A militarização da questão agrária no Brasil – Terra e Poder: O problema da terra na crise política. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e tradicionalismo: Estudo sobre as contradições agrárias no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 11, nº 12, p. 57-67, jan/jun., 2008.

MENEZES, A. P. Colônia Agrícola Nacional de Dourados: Atividades econômicas e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2010/doc%20%2894%29.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – História, Memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1165/697>>. Acesso em: 30 de junho de 2012.

MENEZES A. P. e QUEIROZ P. R. C. A agricultura comercial na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) nas décadas de 1950 e 1960. Congresso Internacional do Curso de História da UFG – Universidade Federal de Goiás. Jataí, 2010.

MESQUITA, V. Os Pequenos Produtores Face as Transformações no Agronegócio de Leite em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Lavras-MG: Universidade Federal de Lavras, 2002.

MICHELS, I. L. Estudo das cadeias produtivas de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

MIZUSAKI, M. Y. Território e reestruturação produtiva na avicultura. Dourados-MS: EDUFGD, 2009.

\_\_\_\_\_. Mercado da Terra e diferentes formas de apropriação territorial. Anais, XX ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária), Francisco Beltrão, 2010.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MORAES, A.C.R. de. Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORO, A. D. Maringá Espaço e Tempo: Ensaio de Geografia Urbana. Universidade Estadual de Maringá – Maringá/PR, 2003.

MOURA, M. M. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial brasileiro e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAGLIS, S. G. B. “Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola de Dourados – CAND (1943-1960). Dissertação (Mestrado em História) Dourados: UFGD Dourados, 2007.

NARDOQUE, S. Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: UNESP Rio Claro, 2007.

\_\_\_\_\_. Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2002.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. A pré-história da Região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R., (org). Maringá e o Norte do Paraná. Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

NOVO, A. L. M.; SCHIFFLER, E. A. Princípios básicos para a produção econômica do leite. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p.05-46, ago., 2010.

\_\_\_\_\_. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labor, 2007.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In.: ROSS, Jurandir L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5 ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, A.U. de; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Orgs.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, ano 19, v.2, n.21, p.113-156, jul/dez. 2003.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: Estudos avançados. São Paulo: IEA, vol.15 n.43, p. 185-206, 2001.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira: as transformações no final do século XX. São Paulo: mimeografado, 1994.

- \_\_\_\_\_. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, B. C. de. A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945). Dissertação (mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis, 1999.
- OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- ORMOND, J. G. P. Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.
- PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- PAULINO, E. T. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo. In.: PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- \_\_\_\_\_. Terra e vida: A Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003.
- PELLE, E. D.; LAMOSO, L. P. As transformações sócio-econômica-espaciais do município de Glória de Dourados. Revista da Geografia, UFMS, p.17-22, 1997.
- PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PIRES, M. L. L. S. O cooperativismo agrícola em questão. Recife: Massangana, 2004.
- PONCIANO, N. P. Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul. Fronteiras: revista de História. Campo Grande, v. 06, nº 12, EDUFMS, 2002.
- \_\_\_\_\_. Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul – MS (1946-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Globalização da natureza e natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PRADO Jr, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- QUAINI, M. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, P. R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados: EDUFGD, 2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, I. Obras reunidas I e II. São Paulo: Contraponto, 2001.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos. 2. ed., São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço. . São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. Metamorfose do espaço habitado: fundamento teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. In: \_\_\_\_\_. Espaço e Sociedade: Ensaio. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, T. I. O mito do cooperativismo: cooperativa de associados ou condomínio de sócios? Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SAQUET, M. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria, E. B.; WHITACKER, Arthur M. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados: Colonização e Dinâmica Produtiva. Geografia (Universidade Estadual de

Londrina) V. 00, n. 0, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367/3300>>. Acesso em: 10 de jul. 2012.

SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, T., FABRINI, J. E. (Orgs.). Campesinato e Territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituação e desconceituação o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n.26, 1980, p.41-80.

\_\_\_\_\_. La Classe Incomoda. Nueva Editorial. 1967.

SILVA, E. A.; ALMEIDA R. A. (org.). Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul. Outras Expressões, São Paulo, 2011.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, M. C. T. da Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados – MS Tese (Doutorado em Geografia) USP/FFLCH, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Expansão do Complexo Agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados. Dissertação (Mestrado em Geografia), USP/FFLCH, São Paulo, 1992.

SODRÉ, N. W. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SOJA, E. W. Geografias pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPÓSITO, E. S. Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STÉDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SUZUKI, J.C. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. Tradição *versus* tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

TAUSSIG, M. Cultura do terror: espaço da morte na Amazônia. Religião e Sociedade, 10, Rio de Janeiro: Editora 10, 1983.

TERRA, A. Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão” Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP. FLCH/USP. 2009.

\_\_\_\_\_. A organização do espaço rural na microrregião geográfica de dourados – MS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: UEM, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: Geografia e trabalho no século XXI: Volume 2. THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T. B.; (orgs). São Paulo: Viena, 2006.

THOMPSON, E. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1989(a).

\_\_\_\_\_. Tradición, Revuelta y Consciência de Clase. Barcelona: Editora Crítica. 1989(b).

TOLEDO, C. N. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TOMAZI, N. D. Sociologia para o Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2010.

TROTSKY, L. A História da Revolução Russa (2 volumes). São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

VASCONCELOS, J. de. O associativismo como estratégia para o agronegócio do leite no município de Glória de Dourados-MS. Dissertação (mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, 2004.

VEIGA, J. E. da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo:Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do Agroreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária Hoje. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

VELHO, O. G. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil. Brasília, MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999.

VINHAS, M. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

WEIVERBERG S. L.; SONAGLIO, C. M. Caracterização da produção de leite no Estado de Mato Grosso do Sul. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2009.

WILLIAMS, R. O campo e a cidade. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Ed. UNB, 1997.

\_\_\_\_\_, K. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo, Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_, E. F. "O sítio camponês". Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, nº 81, 1983.

\_\_\_\_\_. "Com Parente Não se Neguceia" O campesinato como ordem moral. In: \_\_\_\_\_. Anuário Antropológico/87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ZOCAL, R.; ALVES, E. R.; GASQUES, J. G. Diagnóstico da pecuária de leite nacional: Contribuição para o Plano Pecuário 2012. Disponível em [http://www.cnpq.embrapa.br/nova/Plano\\_Pecuario\\_2012.pdf](http://www.cnpq.embrapa.br/nova/Plano_Pecuario_2012.pdf). Acesso em 15 de julho de 2013.

## 6.2 Sítios na Rede Mundial de Computadores

<[www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006\\_segunda\\_apuracao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm)>

<<http://www.mst.org.br/jornal/289/estados>>

<<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/tetila-quer-dourados-na-posicao-de-capital-do-agronegocio-4a5989c5f2f188261ee3a68f94caf5b>>

<<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>

<[http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid=462&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=462&site=1&channel=secretaria)>

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=3&z=t&o=24&u1=38&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u3=38>>

